urbanismo
na américa do sul

circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960

urbanismo
na américa do sul

circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960

Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes (Org.)

EDUFBA
Salvador - BA
2009

Fotos da capa, de baixo para cima:
Conjunto Habitacional "Pedregulho", Rio de Janeiro, Brasil;
Unidad Vecinal Matute, Lima, Peru;
e Urbanización 23 de Enero, Caracas, Venezuela.

Normalização
Normaci Correia dos Santos

Projeto Gráfico e Capa
Lúcia Valeska Sokolowicz

Revisão
Paula Berbert

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Urbanismo na América do Sul : circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960 /
Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes (Org.) . - Salvador : EDUFBA, 2009.
298 p.

ISBN 978-85-232-0612-3

1. Planejamento urbano - América do Sul - 1920-1960. I. Gomes, Marco Aurélio A. de Filgueiras.

CDD - 711.43

Editora filiada à:

ASOCIACION DE EDITORIALES UNIVERSITARIAS DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

CBaL
Câmara Bahiana do Livro

EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo s/n – Campus de Ondina
40.170-115 Salvador – Bahia – Brasil
Telefax: 0055 (71) 3283-6160/6164/6777
edufba@ufba.br - www.edufba.ufba.br

Agradeço aos colegas coautores que participam deste livro; à EDUFBA, particularmente na pessoa de sua diretora, Flávia Goulart Mota Garcia Rosa, que desde o primeiro momento apoiou este projeto, e a Lúcia, Paula e Norma, que cuidaram de sua viabilização; à Comissão Organizadora do XIII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – Anpur, que aceitou a proposta de realização de uma Sessão Livre em que diversos dos trabalhos aqui reunidos foram apresentados e discutidos; ao CNPq, cujo apoio foi decisivo para o desenvolvimento do projeto em que se insere a publicação deste livro; ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, onde ele vem sendo desenvolvido; e, por fim – mas não menos importante –, a todos os amigos e colegas que, de alguma forma, contribuíram com ideias e sugestões sobre os textos e a formatação do conjunto que eles compõem.

O Organizador

Sumário

Apresentação

Experiências sul-americanas: uma lacuna na historiografia brasileira sobre a cidade e o urbanismo

Apesar do grande espaço que as discussões relativas à história da cidade e do urbanismo ganharam, nas duas últimas décadas, na pauta dos pesquisadores brasileiros, notadamente daqueles vinculados à área de arquitetura e urbanismo, persistem algumas importantes lacunas que só mais recentemente vêm sendo enfrentadas. Uma delas diz respeito à história das trocas intelectuais e da circulação de ideias no âmbito latino-americano (ou mais especificamente sul-americano), não obstante existam muitos pontos em comum entre as experiências urbanísticas de diversos países do continente.

Os textos reunidos nesta coletânea visam justamente contribuir para sanar esta lacuna e ampliar as possibilidades de discussão sobre a história do urbanismo nessas décadas cruciais em que as cidades sul-americanas conhecem expressivas taxas de crescimento demográfico, a emergência (ou o agravamento) de problemas urbanos e a busca, em várias frentes e de diferentes maneiras, de soluções para enfrentá-los; ao mesmo tempo em que práticas urbanísticas ainda impregnadas pela herança acadêmica cedem espaço aos ditames do Movimento Moderno e à crescente divulgação das experiências norte-americanas em planejamento. A partir de perspectivas diversas, os textos que o leitor tem em mãos vão buscar aproximar experiências nacionais, explorar singularidades, rastrear o surgimento de redes profissionais, mapear discussões, identificar caminhos e descaminhos da construção de uma cultura urbanística no âmbito continental, rever,

enfim, o lugar da experiência sul-americana na história do urbanismo do século XX.

Assim, abrindo a coletânea, o texto *Olhares cruzados: visões do urbanismo moderno na América do Sul, 1930-1960*, de Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes e José Carlos Huapaya Espinoza, discute a circulação de ideias no meio profissional da arquitetura e do urbanismo sul-americano entre os anos 1930 e 1960, buscando uma contraposição entre, de um lado, o que era divulgado sobre a produção sul-americana nos Estados Unidos e na Europa nesse período, através de exposições, livros e revistas cujo conteúdo "impregnaram" análises posteriores; e, de outro, as discussões desenvolvidas pelos especialistas locais, através de seus próprios fóruns, como os congressos profissionais a nível pan-americano e as revistas especializadas por eles criadas. A partir das conclusões desse primeiro balanço começa a ser delineado um percurso que, pouco a pouco, será complementado, ampliado e enriquecido pelos textos que lhe seguem.

Explorar em profundidade um desses fóruns de interlocução profissional é o objetivo de Fernando Atique no texto *Articulações profissionais: os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e o amadurecimento de uma profissão no Brasil, 1920 – 1940*, onde ele mostra como, entre a sua primeira e a sua quinta edição, em 1920 e em 1940, respectivamente, esses congressos não só gozaram de grande notoriedade, como foram palco de intensos debates entre os profissionais do continente americano. Ao longo desse percurso, percebemos o desenvolvimento da discussão e da difusão do urbanismo como atividade inerente à arquitetura; a importância crescente atribuída à formulação de políticas habitacionais; e a formação de um consenso sobre a importância da agregação dos arquitetos em sociedades profissionais como forma de obter reconhecimento e de melhor atuar junto à sociedade. Apesar de terem sido canais privilegiados para a difusão de ideologias norte-americanas, esses eventos irão constituir-se em um poderoso instrumento para um intercâmbio constante de ideias entre profissionais latino-americanos, com a consequente disseminação de importantes experiências locais.

Os dois textos seguintes exploram o momento de transição entre as tradições acadêmicas e historicistas que prevalecem até os anos 1930 nas práticas urbanísticas locais e o emergente modernismo que teve como um de seus marcos a primeira viagem de Le Corbusier à América do Sul, em 1929. Em *Mestres e discípulos no urbanismo latino-americano (1920-1960): Buenos Aires e Havana, duas cidades paradigmáticas*, Roberto Segre mostra como, na primeira metade do século XX, os especialistas estrangeiros que atuaram no continente foram acompanhados por alguns jovens especialistas locais, que, por sua vez, encarregar-se-ão de disseminar as ideias de seus mestres. Por volta do final dos anos 1930, começam a declinar as experiências relacionadas às tradições acadêmicas e às lições do Instituto de Urbanismo de Paris e ganham expressão as intervenções marcadas pelas ideias do Movimento Moderno e do CIAM, como o Plano Diretor para Buenos Aires, de Le Corbusier, Ferrari Hardoy e Kurchan (1938-1947), de um lado, e, de outro, o Plano Diretor de Havana, de Sert, Wiener e Schulz, já nos anos 1950. Particularmente reveladora do ambiente intelectual e profissional desse momento é a "conversão" ao modernismo de Pedro Martínez Inclán, em Havana, ao buscar adaptar para a região a *Carta de Atenas*. O tema da herança acadêmica é também explorado por Eloísa Petti Pinheiro em *Circulação de ideias e academicismo: os projetos urbanos para as capitais do Cone Sul, entre 1920 e 1940*, a partir de exemplos emblemáticos colhidos no Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevidéu e Santiago do Chile, ocasião em que a autora discute a formação dos urbanistas responsáveis pelas propostas analisadas, bem como as convergências e eventuais divergências entre estas.

Explorando especificamente a vertente modernista, o texto *Diálogos modernistas com a paisagem: Sert e o Town Planning Associates na América do Sul, 1943-1951*, de Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes e José Carlos Huapaya Espinoza, busca as interseções entre os estudos da paisagem e a história do urbanismo, ao discutir um capítulo da configuração da paisagem urbana no século XX: a experiência na América do Sul do Town Planning Associates, escritório fundado em Nova York em 1941, por José

Luis Sert e Paul Lester Wiener, e responsável, entre 1945 e 1957, por vários projetos urbanos na América do Sul. Embora mantendo fidelidade ao ideal da Cidade Funcional, alguns desses projetos distanciavam-se dos modelos abstratos da primeira fase do urbanismo *modernista*, embasavam-se em uma reflexão teórica antecipadora de novos temas e propunham uma paisagem urbana nascida do encontro entre pressupostos gerais, condições locais e sensibilidade às diferenças culturais. Os autores buscam encontrar um diálogo entre esses projetos e alguns textos em que Sert, sozinho ou em coautoria, explora novos caminhos para o urbanismo, após a publicação de *Can Our Cities Survive?* Dentre eles, *Nine Points on Monumentality* (1943), *The Human Scale in City Planning* (1944), *Centros para la vida en Comunidad* (1951) e *Can patios make cities?* (1953), estes dois últimos já dentro de uma estratégica discussão desenvolvida no CIAM como forma de responder às críticas que lhe eram endereças e que se generalizam no pós-guerra. Isto marca uma guinada no pensamento urbanístico *modernista* – e no de Sert, em particular –, introduzindo uma visão mais "regionalista" e mais sensível aos aspectos culturais do meio, voltada para o enfrentamento de problemas "reais" em cidades "reais" e não mais para cidades abstratas.

Em *Fronteiras intercambiáveis: o urbanismo que veio do Uruguai*, Célia Ferraz de Souza e Maria Soares de Almeida discutem o processo de trocas acadêmicas e profissionais no território que abrange parte meridional do continente, especificamente o Uruguai, a Argentina e o estado do Rio Grande do Sul, colocando no centro dessa investigação a figura do arquiteto e urbanista uruguaio Maurício Cravotto. Por suas ideias, ensinamentos, planos e projetos, Cravotto influenciou toda uma geração de urbanistas que atuaram na região, transformando o Instituto de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade da Republica Uruguaia, no qual atuou, em uma referência que marcou intensamente as ideias e as práticas do urbanismo no sul do continente.

A partir de um caso nacional – o do Peru –, José Carlos Huapaya Espinoza, em *A construção do Peru pelos peruanos: a experiência urbanística*

em Lima, 1919-1963, mostra como a institucionalização do urbanismo naquele país (com a criação de órgãos como o Instituto de Urbanismo del Peru, a Corporación Nacional de la Vivienda e, posteriormente, a Oficina Nacional de Planeamiento y Urbanismo) e a criação de fóruns de discussão profissional (a exemplo da revista *El Arquitecto Peruano*) tiveram papel essencial na interlocução profissional continental. No bojo dessa discussão, particular destaque é concedido à discussão do papel do arquiteto Fernando Belaúnde Terry, formado nos Estados Unidos e imbuído de ideais modernos, e que, para além de sua liderança profissional no continente, coroaria sua carreira política chegando a ocupar a presidência do país.

Em *Mudanças políticas e institucionais para o planejamento latino-americano no segundo pós-guerra*, Arturo Almandoz busca traçar, a partir de uma perspectiva panorâmica e comparativa rara na literatura publicada no país, algumas mudanças políticas, econômicas e institucionais que ajudaram a estabelecer uma nova agenda para os estudos urbanos e para o planejamento latino-americano depois da Segunda Guerra Mundial. Ele mostra como, no novo cenário internacional então vivenciado pelas Américas (o qual incluiu um amplo leque de ações, indo da criação da Organização dos Estados Americanos ao programa Aliança para o Progresso, adotado pela administração Kennedy depois da Revolução Cubana) novas políticas, modelos econômicos e ações de cooperação institucional ensejaram reformas acadêmicas, organização de eventos e publicações que evidenciaram novos enfoques para a pesquisa urbana e para o planejamento nos países latino-americanos.

Fechando o percurso demarcado pelos textos acima, Ricardo Hernán Medrano, em *Notas sobre a América do Sul na historiografia urbana brasileira*, passa em revista importantes referências na construção da historiografia brasileira e latino-americana na primeira metade do século XX. Ele constrói sua análise a partir dos polos demarcados pelas obras referenciais de Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*, 1936) e de Nestor Goulart Reis (*Evolução urbana do Brasil*, 1968) e a fecha assinalando alguns desafios

que enfrenta a historiografia atual – como, por exemplo, a necessidade de superar o uso de fronteiras nacionais ao se lidar com problemas supracionais; a tendência eurocêntrica que privilegia as interlocuções Norte-Sul; e a segmentação entre o Brasil e os países de colonização espanhola. Alertar para a necessidade de superarmos essa fragmentação não significa, obviamente, nem busca de visões homogeneizadoras nem tampouco superficiais.

Esperamos que a publicação deste livro caminhe neste sentido e possa contribuir efetivamente para o descortinio de novas frentes de estudos para os nossos pesquisadores.

Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes
Organizador

Olhares cruzados: visões do urbanismo moderno na América do Sul, 1930-1960*

Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes
José Carlos Huapaya Espinoza

Introdução

Entre os anos 1930-1960, a emergência de novas experiências na arquitetura e no urbanismo em vários países sul-americanos foi favorecida por uma conjuntura especial, onde se destacaram o rápido desenvolvimento da urbanização[1], movimentos favoráveis da economia, expansão da industrialização e presença marcante do Estado através de grandes investimentos públicos de caráter social. Se acrescentarmos a isto o processo de institucionalização do urbanismo, a criação de escolas de arquitetura, a tradução de autores europeus e norte-americanos e a emergência local de fóruns profissionais de discussão – além, claro, do otimismo característico da conjuntura internacional do pós-guerra –, teremos aí um conjunto de elementos que ajudam a entender o florescimento de experiências inovadoras nessas décadas, marcadas tanto pela disseminação do ideal da Cidade Funcional através do continente – com numerosas realizações que ganharam visibilidade e rápido reconhecimento internacional – quanto pela penetração das práticas norte-americanas relacionadas ao planejamento e à gestão urbana.

Várias etapas marcaram o reconhecimento internacional das experiências em curso na América do Sul, como as exposições no Museum of Modern

Art (MoMA), de Nova York (*Brazil builds*, em 1943; *Two cities, planning in North and South America*, em 1947; e *Latin American architecture since 1945*, em 1955), e a publicação dos livros que as acompanhavam – iniciativas, aliás, indissociáveis da "política de boa vizinhança" então desenvolvida pelos Estados Unidos com relação a seus vizinhos "do sul". A esses livros, somam-se ainda o de S. Giedion (*A decade of new architecture*, 1951) e de Henrique E. Mindlin (*Modern architecture in Brazil*, 1956). Também teve papel importante para essa difusão a publicação de matérias nas mais importantes revistas especializadas do mundo sobre arquitetura e urbanismo no continente, mostrando projetos de cidades novas, conjuntos residenciais, cidades universitárias e edifícios públicos projetados por arquitetos locais.

Dada a importância desses registros, podemos dizer que muito do que conhecemos sobre a experiência urbanística continental nessas décadas é tributário desse "olhar estrangeiro"[2], expresso em exposições, depoimentos e publicações de arquitetos, críticos e historiadores europeus e norte-americanos. Como esse momento coincide com a emergência de uma vasta produção editorial local, buscaremos explorar aqui as possibilidades de uma "troca de olhares", colocando-nos como desafio algumas questões: como os arquitetos e urbanistas sul-americanos viam as suas próprias realizações e expressavam a busca de soluções para os problemas urbanos que então enfrentavam? O que percebiam como realizações urbanísticas emblemáticas do outro lado do Atlântico? Como circulavam no meio especializado "local" as informações sobre experiências dos países vizinhos nesse campo? Qual o papel dos congressos e outros eventos profissionais locais na discussão dos problemas enfrentados pelas cidades sul-americanas?

Na realidade, estas questões colocam-nos no centro do processo de formação de uma "cultura urbanística" no âmbito continental. De maneira geral, conhecemos bem as redes de relações que conectavam profissionais de um determinado país a lideranças europeias (como Le Corbusier, por exemplo) ou – um pouco menos – a uma organização como os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs). Porém, as eventuais

redes profissionais de circulação de ideias no âmbito continental são tema ainda pouco explorado pela bibliografia, particularmente a brasileira.

Mesmo conscientes dos limites das generalizações sobre situações que, apesar de pontos em comum, guardam diferenças importantes, consideramos que a análise (ainda que preliminar) das atividades editoriais de alguns periódicos de destaque na América do Sul durante o período pode ser reveladora dos rumos da constituição do campo do urbanismo no continente. Assim, optamos por analisar quatro revistas especializadas que se destacaram por sua duração, penetração no meio especializado e intercâmbios a nível continental. São elas: *Nuestra Arquitectura*, criada em Buenos Aires, em 1929, pelo engenheiro norte-americano Walter Hylton Scott; *Revista da Diretoria de Engenharia*, mais conhecida como *PDF*, sigla estampada em suas capas e que remetia à Prefeitura do Rio de Janeiro, então distrito federal, que a criou em 1932[3]; *El Arquitecto Peruano*, criada em Lima, em 1937, por Fernando Belaúnde Terry, arquiteto que, posteriormente, tornar-se-ia presidente da República do Peru; e *Proa*, criada em Bogotá, em 1946, pelo arquiteto, urbanista e historiador Carlos Martinez, que a dirigiu durante 30 anos. Subsidiariamente, recorremos à análise de *Austral* (na realidade quase uma "revista-manifesto" criada na Argentina, em 1939, e que lançou apenas três edições, inseridas como encarte em *Nuestra Arquitectura*); e a revista *La Arquitectura de Hoy*, também criada na Argentina, em 1947.

De cada uma dessas revistas, buscamos levantar o perfil editorial, os temas das matérias sobre urbanismo, os colaboradores que nelas escreviam e as relações que mantinham com outras revistas estrangeiras. Para completarmos este levantamento, realizamos um mapeamento das principais discussões relacionadas à cidade e ao urbanismo desenvolvidas em alguns congressos pan-americanos de especialistas. Com isto buscávamos entender o universo de preocupações dos profissionais sul-americanos e os mecanismos de circulação de ideias na escala continental, em um percurso onde emergem questões que nos auxiliam a repensar a história do urbanismo no continente.
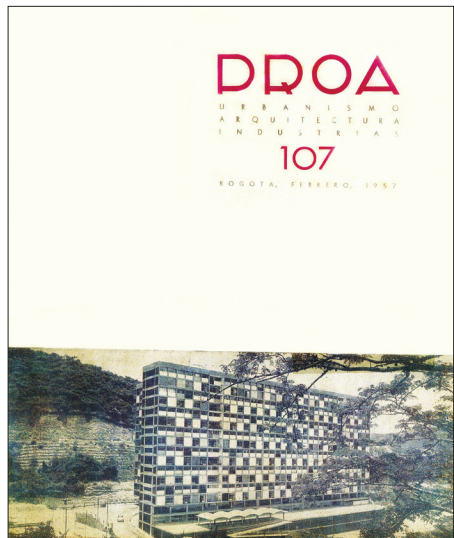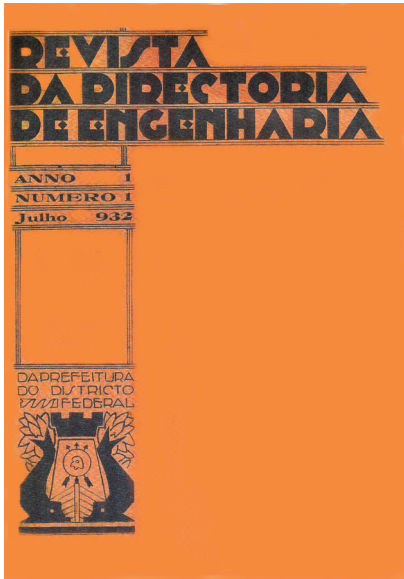
Figura 1 – Capas da "Revista da Diretoria de Engenharia" (jul. 1932); "El Arquitecto Peruano" (set. 1949); "Nuestra Arquitectura" (jul. 1946) e "Proa" (fev. 1957).

Difusão internacional das realizações sul-americanas

Henry-Russell Hitchcock (1955, p. 12), em *Latin American architecture since 1945*, diz que "the eyes of the world were first focused on Latin America during World War II, (when) by 1942 [...] the Museum of Modern Art held its exhibition Brazil Builds"[4]. Nenhuma dúvida sobre a importância dessa exposição para a divulgação internacional da arquitetura brasileira e, com ela, da arquitetura latino-americana como um todo. Porém, desde 1936, com o projeto para o Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, o meio profissional internacional começa a perceber sinais de que promessas de renovação da arquitetura estavam surgindo do outro lado do Atlântico, rapidamente confirmadas pelo reconhecimento do Pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Nova York (Lucio Costa e Oscar Niemeyer, com Paul Lester Wiener, 1939) e do Conjunto da Pampulha (Oscar Niemeyer, 1940-1943). Ainda que o Brasil continuasse no centro das atenções, entre os anos 1940-50, uma série de projetos, em diversos países do continente, chama a atenção do meio profissional internacional para a qualidade que os latino-americanos estavam imprimindo à arquitetura e ao urbanismo nessa parte do mundo, sobretudo em resposta a encomendas institucionais de interesse social.

Primeiro livro em data, com projeção internacional, a tratar da arquitetura moderna na América do Sul, *Brazil builds,* com texto de Philip Goodwin e fotos de George Everard Kidder Smith, não contempla, a rigor, nenhum projeto urbanístico, à exceção do conjunto residencial construído pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), no Realengo, Rio de Janeiro (Carlos Frederico Ferreira, com Waldir Leal e Mario H.G.Torres, 1942). Já no livro de Giedion (1951), *A decade of new architecture*, a América do Sul e a Escandinávia aparecem como os grandes destaques do balanço que ele faz das realizações entre 1937-1947, período em que os CIAMs não puderam acontecer devido à guerra. "It was a surprise for everyone", conta Giedion (1951, p. 3), "to discover how much the CIAM outlook had kept alive in the isolated groups who had been obliged to work quite independently from one another during this

period"[5]. Constatando que o Movimento Moderno havia criado raízes nos recantos mais distantes do mundo, ele atribuía aos impulsos de sua "origem latina" o sucesso das soluções "ousadas" que caracterizavam a arquitetura latino-americana. Apesar do conjunto dos países europeus corresponderem a mais da metade dos exemplos citados, os Estados Unidos são, de longe, o país mais representado, seguido pela Suíça, Inglaterra e Brasil. No capítulo *Town planning*, estavam incluídos quatro casos sul-americanos: o Plano Diretor para Buenos Aires (Le Corbusier, Ferrari Hardoy e Kurchan, 1937), a Cidade dos Motores, no Brasil (Paul Lester Wiener e José Luis Sert, 1947), o Centro de Lazer Punta Ballena, no Uruguai (Antonio Bonet, 1945-1948), e o Conjunto Residencial Pedregulho (Affonso Eduardo Reidy, 1950-52), no Rio de Janeiro. Como lembra Ballent (1995, p. 27), com a publicação desse livro, o moderno deixa de ser exclusivamente europeu, pois a "refundação" da modernidade, propiciada pelo fim da guerra, devia incluir as "margens", os "confins", "nos quais se descobriam novas fontes de criatividade".

O livro de Hitchcock (1955), *Latin American architecture since 1945*, de certa forma "dialogava" com outro livro do autor, *Built in U.S.A.: post-war architecture*, publicado dois anos antes, também por encomenda do MoMA. Para a preparação do livro sobre a América Latina, Hitchcock visitou 11 países e, dentre suas conclusões, uma chama atenção: a de que a arquitetura do Novo Mundo – tanto ao Norte quanto ao Sul – ultrapassara a da velha Europa, naquele momento apenas emergindo do desastre representado pela guerra. Vários exemplos urbanísticos apresentados por Hitchcock referiam-se a conjuntos residenciais: Centro Urbano Presidente Juárez (Mario Pani, 1950-1952), no México; Pedregulho, no Rio; Unidade de Vizinhança de Matute (Santiago Agurto Calvo, 1952), em Lima; Unidade de Habitação de Cerro Grande (Guido Bermúdez, 1951-54), em Caracas; além de um conjunto de casas econômicas, de Cuellar, Serrano e Gómez (1952-53), em Bogotá. A eles, Hitchcock acrescentou ainda o Parque Guinle, com apartamentos de luxo, no Rio de Janeiro (Lucio Costa, 1947-1953). Outros exemplos destacados pelo autor referiam-se às cidades universitárias do Brasil, México e Panamá.
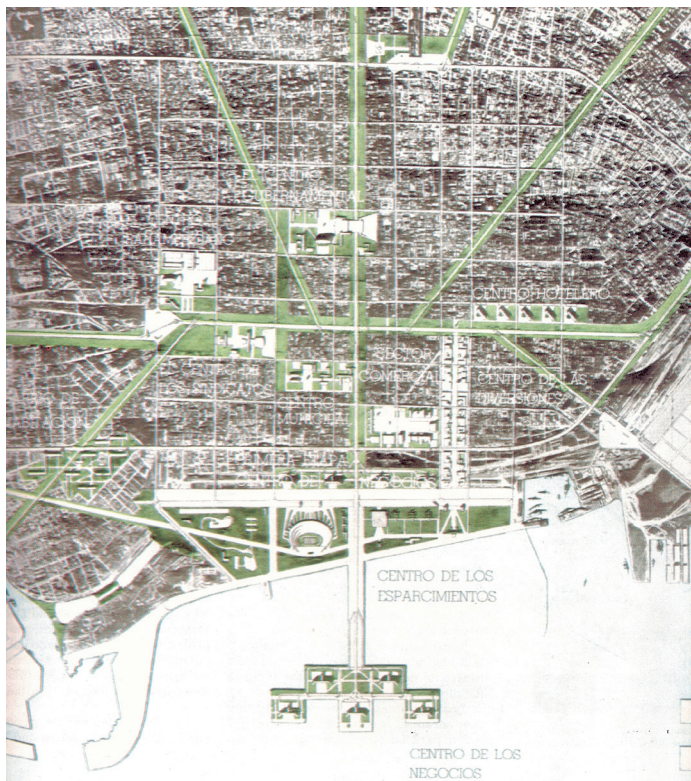
Figura 2 – Plano Diretor para Buenos Aires, Argentina.

Fonte: Molina Y Vedia (1999)
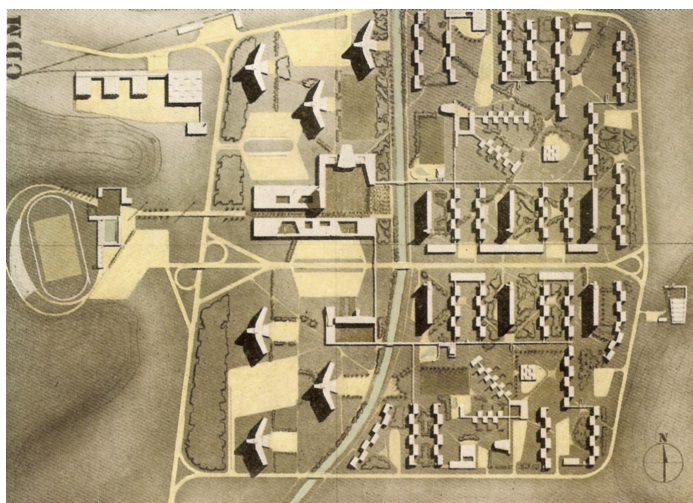
Figura 3 – Projeto para Cidade dos Motores , Brasil.

Fonte: Progressive Architecture v.XXVII n.9 set.

Figura 4 - Unidad Vecinal Matute, em Lima, Peru.

Fonte: Hitchcock (1955)
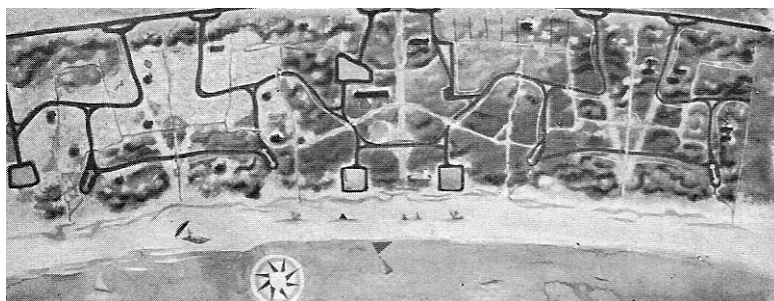
Figura 5 – Centro de Lazer em Punta Ballena, Uruguai.

Fonte: Giedion (1951)

Modern architecture in Brazil (1956), de Henrique E. Mindlin, é publicado logo após o lançamento do livro de Hitchcock, com versões em três línguas (inglês, francês e alemão). Ele buscava fornecer um amplo panorama da arquitetura (e do urbanismo) produzida no país e, apesar de organizada por um brasileiro, esta obra reproduz, de certa forma, o mesmo olhar daquelas mencionadas acima, só que através de um conjunto maior

de obras – afinal, os treze anos que o separam da publicação de *Brazil builds* foram determinantes para o espraiamento dos ideais modernos no país. Além de alguns conjuntos habitacionais – aquele construído pelo IAPI em Santo André, de autoria de Carlos Frederico Ferreira (1949); o já mencionado Pedregulho; e o de Paquetá, encomendado pela prefeitura do Rio de Janeiro a Francisco Bolonha (1952) –, ele incluiu o Plano Diretor do Rio de Janeiro (1938-1948), o estudo de urbanização da área resultante do desmonte do Morro de Santo Antonio, de Reidy (1948); a Cidade Universitária do Rio de Janeiro, na proposta do Escritório Técnico da Universidade (1955); e o seu próprio projeto de urbanização para a Praia de Pernambuco (1953), no Guarujá, SP.

Às exposições no MoMA e a estas publicações, acrescentemos as muitas reportagens e edições especiais que revistas de prestígio, como *L'Architecture d'Aujourd'Hui*, na França; *The Architectural Forum*, nos Estados Unidos; *The Architectural Review*, na Inglaterra; e *Domus*, na Itália, dedicaram às realizações latino-americanas. Até os anos quarenta, esses artigos focalizavam basicamente projetos de arquitetura no Brasil, porém já com referências também a projetos na Venezuela ou na Colômbia. Do imediato pós-guerra ao início dos anos sessenta, o interesse amplia-se para outros países, como Argentina, Peru, Uruguai, Cuba, Panamá e México. Não mais apenas a arquitetura interessa, mas também as experiências urbanísticas que aí começavam a ser desenvolvidas, em grande parte inspiradas nos ideais veiculados pelos CIAMs.

No final da década de 40, *The Architectural Forum* publicou uma série de artigos dedicados a países da América do Sul (Colômbia, Venezuela, Argentina e Uruguai), escritos por Chloethiel Woodward[6], então professora da Universidad de Bolívia e representante sul-americana da revista. Esses artigos buscavam oferecer um panorama da arquitetura e do urbanismo no continente, apresentando projetos de arquitetos locais para residências, edifícios públicos, conjuntos habitacionais etc.

Os artigos e edições especiais de *L'Architecture d'Aujourd'Hui*, publicados desde os anos 40, também tiveram papel de destaque na divulgação das

realizações sul-americanas. Desde o início dos anos 50, eles passam a contemplar também planos urbanos, conjuntos habitacionais, projetos de expansão urbana e cidades universitárias, como os planos de José Luis Sert e Paul Lester Wiener para várias cidades do continente; o estudo de Reidy para a urbanização da área resultante do desmonte do Morro de Santo Antônio; conjuntos residenciais, como o brasileiro Pedregulho ou os venezuelanos El Silencio, El Paraiso, General Rafael Urdaneta e 2 de Diciembre, todos de Carlos Raul Villanueva, ou Cerro Grande, de Guido Bermudez.

Figura 6 – Conjunto Residencial El Paraíso, em Caracas, Venezuela.

Fonte: Villanueva e Pintó (2000)
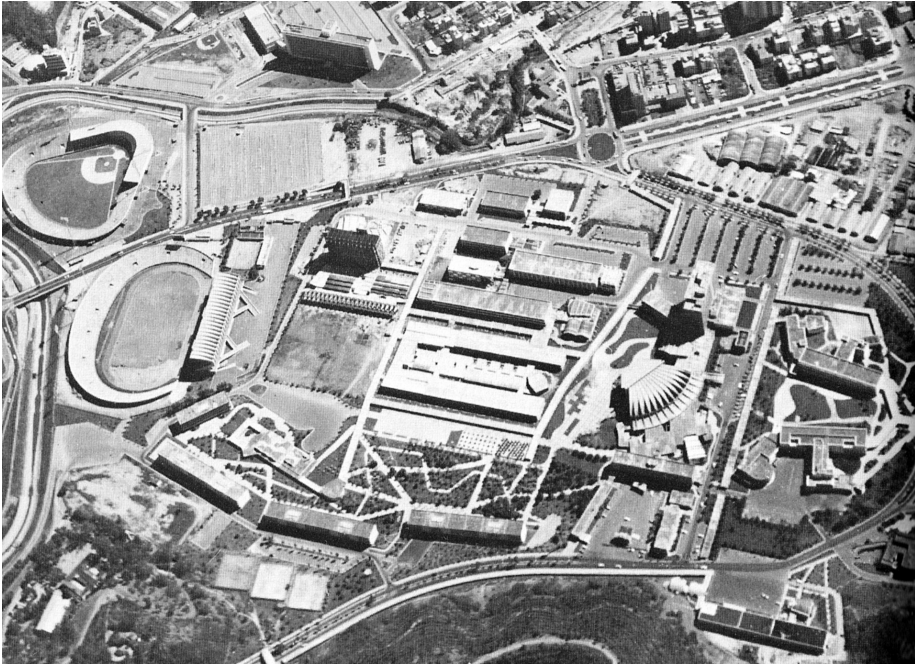
Figura 7 - Cidade Universitária de Caracas, Venezuela.

Fonte: Bullrich (1969)

The Architectural Forum e *L'Architecture d'Aujourd'Hui* divulgaram ainda extensos artigos sobre as cidades universitárias de Caracas, do México e do Panamá. Na virada dos anos 1950-60, o impacto da construção de Brasília, cidade capital de um país que lutava contra o subdesenvolvimento, faz-se notar em diversos artigos nas principais revistas especializadas do mundo.

Este conjunto de publicações viria a constituir referência essencial para a historiografia da arquitetura e do urbanismo no continente, tornando-se elemento-chave de uma persistente trama historiográfica[7].

Latinos pelos latinos: a atitude sul-americana

Entretanto, entre 1920 e 1930 começam a ampliar-se as possibilidades de interlocução entre os profissionais e responsáveis públicos

de diferentes países do continente acerca de problemas comuns a suas cidades. Dois desses novos fóruns interessam-nos de perto: o primeiro é representado pelo desenvolvimento das atividades editoriais e, em particular, pela multiplicação de periódicos especializados; e o segundo, pelo desenvolvimento de eventos profissionais com uma perspectiva pan-americana, criando uma espécie de rede, conectando especialistas de várias cidades do continente.

As revistas especializadas

Enquanto as publicações europeias e norte-americanas mostravam os *highlights* da arquitetura e do urbanismo modernos na América do Sul, principalmente aqueles alinhados aos princípios defendidos nos CIAMs, as revistas especializadas sul-americanas revelavam uma perspectiva bem diferente. Apesar de valorizarem essas realizações – afinal, várias delas já nasceram comprometidas com ideais de renovação –, elas apontavam também para buscas em várias direções, relacionadas aos problemas urbanos enfrentados pelos países do continente.

O acelerado crescimento urbano por que passavam as cidades sul-americanas e o consequente boom da construção civil e das obras públicas estreitavam a vinculação dessas revistas com a indústria da construção e com o mercado imobiliário. A inserção nelas de um grande número de anúncios publicitários era, sem dúvida, elemento importante para o seu financiamento e para a manutenção de sua periodicidade (no geral, mensal, pelo menos em sua fase inicial). Do ponto de vista temático, pode-se dizer que essas revistas abordavam, em suas primeiras edições, basicamente temas arquitetônicos[8]. A *PDF* é uma exceção a isto; por ser uma revista "de engenharia", dedicava-se mais, sobretudo em seus primórdios, a temas específicos dessa área (como tráfego, hidráulica, drenagem) do que a questões de arquitetura ou desenho urbano. Durante os anos 30, um tema constante em todas essas publicações foi a consolidação e regulamentação

da profissão de arquiteto, algumas vezes combinado com a preocupação com a formação profissional.

De uma maneira geral, todas as revistas dedicavam espaço às obras de arquitetos modernos de destaque no plano internacional, como Le Corbusier, Frank Lloyd Wright, Walter Gropius, Mies van der Rohe, ou Richard Neutra. Em alguns casos, elas incluíam também obras de arquitetos de menor expressão, numa seleção sem dúvida tributária das relações pessoais e profissionais de seus editores. Dos arquitetos sul-americanos, as mais frequentes referências, objeto de várias matérias, foram sem dúvida dirigidas a Oscar Niemeyer, seguido do venezuelano Carlos Raul Villanueva.

O espaço e a ênfase concedidos a determinada questão poderiam mudar de revista para revista ou variar ao longo do tempo em uma mesma revista. Inegavelmente, o foco delas era nacional e, em alguns casos, voltado para as cidades em que eram produzidas. Elas não se descuidavam, entretanto, do panorama internacional, embora nenhuma tivesse uma clara diretriz internacionalista.

A questão habitacional afigura-se, desde o início, como uma questão importante, através de matérias sobre experiências desenvolvidas em diferentes países, particularmente na Inglaterra. Na edição de junho de 1938, *Nuestra Arquitectura* publica a tradução de um artigo sobre política habitacional na Grã Bretanha, de John W. Laing, aparecido originalmente em *The Architectural Record*; nele, seu autor defendia a necessidade tanto de apoio do estado ao financiamento de moradias populares quanto de uma política liberal da terra. Os congressos dedicados a essa temática seriam sistematicamente seguidos por essas revistas e, a partir da realização do Primer Congreso Panamericano de la Vivienda Popular, em Buenos Aires, em 1939, todas elas dedicarão várias matérias ao tema.

Ao longo da década de 30, constata-se a presença crescente de temas relacionados a experiências norte-americanas, tanto no campo da arquitetura quanto do urbanismo. Artigos diversos cobriam um vasto leque de temas, indo de projetos de residências, escolas, hospitais e comércio, até artigos sobre o que se pensava e se fazia nos Estados Unidos

em termos de propostas e intervenções urbanas. Mais do que meramente informativos, em muitos casos esses exemplos eram apresentados com forte valor referencial para a realidade local.

A partir da década de 40, ganham destaque as questões ligadas à cidade, ao urbanismo e à gestão urbana. Aumenta a publicação de artigos de especialistas estrangeiros e os exemplos norte-americanos tornam-se mais marcantes. A edição de agosto de 1940 da revista *Nuestra Arquitectura* é enfática ao comentar o livro *Las ciudades de los Estados Unidos: su legislación urbanística, su código de edificación*, do engenheiro Luis Vicente Migone[9] (1940, p. 717): "al mostrarnos la situación anterior de las ciudades americanas y lo que han hecho por mejorarle, nos está enseñando el camino que se debe seguir para curar nuestros própios males".

Coincidindo com uma série de debates urbanísticos entre os profissionais locais, gerados pela necessidade de reconstruir a cidade de San Juan, na Argentina, destruída por um terremoto, em 1944, *Nuestra Arquitectura* publica um artigo "*de divulgación urbanística*", intitulado *Urbanismo al alcance de todos*[10], traduzido da revista *American Forum,* bem como o artigo *Como están planeando los ingleses sus viviendas del mañana*, de E. M. Bradley. No mesmo ano, publica uma série intitulada *Discusiones sobre urbanismo*, em que, a cada edição, um artigo explorava um tema específico (como aspectos econômicos e sociais do planejamento, distribuição da população, planejamento e moradia, planejamento industrial), a cargo de especialistas norte-americanos[11]. De certa forma, essa série sinaliza claramente um deslocamento de interesse das questões propriamente urbanísticas em direção àquelas relacionadas ao planejamento de caráter multidisciplinar.

Com o final da guerra, aumenta o interesse pela divulgação de experiências urbanísticas estrangeiras, sobretudo em países que enfrentavam o desafio da reconstrução de cidades devastadas, numa conjuntura em que ganhavam importância os projetos relacionados à moradia. Os exemplos mostrados não se caracterizavam pela opção por nenhuma vertente urbanística em particular, mas apontavam para experiências tão diversas quanto aquelas desenvolvidas na França, Inglaterra, Alemanha, Holanda,

Itália, Japão, URSS. Sem que esta fosse uma tônica de sua linha editorial, a *PDF* foi uma das que mais espaço concedeu à publicação de artigos sobre urbanismo ou política habitacional em países estrangeiros.

Com relação às experiências urbanísticas no próprio continente, é certo que ganharam destaque grandes intervenções projetadas por arquitetos locais, como as cidades universitárias de Bogotá, Rio, Caracas, Panamá, Tucumán e México; planos de expansão urbana, como o da Pampulha; ou conjuntos habitacionais em vários países do continente. Também aqui, ao final do período em estudo, o projeto e a construção de Brasília tornam-se matéria presente em todas as revistas. Porém, nem todas elas dedicavam o mesmo espaço à divulgação das realizações continentais. Pode-se dizer que na *PDF* essa divulgação foi limitada a alguns casos na Argentina (mais especificamente em Buenos Aires) e, bem menos, na Venezuela.

O exemplo de *El Arquitecto Peruano* é interessante: de sua criação, em agosto de 1937, a dezembro de 1960, encontra-se quase o dobro de referências à América Latina do que aos Estados Unidos, que, no entanto, eram muito mais numerosas do que as referências a países europeus. Se computarmos os muitos artigos e notas relacionados aos congressos pan-americanos (em geral realizados na América Latina), esses números sobem consideravelmente. Além dos congressos, essas matérias referiam-se a projetos de arquitetura (dentre os estrangeiros, destaque para os brasileiros), a planos e projetos urbanísticos, ao ensino profissional e à circulação de profissionais e estudantes de arquitetura. Duas edições especiais foram dedicadas a outros países latino-americanos: a de janeiro/março de 1951 versava sobre Porto Rico, e a de janeiro/março de 1960, sobre o Brasil, particularmente Brasília.

As visitas de arquitetos estrangeiros ao Peru também eram bastante noticiadas pela revista, como as de Wiener e Neutra, em 1945; a de Sert, em 1948, e a de Gropius, em 1953. *El Arquitecto Peruano* é também a revista que mais espaço concedia a informações sobre a circulação de profissionais e estudantes da própria América do Sul. Frequentemente, ela se referia a visitas de profissionais, professores, comissões de estudantes e dirigentes de associações profissionais de países do continente ao Peru ou

a visitas de arquitetos peruanos ao exterior, algumas vezes acompanhadas de artigos com suas impressões de viagens.

É interessante notar que existia um efetivo intercâmbio entre as revistas (do continente e fora dele), com frequentes indicações dos títulos de periódicos e livros recebidos pela redação, em alguns casos, com resumos de trabalhos que poderiam interessar aos profissionais locais. A publicação de artigos umas das outras era prática corrente; assim, artigos publicados em *Nuestra Arquitectura* eram publicados em *El Arquitecto Peruano* ou em *Proa* e vice-versa. Era também frequente a publicação de artigos traduzidos diretamente de revistas norte-americanas ou europeias, como *The Architectural Review*, *The Architectural Forum* ou *L'Architecture d'Aujourd'Hui*. Nessa linha, encontra-se o caso, bastante especial, de *La Arquitectura de Hoy*, que não foi mais que uma tradução na íntegra (ou em grande parte) de *L'Architecture d'Aujourd'Hui*, à exceção (até onde nos foi possível constatar) da edição número quatro, integralmente dedicado ao Plano Diretor de Buenos Aires, elaborado alguns anos antes por Le Corbusier, Ferrari Hardoy e Kurchan, conforme já ressaltado.

Contrariamente ao peso que a historiografia atribui aos CIAMs na formação da experiência urbanística em países sul-americanos (como se sabe, no caso do Brasil é grande a ênfase neste aspecto), é interessante notar que eram poucas (em alguns casos, até mesmo inexistentes) as referências a esses congressos nas revistas sul-americanas: geralmente notas pequenas, que não informavam mais do que o local e a data de sua realização. Uma exceção é a *PDF*, que publicou alguns artigos sobre eles, principalmente sobre o congresso de 1933 (que deu origem à Carta de Atenas) e o de 1937.

Já a realização de congressos e seminários no âmbito continental – ou mais precisamente, na escala pan-americana –, como os Congresos Panamericanos de Arquitectos, os Congresos Panamericanos de la Vivienda Popular ou os Congresos Panamericanos de Municípios, ocupavam um grande espaço em todas as revistas analisadas, que a eles dedicaram diversos artigos sobre sua organização, sua realização, as exposições que incluiam em sua programação e as conclusões publicadas em seus anais.

Os congressos pan-americanos

Não era sem razão o interesse por esses congressos. Entre os anos 1930 e 1960, além de seu papel para o campo da arquitetura, eles representaram um importante espaço de discussão sobre os problemas urbanos comuns a várias cidades do continente. Os mais antigos, com mais longa duração e provavelmente maior audiência eram os Congresos Panamericanos de Arquitectos. Eles tiveram sua origem numa ação desenvolvida pela Sociedad de Arquitectos del Uruguay com a finalidade de regulamentar a profissão naquele país, embora já nascessem com a ideia de agregar profissionais de outros países do continente[12]. Neste sentido, eles e os demais congressos pan-americanos não podem ser dissociados do debate sobre o "congraçamento das Américas", cujos primórdios remontam ao início do século XIX, com a doutrina Monroe[13].

Do I Congreso Panamericano de Arquitectos (Montevidéu, 1920) ao IV Congresso[14] (Rio de Janeiro, 1930), os principais debates giraram em torno da regulamentação profissional e do ensino de arquitetura. A cada edição, incorporavam-se novos temas para a pauta do encontro seguinte (como patrimônio histórico, urbanismo, crescimento urbano) de modo a direcionar o debate para novas questões. No V Congresso (Montevidéu, 1940), observa-se uma nova etapa na pauta desses eventos, provavelmente devido a uma confluência de fatores. Esses dez anos transcorridos desde o congresso do Rio foram determinantes para o alastramento das ideias de renovação da arquitetura e do urbanismo. Além disto, o debate sobre as questões urbanas desenvolvera-se nos países latino-americanos, acompanhando o ritmo de urbanização por que passavam, bem como a conjuntura gerada pela deflagração da guerra favorecia revisões e redefinição de estratégias políticas e ideológicas: enquanto o mundo parecia se dividir, os congressos conclamavam a união dos países americanos. De uma maneira geral, pode-se dizer que o tema da habitação de baixa renda foi constante e ganhou progressivamente destaque nesses congressos. Ao longo de suas sucessivas edições, nota-se uma evolução nesse debate, que deixa

os vestígios do pensamento higienista do início do século para inserir-se em um modelo de expansão urbana expressa em planos reguladores[15].

Lima foi a cidade escolhida para sediar o VI Congresso. Previsto para 1944, ele aconteceu somente em 1947. Nos sete anos que se passaram desde o congresso anterior, a arquitetura e o urbanismo no Peru apresentaram um grande avanço, principalmente graças à ação política de Belaunde Terry. Arquiteto formado pela Universidade do Texas, em 1935, e fundador do Partido Acción Popular, em 1956, Belaúnde fora eleito deputado por Lima em 1945. Em seu mandato, propusera leis sobre habitação social, uso do solo e planejamento urbano, que representaram avanços no processo de modernização das cidades peruanas. Desde o início dos anos 40, Lima passava pela experiência de implantação das *unidades vecinales* (UV) como resposta ao problema da moradia, sendo a UV3 (1946) considerada a mais representativa delas. Ela teve, no VI Congresso, o impacto de uma experiência que buscava passar da teoria à prática, sendo recomendada como paradigma para a solução do problema da habitação coletiva nas Américas. Como notou um arquiteto argentino durante o encontro: "*Nosotros les hemos traido proyectos, ustedes nos estan mostrando realidades...*"[16]. Este congresso contou com a participação nada desprezível para a época de mais de 400 arquitetos vindos de diversos países americanos[17].

No VII Congresso (Havana, 1949), as discussões sobre os problemas urbanísticos e sobre o ensino e a prática profissional parecem ter ocupado mais espaço do que os problemas relacionados à habitação, embora isto não desminta a tendência geral de crescimento desse tema, que foi retomado como tema central no congresso seguinte (México, 1952).

A intensidade com que as questões relacionadas à moradia de baixa renda eram colocadas nesses congressos de arquitetos era reveladora da extensão do problema na escala continental, sobretudo quando consideramos que elas possuíam um fórum específico de discussão desde 1939: os Congresos Panamericanos de la Vivienda Popular[18]. Estes visavam discutir diferentes aspectos da problemática da moradia popular – como formas de acesso, financiamento, legislação, custos, técnicas construtivas etc. –, levando-se

em consideração a realidade de cada país. Intervenção estatal e iniciativa privada eram vistas como ações complementares para a solução do déficit habitacional no continente. Acompanhando as discussões travadas nas comissões desses congressos, observa-se a existência de pontos em comum com os congressos de arquitetos, como a inserção dos projetos habitacionais em planos reguladores e planos de desenvolvimento regional, ou a proposta de criação de Institutos de Vivienda Popular em cada país.

Figura 8 – Inauguração do VI Congresso Pan-Americano de Arquitetos

Fonte: Gutierrez, Tartarini e Stagno (2007)

Quanto aos Congresos Panamericanos de Municípios, sabe-se que eles tiveram sua origem na VI Conferencia Internacional Americana (Havana, 1928), embora sua primeira edição tenha ocorrido somente dez anos depois, também em Havana. Seguindo a ideologia de "fortalecer e estimular a mais estreita relação amistosa entre as comunidades americanas", esses congressos tinham como temas centrais a administração municipal e a gestão dos serviços públicos. Desde suas primeiras edições, contaram com a presença de representantes de vários países e, posteriormente, com o apoio de organizações internacionais, como a Organização dos Estados

Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU). O segundo congresso aconteceu em Santiago, em 1941, e contou com a presença de mais de duzentos participantes[19]. Esses congressos tinham a peculiaridade de constituírem-se em um fórum multidisciplinar, congregando especialistas de diferentes especialidades – arquitetos, juristas, economistas, engenheiros, médicos etc.

Figura 9 – Unidad Vecinal N° 3 - UV3, em Lima, Peru.

Fonte: El Arquitecto Peruano, set. 1949

Devido à amplitude de suas preocupações, esses diferentes eventos foram inegavelmente fóruns de debate abertos aos mais variados enfoques, constituindo-se como espécies de "painéis" de olhares diversos que contribuíam para o intercâmbio de ideias e troca de experiências entre os profissionais dos países participantes. Em um período em que as experiências realizadas nos Estados Unidos e na Europa eram objeto de ampla divulgação, faz sentido a observação do editor de *Nuestra Arquitectura* ao comentar que, até o advento dos Congresos Panamericanos de la Vivienda Popular: "[...] ignorábamos casi totalmente los esfuerzos

hechos en el resto de América[20][...]". Talvez pudéssemos estender este comentário aos outros congressos acima referidos.

Algumas conclusões

Este breve percurso sobre uma parcela da produção editorial sul-americana e sobre as discussões desenvolvidas em alguns congressos pan-americanos entre as décadas de 1920/30 e 1960 sugere-nos algumas considerações.

Em primeiro lugar, chama a atenção a distância entre o que as publicações europeias e norte-americanos mostravam das realizações continentais e aquilo que o meio profissional sul-americano revelava em seus fóruns próprios de discussão. Evidentemente que revistas como *L'Architecture d'Aujourd'Hui* e *The Architectural Forum* (que foram as que mais citamos aqui) eram revistas comprometidas com as ideias de renovação da arquitetura e do urbanismo. Mas também o eram – com maior ou menor intensidade – as revistas sul-americanas com que trabalhamos. A *PDF*, por exemplo, estava diretamente envolvida com esses mesmos ideais; o órgão que a editava foi responsável, dentre outros, por um dos ícones da arquitetura e do urbanismo modernos no Brasil (e na América do Sul): o conjunto de Pedregulho, elemento de destaque em todas as publicações europeias e norte-americanas aqui citadas. O mesmo poderia ser dito de *El Arquitecto Peruano*, cujo criador foi um dos grandes incentivadores dos ideais de renovação da arquitetura e do urbanismo em seu país. Porém, enquanto as publicações europeias e norte-americanas buscavam "ilustrar" com alguns *highlights* da produção continental as possibilidades de um certo tipo de arquitetura e urbanismo (principalmente vinculado aos princípios defendidos nos CIAMs), as publicações "locais" revelam que, para além do brilho excepcional de projetos que se inspiravam nos ideais das vanguardas internacionais (ou que os reinterpretavam), era necessário enfrentar problemas múltiplos, que se acumulavam com a rapidez da urbanização e que exigiam respostas imediatas.

A segunda conclusão refere-se ao peso dos ideais modernos que inspiraram uma boa parte das realizações sul-americanas mostradas nas publicações europeias e norte-americanas, particularmente aqueles relacionados aos CIAMs e presentes em diversos conjuntos habitacionais, cidades universitárias ou planos urbanos. Em que pese a grande qualidade das realizações continentais mostradas nessas publicações, nossa incursão pelas revistas e congressos voltados para os especialistas "locais" relativiza o peso dos CIAMs (e mesmo do pensamento de Le Corbusier) na formação do campo nos países sul-americanos. Claro que não se coloca em dúvida a influência do pensamento de Le Corbusier na formação e trajetória de várias gerações de arquitetos locais e, em particular, o caráter referencial que teve a Carta de Atenas para o urbanismo sul-americano (de que Brasília é, sem dúvida, o exemplo mais espetacular). Os arquitetos locais tinham conhecimento do que se discutia nos CIAMs; alguns até podiam manifestar interesse em se envolver mais diretamente com eles, liderando grupos nacionais que, no final das contas, não conseguiram avançar muito em seu processo de organização[21]. Os congressos do pós-guerra, que marcam o início do desmantelamento dessa associação, coincidem também com o arrefecimento das tentativas de maior inserção dos arquitetos sul-americanos. O que sugere o exame das revistas sul-americanas e dos congressos realizados no âmbito continental é uma postura menos dogmática com relação ao pensamento do *mainstream* dos CIAMs e mais aberta a outras formas de compreensão e de intervenção na cidade, sugerindo que a constituição do campo do urbanismo é mais marcada pela heterogeneidade de suas referências do que pela estrita adesão a um único corpo de ideias[22]. Sem dúvida que os profissionais locais acompanhavam – com maior ou menor assiduidade, com maior ou menor proximidade – o que acontecia na Europa e nos Estados Unidos. Porém, a impressão que se tem é que, muitas vezes, eles se colocavam em uma posição de *observadores distantes*, até mesmo aparentemente alheios ao reconhecimento que passaram, com suas realizações, a desfrutar

junto à crítica internacional. Talvez a preocupação com a busca de um "caminho próprio", capaz de responder às especificidades das demandas locais, explique esse aparente distanciamento.

A terceira conclusão reforça a compreensão de que a penetração, no meio profissional local, das ideias defendidas pelo *mainstream* dos CIAMs ocorre exatamente no mesmo momento em que se difunde a experiência norte-americana no campo do planejamento e da gestão urbana. Não é nossa intenção aqui desenvolver esse aspecto, mas vale notar como a questão da gestão urbana e da institucionalização do urbanismo serão centrais na constituição do campo no continente, fato que acontece em paralelo a muitas das realizações urbanísticas aqui mencionadas.

Finalmente, as revistas e os congressos pan-americanos aqui apresentados revelam-nos a existência de um processo de trocas – profissionais e acadêmicas – em âmbito continental longe de ser negligenciável. Surpreende a intensidade dessas trocas, entretanto pouco estudadas comparativamente às redes que conectavam diretamente os profissionais atuantes no continente aos seus interlocutores na Europa e Estados Unidos. Foram muitas as iniciativas editoriais, profissionais e acadêmicas que, nos diversos países, discutiam os problemas locais, mostravam soluções encontradas em outros países e buscavam seguir as discussões nos grandes fóruns de especialistas, a nível internacional e particularmente pan-americano. Muitas vezes, esses fóruns foram importantes difusores de formas de pensar a cidade, onde confluíam razões técnicas e claras vinculações político-ideológicas (ainda que disto não tenhamos tido condições de nos ocupar nos limites deste artigo). Assim, longe da imagem de profissionais isolados em seus respectivos países, percebe-se certa "ebulição", feita de viagens, visitas, encontros, divulgação de experiências, que tanto parecem contribuir para a construção ideológica de uma identidade latino-americana (ou pan-americana), quanto – em outra vertente – contribuirão para a formulação da ideia de uma *cidade latino-americana*, hipótese, entretanto, a ser discutida em outro trabalho.[23]

Notas

* Este trabalho foi originalmente apresentado como uma comunicação no X Seminário História da Cidade e do Urbanismo, que teve lugar na cidade do Recife, entre os dias 8 e 10 de outubro de 2008.

1 Os dados sobre o crescimento demográfico das cidades sul-americanas impressionam: Lima passa de 661.508 habitantes em 1940, para 1.901.927 em 1960; Buenos Aires, de 4.722.381 habitantes em 1947, para 6.739.045 no início dos anos 60; Santiago, de 696.000 habitantes em 1930, para 1.907.378, em 1960. São Paulo aumentou mais de seis vezes sua população entre 1920 e 1960, passando de 579.033 habitantes para 3.781.446. O Rio de Janeiro passou de 1.157.873 habitantes para 3.281.908 no mesmo período e Caracas pulou de 350.000 habitantes em 1941, para 1.300.000 em 1961.

2 Para usar a feliz expressão que dá título ao livro de Nelci Tinen.

3 Até 1937, ela manteve esta denominação, substituída então por *Revista Municipal de Engenharia*, que guardou até 1959. De 1960 a 1977, ela se chamou *Revista do Estado da Guanabara*; e de 1978 em diante, novamente *Revista Municipal de Engenharia*. Para simplificar, a ela nos referiremos neste texto como *PDF*. Ela teve em Carmen Portinho uma de suas idealizadoras e principais responsáveis.

4 Os olhos do mundo voltaram-se inicialmente para a América Latina durante a Segunda Guerra Mundial, (quando) por volta de 1942 [...] o Museu de Arte Moderna realizou a exposição Brazil Builds (tradução nossa).

5 Foi uma surpresa para todos descobrir o quanto as perspectivas do CIAM mantiveram-se vivas em grupos isolados que tinham sido obrigados a trabalhar independentemente uns dos outros durante esse período (tradução nossa).

6 Arquiteta norte-americana, conhecida pelo planejamento de grandes conjuntos habitacionais.

7 Valemo-nos aqui (aplicando-a ao contexto sul-americano) da análise que Martins (1994) faz para o caso do Brasil.

8 Principalmente residências unifamiliares, edifícios de apartamentos e equipamentos públicos e comerciais, além de arquitetura de interiores e, eventualmente, história da arquitetura.

9 Migone graduou-se em 1918 pela Universidade de Buenos Aires. Elaborou projetos de moradias econômicas, desenvolvidos a partir da racionalização e estandardização construtivas. Seu livro foi publicado em 1940 e resultava de pesquisas que desenvolvera, com o Consejo Deliberante de la Municipalidade de

Buenos Aires, com o objetivo de propor uma regulamentação das construções que substituísse a de 1928.

[10] Edição de junho de 1944.

[11] Dentre eles, Lorin Thompson, Robert Calkins, Svend Riemer etc.

[12] Cf. Atique (2005).

[13] Idem

[14] O II Congresso aconteceu em Santiago, em 1923; e o III em Buenos Aires, em 1927.

[15] Atique (2005).

[16] EL ARQUITECTO PERUANO, v. 11, n.123, p. 3, out. 1947.

[17] LA ARQUITECTURA DE HOY, n. 7, julho de 1947, p.77.

[18] Sua primeira edição aconteceu em Buenos Aires.

[19] PDF, v. 8, n.6, p. 57, nov. 1941.

[20] NUESTRA ARQUITECTURA, n.11, p. 361, nov. 1939, p. 361.

[21] Sobre isto ver Ballent (1995).

[22] Sobre isto ver, com referência ao caso do Brasil, GOMES (2005).

[23] Gorelik (2003) faz um excelente apanhado da construção da ideia de "cidade latino-americana", no período 1950-1970, portanto apenas parcialmente coincidente com o que nos ocupa aqui. Ele não desenvolve, entretanto, a possível participação desses congressos pan-americanos nessa formulação.

Referências

ALMANDOZ, A. (Org.) P*lanning Latin America's capital cities, 1850-1950*. Londres: Routledge, 2002.

ATIQUE, F. *O debate sobre habitação nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos*: *1920-1940*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11., Salvador. *[Anais...]* Salvador: ANPUR, 2005.

BALLENT, A. *El diálogo de los antípodas: los CIAM y América Latina.* Buenos Aires: Secretaría de Investigaciones en Ciencia y Técnica/FADU, 1995.

BULLRICH, F. *Nuevos caminos de la arquitectura latinoamericana*. Barcelona: Editorial Blume, 1969.

COSTA, X; HARTRAY, G. *Sert arquitecto en Nueva York*. Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona, 1997.

FELDMAN, S. *Instituições de urbanismo no Brasil na década de 30*. Tese (Livre Docência) - Escola de Engenharia, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

GIEDION, S. *A decade of new architecture*. Zurique: Girsberger, 1951.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Cultura urbanística e contribuição modernista: Brasil, anos 1930-1960. *Cadernos PPG-AU*, Salvador, Edição Especial, p.11-29, 2005.

GOODWIN, P. L. *Brazil builds, architecture new and old, 1652-1942*. New York: MoMA, 1944.

GORELIK, A. A produção da "cidade latino-americana". *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, v.17, n.1, p. 111-133, 2003.

GUTIÉRREZ, R.; MARTÍN, M. *Bibliografía iberoamericana de revistas de arquitectura y urbanismo*. Madri: Instituto Español de Arquitectura/ Universidades de Alcalá y Valladolid, 1993.

GUTIERREZ, R., TARTARINI, J. e STAGNO, R. *Congresos Panamericanos de Arquitectos 1920-2000*: aportes para su historia. Buenos Aires: CEDODAL (Centro de Documentación de Arte y Arquitectura Latinoamericana). Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos, 2007.

HARDOY, J. E. Teorias y prácticas urbanísticas en Europa entre 1850 y 1930: su traslado a América Latina. *DANA*, Buenos Aires, n.37/38, p. 12-30, 1995.

HITCHCOCK, H-R. *Latin American architecture since 1945*. New York: MoMA, 1955.

LE CORBUSIER. *Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo [1930]*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

LEME, M. C. S. (Org.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Nobel, 1999.

LIERNUR, J. F. South American way: el "milagro" brasileño, los Estados Unidos y la Segunda Guerra Mundial (1939-1943). *Block*, Buenos Aires, n. 4, 1999.

______.; ALIATA, F. (Org.). *Diccionario de arquitectura en la Argentina*: estilos, obras, biografías, instituciones, ciudades. Buenos Aires: AGEA, 2004.

MARTINS, C. A. F. A constituição da trama narrativa na historiografia da arquitetura moderna brasileira. *Revista Pós*, São Paulo, p. 91-95, 1994. Número Especial: O Estudo da História na Formação do Arquiteto.

MIGONE, L. V. *Las Ciudades de los EE.UU: su legislación urbanística*: sus códigos de edificación. Prólogo de Carlos M. Della Paolera. Buenos Aires, Librería El Ateneo, [1940].

MINDLIN, H. E. *Modern architecture in Brazil*. Rio; Amsterdã: Colibris, 1956.

MOLINA Y VEDIA, J. *Mi Buenos Aires herido.* Buenos Aires: Ediciones Colihue, 1999.

MUMFORD, E. *The CIAM discourse on urbanism*. Cambridge, M.A.; Londres: MIT, 2000.

OYARZÚN, F. P. *Le Corbusier y Sudamérica*: viajes y proyectos. Santiago de Chile: Facultad de Arquitectura de Santiago de Chile, 1991.

TINEM, N. *O alvo do olhar estrangeiro*. João Pessoa: Manufatura, 2002.

VILLANUEVA, P., PINTÓ, M. *Carlos Raúl Villanueva*. Madri: Tanais Ediciones, 2000.

Periódicos Consultados

L'Architecture d'Aujourd'Hui

The Architectural Review

El Arquitecto Peruano

La Arquitectura de Hoy

Austral

Domus

Nuestra Arquitectura

Proa

Progressive Architecture

Revista da Diretoria de Engenharia (PDF)

Articulações profissionais: os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e o amadurecimento de uma profissão no Brasil, 1920-1940

Fernando Atique

Americanismo, pan-americanismo e interamericanismo: o "lugar" do Brasil

Em 1906, uma edificação erigida com estrutura de aço e revestida com os referenciais estéticos da *belle époque* adornou-se com todas as bandeiras dos países americanos, na cidade do Rio de Janeiro. O motivo deste engalanamento era a realização da Terceira Conferência Pan-Americana[1], que, pela primeira vez, ocorria em terras do sul do continente americano. Montada defronte à Baía de Guanabara, no fim da Avenida Central, a edificação imponente era conhecida, entre os brasileiros, como Palácio São Luiz, em função de ter sido, originalmente, destinada a abrigar o Brasil na Exposição Internacional de Saint Louis, nos Estados Unidos, ocorrida em 1904. Entretanto, o nome latino daquela obra de arquitetura seria esquecido em pouco tempo, uma vez que durante a realização das assembleias da referida conferência, o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, em concordância com a sugestão do embaixador brasileiro em Washington, Joaquim Nabuco, requereu que o

palácio fosse, a partir daquele momento, chamado de Palácio Monroe, em memória do antigo presidente dos Estados Unidos James Monroe.[2]

Figura 1 – O Palácio Monroe, no Rio de Janeiro.

Foto: Augusto Malta, 1906.

É extremamente importante notar que a sugestão dada por Joaquim Nabuco ao Barão do Rio Branco tinha por objetivo não apenas “fazer boa figura” do Brasil perante os Estados Unidos, já que na Conferência de 1906 o Secretário de Estado daquele país, Elihu Root[3], estava presente, mas intentava-se, também, sensibilizar as demais nações americanas acerca do pan-americanismo, uma vez que James Monroe passou à história como o autor da Doutrina Monroe, a qual, se não pode ser vista como a origem do pan-americanismo, foi, sem dúvida, a justificativa para muitas ações neste sentido.

O Palácio Monroe, enquanto artefato, trazia, em si, muitos dos dilemas e das opções estéticas, mercantis e políticas disponíveis ao Brasil, naquele momento. O palácio havia sido todo edificado em estrutura metálica[4],

algo que remetia diretamente ao mundo americano, e havia recebido vedações que buscavam referências no universo estético europeu, dentro da clara postura de recuperação dos pressupostos historicistas daquele momento, na arquitetura. Era possível notar através daquele edifício uma triangulação muito importante e vivaz naqueles anos: o Brasil, procurando seu "lugar" entre a América e a Europa (SANTOS, 2004, p. 5).

A postura celebradora de James Monroe assumida pelo Barão do Rio Branco era justificada por sua interpretação de Monroe como o principal formulador de uma "política pan-americana". Era justificada, ainda, por acreditar que aquele prédio, que em 1906 recebeu os delegados das nações americanas e em especial o Secretário de Estado Elihu Root, havia abrigado, quando em solo estadunidense, o próprio presidente daquela nação, Theodore Roosevelt, o que, com seu "ressurgimento" em solo brasileiro, parecia indicar, mesmo que metaforicamente, a importância do Brasil no acolhimento da "causa pan-americanista" e, de maneira latente, mas igualmente importante, da "causa americanista" (ATIQUE, 2007, p. 22).

Hoje, como naquela época, as concepções sobre pan-americanismo, americanismo e interamericanismo dividem opiniões políticas e repercutem, consequentemente, no espaço das cidades brasileiras. Sendo assim, desavenças político-econômicas ressoaram, inegavelmente, na adesão a programas e a soluções técnico-espaciais dos profissionais do espaço, naqueles anos.[5] Nesta linha, assumem importância os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, uma vez que foram fóruns privilegiados para o debate arquitetônico-urbanístico nas Américas e, em especial, no Brasil. Assim, historiam-se algumas proposições que foram levadas a estes eventos, como forma de suscitar um debate sobre a circulação de ideias entre os países participantes dessas reuniões, especialmente no que tange à divulgação e à aproximação do hemisfério sul com os Estados Unidos, suposta referência para o arranjo profissional, formal e de educação superior em arquitetura e em urbanismo.

Embora seja praticamente impossível esquecer as relações do Brasil e dos demais países do cone sul com a Europa, o pan-americanismo,

sobretudo as versões defendidas durante o século XX, pode ser lido como um pronunciamento importante dos países americanos para si mesmos. Com o Velho Continente permeado por guerras e experimentando regimes políticos cerceadores, no século XX, os países americanos alcançaram importância na formulação e na discussão de suas próprias realidades, utilizando-se de referências localistas e internacionais para tanto. Entretanto, a perspectiva analítica da história urbana e arquitetônica, sobretudo a dos autores europeus e estadunidenses consagrados nas décadas centrais do século XX, não incorporou em seu escopo as discussões e, muito menos, as movimentações específicas do continente americano. Contraditoriamente, até mesmo os Estados Unidos comparecem nessa historiografia como "doador" de atitudes seminais da reformulação espacial que seria, de fato, praticada na Europa. O caso de Frank Lloyd Wright em relação ao movimento De Stijl, em princípio do século XX, é um bom exemplo para tanto. Interessante é também perceber que manuais emblemáticos do estudo do espaço construído, no Brasil, formulados contemporaneamente aos mais conhecidos congêneres europeus, como o livro de Yves Bruand, apontam a vinculação de profissionais como Gregori Warchavchik ao ambiente dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs), mesmo sem o referido arquiteto ter participando pessoalmente de nenhum deles, mas não faz menção aos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, a despeito de o Brasil ter sediado uma das mais polêmicas edições, em 1930, no Rio de Janeiro (BRUAND, 1991, p. 68).

A necessidade de entender as relações culturais e profissionais dos arquitetos brasileiros com relação aos demais países americanos, sobretudo com os Estados Unidos, levou à constatação de que o estudo detido dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos poderia ser um veículo revelador de fluxos e redes ainda não tão cristalizados na historiografia. Nesta tarefa, o exame da historiografia contemporânea internacional, notadamente dos livros de Jeffrey Cody (2003), intitulado *Exporting American architetcure: 1870-2000*, e de Jean-Louis Cohen (1995), denominado *Scenes of the world to come: European architecture and the American challenge, 1893-1960*, foram

cruciais, pois mostraram relações consistentes que, certamente, acabaram por repercutir na forma e no pensamento das cidades do continente americano. Neste sentido, o estudo dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, durante o período entreguerras, possibilitou o reconhecimento de "um lugar" propositivo para a América, e não de mero receptor. O entendimento da etimologia da expressão pan-americanismo por meio da história revelou, também, uma posição política, a qual se torna importante para a compreensão dos próprios Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e, neste sentido, convém apresentar, brevemente, alguns conceitos de pan-americanismo.

Etimologicamente, percepções das posturas políticas

> Estes congressos têm sancionado conclusões que têm encontrado o apoio imediato de vários governos americanos, já que as conclusões dos congressos são meros votos de aspiração, até que encontrem a sanção legal necessária e indispensável, das autoridades, para que se tornem eficazes. (ALVAREZ, 1931, p. 114)

Como aponta o diplomata e historiador Luís Cláudio Villafañe dos Santos, no livro *O Brasil entre a América e a Europa*, a expressão "pan-americanismo" foi empregada pela primeira vez na edição de 27 de junho de 1882 do jornal *The New York Evening Post*, como forma de denotar uma "ideia de integração continental", dentro do modelo "dos movimentos pan-eslavo e pangermânico na Europa" (SANTOS, L., 2004, p. 64). A apropriação da expressão pan-americanismo e, além, de seu entendimento, se deram de maneiras muito diversas do que as que os estadunidenses idearam. Contudo, para um melhor entendimento, é necessário ter em mente o que significou a criação da Doutrina Monroe e as críticas que recebeu.

A Doutrina Monroe, didaticamente evocada pelo seu lema "A América para os americanos", além de revelar que, em 1823, os Estados Unidos

enxergavam o continente "América" dentro do seu próprio conceito de "Hemisfério Ocidental"[6], tinha por objetivo barrar a intervenção da Santa Aliança nessa porção do globo. Um dos pontos principais dessa Doutrina era o realce que os Estados Unidos davam ao seu caráter de guardião das demais nações, numa demonstração de superioridade bélica, de ponto focal e de referência de ação para os demais países do continente.

As diversas formas pelas quais os Estados Unidos entenderam a Doutrina Monroe dão também indícios de como o pan-americanismo foi visto. A historiadora Kátia Gerab Baggio aponta que os Congressos Americanos, realizados durante todo o século XIX[7], foram o palco principal de divulgação do pan-americanismo. Segundo ela, especial destaque deve ser dado à Primeira Conferência Internacional Americana, "cujas sessões ocorreram de 02 de outubro de 1889 a 19 de abril de 1890, marcando oficialmente o início do Pan-Americanismo" e que "passou a denominar o conjunto de políticas de incentivo à integração dos países americanos, sob a hegemonia dos Estados Unidos" (BAGGIO, 2001, p. 3).

Villafañe dos Santos (2004), em seu citado livro, constrói uma importante narrativa acerca da política externa do Império Brasileiro no que concerne ao entendimento dessas ideias. Fica nítida a postura de distanciamento tomada pelo Brasil, não apenas em relação aos Estados Unidos, como, também, em relação às demais nações republicanas surgidas nos oitocentos. Dessa forma, em grande parte do século XIX, o Brasil distanciou-se do pan-americanismo, por se ver como um país sem relações comuns com essa ideia (ATIQUE, 2007, p. 25). Por outro prisma, o Brasil também era visto pelos países em questão como um "ente estranho", já que era uma monarquia detentora de um território vasto, com muitas diferenças regionais, porém unificado. O entendimento desta questão pode partir das ideias do autor (SANTOS, L., 2004, p. 28):

> O Império [brasileiro] via-se civilizado e europeu, e assim de uma natureza distinta daquela de seus 'anárquicos vizinhos'. Integrar-se a eles seria pôr em risco a própria essência de sua identidade.

Essa afirmativa ajuda a entender o porquê da recusa do Brasil em participar dos congressos que reuniram os políticos das diversas nações do continente ao longo do século XIX. Como se sabe, o Império Brasileiro tomou parte apenas na Conferência de Washington, bem no período de mudança de seu regime político de Monarquia para República (1889-1890). Havia, por parte do Império, uma certa noção de que participar dessas reuniões era incompatível com sua própria essência monárquica.[8] Todavia, segundo a análise da historiadora Miriam Dolhnikoff, a própria estrutura federalista, em debate desde a Independência do Brasil, era já uma clara evidência de aceno aos Estados Unidos. Diz a autora que "se a opção pela monarquia tornava o Brasil uma exceção no continente, a escolha de um modelo de tipo federativo denunciava sua inapelável vocação americana" (DOLHNIKOFF, 2005, p. 14). O período republicano mostra, sem dúvida, que esse aceno, um tanto quanto velado no período imperial, foi revisto, e sucessivamente ampliado. Como atesta uma carta do Barão do Rio Branco, encaminhada ao secretário de Estado norte-americano Elihu Root, quando das preparações da Terceira Conferência Pan-Americana, no Rio, pode-se notar que a superação perpassou a escolha de uma aliança com os Estados Unidos e não com o mundo hispânico sul-americano:

> O nosso desejo, V. Exa. sabe, é poder em tudo estar de acordo com os Estados Unidos, cuja amizade o Brasil muito preza e sempre prezou. Mas V. Exa. não ignora que contra os Estados Unidos e contra o Brasil há na América Espanhola antigas prevenções que só o tempo poderá talvez modificar. Verdadeiramente só as não há contra o Brasil no Chile, no Equador no México e na América Central. É necessário muito tato e prudência de nossa parte para que este 3º Congresso Pan-Americano não torne mais fundas as dissidências existentes entre vários grupos de nações latinas. (RIO BRANCO, apud BUENO, 2003, p. 60)

Entretanto, com a proximidade da Terceira Conferência Pan-Americana, em 1906, autores das mais variadas tendências políticas brasileiras passaram a escrever sobre o tema, no Brasil, expondo concepções curiosas acerca do

pan-americanismo. O Barão do Rio Branco, em linhas gerais, não via os Estados Unidos como os “desinteressados guardiões do Novo Mundo” que se faziam crer (BUENO, 2003, p. 320). Em sua interpretação, os Estados Unidos eram um importante parceiro comercial para o Brasil, em função das importações de produtos brasileiros, sobretudo do café, mas, além desta, também, das exportações que começavam a mandar para o Brasil. Rio Branco, todavia, deixou registrado que não encaminharia a política externa do país de forma a “dar as costas” à Europa e, muito menos, de maneira a abrir sendas profundas para a atividade norte-americana no país. Ele mantinha, dessa forma, uma “aproximação pragmática” com os Estados Unidos. Em linhas gerais, embora não cedesse aos interesses americanos, mantendo relações comerciais com a Europa, Rio Branco demonstrou que dos Estados Unidos esperava a manutenção de sua posição de comprador do produto agrícola brasileiro, ao mesmo tempo em que conservasse seu papel de desinteressado nos territórios amazônicos.

Entretanto, outra parcela dos diplomatas brasileiros, naquele momento, via com ceticismo os objetivos dos Estados Unidos e de seu respectivo “monroismo”, como a declaração do brasileiro Manuel de Oliveira Lima[9], de 1906, deixa claro:

> A doutrina Monroe sempre foi, desde o seu primitivo estágio, uma doutrina egoísta que visava reservar a América, econômica e diplomaticamente, para um apanágio da sua porção preponderante, em vez de continuar a depender das suas velhas metrópoles, não mais exclusivistas do que a nova. E tanto nunca foi uma doutrina altruísta ou mesmo cujas responsabilidades fossem comuns, e também as vantagens, a todas as repúblicas americanas, representando uma garantia recíproca de defesa, de preservação e de soberania [...] que os Estados Unidos se guardaram ciosamente o direito de escolher a ocasião ou o pretexto da sua aplicação de acordo com seus próprios interesses. (LIMA, 1980, p. 37)

Oliveira Lima não era propriamente um oponente da noção de Pan-Americanismo, mas repudiava a política do “Big Stick”, de Theodore Roosevelt[10]. A postura de Oliveira Lima foi definida por Gilberto Freyre,

personagem que desfrutou de seu convívio em Washington, como "pan-americanista crítica" (FREIRE, 1970, p. 11). Esse "pan-americanismo crítico" deve ser entendido como fruto de uma concepção política que via o mundo estadunidense como modelar até certos aspectos, tais quais o de moldar um capitalismo progressista em solo próprio, paradoxalmente movido a conquistas externas. Entretanto, a grande crítica de Oliveira Lima aos Estados Unidos dizia respeito à questão pan-americanista, formada, em suas palavras, por sobre uma "base egoísta":

> [...] quando a famosa doutrina de Monroe passar, como é de direito, de apanágio de uma só nação para o domínio comum do continente que diz proteger; quando, portanto, pertencer o monroismo ao patrimônio de todas as nações americanas e não mais for, na sua edição corrente, uma arma única de ascendência dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que uma fortaleza erigida contra a intervenção européia que, sob color de manter o equilíbrio de poderes no Novo Mundo, poderia querer se limitar à marcha da grande República, o Pan-Americanismo [poderá vir a ser] a articulação das três Américas em uma vasta federação ou comunhão internacional de interesses políticos, econômicos e morais, com o objetivo de garantir à civilização futura seu pleno desenvolvimento. (LIMA, 1980, p. 96)

Mas, de fato, ele era cético quanto à possibilidade da instauração dessa "fraternidade continental". Em texto escrito antes da Conferência Pan-Americana de 1906, em Caracas, Oliveira Lima tergiversou:

> [...] os Estados Unidos procuram com toda a razão alargar a sua esfera mercantil no continente sul, o que é lícito e até louvável, alegando, não injustificadamente no nosso caso, que são eles os grandes compradores do nosso café, o que, contudo, não autorizaria o tornarem-se os compradores da nossa absoluta autonomia política. (LIMA, 1980, p. 44-45)

Se, por vezes, indica-se que Oliveira Lima era crítico com relação às concepções pan-americanistas do Barão do Rio Branco, deve-se ter em mente que neste assunto ele se situava em campo diametralmente oposto

ao de Joaquim Nabuco (BUENO, 2003; SOUZA NETO, 1980). Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo[11] foi o intelectual brasileiro da Primeira República que mais se empenhou em divulgar supostas benesses de uma aliança dos países da América Latina com os norte-americanos. Em suas conferências, em algumas universidades e eventos dos quais participou, nos Estados Unidos[12], Nabuco exprimiu opiniões favoráveis não só apenas dessa aliança, como do que chamava de "civilização norte-americana"; ele expôs em seu discurso *A aproximação das duas Américas*, de 1908:

> Vós [Estados Unidos da América], com toda a vossa alta civilização, não podeis fazer mal a nenhuma outra nação. O contacto intimo comvosco, seja em que condição for, só poderá, portanto, trazer beneficio e progresso á outra parte. (NABUCO, 2001, p. 40)

Num sábio jogo de palavras, Nabuco transmitiu sua noção de pan-americanismo, tentando demonstrar que, para ele, tal atitude de congraçamento traria muitos benefícios às duas partes que se aproximavam:

> O único effeito que posso enxergar no trato intimo da America Latina comvosco é que ella viria a ser lentamente americanizada; isto é, ela se impregnaria, em medida diversa, do vosso optimismo, intrepidez e energia. [...] Não quero dizer que algum dia emparelhemos com o vosso passo. Nem o desejamos. Excedestes toda a actividade humana de que ha memoria, sem perturbar o rhythmo da vida. Fizestes novo rhythymo só para vós. Nós nunca o poderíamos conseguir. Para as raças latinas festina lente é a regra da saude e da estabilidade. E seja-me licito dizer que é um bem para a humanidade que todas as raças não marchem a passo igual, que todas não corram. (NABUCO, 2001, p. 40)

Algo que deve ser apontado é que o próprio título da conferência (*A aproximação das duas Américas*), proferida na sexagésima assembleia da University of Chicago, em 28 de agosto de 1908, remete ao título do livro de Torres Caicedo[13]. Além disso, outro dado importante dessa citação é que, para Joaquim Nabuco, após a proclamação da República, em 1889, o Brasil parece ter sido incorporado ao escopo de nação latina, algo que,

como visto, era rechaçado tanto pelo Império Brasileiro, quanto pelas nações de origem hispânica durante a maior parte do século XIX.

É interessante apontar que, no cenário continental americano, essas visões diversas sobre os Estados Unidos também existiam. Na Argentina, por exemplo, Domingo Faustino Sarmiento, em texto intitulado *Conflicto y armonia de las razas en América*, de 1883, explicita que os Estados Unidos eram um modelo a ser seguido pelas outras nações americanas. O que os Estados Unidos promoviam, segundo ele, era "o caminho para a ordem, a liberdade e o progresso" (SANTOS, 2004, p. 63). Sua adesão às repercussões das ações norte-americanas pode ser sentida aqui:

> Não detenhamos aos Estados Unidos em sua marcha: isso é definitivamente o que alguns propõem. Alcancemos os Estados Unidos. Sejamos a América, como mar é o oceano. Sejamos os Estados Unidos. (SARMIENTO, 1883 apud BRUIT, 2004, p. 5, tradução minha)

É muito interessante notar que Nabuco desenvolvia raciocínio na mesma linha de Sarmiento e de outros argentinos em prol da "amizade americana". De fato, Joaquim Nabuco, como aponta Fernando da Cruz Gouvêa, transitou "entre a Monarquia e a República" (GOUVÊA, 1989), passando de uma extremada defesa do sistema monárquico inglês para uma interpretação mais cuidada do republicanismo norte-americano. Entretanto, como a citação de trecho do livro "Minha Formação" deixa ver, Nabuco temia ser visto, pelos seus pares, como partidário incondicional dos Estados Unidos, preferindo ser associado à ideia de defensor do pan-americanismo:

> O efeito do republicanismo norte-americano só podia ser para mim o de corrigir o que houvesse de supersticioso no meu monarquismo, tirar-lhe tudo o que parecesse direito divino, consagração super-humana. Entre os dois espíritos, o inglês e o norte-americano, eu não via oposição, como não há oposição entre as duas raças e as duas sociedades; não havia nada mais fácil de compreender e conciliar do que a admiração com que Gladstone fala dos Estados Unidos e a admiração dos escritores mais respeitáveis da América pela constituição inglesa. Nenhuma das

> minhas idéias políticas se alterou nos Estados Unidos, mas ninguém aspira o ar americano sem achá-lo mais vivo, mais leve, mais elástico do que os outros saturados de tradição e autoridade, de convencionalismo cerimonial. (NABUCO, 1963, p. 153)

Por essa passagem, fica um pouco mais nítido que o autor em questão não propunha uma equiparação dos países da América aos Estados Unidos. Para ele, era natural que a república estadunidense fosse a líder da "fraternidade das Américas" por considerá-la "predestinada" por questões de raça, credo e geografia. Em resumo, Joaquim Nabuco aceitava as concepções do Destino Manifesto.

Entretanto, não se pode deixar de pontuar as atitudes de repúdio e contestação ao pan-americanismo. Especificamente, nesta linha, está inscrita a obra do paulista Eduardo Prado[14], autor de *A ilusão americana*, livro datado de 1893. Documento ao mesmo tempo monarquista e antiestadunidense, *A ilusão americana* é uma obra que se tornou clássica ao ser mobilizada para expor as ideias de repúdio ao propalado "imperialismo yankee", antes da Primeira Guerra e, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial. *A ilusão americana* acabou sendo confiscado pelas tropas do governo federal, no mesmo dia do lançamento, em 1893, e só veio a público em 1894, em Londres, cidade onde o autor se encontrava exilado (PRADO, 2001). Contudo, a obra pode ser considerada um dos ensaios inaugurais da linha de combate à política externa dos Estados Unidos. Eduardo Prado pode ser citado, também, como um dos primeiros autores a se indispor à noção de "fraternidade americana", preconizada pela Doutrina Monroe. Expondo que "a fraternidade americana [era] uma mentira", já que existiam "mais ódios, mais inimizades" entre as "nações ibéricas da América" do que entre as nações da Europa, como apreciou Aldo Rebelo no prefácio de uma das recentes edições da obra, Prado se indispôs com grande parte da diplomacia e dos governantes nacionais (REBELO, 2001, p. 9).

Pelo que se nota, Eduardo Prado não via a possibilidade de uma postura pan-americanista devido às suas concepções políticas (era monarquista)

e sociais. Mas o teor contestador dos Estados Unidos não se restringia apenas à manutenção de distância com relação ao mundo estadunidense. Prado também não via com bons olhos a aproximação do Brasil com o universo hispânico, como deixa claro nesta passagem:

> O México deprime, oprime e tem, por vezes, invadido a Guatemala, que tem sangrentíssimas guerras com a república do Salvador, inimiga rancorosa da Nicarágua, ferozes adversárias de Honduras, que não morre de amores pela república da Costa Rica. A embrulhada e horrível história de todas essas nações é um rio de sangue, é um contínuo morticínio. E onde fica a solidariedade americana, onde a confraternização das repúblicas? [...] A Colômbia e a Venezuela odeiam-se de morte. O Equador é vítima, nunca resignada, ora das violências colombianas, ora das pretensões do Peru. E o Peru? Já não assaltou a Bolívia? [...] E o Chile, já não invadiu duas vezes a Bolívia e o Peru? [...] A República Argentina é a adversária nata do Paraguai. [...] E que sentimentos tem a República Argentina pelo Uruguai? Não há um só homem de estado argentino que não confesse que a suprema ambição de seu país é a reconstituição do antigo vice-reinado de Buenos Aires, pela conquista do Paraguai e do Uruguai. Eis aí a fraternidade americana. (PRADO, 2001, p. 31-32)

Como apontou Derrel Levi, com *A ilusão americana*, Prado fez, no Brasil, o que o uruguaio José Enrique Rodó fez na América Latina, de forma geral, com o livro *Ariel*, saído em 1900. Levi disse ser este livro “um trabalho universal, baseado no conflito entre materialismo e espiritualismo”, o qual aponta para os problemas internos da América Latina, enquanto *A ilusão americana* era devotado a um estudo de caso, no qual as questões materiais se faziam mais proeminentes (LEVI, 1987, p. 128). Como bem pontuou Levi, as viagens empreendidas por Eduardo Prado durante a década de 1880, as quais o levaram até os Estados Unidos – terra que não o agradou por sua “sujeira e violência” – e à Europa, plantaram no autor paulista a sensação de que o Brasil era dependente de modelos para seu desenvolvimento. Após o confisco de seu livro e de sua retirada para a Europa, até mesmo Paris passaria a ser vista como “terra corruptora de sua nacionalidade” (LEVI, 1987). De volta ao Brasil,

envolveu-se profundamente com o catolicismo romano e com a escrita da história, passando a estudar figuras como José de Anchieta e Padre Vieira para descobrir a "essência de seu país" (LEVI, 1987, p. 127). No final de sua vida, questionando a necessidade das vinculações do Brasil a países estrangeiros, Eduardo Prado não apenas antipatizaria com as "ilusões americanas", mas com as "ilusões estrangeiras", de forma geral. Em todo caso, tal característica, que, para Levi, aponta para a construção de uma brasilidade, já estava presente nas conclusões de *A ilusão americana*, em 1893: "não há razão para querer o Brasil imitar os Estados Unidos, porque sairíamos da nossa índole, e, principalmente, porque já estão patentes e lamentáveis, sob nossos olhos, os tristes resultados da nossa imitação" (PRADO, 2001, p. 130).

No mesmo período, entretanto, muitas outras personagens surgiram pelo Brasil, alinhando-se nas trincheiras já mostradas. O que se pode afirmar é que depois da proclamação da República, o Brasil passou a conhecer quatro tendências ideológicas no trato com a questão pan-americanista: uma "atitude de rechaço", capitaneada por Eduardo Prado; uma postura de "aproximação pragmática", sustentada pelo Barão do Rio Branco; uma "postura crítica", liderada por Oliveira Lima; e uma atitude que postulava uma "aproximação fraternal" com os Estados Unidos, sustentada por Joaquim Nabuco. Estas quatro tendências encontravam analogia no continente. Entretanto, convém, agora, analisar o pano de fundo que permitiu a emergência dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos.

Questões profissionais: os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos

Como foi visto, o pan-americanismo não encontrou uma única definição ao longo dos anos em que foi discutido. A tendência, manifestada por meio da Doutrina Monroe, de cristalizar os Estados Unidos como "modelo de nação" encontrou respostas advindas de países hispânicos e provocou

debates acalorados por todo o continente americano. Contudo, dentre essas várias propostas pan-americanistas, a dos Estados Unidos conseguiu se impor, de fato, ao longo dos anos, em função do estabelecimento de várias estratégias, como a de promoção de eventos, de visitas, de relações comerciais, de invasões militares e, também, de participação em reuniões científicas e mesmo de associações profissionais. Neste sentido, é inegável que a presença norte-americana nos encontros profissionais causava certo burburinho, uma vez que a exibição de pesquisas e de avanços técnico-científicos daquele país mostrava possíveis caminhos a serem percorridos também pelas demais repúblicas americanas em seu desenvolvimento intelectual[15].

Figura 2 – Abertura do IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos, no Rio de Janeiro, em 1930.

Fonte: Revista de Arquitectura, 1930.

Embora os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos continuem a existir, a proliferação de eventos ligados à arquitetura e, depois, ao urbanismo, a partir dos anos 1950 e, sobretudo, após a emergência dos Seminários de Arquitetura Latino-Americana (SALs), como bem mostrou Ramón Gutierrez (2007, p. 7), diminuiu a atenção dada a tais reuniões na atualidade. Entretanto, o estudo empreendido mostrou que nem sempre foi assim. Entre o ano de sua primeira edição, em 1920, e o da quinta reunião, ocorrida em 1940, os eventos não só gozaram de grande notoriedade, como foram os principais fóruns de debates dos arquitetos no continente americano, antecipando, em certo sentido, e encontrando muitas vezes mais prestígio do que os contemporâneos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, os CIAMs, por exemplo (ATIQUE, 2007, p. 50).

O interesse em descobrir o grau de entendimento do Brasil acerca do mundo americano levou à sondagem de se o pan-americanismo desses congressos poderia ser visto como partidário das concepções emanadas dos Estados Unidos. Dessa forma, intentando medir o grau de ingerência daquele país na "irmandade arquitetônica" das Américas, sobretudo na brasileira, realizou-se uma pesquisa relativa à documentação dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos nas mais diversas fontes, em dois países (Brasil e Estados Unidos), e constatou-se que, como imaginado, a delegação norte-americana, apesar de numericamente pequena, se comparada à argentina e à uruguaia, por exemplo, se fez presente e era vista como modelar para a resolução de muitas questões de interesse dos demais países americanos. Esta descoberta levou à confirmação de uma hipótese central deste estudo: havia trânsito de ideias entre os países americanos no que concernia às discussões acerca do ambiente construído.

Sobre esses congressos, *a priori,* deve-se informar que foram idealizados por um grupo de arquitetos uruguaios interessado em regulamentar a profissão naquele país. A gênese de tais eventos remonta a 1914, ano em que foi organizada a Sociedad Central de Arquitectos del Uruguay, pela mão de profissionais atuantes como Alfredo R. Campos, Alfredo Baldomir, Horacio Acosta y Lara, dentre outros. A iniciativa de regulamentação e de defesa dos profissionais da arquitetura, naquela nação, surtiu efeito, e

foi colocada, pelo grupo fundador, como cabível e necessária aos outros países do continente americano. Como forma de garantir a implementação dessa discussão, este grupo uruguaio formulou a hipótese de reuniões sistemáticas que permitissem a participação das demais nações americanas, objetivando criar um movimento forte e coeso, capaz de pressionar as autoridades de cada nação no estabelecimento de normas federais voltadas ao resguardo das questões profissionais (ATIQUE, 2007). Para tanto, o Uruguai estabeleceu, em 1916, o Comité Permanente de los Congresos Panamericanos de Arquitectos, que ficou locado, durante vários anos, em Montevidéu, sob a direção do arquiteto Horacio Acosta y Lara, um dos expoentes da profissão naquele país. Cada país anfitrião possuía, ainda, uma comissão organizadora local, subordinada a este comitê permanente.

"O congraçamento dos obreiros do belo"

Visando um melhor entendimento dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, optou-se por apresentar as discussões processadas nesses eventos de maneira bem sucinta e de forma a mostrar o relacionamento entre os Estados Unidos e as demais nações americanas, levando a um melhor entendimento do pan-americanismo junto aos profissionais do espaço[16].

Dessa maneira, o que se depreende, de chofre, da análise dos documentos que tratam dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, é que havia uma interpretação de pan-americanismo, entre seus participantes e idealizadores, próxima dos conceitos pelos quais o brasileiro Joaquim Nabuco e o argentino Domingo Faustino Sarmiento o entenderam. Tal afirmação é corroborada pelo editorial da revista *Architectura no Brasil*, de setembro de 1923. Tal texto, a seguir transcrito, é singular na explicitação dos objetivos ideológicos do II Congresso Pan-Americano de Arquitetos, então em curso em Santiago do Chile:

> Reune-se pela segunda vez em nosso continente o Congresso Pan-Americano de Architectos, cujo promissor inicio realizou-se ha tres annos

passados na linda cidade de Montevidéo, capital do nosso vizinho amigo o Uruguay. [...] O Brasil, como um dos grandes membros da grande família americana, congratula-se com os demais paizes amigos pela realização desse congraçamento de obreiros do bello, no qual se reúnem debaixo do mesmo palio fraternal da paz e trabalho, os principaes architectos americanos, portadores de idéas e principios, cuja utilidade para o engrandecimento da architectura em nosso continente excuzamo-nos de enaltecer. [...] Para governo de uma profissão, as resoluções dos congressos internacionaes não eram o sufficiente. Além das sabias lições adquiridas no convivio com o meio selecto de architectos da velha Europa, nesses magnos torneios de arte, algo de mais especializado e absolutamente restricto ao meio ambiente da America necessitavam os nossos architectos, porque ha sempre uma mesma lei moral de harmonia que nos irmana e engrandece, baseada em um novo ideal altamente de solidariedade humana. (ARCHITECTURA NO BRASIL, 1923, p. 141)

Deve-se ter em mente, ainda, o fato de que os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos tinham como línguas oficiais o espanhol e o português, mas também o inglês e o francês, em decorrência de dois dos países da América do Norte – Estados Unidos e Canadá – falarem tais idiomas. Esta simples detecção permite perceber um ideal de reunião que pretendia facilitar o intercâmbio do conhecimento entre as Américas. Contudo, ao se analisar os anais de tais encontros, percebe-se um certo predomínio na participação de profissionais do que conhecemos, hoje, por Cone Sul, como Argentina, Uruguai, Chile e Brasil, seguidos, em menor número, por participantes da Colômbia, da Venezuela, do Peru, da América Central e do Caribe, como Cuba. Com relação aos Estados Unidos, deve-se apontar que sempre suas delegações foram formadas por um número muito pequeno de delegados, não chegando a se constituírem, numericamente, em um grupo hegemônico em nenhuma dessas reuniões (ATIQUE, 2007). Com relação ao Canadá, sabe-se de sua participação, pela primeira vez, no IV Congresso, ocorrido no Rio, mas, mesmo assim, por representação do arquiteto escocês Robert Prentice, atuante na antiga capital federal do Brasil, membro de uma sociedade de classe daquele país[17] (REVISTA DE ARQUITECTURA, 1930a).

Posto isto, torna-se premente mostrar quais foram os temas centrais debatidos em cada uma das cinco primeiras edições dessas reuniões. A primeira edição dos Congressos Pan-Americanos ocorreu em Montevidéu, em 1920, sob a presidência do arquiteto Horacio Acosta y Lara. Sabe-se que a ideia original do Comité Permanente de los Congresos Panamericanos de Arquitectos era ter realizado este evento logo após a constituição da Sociedad Central de Arquitectos daquele país, mas, segundo carta encontrada nos arquivos do professor Warren Laird, da University of Pennsylvania – Penn, tal iniciativa foi postergada, algumas vezes, em função da Guerra Mundial que grassava na Europa e, consequentemente, das dificuldades de viagens pelo Atlântico (UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA, 12 set 1919a).

Da leitura das conclusões deste primeiro congresso, transparece a ideia central da reunião que era a de lutar e estimular a promulgação e a sanção de leis que regulamentassem a profissão de arquiteto em cada país americano, como já insinuava a criação do Comité Permanente, no Uruguai. Nesse sentido, fica claro que o primeiro congresso procurava dialogar com os poderes centrais de cada país, entendidos como os responsáveis diretos por oficializar as conclusões obtidas no evento. Tal diálogo também incorporava a colaboração norte-americana, já que o American Institute of Architects era conhecido no continente todo, e alguns alunos formados na University of Pennsylvania possivelmente já haviam indicado esta conexão, como, por exemplo, Francisco Squirru, arquiteto formado em 1915 e delegado oficial da Penn, nos dois primeiros encontros (UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA, 2 dec 1919b).

O Segundo Congresso foi realizado em Santiago do Chile, em 1923, tendo sido presidido pelo arquiteto Ricardo Gonzáles Cortés. O que se depreende, de imediato, de suas conclusões, é a necessidade de estudo e de entendimento sobre o urbanismo em todas as escolas de arquitetura da América. Aparece, ali, também, o debate acerca da conservação dos monumentos históricos dos países latino-americanos, atitude que antecipou a discussão e a criação de vários serviços com essa finalidade nos países participantes, como, por exemplo, no Brasil[18].
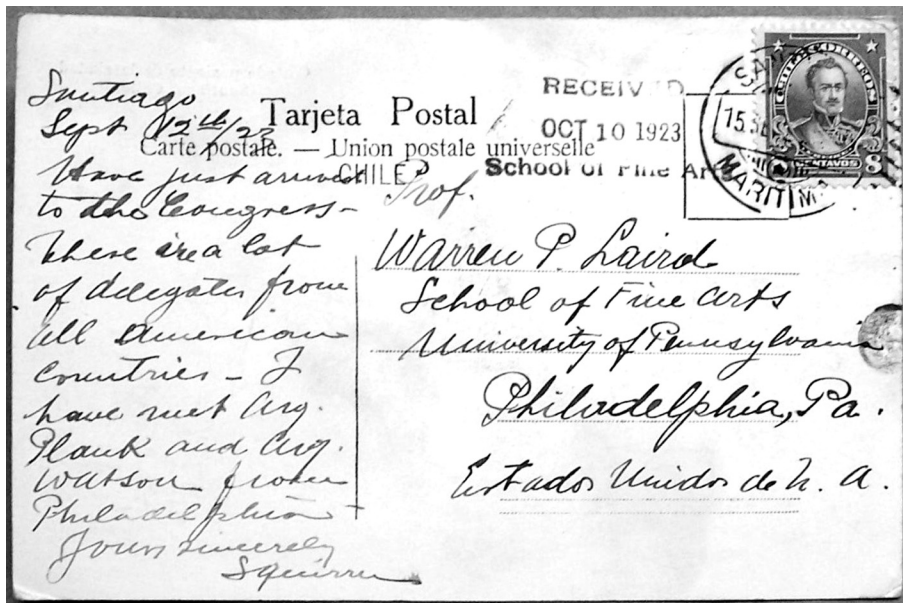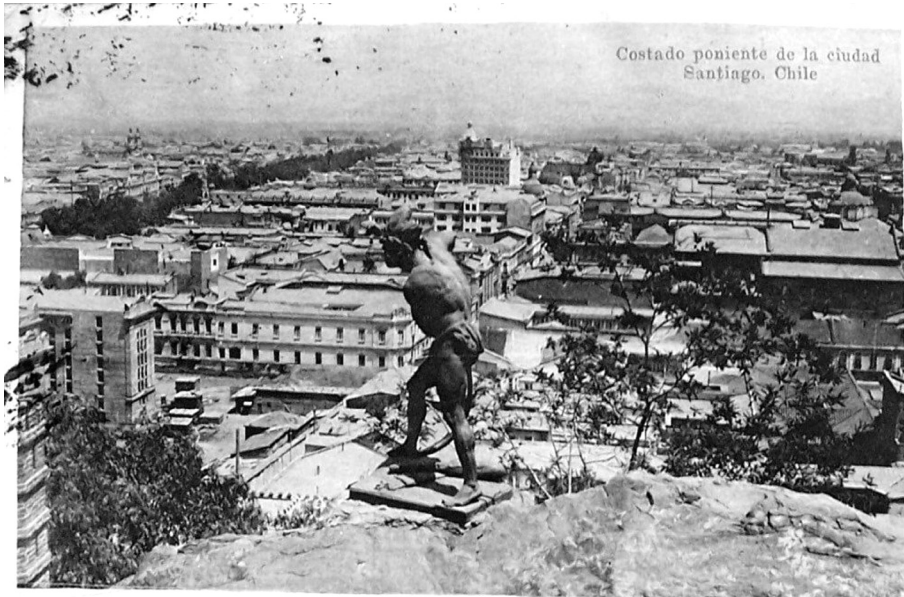
Figura 3 – Frente e verso do cartão postal de Santiago do Chile enviado a Warren P. Laird por Francisco Squirru, dando notícias sobre o II Congresso Pan-Americano de Arquitetos, em 1923.

Fonte: University of Pennsylvania Archives – Laird Papers.

O terceiro encontro, o primeiro que, de fato, contou com a presença de um grande número de participantes, ultrapassando a centena, ocorreu em Buenos Aires, tendo sido presidido pelo arquiteto Raul E. Fitte. Nessa edição dos Congressos Pan-Americanos, a questão do ensino nas escolas de arquitetura foi uma das pautas centrais, deslocando o debate persistente sobre a questão da proteção aos profissionais para a que incidia sobre "qual profissional se queria ver formado" na América. Contudo, é neste Congresso que aparecem, pela primeira vez, teses específicas sobre qual seria o destino da arquitetura e das cidades com a proliferação da "vertente moderna". Este Congresso contou com a presença de Warren Powers Laird, que apresentou uma tese sobre o ensino de arquitetura na América do Norte e, em especial, na Penn. Ao seu lado, estavam antigos alunos, como Christiano das Neves e o próprio Francisco Squirru, que, nessa ocasião, desempenhava a função de Secretário Geral do encontro (UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA, 9 set 1927a)[19].

O Congresso seguinte foi organizado pelo Brasil e aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1930, sob a presidência do arquiteto Nestor Egydeo de Figueiredo. As fontes sobre esse encontro mostram que a discussão sobre os nacionalismos e as repercussões positivas e negativas acerca da arquitetura e do urbanismo modernos, bem como da metropolização das cidades da América do Sul, foram os temas-chave. Nesta edição dos Congressos Pan-Americanos, decidiu-se que Havana, em Cuba, seria a organizadora do próximo encontro, agendado para 1933, seguindo, naquela altura, uma costumeira estrutura trienal[20]. Contudo, problemas políticos e econômicos deflagrados pelo *crack* de Wall Street, em 1929, levaram a ilha a sofrer forte recessão e a não conseguir viabilizar a realização do encontro, embora propaganda sobre ele tenha chegado a ser veiculada em diversos periódicos, em 1931 (REVISTA DE ARQUITECTURA, 1931, n. 129, p. 478). Com a suspensão do Congresso de 1933, houve uma interrupção de dez anos nos encontros, os quais, por fim, acabaram sendo realizados novamente em Montevidéu.

Assim, o quinto Congresso Pan-Americano de Arquitetos tomou curso no Uruguai, em 1940, tendo sido presidido pelo arquiteto Daniel Rocco. O evento lá acontecido fechou um ciclo de vinte anos, permitindo a leitura de uma discussão muito interessante sobre temas sociais, quer seja sobre a resolução do crescimento desordenado das cidades, quer seja sobre o problema habitacional da população de baixa renda, ou, ainda, sobre a necessidade de se lutar por fundos de aposentadoria para os arquitetos. A discussão que começou em Montevidéu, em 1920, tendo como base a regulamentação da profissão dos arquitetos, retornou à mesma cidade com temas que pareciam indicar, se não uma mudança nas suas atividades profissionais, ao certo uma ampliação do entendimento da própria profissão, mediante a possibilidade de discussão e amadurecimento proporcionados pelos congressos.

A persistência sobre a questão da organização dos arquitetos, quer seja em órgãos profissionais, quer seja por meio de seus trabalhos em instituições universitárias, permitiu verificar que os Congressos Pan-Americanos foram, ao longo de suas primeiras edições, fóruns privilegiados para a troca de experiências e para a assimilação de assuntos diversos, sobretudo dos advindos dos Estados Unidos. Corroborando com uma melhor compreensão deste fenômeno de contato com os Estados Unidos, apresentam-se, na sequência, algumas considerações.

No continente americano, apenas os Estados Unidos tinham órgãos centrais devotados à luta e à organização da classe arquitetônica até 1914, ano em que foram idealizados os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. O Canadá, por suas ligações com a Commomwealth, valia-se de regras e legislações britânicas na condução de suas escolas de arquitetura e no seu dia-a-dia profissional. Entretanto, os Estados Unidos haviam desenvolvido, ainda no século XIX, uma instituição própria, a qual alcançava grande notoriedade naquele país, mostrando às demais nações americanas as vantagens daquele formato de órgão na luta pelos direitos profissionais.

O American Institute of Architects, mais conhecido pela sigla AIA, foi criado em 1857[21], em Nova York, por um grupo de 13 profissionais envolvidos com o setor da construção civil. Como não havia naquela época nenhuma escola de arquitetura oficialmente constituída nos Estados Unidos, os profissionais ali reunidos com o fim de "promover o aperfeiçoamento científico e prático da profissão" eram carpinteiros, pedreiros e construtores (AMERICAN INSTITUTE OF ARCHITECTS, [19-?]).. Esta foi a primeira iniciativa, pelo que se sabe, destinada a promover uma aproximação dos profissionais ligados ao mundo arquitetônico, nas Américas, o que atraiu grande atenção, não apenas do próprio país em expansão territorial naqueles anos, mas, também, de todo o continente.

A trajetória de consolidação do AIA, nome que, por sinal, veio a substituir a primitiva designação de New York Society of Architects, pode ser dividida em dois períodos. Durante mais de uma década, os membros fundadores se reuniram apenas em Nova York, discutindo textos, assistindo a palestras, confeccionando maquetes e promovendo interação social. Naquela época, participavam um pouco menos de trinta pessoas. Contudo, em 1867, os estatutos da entidade foram emendados de forma muito interessante. Naquele ano, foi acrescentada ao órgão a função de "unir fraternalmente" os arquitetos do continente norte-americano e de "promover o desenvolvimento artístico, científico e prático da profissão" (AMERICAN INSTITUTE OF ARCHITECTS, [19-?]). Por "continente" entendeu-se, naquela ocasião, apenas a América do Norte, tendo havido a sugestão, inclusive, de que os "arquitetos" do México e do Canadá fossem convidados a participar, o que, entretanto, não aconteceu, especialmente depois dos incidentes com a anexação de territórios outrora pertencentes ao México pelos estadunidenses, o que rendeu antipatias recíprocas entre os dois países, desde meados do século XIX. Em plena época de "corrida para o Oeste", o instituto acabou por entender o "continente" como formado apenas por novos territórios descobertos e por estados que iam se acrescentando, sucessivamente, à União Federal Norte-Americana. Dessa forma, houve a fundação de

muitos *chapters* (sessões) naquele ano e nos posteriores, dando origem à estrutura federalizada do AIA, cuja sede encontrava-se em Washington D.C., tal qual a do poder federal estadunidense.

Uma característica importante a ser apontada com relação ao AIA é o fato de que seus membros, em princípio, tinham de ser arquitetos-práticos. Com a criação das escolas de arquitetura a partir de 1868[22] e com a consequente emergência do arquiteto-intelectual, o AIA foi forçado a criar categorias diversas para os seus sócios, a partir dos anos 1880.[23] Isso permitiu que arquitetos nativos dos Estados Unidos, mas residentes em outros países, pudessem vir a se associar ao AIA, tornando-se *Honorary Corresponding Members.* Dentro do cenário norte-americano, os arquitetos-intelectuais, ou, como denominam os norte-americanos, *non-practitioners,* eram recebidos como *Honorary Members*, e tinham atribuições profissionais restritas, principalmente porque lhes era vedada a atividade prática sem alteração de seu *status* junto à entidade (AMERICAN INSTITUTE OF ARCHITECTS, [19-?]).

Segundo Jeffrey Cody, a presença de arquitetos americanos trabalhando fora do país, fenômeno verificado desde os oitocentos, levou este instituto a criar, em 1920, uma comissão interna denominada de Foreign Building Cooperation Standing Committee, que vigorou com força até a Grande Depressão, iniciada no fim dos anos 1920 (CODY, 2003, p. 59). Este comitê vinha efetivar os esforços de contato mantido pelo AIA com muitos *practitioners* que já trabalhavam na América Latina, considerada pelo instituto como uma das principais regiões do Globo, ao lado da Ásia, a merecerem especial atenção do setor da construção civil norte-americana. Cody cita, por exemplo, que em 1914 haviam quatro arquitetos ligados ao AIA com endereço fora dos Estados Unidos: J. Edward Campbell, na Cidade do México; William Cresson, em Quito; Antonio Nechodoma, em San Juan (Puerto Rico) e Clinton Ripley, em Honolulu (CODY, 2003, p. 59). Antes de 1914, era possível detectar, ainda, Alfred Zucker, em Buenos Aires, considerado o introdutor da tecnologia americana do *steel frame* (estrutura metálica) na Argentina (CODY, 2003, p. 59). Durante a

Primeira Guerra Mundial, segundo informa Jeffrey Cody, encontrava-se em Buenos Aires Louis N. Thomas, o qual detinha o título de *Honorary Corresponding Member* do AIA, por ali residir (CODY, 2003, p. 60). No Brasil, John Pollock Curtis e William Procter Preston também eram *Honorary Corresponding Members* do AIA, e residiam no Rio de Janeiro, onde haviam ajudado a fundar e participavam do Instituto Central de Arquitetos daquela cidade, em 1921 (ATIQUE, 2007).

Algo importante para a comprovação das articulações profissionais tratadas neste artigo está o fato de que o AIA começou a expedir, também, títulos de *Honorary Membership* aos arquitetos ligados aos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. Em documento datado de 19 de novembro de 1927, o AIA ponderava que foram concedidos esses títulos ao arquiteto Horacio Acosta y Lara por ocasião do Primeiro Congresso Pan-Americano de Arquitetos, ocorrido no Uruguai, como, também, aos arquitetos chilenos Morales e Cortez, "em reconhecimento da crescente importância das relações intercontinentais, evidenciadas fortemente, em dimensão, escopo, e sucesso", por meio do Terceiro Congresso Pan-Americano de Arquitetos, transcorrido em Buenos Aires, recomendando ainda a expedição de certificados de membros honorários a três dos líderes daquele evento, a saber: Raul E. Fitte, Alberto Coni Molina e Francisco Squirru (UNIVERSITY ARCHIVES, LAIRD PAPERS, 1927d).

Convém apontar, ainda, quais foram as principais conquistas alcançadas pelo AIA na regulamentação da profissão nos Estados Unidos para que se observem as semelhanças entre aquele país e as demais nações americanas no trato desta questão. Logo em 1866, o AIA criou um modelo de contrato a ser usado por todos os associados no seu relacionamento com a indústria da construção civil. Como informa o sítio eletrônico do instituto, este modelo de contrato ajudou a mostrar ao país o que "era um arquiteto e o que ele fazia" (AMERICAN INSTITUTE OF ARCHITECTS, [19-?]). O segundo importante documento elaborado pelo AIA explicitava que qualquer concurso visando a construção de um edifício deveria contar com um arquiteto no júri, além de ser aberto à participação de diplomados em

arquitetura e com registro do AIA apenas. O mesmo documento mostrava que o planejamento urbano era atividade a ser desenvolvida somente pelos arquitetos (AMERICAN INSTITUTE OF ARCHITECTS, [19-?]). Estes documentos possibilitaram a constituição de uma profissão coesa, e evitaram, ao longo do tempo, que papéis profissionais diversos, como de engenheiro e o de arquiteto, fossem confundidos, como ocorre ainda hoje no Brasil. Entretanto, foi necessário criar uma "licença de construtor" para que os formados em arquitetura pudessem vir a atuar na sociedade, restringindo, assim, ainda mais, a ação de construtores dentro do campo delimitado pelo AIA, o que redundou na criação de um grupo seleto de membros, facilmente identificável, no instituto.

Nas escolas de arquitetura, a presença do AIA sempre foi notória por meio da atuação dos professores a ele vinculados, os quais inculcavam, nos alunos, a meta de pertencimento àquela organização de classe como fator distintivo (ATIQUE, 2007). Mesmo entre os estudantes de procedência estrangeira, tal propaganda surtia efeito. Dessa forma, alunos advindos de países como Argentina, México, Chile e Brasil reputavam ao AIA um elevado grau de respeito. Muitos alunos egressos das escolas de arquitetura norte-americanas, sobretudo da University of Pennsylvania, não só acabaram por se tornar membros do AIA, como foram figuras-chave para a realização dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e, consequentemente, para o estabelecimento dos órgãos de classe em seus diversos países, como Squirru, já citado, comprova (ATIQUE, 2007).

No que concerne a este artigo, deve-se dizer que não se sabe se a formação do grupo uruguaio visando a constituição de sua Sociedad Central de Arquitectos foi inspirado no AIA, mas pode-se afirmar que o órgão estadunidense foi consultado, diversas vezes, pelo Comité Permanente de los Congresos Panamericanos quando da montagem dos primeiros eventos desses profissionais, e que as correspondências entre os líderes das associações de classe já formadas no continente eram prática constante (ATIQUE, 2007, p. 59).

Um relatório encaminhado ao AIA pelos delegados norte-americanos que participaram do Segundo Congresso Pan-Americano de Arquitetos, ocorrido em Santiago do Chile, em 1923, mostra quais foram as detecções feitas pelos "olhos americanos" acerca da América Latina:

> Não há dúvida de que a questão emergirá: quais são as oportunidades, na América do Sul, para arquitetos dos Estados Unidos? A resposta é uma das mais difíceis, e envolverá uma longa discussão, maior do que o espaço aqui permitirá. Em todo caso [...] 1. O código de ética sob o qual a prática da arquitetura se dá na América do Sul é totalmente diferente do nosso. Em muitos casos o arquiteto e o construtor são a mesma pessoa. [...] 2. A ética dos concursos é igualmente diferente. Nós encontramos um aprofundado interesse por nossos métodos. 3. Nossos conceitos são absolutamente diferentes dos deles, o que torna impossível, para um norte-americano, tomar conhecimento apropriado dos problemas sul-americanos, até que ele fixe residência ali, não por uma semana ou um mês, mas tempo o suficiente para aprender a língua e apreender os ângulos mentais de abordagem deles. Aqui, novamente, descortina-se o argumento sobre o intercâmbio de estudantes. Não resta dúvida de que há um rápido 'desobstruir mental' acerca dos ideais norte-americanos de arquitetura, assim como em outras coisas, os quais têm proporcionado uma maior demanda e um efetivo incremento da população estadunidense morando na América do Sul. [...] Nós acreditamos que, com o tempo, muitas associações agradáveis e úteis poderão ser efetivadas por arquitetos norte-americanos na América do Sul, e por arquitetos sul-americanos, na América do Norte. Consideramos isto um resultado de grande interesse para nossos jovens" (AIA FOREIGN RELATION COMMITTEE, FOLDER 8 apud CODY, 2003, p. 60).

Este relatório foi escrito pelos arquitetos William Plack e Frank Watson, ambos atuantes na Filadélfia, por requisição de William Faville, o presidente do AIA, naquela época. O relatório dos norte-americanos[24] demonstra que havia a intenção de aprofundar a presença estadunidense no setor da construção civil, e também no de projetos, por toda a América. A explicitação de diferenças de ação, por parte dos relatores, nos diversos países com os quais tomaram contato no Congresso, mostrou a necessidade

de se pensar em um sistema de educação que aproximasse as escolas de arquitetura do continente, de forma a dirimir as barreiras profissionais. Outra intenção que transparece do relatório de Plack e Watson diz respeito ao grande interesse no estabelecimento de concursos, sobretudo de concursos públicos, na América Latina, o que não era prática corrente naqueles anos. Como se nota, apesar de terem sido apenas dois arquitetos nativos dos Estados Unidos participando do evento, o crescente interesse acerca dos métodos construtivos norte-americanos e as soluções de arranjo profissionais dadas pelo AIA chamaram a atenção dos congressistas.

Foi possível constatar, ainda, o papel de "modelo" que era atribuído ao AIA, pelos sul-americanos. Em carta datada de 15 de dezembro de 1927, a comissão organizadora do Terceiro Congresso agradecia ao Professor Warren Powers Laird, diretor da Fine Arts School da University of Pennsylvania e delegado oficial daquela instituição, o envio de folhetos acerca daquele órgão de classe ao Comité Permanente de los Congresos Panamericanos. O envio de folhetos sobre a estrutura de organização do AIA havia sido solicitado em carta de 7 de novembro daquele ano, meses após o encerramento do Terceiro Congresso Pan-Americano (UNIVERSITY ARCHIVES, LAIRD PAPERS, 1927d). Nos Estados Unidos, Laird encaminhou a solicitação ao AIA, que remeteu os panfletos desejados a Buenos Aires (UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA, 7 nov. 1927b). Esta correspondência deixa clara a relação constante entre os Estados Unidos e as demais nações americanas, neste setor profissional. Deve-se perceber, então, que havia uma rede formalmente constituída entre os arquitetos e seus órgãos por todo o hemisfério. Não só o AIA conhecia, arrebanhava e acompanhava os profissionais nascidos nos Estados Unidos, ao redor do mundo, como estimulava os latinos a irem estudar naquele país. Uma das explicações para isso se dava por conta da Comissão dedicada à Cooperação Internacional do AIA, criada nos anos 1920 para facilitar a difusão das técnicas, princípios e estéticas estadunidenses pelas Américas, ampliando as possibilidades de trabalhos profissionais dos americanos.

Com relação à educação superior em arquitetura, deve-se notar que a presença de Warren Laird neste evento de 1927 não apenas garantiu, mais uma vez, a participação efetiva dos Estados Unidos da América, como foi revestida de interesses particulares da University of Pennsylvania. Laird encaminhou a todos os ex-alunos sul-americanos da Fine Arts School da Penn cartas informando sobre sua participação no Congresso, e requisitando, se fosse possível, que eles fossem encontrá-lo em Buenos Aires, ou nas escalas de seu vapor, no Rio de Janeiro, em Santos e em Montevidéu (UNIVERSITY ARCHIVES, LAIRD PAPERS, 1927d). Laird esperava encontrar seus antigos alunos para conhecer suas produções locais e, também, se inteirar das condições profissionais dessas cidades. No Brasil, cartas foram encaminhadas para Christiano Stockler das Neves, residente em São Paulo; a Edgard Pinheiro Vianna, John Pollock Curtis e William Procter Preston, moradores do Rio de Janeiro. Nos arquivos da Penn, foi possível encontrar uma carta de Christiano das Neves, em resposta a esta de Laird, celebrando a passagem do Diretor de sua antiga escola pelo Brasil. Neste documento, ele demonstrou seu interesse em conversar longamente com o norte-americano, em Buenos Aires, para onde também se dirigia para participar do III Congresso Pan-Americano de Arquitetos, entre 1º e 10 de julho de 1927 (UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA, 21 jun 1927c). Sabe-se que Neves se encontrou com Laird em Buenos Aires, onde também manteve contato com Francisco Squirru e com Renato Thierry, graduado em 1919. Os demais alunos residentes no Brasil se encontraram com Laird no Rio de Janeiro e promoveram uma excursão para que ele apreciasse a paisagem local (LAIRD, 1928, p. 157).

No Congresso, Laird apresentou um *paper* denominado *O princípio seletivo na educação arquitetônica: uma proposta pela University of Pennsylvania* (UNIVERSITY ARCHIVES, LAIRD PAPERS, 1927d). Neste texto, Laird discorreu sobre o novo formato de ensino recém-inaugurado na Penn, tentando mostrar como os Estados Unidos se adequavam às necessidades daquela década (UNIVERSITY ARCHIVES, LAIRD PAPERS, 1927d). Um colega seu, delegado enviado pela

Associate Collegiate Schools of Architecture, Professor Parker, apresentou dois outros artigos versando sobre concursos de arquitetura e a prática da construção nos Estados Unidos (LAIRD, 1928, p. 154).

Esta mesma viagem foi registrada por Laird em um outro artigo produzido para a revista da University of Pennsylvania, *General Magazine and Historical Chronicle*, publicada em janeiro de 1928. Neste artigo, *Our sister continent*, Laird descreveu, no formato de uma crônica, sua "aventura pelas Américas", mostrando grande admiração pela paisagem "exótica" da América do Sul, um continente [sic] irmão, até então desconhecido por ele integralmente. Neste artigo, também expôs sua surpresa pela detecção da falta de muitos avanços tecnológicos em termos de construção civil e de equipamentos domésticos, como a calefação, que o fez "sentir o pior frio de sua vida", em Buenos Aires (LAIRD, 1928, p. 156). Com relação ao Brasil, Laird teceu comentários sobre o Rio de Janeiro, já que a cidade assumia "peculiar proeminência" entre as cidades sul-americanas (LAIRD, 1928, p. 156). Segundo ele, isso ocorria "por conta de provocar na mente do turista tamanha força dramática pela extraordinária beleza de sua implantação, merecidamente famosa", tornando-a inesquecível (LAIRD, 1928, p. 156).

Com a participação de Laird no Terceiro Congresso Pan-Americano de Arquitetos, ampliou-se uma via que veio a ser intensamente usada na divulgação de muitos aspectos do mundo americano. Esta conexão pôde ser mais enfatizada, ainda, no Congresso de 1930, ocorrido no Rio de Janeiro. Aproximadamente quatro meses antes do início deste evento, uma entrevista concedida pelo Presidente da Comissão Organizadora do Congresso, Nestor Egydeo de Figueiredo, ao jornal carioca *A Noite*, e traduzida para o espanhol pela Revista de Arquitectura de Buenos Aires, mostrou o grau de intimidade dos organizadores da reunião com os Estados Unidos. Disse Figueiredo na entrevista:

> O Dr. Rowe, diretor da 'União Pan-Americana', com sede em Washington, tem estado em constante comunicação com nosso Comitê, e sabemos que o Congresso tem despertado grande interesse nos Estados Unidos.

> Por essas comunicações e pelas do 'American Institute of Architects' teremos a certeza de que as figuras mais representativas da Arquitetura da Grande República do Norte estarão presentes em junho, trazendo para maior significação de nossas deliberações, a admirável soma de conhecimentos do gênio americano em urbanismo e em edificação. Nos informa, também, o arquiteto Kenneth M. Murchison, presidente da seção de Relações Exteriores daquele Instituto, que as Universidades americanas serão representadas por delegações de professores e alunos. [...] O professor John Galen Howard, veneranda figura de mestre e um dos arquitetos de fama mundial reconhecida, grande amigo do Brasil,[25] desenvolve nas costas do Pacífico uma intensa propaganda de nossa pátria e de nosso Congresso. A Universidade da Califórnia, na qual ele é professor, já designou sua delegação, da qual toma parte o ilustre professor. (FIGUEIREDO, 1930)[26]

O trecho acima mostra como havia, também no Brasil, contato do AIA com as mais proeminentes figuras do cenário arquitetônico do país. A lista de nomes de norte-americanos, citada por Nestor Figueiredo, deixa explícito o interesse dos Estados Unidos pelo evento, algo que, como nos Congressos anteriores, perpassava as salas do Pan American Union Building, sede da União Pan-Americana. Contudo, em 19 de junho, na abertura dos trabalhos do IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos, a delegação norte-americana parece ter sido bem menor do que esperava Figueiredo. A mesma era composta por três membros: Carl Ziegler, John Pollock Curtis e William Procter Preston – estes dois, residentes no Rio de Janeiro. Não havia menção a nenhuma delegação especial de nenhuma universidade norte-americana, nem da Penn, nem da Califórnia, como poderia se esperar. Tampouco havia citações à efetiva participação de Curtis e Preston no evento, que ficou, de fato, restrito à atuação de Ziegler e a uma recepção efusivamente preparada pelo Embaixador dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, Mr. Morgan, aos congressistas (REVISTA DE ARQUITECTURA, 1930b, p. 473).

Embora a presença americana tenha sido reduzida, ela encontrou importância, sobretudo na discussão acerca dos arranha-céus como modelo válido para todas as Américas. Presidindo a comissão de análise

das teses que versavam sobre o tema, Ziegler era visto como a pessoa com mais intimidade sobre ele, já que para muitos participantes do evento, os arranha-céus eram fenômenos típicos dos Estados Unidos (ATIQUE, 2007).

No Congresso de 1940, dois membros da delegação norte-americana também foram escalados para participar de dois temas intimamente ligados ao mundo americano: Julian Clarence Levi foi conduzido à presidência da Comissão de número três, encarregada de discutir os concursos públicos, e George Harwell Bond trabalhou como vice-presidente na sessão que analisou os auxiliares especialistas em obras de arquitetura (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p. 95). Ademais, muitos outros temas inerentes aos Estados Unidos foram tratados neste congresso, bem como em suas outras edições. Para maior conhecimento das questões discutidas tendo como referências os Estados Unidos, convém analisar quais foram algumas possíveis "lições americanas" avaliadas nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos.

Algumas "lições americanas" dos Congressos Pan-Americanos

Algo extremamente valioso para a compreensão da história da profissão, e que pode ser notado nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, é a capacidade de análise, por parte de seus comitês organizadores, das conjunturas da época em que cada evento ocorreu, as quais estão refletidas na escolha das temáticas de cada reunião. Logo no Primeiro Congresso, puderam ser discutidos temas como "Transformação, desenvolvimento e embelezamento da cidade de tipo predominante na América", "Materiais de construção peculiares a cada país da América – meios adequados para difundir o conhecimento de sua natureza e emprego em todo o continente", "Casas baratas urbanas e rurais na América", além dos que tratavam especificamente da questão do entendimento profissional, como

"Convém regulamentar o exercício da profissão de arquiteto?"; "Meios de se obter maior cultura artística do público para uma melhor compreensão da obra arquitetônica" e "Responsabilidade profissional do arquiteto", dentre outros (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940). Todas estas discussões já haviam ocorrido nos Estados Unidos, dentro do AIA, ainda no século XIX, e acabaram sendo processadas em outros órgãos profissionais durante o século XX.

Do ponto de vista da regulamentação da profissão, as conclusões do I Congresso Pan-Americano de Arquitetos estabeleciam noções que, de certa forma, passaram a ser defendidas pelos arquitetos brasileiros, mesmo antes da oficial regulamentação da profissão pelo governo Vargas, na década de 1930.[27] Para tanto, é interessante cotejar as definições de "arquiteto", extraídas do material que trata dessas cinco primeiras edições desses congressos, e notar que, muito embora a noção de arquiteto como "homem das artes", típica da tradição Beaux-Arts, não tenha desaparecido por completo, novos entendimentos foram surgindo, acoplando-se a ela. As conclusões oficiais desse primeiro evento diziam que o arquiteto era "o profissional que possui todos os conhecimentos jurídicos e econômicos, necessários para projetar as obras de arquitetura e fazê-las executar sob sua direção" (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p. 14); o arquiteto era, também, o profissional habilitado para outras tarefas listadas:

> [...] melhorar a estética das cidades, desenvolver a cultura geral, para obter um critério definido nas condições de nossas vivendas que tanta influência têm na saúde física e moral do povo, para assegurar a beleza, segurança e higiene de toda a espécie de edifícios. (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p. 14)

A noção de que a atividade do projeto era distinta daquela da construção, podendo, em todo caso, ser realizada pelo arquiteto, é algo muito notório nos Estados Unidos, sendo possível relembrar que o relatório de William Plack e Frank Watson, de 1923, mostrava certa surpresa de na América Latina isso não acontecer frequentemente.

O segundo Congresso, entre suas determinações, fazia "votos para a regulamentação da profissão de arquiteto, como único meio de alcançar o nível que lhe corresponde como fator fundamental do melhoramento da vida moderna" (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p. 18), e explicitava, também, a função que competia aos profissionais do continente:

> [...] estudar em todos os seus aspectos e características locais o problema da habitação e da edificação em geral e das casas proletárias e econômicas em particular, de modo a estabelecer as condições que [convinham] fixar para chegar ao estímulo efetivo das construções de toda a espécie nas cidades e povoações americanas. (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p. 18)

Estas determinações deixam clara a noção de compromisso social do profissional, sobretudo se for notada a discussão sobre a questão da habitação de interesse social, que foi discutida no evento. Um paralelo inevitável deve ser traçado com os debates do CIAM, que em função da realidade europeia de reconstrução e melhoramento das construções, de fato, só introduziria esse debate sobre a habitação social em um evento de objetivo e porte semelhante no final da década de 1920. Entretanto, numa espécie de paradoxo aos olhos contemporâneos, o mesmo congresso recomendava que o ensino nas escolas de arquitetura fosse "essencialmente artístico, sem prejuízo de serem desenvolvidos, convenientemente, os conhecimentos de ordem técnica e científica necessários para a formação do arquiteto" (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p. 19). Mesmo nos Estados Unidos, esta definição era corrente. Deve-se informar que o curso de arquitetura da University of Pennsylvania foi reorganizado dentro de uma School of Fine Arts, o que, na prática, o aproximava bastante das escolas de Belas Artes existentes no continente todo, responsáveis pela formação de arquitetos. Ainda no evento de 1930, no Rio de Janeiro, o antigo diretor da Escola Nacional de Belas Artes, José Marianno Filho, fez surgir a discussão sobre a necessidade de se proibirem cursos de arquitetura

dentro de escolas politécnicas (REVISTA DE ARQUITECTURA, 1930b).

Os congressistas do evento de 1927, ocorrido em Buenos Aires, deram novos contornos a temas persistentes no cenário profissional daqueles anos. A primeira conclusão daquele congresso era intitulada “como deve ser definido o arquiteto da América e quais devem ser suas atividades no exercício profissional”, a saber:

> O Arquiteto é um artista e um técnico, que projeta e dirige suas obras com exclusão de toda a atividade comercial das mesmas, sendo um anseio do III Congresso Pan-Americano de Arquitetos que os poderes públicos de todos os países da América, ao ditar as respectivas regulamentações profissionais, dêem força a essa definição (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p. 23).

A resolução mostra a incorporação de certos princípios racionalistas, como a fusão de Arte e Técnica, que havia sido objeto de reflexão do arquiteto ítalo-paulista Rino Levi, em 1925, por meio de uma carta publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 25 de outubro de 1925 (ANELLI; KON; GUERRA, 2001). Mas ela mostra, também, que ainda nos anos finais da década de 1920, muitos países não possuíam legislações sobre a regulamentação das profissões. Dessa forma, as principais resoluções desse Terceiro Congresso refletem uma retomada de noções já debatidas nos eventos anteriores, como a que procura uniformizar o ensino da arquitetura em todas as escolas do continente, possibilitando um intercâmbio de profissionais pelos diversos países, e, sobretudo, aquela que procura o entendimento sobre o urbanismo e suas relações com a arquitetura.

Nesse quesito, é interessante observar que o evento recomendava aos arquitetos “manter em seu estudo e em seu desenvolvimento” um contato direto com o urbanismo, “ciência intimamente ligada com a arquitetura”, entendida como a responsável por limitar a densidade exagerada das edificações sobre as vias tradicionais das cidades americanas, bem como

a confecção de planos reguladores ou de extensão para cada povoação da América (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p. 23). A necessidade de junção do urbanismo, "ciência" em construção naquele momento, com a arquitetura, se, por um lado, frustra a ideia de americanização nesta área, já que nos Estados Unidos as profissões de *architect*, *urban planner* e *landscape architect* já eram carreiras separadas, desde o começo dos anos 1920, por outro, mostra que o urbanismo em implantação nas Américas Central e do Sul tinha de buscar as contribuições dos colegas estadunidenses, sobretudo por meio do *zoning* (FELDMAN, 2005; SOMEKH, 1997).

O quarto Congresso Pan-Americano de Arquitetos introduziu, com grande força, a discussão sobre as "expressões nacionais da arte" e sobre as formas de alcançar sua difusão em cada país do continente. Dessa forma, fica clara a noção de que o arquiteto era o profissional dotado de capacidade de composição arquitetônica, completada por "conhecimentos históricos, técnicos e científicos" (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p. 27). Todavia, tal noção foi ampliada, na medida em que ficou explicitada, dentre as determinações do congresso, que ocorresse a "creação de cadeiras ou cursos de urbanismo nas escolas superiores de arquitetura assim como o ensino especialisado da Arquitetura Paisagista", sendo explicitado, ainda, que "o Urbanismo, por sua importancia, constitúa tema obrigatorio dos futuros congressos" (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p. 9), recomendação que foi seguida quando da montagem do V Congresso, em 1940. A definição de uma área específica de arquitetura paisagista mostra de que forma os organizadores dos congressos viam a estruturação da carreira do arquiteto, nos Estados Unidos. Arquiteto-paisagista seria o título dado ao arquiteto que completasse sua formação em arquitetura com lições aprofundadas nesta área. Assim como nos Estados Unidos, ele estaria apto a trabalhar apenas com esta área.

A quinta edição dos Pan-Americanos de Arquitetura dedicou grande parte de suas discussões à questão do crescimento das cidades e da resolução dos déficits habitacionais. Para tanto, o congresso recomendou a criação

de uma Conferência Pan-Americana de Urbanismo, sob os auspícios do Comitê Permanente dos Congressos Pan-Americano de Arquitetos. Essa conferência teria a função de apresentar soluções, já debatidas nos Institutos Oficiais Autônomos de Urbanismo e Urbanística de cada país, visando "levar a cabo uma ação coordenada de investigações, ensino e divulgação dos problemas urbanos e rurais" (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p. 31).

Vê-se, então, que houve um crescente amadurecimento no pensamento sobre as atribuições profissionais do arquiteto, somando à tradicional concepção de homem das artes, noções de ciência, técnica e planejamentos habitacional e regional, muito em função do englobar do urbanismo ao *métier* já consagrado. Mas outro fator que possibilitou mudanças no entendimento da própria profissão do arquiteto foi a luta pela regulamentação profissional durante as cinco edições em análise.

De conclusões genéricas ocorridas no primeiro encontro, em 1920, como a que cobrava dos governos nacionais "a necessidade de definir a responsabilidade legal do arquiteto, a exemplo do que ocorre com as demais profissões cujo exercício é fiscalizado por lei" (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p. 15), chegou-se, em 1940, a recomendações mais precisas sobre os comportamentos esperados de júris em concursos públicos e privados, bem como a questões específicas, como a dos honorários cabíveis a cada categoria trabalhista envolvida numa obra. O que fica claro é que esta premissa era um desdobramento dos postulados das edições anteriores, como a de 1930, que propugnava "com relação à propriedade artística", que os poderes públicos sancionassem leis, ou reformassem as existentes "no desejo de garantir os direitos de autores nas obras de arquitetura", estabelecendo especificações mais claras, já que "os codigos convencionais e opiniões juridicas só tratam do assunto de um modo geral, incluindo-a entre as demais artes e a literatura" (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p. 29). Os modelos das associações profissionais já existentes em diversos países, nessa época, como o brasileiro, com a Sociedade Central de Arquitetos; o norte-americano, com o AIA; e o

uruguaio, com a Sociedad Central de Arquitectos del Uruguay, parecem ter sido as principais matrizes para tal resolução, como os documentos citados mostram.

Ainda em 1930, no Rio de Janeiro, durante a quarta edição desses congressos, houve um debate acirrado acerca da pertinência dos arranha-céus[28] como forma e estética nas cidades americanas (REVISTA DE ARQUITECTURA, 1930b, p. 496). Dentre inúmeras polêmicas que o tema suscitava, compareceu uma solução que acabou sendo incorporada às resoluções acerca da *Solução econômica do problema residencial*[29] a saber:

> [...] que se recomende um estudo que permita a edificação cooperativista, ou seja, a divisão das casas por pisos e apartamentos e, sua venda fracionada, como uma das fórmas para resolver o problema residencial urbano, para operarios e empregados. (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p. 82)

O que se propunha era a adoção da habitação coletiva como forma de minimização de encargos econômicos, como também de área urbana na construção das habitações de caráter social. Isso soava enfaticamente nas recomendações do congresso anterior, de Buenos Aires, que explicitava o desejo de que se criassem casas individuais ou coletivas, e além, que se vendessem habitações a chefes de família vinculados ao Estado. Como explicitam Nabil Bonduki e Flávia Brito do Nascimento, os casos de conjuntos habitacionais de grandes proporções, no Brasil, foram poucos, mesmo dentre os produzidos pelos IAPs, já que a opção governamental recaiu sobre a casa isolada nos lotes das periferias, financiada ao trabalhador, ao lado, ainda, da autoconstrução (BONDUKI, 1999, p. 303; NASCIMENTO, 2004, p. 77). Nesse quesito, pode-se perceber a afinação de atitudes da política do período Vargas com as discussões dos dois últimos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e a crescente penetração da estética e do planejamento urbano segundo os gostos americano e europeu.

O V Congresso Pan-Americano de Arquitetos, realizado em 1940, concluiu a favor de um *Prêmio América*, a ser regulado pela União Pan-Americana de Washington, com o fim de permitir o intercâmbio de recém-formados visando estudos de levantamento e prática da restauração de monumentos de interesse do continente, o que permitiria a constituição de o que os arquitetos ali reunidos pensavam como História da América (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p. 34).

Estas conclusões são a síntese de um momento em que se procuravam atitudes mais maduras no enfrentamento da profissão do arquiteto. Elas são fruto de sua época, marcada, nas Américas, pela perda das ilusões formais e conservadoras dos Planos de Melhoramentos do começo do século, em função da beligerância europeia na Segunda Guerra, e de um de seus maiores efeitos: a presença maciça de técnicos, referências e estéticas estadunidenses.

Em todo caso, convém ver que enquanto a Guerra grassava na Europa, e enquanto nenhum país do continente ainda tinha aderido oficialmente ao combate, os arquitetos expressavam seu apreço pela profissão, como mostram essas palavras do arquiteto brasileiro Wladimir Alves de Souza, proferidas numa recepção ocorrida no Uruguai, por ocasião do encerramento do IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos:

> E aqui estamos pefeitamente integrados na grande família americana, neste generoso continente, remanso da civilisação, todo sol, amor e paz laboriosa, ao passo que outras terras se devoram a si proprias no entrechoque das civilisaçoes. Enquanto os laranjais florecem nupcialmente na California, enchendo a atmosféra com seu perfume fresco, enquanto os cafesais recebem nas asas da brisa, um pouco do murmurio dos trigais argentinos, enquanto o condor paira espectralmente sobre o azul da cordilheira e os rebanhos pisam as ferteis planícies do Uruguai, enquanto de todos os países da América se levantam os canticos da paz e do trabalho, os homens dos velhos paises que nos fizeram nascer e daqueles que alimentaram a nossa incipiente cultura, cobrem suas cabeças com as cinzas do luto. Experimentamos, pois, um orgulho justificado, ao contemplarmos a obra americana, e sentimo-

> nos estreitamente ligados a ela, nós os construtores de cidades, sabendo que a civilisação do nosso tempo ficará espelhada na nossa produção, reflexo que é, a arquitetura, das necessidades do agrupamento humano. (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p. 94)

Este discurso revela, ao lado de tudo o que se mostrou ao longo deste artigo, que os profissionais do espaço, sobretudo por meio dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, se articularam visando a constituição de uma profissão que não apenas resolvesse os problemas de seus próprios países, mas que permitisse a criação de um entendimento continental do saber e fazer do arquiteto e urbanista.

Notas

1. As Conferências Pan-Americanas – também chamadas de Conferências Americanas – são vistas, pela historiografia, como continuidades do Congresso Continental convocado por Simon Bolívar em 1826. Mas, de fato, a Primeira Conferência seria convocada pelos Estados Unidos, visando aumentar suas relações comerciais com os demais países americanos, apenas em 1889, em Washington DC. A Segunda Conferência Pan-Americana ocorreu em 1901, no México; a Terceira, em 1906, no Rio de Janeiro; a Quarta, em Buenos Aires, em 1910; a Quinta, em Santiago do Chile, em 1923; a Sexta, em Havana, em 1928; e a Sétima, em 1933, em Montevidéu. Depois desta data, elas assumem outras características e passam a ser designadas até por outros nomes, até meados da década de 1950 (BAGGIO, 2001, p. 4).

2. James Monroe foi o quinto presidente dos Estados Unidos, com mandato transcorrido entre 1817-1825. Em 1823, durante seu discurso de fim de ano, declarou não aceitar qualquer interferência europeia no Continente, nem a título de reconquista de antigas possessões, muito menos para novas colonizações. Esta declaração assumiu o nome de Doutrina Monroe. James Monroe faleceu em 1831. Participou da compra da Louisiania, em 1819, e da anexação da Flórida, anos mais tarde.

3. Elihu Root foi Secretário da Guerra dos Estados Unidos, entre 1899 e 1904, nos governos de William McKinley e de Theodore Roosevelt. Ele executou, naquele momento, uma reforma completa do Exército Norte-Americano, e tornou-se figura central depois da Guerra contra a Espanha, em 1898. No mesmo período, tornou-se encarregado de traçar estratégias para a anexação de Cuba; escreveu a carta de governo das Filipinas e alicerçou o comércio sem tarifas alfandegárias

entre os Estados Unidos e Porto Rico. Em 1905, Roosevelt o nomeou Secretário de Estado dos Estados Unidos. Em 1906, esteve no Brasil, visitando São Paulo e, especialmente, para participar da Terceira Conferência Pan-Americana, no Rio de Janeiro. Em 1912, recebeu um prêmio Nobel por seu trabalho como articulador internacional. Faleceu nos Estados Unidos, em 7 de fevereiro de 1937. Disponível em: <www.wn.wikipedia.org/wiki/Elihu_Root>. Acesso em: 20 mar. 2007.

[4] Conforme especificado pela Cláusula 1ª do Aviso nº 148 de 3 de julho de 1903, "Na construção do Pavilhão se terá em vista aproveitar toda a estrutura, de modo a poder-se reconstruí-lo nesta capital". Disponível em: <www.fotonadia.art.br/monroe.htm>. Acesso em: 20 mar. 2007.

[5] A expressão "profissionais do espaço" foi cunhada visando abarcar os profissionais que atuaram sobre os espaços urbanos e domésticos durante o período pesquisado (1876-1945). Como a regulamentação da profissão viria a acontecer, no Brasil, nos anos 1930, era possível encontrar agrônomos atuando como arquitetos; engenheiros navais como engenheiros civis etc. Além disso, deve-se creditar a médicos, engenheiros e assistentes sociais papel importante na formulação do espaço edificado entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX. No escopo deste artigo, obviamente, espaço é entendido como o meio que sofre ação direta do homem. Até a década de 1950, o espaço sideral não havia sido alcançado e, portanto, fica fora dessa definição aqui empregada.

[6] Uma das primeiras tentativas de definição do que seria a América partiu do arquiteto norte-americano Thomas Jefferson, com a cunhagem do termo "Hemisfério Ocidental", no qual exprimia existir uma unidade nos habitantes do continente. Esta "unidade dos povos americanos era devida à similaridade de seus 'modos de existência', que os distanciavam do resto do mundo (isto é, da Europa)" (SANTOS, L., 2004). O que causa estranheza nessa definição de Thomas Jefferson é que os Estados Unidos, apesar de usarem a mesma expressão para designar o conjunto das Américas até hoje, não conseguiram incorporar, definitivamente, as outras nações de origem ibérica como iguais a si, apontando-as, de certa forma, como suas dependentes. Prova maior disto foi a formulação da Doutrina Monroe, pelos Estados Unidos, em 1823, imbuída de nítido caráter antieuropeu, mas, também, de demonstração de superioridade em relação às demais nações e colônias do continente, que ficaram, então, tuteladas por aquele país em formação.

[7] Essas reuniões foram: Congresso do Panamá (1826), Congresso de Lima (1847-1848), Congressos de Santiago e de Washington (ambos em 1856), II Congresso de Lima (1864-1865) e Conferência de Washington (1899-1890).

[8] Entretanto, o Manifesto Republicano, de 1870, demonstrava pensamento divergente não apenas em relação ao regime de governo, como também do papel que o Brasil deveria ter em relação ao restante do continente que ocupava: "Somos

da América e queremos ser americanos. / A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos. / A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origemde opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras que nos rodeiam. Perante a Europa passamos por ser a democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesão. Perante a América passamos por ser uma democracia monarquizada, aonde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano. / Em tais condições pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo" (MANIFESTO..., 1870). Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto_Republicano>. Acesso em: 15 jul. 2005.

[9] Manuel de Oliveira Lima nasceu na capital de Pernambuco em 25 de novembro de 1867. Era filho de Luís de Oliveira Lima e de Maria Benedita de Oliveira Lima. Entrou no serviço diplomático brasileiro em 1890 como Adido à Legação em Lisboa e, no ano seguinte, foi promovido a Secretário. Mais tarde, desenvolveu suas atividades diplomáticas em Berlim, e, em 1896, foi transferido para Washington, na qualidade de Primeiro Secretário. De Washington passou mais tarde para Londres, onde conviveu durante algum tempo com Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Graça Aranha e José Carlos Rodrigues. Na década de 1910, fixou residência em Washington, onde passou a colaborar com a Universidade Católica daquela capital. Oliveira Lima faleceu nessa mesma cidade, em 24 de março de 1928 (LIMA, 1980; www.biblio.com.br/conteudo/biografias/oliveiralima.htm. Acesso em 21 de março de 2007).

[10] O *Corolário Roosevelt*, enviado ao Congresso dos Estados Unidos pelo então presidente da nação, Theodor Roosevelt (1859-1919), pode ser entendido como um documento complementar à doutrina Monroe, como seu corolário. No documento, o presidente declarava que os Estados Unidos não aceitariam demonstrações de força nas suas áreas de interesse, ainda que os motivos fossem aceitáveis, como o de executar dívidas em atraso das nações continentais junto a credores europeus. O mesmo texto informava que se algum país da América ferisse interesses – e, diga-se de passagem, principalmente os interesses norte-americanos, fossem eles explícitos ou velados – o governo estadunidense usaria a marinha para recuperar a ordem. Essa política anunciada no *Corolário Roosevelt* ficou conhecida como Big Stick. Mais informações podem ser obtidas em BUENO, 2003.

[11] Joaquim Nabuco era filho de José Tomás Nabuco de Araújo, senador do Império, e de Ana Benigna de Sá Barreto. Nascido em Recife, em 19 de agosto de 1849, estudou em Recife, depois em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Entrou para a Academia de Direito de São Paulo em 1866 e concluiu o curso na Faculdade de Direito de Recife, em 1870. Em 1876, foi aos Estados Unidos estudar, fixando-se em Nova York. Em 1880, fez-se deputado pelo Recife. Na década de 1880,

abraçou a causa abolicionista. Foi ferrenho monarquista até 1900, alinhando-se ao lado dos interesses britânicos por muitas vezes. Em 1900, tornou-se diplomata e funcionário da República, modificando suas concepções acerca desse regime político. Em 1905, tornou-se o primeiro Embaixador do Brasil em Washington, passando a cultivar grande interesse pelos assuntos norte-americanos. Em 1910, faleceu em Washington (GOUVÊA, 1989). Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/docs/nabuco/jn.html>. Acesso em: 21 mar. 2007.

12 Os discursos de Joaquim Nabuco foram sistematizados numa publicação organizada pela Fundação pernambucana que leva o seu nome, a partir do trabalho de Carlos Daghlian (1988). Os discursos que proferiu sobre a temática pan-americanista foram na Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais, na Pennsylvania, em 1906, em um clube de Nova York, em 1907, numa assembleia popular em Washington, em 1908, na Universidade de Chicago, em 1908, e no Jantar do Bureau Internacional das Repúblicas Americanas, também em Washington, em 1909 (DAGHLIAN, 1988, p. 26-27).

13 Como aponta Villafañe dos Santos, é com a publicação do poema *Las dos Américas*, da lavra do colombiano Torres Caicedo, radicado em Paris, que a expressão América Latina foi empregada como forma de expressar a maioria dos países do continente americano, recuperando o conceito lançado, em 1836, por Michel Chevalier. Em 1865, Caicedo publicou um outro livro, de título *Unión latinoamericana*, em que apresentou seu projeto de "organizar um movimento contrário à política Pan-Americana dos Estados Unidos" (BRUIT, 2004, p. 3). A expressão América Latina foi compartilhada, ainda, pelo argentino, também residente em Paris, Carlos Calvo, em obra de cunho jurídico com mais de vinte volumes. A importância desses debates, segundo Héctor Bruit, se dava por conta da necessidade de se quebrar a pecha negativa que sempre esteve atrelada à latinidade.

14 Eduardo Paulo da Silva Prado nasceu em São Paulo, em 27 de fevereiro de 1860. Era filho de Martinho Prado e de Veridiana Valéria da Silva Prado, membros de uma das mais influentes famílias da Província de São Paulo, tanto em termos econômicos quanto políticos. Eduardo Prado formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, no começo da década de 1880. Desempenhou a função de jornalista no Correio Paulistano e publicou, também, alguns livros. Foi adido da legação brasileira em Londres, onde manteve contato com personalidades ilustres de seu tempo, como Eça de Queiróz, que muitos autores julgam ter baseado em Prado o Jacyntho, do romance *As cidades e as serras*. Prado escreveu *A Ilusão Americana* em 1893, combatendo a aproximação com os Estados Unidos. Exilou-se em Londres em função de perseguições comandadas pela polícia a pedido de Floriano Peixoto. O teor monarquista e antirepublicano foi sua marca registrada, o que o afastava, inclusive, de muitos de seus irmãos de sangue. De volta ao Brasil, faleceu em São Paulo, em 30 de agosto de 1901, aos 41 anos de vida (PRADO, 2001: VII-VIII).

Sobre os meandros da vida política nacional, a partir das trajetórias dos Prados, convém analisar o importante livro de Darrell E. Levi, de nome The Prados of São Paulo, Brazil: an elite family and social change, 1840-1930, editado pela University of Georgia Press, 1987.

[15] Deve-se informar que não apenas entre os arquitetos essa noção se fez presente por meio da realização de Congressos Pan-Americanos. Profissionais das áreas de Assistência Social, Medicina, Higiene, Engenharia, sem falar das competições esportivas, se reuniram diversas vezes ao longo do século XX, pondo, em diálogo, as Américas.

[16] São poucos os livros de arquitetura e de urbanismo que tratam dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. Um dos autores que se deteve, ainda que brevemente, nas contribuições dessas reuniões, foi Paulo Santos, em *Quatro séculos de arquitetura*, relatando apenas alguns acontecimentos e algumas consequências do Congresso de 1930, ocorrido no Brasil (SANTOS, P., 1981). Hugo Segawa, em *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*, também não se deteve na análise das repercussões dos Congressos Pan-Americanos, indicando, apenas, a participação de algumas personagens, como o engenheiro Flávio de Carvalho, na edição de 1930 (SEGAWA, 1999). Na obra de Yves Bruand, *Arquitetura contemporânea no Brasil*, por sua vez, sequer são encontradas referências a esses eventos (BRUAND, 1991). Candido Malta Campos Neto, no livro *Os rumos da cidade:* urbanismo e modernização em São Paulo, de 2002, trata da participação de alguns profissionais brasileiros nos congressos, mas não se detém mais do que o necessário à sua narrativa, na análise da contribuição desses eventos para a arquitetura e o urbanismo no Brasil (CAMPOS NETO, 2003). No âmbito acadêmico, pode-se citar a dissertação de mestrado da arquiteta Ana Lúcia Cerávolo, defendida no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC-USP), como uma breve contribuição à relevância de tais eventos, ao abordar a trajetória do arquiteto Paulo de Camargo e Almeida e sua participação no Congresso Pan-Americano de 1940 (CERÁVOLO, 2000). Além desta, recentemente Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes e José Carlos Huapaya Espinoza publicaram o artigo Olhares cruzados: visões do urbanismo moderno na América do Sul (1930-1960), apresentado no XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, realizado em Recife, em 2008. A primeira tentativa de análise do escopo dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos saiu da pena de Margareth da Silva Pereira, professora do Programa da Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisadora abordou a questão no desenvolvimento de uma pesquisa intitulada *A americanização da América*: a ideologia pan-americanista e o seu impacto na forma urbana do Rio e de São Paulo, 1900/1960, encerrada em 2001, a qual gerou o artigo O pan-americanismo e seu impacto na institucionalização do urbanismo no Brasil: 1920-1945, apresentado no IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, em 1998, Rio de Janeiro. No âmbito latino-

americano, não foram encontradas muitas obras que tratem desse assunto, sendo, talvez, exceções, o artigo de Alberto Gurovich, denominado Conflictos e negociaciones: la planificacion urbana em el desarollo del Gran Santiago, publicado na *Revista Urbanismo*, versão eletrônica mantida pelo Departamento de Urbanismo da Universidad del Chile. Em 2007, Ramón Gutierrez, Jorge Tartarini e Rubens Stagno trouxeram à cena uma publicação que serve de memória para todas as edições dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos do século XX. A publicação, intitulada *Congresos Panamericanos de Arquitectos*, 1920-2000, foi publicada pelo Centro de Documentacion de Arte y Arquitectura Latinoamericana (CEDODAL) por encomenda da Federação Pan-Americana das Associações de Arquitetos (FPAA). Contudo, analiticamente, a referida obra pouco avança sobre o que é possível encontrar nas revistas de arquitetura publicadas no período de realização desses congressos, como a revista *Architectura e Construções* e a *Revista de Engenharia do Mackenzie*, de São Paulo; as revistas cariocas *Architectura no Brasil* e *Arquitetura e Urbanismo*, e a argentina *Revista de Arquitectura*, publicada pela Sociedad Central de Arquitectos de Buenos Aires, as quais permitiram a obtenção de fontes documentais valiosas ao estudo dessas iniciativas. Junto delas, devem ser acrescentadas as fontes primárias encontradas na University of Pennsylvania, nos Estados Unidos. É possível encontrar interpretações mais detidas e profundas em dois outros artigos publicados pelo autor. Um deles se chama Profissão, estilo e causa: um olhar sobre os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, contido nos *Anais do 7º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, ocorrido em Niterói, em 2004; e Os debates sobre habitação nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, apresentado e publicado nos *Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Urbanismo Regional* (ANPUR), ocorrido em Salvador, em 2005.

[17] Essa representação foi possível por causa do Commonwealth, que igualou as atribuições profissionais dos arquitetos da Grã-Bretanha aos do Canadá.

[18] O Brasil teve seu Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) constituído apenas em 1937, muito embora outras iniciativas locais já existissem desde a década de 1920 (RODRIGUES, 2000, p. 13).

[19] Em um artigo de 1928, um professor norte-americano, em regresso aos Estados Unidos, escreveu que havia grande possibilidade do 5º Congresso Pan-Americano de Arquitetos acontecer naquele país, “confirmando o verdadeiro caráter daqueles eventos” (LAIRD, 1928, p. 152).

[20] A sugestão de Cuba como sede do evento partiu de Francisco Prestes Maia, na Assembleia de Encerramento do IV Congresso, no Rio de Janeiro (REVISTA DE ARQUITECTURA, 1930b, n.116, p. 501).

[21] Alguns autores, como Cody (2003) e Noble (1979), consideram 1867 como a data oficial de fundação do AIA.

[22] Em 1868, se criou o Massachusetts Institute of Technology. Anos depois, surgiram os cursos de Cornell, em 1871, da University of Illinois, em 1873, da University of Pennsylvania, em 1874, e da Columbia University, em 1881.

[23] O surgimento das academias devotadas à educação formal de arquitetos, entretanto, parece ter sido, de certa forma, uma derrota sofrida pelo órgão, já que o AIA almejava a constituição, sob seus auspícios, de uma Escola Central de Arquitetura, aos moldes da Ecole des Beaux-Arts de Paris. Em certo sentido, contudo, as discussões processadas dentro do AIA sobre os modelos de educação a serem aplicadas na formação do arquiteto americano foram incorporadas por Robert Ware, o fundador do Massachusetts Institute of Technology e membro ativo do AIA (AMERICAN INSTITUTE OF ARCHITECTS, [19-?]).

[24] De fato, a menor delegação a participar daquele evento era a norte-americana, oficialmente formada por Watson e Plack como delegados do AIA, e por Francisco Squirru, argentino formado pela Penn, em 1915, e delegado constituído por aquela casa para o evento, tal qual acontecera em 1920, no I Congresso (UNIVERSITY ARCHIVES, LAIRD PAPERS, 1928d). O evento contou, no total, com 65 arquitetos de vários países. Deve-se apontar a não-participação do Brasil causada por trâmites burocráticos entre a Embaixada do Chile, que remeteu as convocatórias ao Instituto de Engenharia no Rio de Janeiro, impedindo a organização da delegação brasileira em tempo hábil.

[25] John Galen Howard (1864-1931) foi dono de um importante escritório de Arquitetura em San Francisco, desde o último quartel do século XIX, onde se empregou a primeira mulher americana a se formar em arquitetura na Europa, Julia Morgan. Praticante de uma arquitetura recuperadora de elementos latinos, visitou o Brasil algumas vezes, e parece ter mantido relação íntima com alguns arquitetos locais, em um intercâmbio de ideias que ainda está por ser mais bem explorado. Foi o arquiteto que concebeu o Campus de Berkley da University of California, ao lado de Morgan. Nesta universidade, foi o fundador e diretor da School of Architecture at the University of California por anos (WOODBRIDGE, 2002).

[26] Também publicado em *Revista de Arquitectura*, publicada pela Sociedad Central de Arquitectos de Buenos Aires, 1930, n.112, p. 320 – abril.

[27] Merece destaque o fato de que o Brasil talvez tenha colaborado neste quesito, uma vez que, desde 1911, existiam agremiações de Engenheiros e Arquitetos, como a de São Paulo, fundada em 1911 (FICHER, 2005, p. 100).

[28] Nesse período, qualquer edifício notadamente vertical em meio a paisagem de uma cidade, era denominado arranha-céu, independente do número de pavimentos (ATIQUE, 2004, p. 112).

[29] A sessão de trabalho sobre esse tema foi composta da seguinte maneira, segundo artigo da *Revista de Arquitectura*, de Buenos Aires: "Presidente: Arq. Pasman,

argentino. Vicepresidente: Giurua, uruguayo. Secretario: Gouvêa Freire, brasileño" (REVISTA DE ARQUITETCTURA, 1930, p. 475).

Referências

ALVAREZ, Raúl J. No olvidemos las sanciones de los Congresos. *Revista de Arquitectura*, Buenos Aires: Sociedad Central de Arquitectos, n.123, mar. 1931.

AMERICAN INSTITUTE OF ARCHITECTS. *History of the American Institute of Architects.* [19-?]. Disponível em: <www.aia.org/about2_template.cfm?pagename=about_history>. Acesso em: 20 mar. 2007.

ANELLI, Renato; KON, Nelson; GUERRA, Abílio. *Rino Levi: arquitetura e cidade.* São Paulo: Romano Guerra, 2001.

ARQUITETURA E URBANISMO. Rio de Janeiro: Instituto de Arquitetos do Brasil, v. 5, mar./abr. 1940.

ARCHITECTURA NO BRASIL. Rio de Janeiro, v. 4, ano 2, n. 24, p. 141-142, set. 1923. II Congresso Panamericano de Architectos.

ATIQUE, Fernando. *Arquitetando a 'Boa Vizinhança'*: a sociedade urbana do Brasil e a recepção do mundo norte-americano. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

_____. O debate sobre habitação nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11., 2005, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPUR: UFBA, 2005. CD-ROM.

_____. *Memória moderna*: a trajetória do Edifício Esther. São Carlos: RiMa: FAPESP, 2004a.

_____. Profissão, estilo e causa: um olhar sobre os primeiros congressos pan-americanos de arquitetos. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 7., 2004, Niterói. *Anais...* Niterói: UFF, 2004b. CD-ROM.

BAGGIO, Kátia Gerab. Os intelectuais brasileiros e o pan-americanismo: a Revista Americana (1909-1919). In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO ANPHLAC, 4. 2001, Salvador. *Anais eletrônicos.* ANPHLAC, 2001.

Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/anphlac/anais/encontro4>. Acesso em: 22 jul. 2005.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República*: os anos de apogeu – de 1902 a 1918. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BRUIT, Héctor. A invenção da América Latina. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO ANPHLAC, 5. 2004, cidade. *Anais eletrônicos*. ANPHLAC, 2004. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/anphlac/anais/encontro5>. Acesso em 22 jul. 2005.

CAMPOS NETO, Candido Malta. *Os rumos da cidade*: urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Senac, 2002.

CERÁVOLO, Ana Lúcia. *Arquitetura total na trajetória de Paulo de Camargo e Almeida*. 243p. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2000.

CODY, Jeffrey W. *Exporting American architecture*: 1870-2000. New York: Routledge, 2003.

COHEN, Jean – Louis. *Scenes of the world to come*: European architecture and the American challenge, 1893 – 1960. Paris: Flammarion: Canadian Centre for Architecture, 1995.

DAGHLIAN, Carlos. *Os discursos americanos de Joaquim Nabuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 1988.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

ELIHU Root. [199?]. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Elihu_Root>. Acesso em: 20 mar. 2007.

FELDMAN, Sarah. *Planejamento e zoneamento*: São Paulo, 1947 – 1972. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2005.

FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli*: ensino e profissão em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2005.

FIGUEIREDO, Nestor Egydeo de. Entrevista. *A Noite*, Rio de Janeiro, 28 fev 1930.

FREYRE, Gilbeto. *Oliveira Lima, Don Quixote gordo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; ESPINOZA, José Carlos Huapaya. Olhares cruzados: visões do urbanismo moderno na América do Sul, 1930-1960. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 10., Recife. *Anais...* Recife: CECI, 2008. CD-ROM.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Joaquim Nabuco*: entre a Monarquia e a República. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 1989. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/docs/nabuco/jn.html>. Acesso em: 21 mar. 2007.

GUROVICH, Albert. Conflictos y negociaciones: la planificación urbana en el desarollo da Gran Santiago. *Revista Urbanismo*, Santiago, n. 2, 2003. Disponível em: <http://revistaurbanismo.uchile.cl/n2/2.html>. Acesso em: 12 set. 2004.

GUTIERREZ, Ramón; TARTARINI, Jorge; STAGNO, Rubens. *Congresos Panamericanos de Arquitectos, 1920-2000*: aportes para su historia. Buenos Aires: CEDODAL: FPAA, 2007.

INFORMACIONES sobre el próximo Congreso Pan-Americano de Arquitectos. *Revista de Arquitectura*, Buenos Aires: Sociedad Central de Arquitectos, n. 129, p. 478-479, sep, 1931.

LAIRD, Warren Power. Our sister continent. *General Magazine and Historical Chronicle*, Philadelphia: University of Pennsylvania, v.30, n. 2, jan. 1928.

LEVI, Darrel. *The Prados of São Paulo, Brazil*: an elite family and social change, 1840-1930. Athens; London: University of Geogia, 1987.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Pan-americanismo*: Monroe, Bolívar, Roosevelt. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1980.

MANIFESTO Republicano. 1870. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto_Republicano>. Acesso em: 15 jul. 2005.

MANUEL de Oliveira Lima: biografia. [200?]. Disponível em: <http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/oliveiralima.htm>. Acesso em: 21 mar. 2007.

NABUCO, Joaquim. A aproximação das duas Américas. In: BRASIL. Senado Federal. *Revista Americana*: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual, 1909-1919. Brasília: Senado Federal, 2001. Edição fac-similar.

_____. *Minha formação*. Brasília: UnB, 1963. Introdução de Gilberto Freyre.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Entre a estética e o hábito*: o Departamento da Habitação Popular – Rio de Janeiro, 1946-1960. 2004. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

NOBLE, David F. *America by design*: science, technology and the rise of corporate capitalism. New York: Oxford University, 1979.

PEREIRA, Margareth Aparecida Campos da Silva. O pan-americanismo e seu impacto na institucionalização do urbanismo no Brasil: 1920-1945. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana.* 6. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 2001.

REBELO, Aldo. A desilusão do aristocrata. In: PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. 6. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 2001.

REVISTA DE ARQUITECTURA. Buenos Aires: Sociedad Central de Arquitectos, n. 112, p. 259-399, abr. 1930a. IV Congresso Panamericano de Architectos.

REVISTA DE ARQUITECTURA. Buenos Aires: Sociedad Central de Arquitectos, n. 116, v. 16, p. 468-556, ago. 1930b. Número especial referente al IV Congreso Panamericano de Arquitectos y Exposicion de Arquitectura realizado em Río de Janeiro.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado*: a instituição do patrimônio em São Paulo. São Paulo: UNESP: CONDEPHAAT: Imprensa Oficial, 2000.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes dos. *O Brasil entre a América e a Europa*: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: UNESP, 2004.

SANTOS, Paulo. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil*: 1900-1990. São Paulo: EDUSP, 1999.

SOMEKH, Nadia. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador*: São Paulo, 1920 – 1939. São Paulo: Studio Nobel/EDUSP, 1997.

SOUZA NETO, Washington Luiz Pereira de. Introdução. In: LIMA, Manuel de Oliveira. *Panamericanismo*: Monroe, Bolívar, Roosevelt. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1980.

UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA. University Archives and Record Center. *University Archives and Record Center. Correspondence from F. Squirru to W.P. Laird, dec. 2, 1919*. Laird Papers, 1919b.

______. University Archives and Record Center. *Correspondence from F. Squirru to W.P. Laird, sep. 9, 1919.* Laird Papers, 1919c.

______. University Archives and Record Center. *Correspondence from H. Acosta y Lara to W.P. Laird, sep. 12, 1919*. Laird Papers, 1919a.

______. University Archives and Record Center. Carta de F. Squirru A W.P. Laird set. 9 1927. Laird Papers, 1927a.

______. University Archives and Record Center. *Correspondence from The American Institute of Architects to A.C. Molina, nov 7, 1927.* Laird Papers, 1927b.

______. University Archives and Record Center. *Correspondence from C.S. das Neves to W.P. Laird, Jun 21, 1927.* Laird Papers, 1927c.

______. University Archives and Record Center. Laird Papers, 1927d.

WOODBRIDGE, Sally B. *John Gallen Howard and the University of California:* the design of a great public university campus. Los Angeles: University of California, 2002.

WRIGHT, Mary Robinson. *The new Brazil:* its resources and attractions - historical, descriptive and industrial. 2nd ed., rev. and enl. Philadelphia: G. Barrie & Sons, 1907.

Mestres e discípulos no urbanismo latino-americano (1920-1960): Buenos Aires e Havana, duas cidades paradigmáticas

Roberto Segre

Introdução

Certa homogeneidade caracterizou as transformações funcionais e estéticas das cidades na América Latina, sem coincidir exatamente na dinâmica temporal. Resultou unânime a rejeição dos códigos arquitetônicos e urbanísticos coloniais predominantes no século XVIII – de ascendência barroca –, que identificavam a "grande aldeia" portenha (LIERNUR; SILVESTRI, 1993, p. 177), substituídos pelo "moderno" neoclassicismo. Este, assumido como representação dos ideais da Revolução Francesa – em Buenos Aires, o presidente Bernardino Rivadavia impõe o pórtico da Catedral, inspirado na igreja de La Madelaine em Paris (1822) (GUTIÉRREZ, 1983, p. 391) –, foi apoiado tanto pelos governos das novas repúblicas quanto contraditoriamente pelo poder espanhol, que se manteve no Caribe ao longo do século XIX, nas ilhas de Cuba e Porto Rico. Com a regularidade urbanística estabelecida pelas colunatas clássicas ao longo de passeios e avenidas, entrou em crise o modelo compacto da malha homogênea cartesiana, em busca de um sistema viário mais diversificado e flexível. Também era necessária a criação de espaços

verdes públicos, quase inexistentes nas cidades coloniais tradicionais. Não é casual que o desenho de extensos parques urbanos fosse uma das principais preocupações dos primeiros presidentes argentinos – em particular Domingo Faustino Sarmiento –, responsáveis pelos convites aos paisagistas franceses que participaram dos projetos do sistema verde de Buenos Aires: Édouard André (1840-1911), Eugène Courtois (1837-1906) e Charles Thays (1849-1934). A imagem parisiense do Bois de Boulogne, de Joseph Alphand, assim como a do Central Park de Nova York, de Olmsted e Vaux, apareceram na imagem especular do Parque de Palermo (BERJMAN, 1982, p. 8)[1].

Começa assim a prolongada conexão entre os urbanistas franceses e as cidades latino-americanas, que se iniciou em princípios do século com os convites a Joseph Bouvard (1840-1920) na Argentina e no Brasil, e culmina com o último acadêmico presente na região, membro da geração dos anos noventa, proveniente do Institut d'Urbanisme de Paris, sob a influência de Marcel Poëte (1866-1950): Maurice Rotival (1892-1980) elabora em 1937 o Plano Diretor de Caracas com características acadêmicas, logo reelaborado segundo os princípios do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) nos anos cinquenta. O predomínio da escola francesa na América Latina teve escassas exceções de tendências alternativas. Entre elas, citemos a presença do austríaco Karl H. Brunner (1887-1960), convidado para elaborar projetos urbanos no Chile, Colômbia e Panamá, entre os anos 1929 e 1948 (HOFER, 2003, p. 73). Discípulo de Camillo Sitte, a sua preocupação esteve mais relacionada com o desenho "aberto" de conjuntos habitacionais do que com os traçados monumentais no centro da cidade. As suas ideias tiveram considerável influência na região andina e no Caribe, com a publicação do seu *Manual de urbanismo* (BRUNER, 1939, 1940). O pragmatismo contido nos tratados urbanos alemães foi explicado aos argentinos por Werner Hegemann (1881-1936), que visitou Buenos Aires em 1930 e criticou a rigidez das propostas viárias dos franceses, mais preocupados com as regulamentações urbanas e a expansão habitacional nas áreas

periféricas (LIERNUR, 1987)[2]. Por último, a influência inglesa esteve fragmentariamente representada no Brasil por Raymond Unwin (1863-1940) e Barry Parker (1867-1947), que projetaram a famosa Cidade Jardim de Letchworth (1904) e desenharam, em 1915, o bairro Jardim América, em São Paulo, por iniciativa da Companhia City, para o assentamento habitacional da burguesia paulista (WOLFF, 2001, p. 75).

Não foi ainda suficientemente estudado na América Latina o tema do relacionamento entre o poder político e os urbanistas e arquitetos. Na realidade, poucas vezes se chegou a situações extremas, em que o poder central absoluto identificou-se com nomes específicos de profissionais. Como bem demonstrou Deyan Sudjic, temos, por exemplo, Hitler relacionado com Albert Speer; Mussolini com Marcello Piacentini; Stalin com Boris Iofan; Nelson Rockefeller com Wallace Harrison; Juscelino Kubitschek com Oscar Niemeyer (SUDJIC, 2005). Na realidade, o desenvolvimento das cidades capitais esteve definido por diferentes níveis de poder – tanto o governo central quanto as prefeituras e as associações profissionais e de "amigos da cidade", que participavam dos debates sobre os projetos urbanos, que nem sempre coincidiam nos objetivos propostos. Em Havana, J.C.N. Forestier foi convidado em 1926 pelo Ministro de Obras Públicas do ditador Gerardo Machado, Carlos Miguel de Céspedes; pelo contrário, Le Corbusier viajou a Buenos Aires em 1929 por iniciativa da Sociedad Amigos del Arte, apoiada pelo entusiasmo da fazendeira e intelectual Victoria Ocampo – ela se fez construir pelo arquiteto mais conservador de Buenos Aires, uma casa "estilo" Le Corbusier –, e com a participação da Faculdade de Ciências Exatas, onde estava sediada a Escola de Arquitetura. Mas, ao mesmo tempo, criaram-se polêmicas e contradições entre as propostas dos convidados estrangeiros e os urbanistas e arquitetos locais, que criticavam os sucessivos projetos elaborados na primeira metade do século XX. Eles tinham desenhado soluções alternativas que, em alguns casos, serviram de embasamento àquelas desenvolvidas pelos convidados, que até hoje não foram suficientemente valorizadas. Como nesse período não predominavam os concursos para a

realização de novas obras, o poder político tinha a capacidade de definir o autor dos projetos, que privilegiava geralmente os técnicos estrangeiros em detrimento dos especialistas locais. Porém, por outro lado, alguns dos prestigiosos convidados geraram discípulos que souberam concretizar as ideias originais dos mestres.

Buenos Aires

A persistência do sistema acadêmico

Com a declaração de Buenos Aires Capital Federal, em 1880, na presidência de Nicolas Avellaneda, começa o crescimento acelerado da cidade, que se mantém até os anos trinta com o fluxo migratório da Europa: entre 1857 e 1914, entraram pelo porto da capital 3,3 milhões de pessoas para povoar o campo e as cidades (BRAUN; CACIATORE, 1996). Assim, a capital portenha, que, em 1895, tinha 663 mil habitantes, chega a 1,6 milhão em 1914, e a 2,5 milhões em 1936 (Cf. SEGRE, 1964; KORN, 1974). Era evidente que a estrutura rígida da malha colonial, mesmo se a quadra tradicional mantinha a sua validade, não era mais adequada nem às exigências de uma população numerosa nem ao imaginário urbano do novo poder político. Os problemas que deviam ser resolvidos eram: criar um sistema viário em sintonia com a modernização dos transportes públicos; definir as infraestruturas técnicas – água, esgoto, gás, eletricidade; desenhar o sistema de espaços públicos; prever a futura expansão da cidade e a localização dos assentamentos proletários; e estruturar a imagem da centralidade com os monumentos que simbolizavam o poder político republicano. A história urbana de Buenos Aires, até os anos quarenta, se sintetiza na sucessão de projetos que elaboram soluções acadêmicas para o centro cívico e administrativo, e sugestões para o desenvolvimento dos bairros periféricos, dentro e fora dos limites da Capital Federal. É uma antítese baseada em conflitos sociais, culturais e urbanísticos, resumida na

contraposição entre Florida – que identificava as elites com centralidade – e Boedo, representação do povo suburbano (GORELIK, 1988, p. 360).

Na construção do sistema simbólico do poder e na valorização do centro, existiam dois problemas essenciais, mantidos nessas primeiras décadas: como e onde construir os novos ícones arquitetônicos, e qual o relacionamento viário entre eles. Ou seja: reforçar a significação da Praça de Maio, eliminando os vestígios coloniais – em várias ocasiões foi proposta a derrubada do Cabildo –, e criar uma nova imagem monumental; ou descentralizar o sistema administrativo do estado e do município em novos centros cívicos. Desde 1869, no primeiro projeto que contém um sistema de diagonais, elaborado por José Marcelino Lagos e que culminam em um centro geográfico da capital – se supõe na atual Praça do Congresso –, sucederam-se às propostas de superpor à malha cartesiana uma série de avenidas diagonais com uma nova escala de circulação veicular. A solução se repete com o Prefeito Crespo (1887), com o Vereador Desplats (1906) e com o arquiteto Enrique Charnoudie (1906), diretor da revista de arquitetura da Sociedade Central de Arquitetos (NOVICK, 1992). Também o Prefeito Seeber (1889-1990) tinha previsto o traçado da Avenida Norte-Sul, que relacionava as duas principais estações ferroviárias: Retiro e Constitución, hoje Avenida Nove de Julho. Finalmente, em 1894, é inaugurada a Avenida de Maio, primeiro eixo monumental inserido na malha tradicional, desenhada pelo arquiteto Juan Antonio Buschiazzo (1846-1917), que conectava a Praça de Maio ao Palácio do Congresso, construído posteriormente, em 1912 (GUTIÉRREZ, 1992, p. 122). Em coincidência com estas primeiras obras no centro, o paisagista francês Charles Thays já tinha projetado o extenso sistema verde do Parque de Palermo, na zona norte da cidade.

Daí que, quando dois prefeitos de Buenos Aires convidaram especialistas estrangeiros – primeiro, em 1907, Carlos T. de Alvear convida o urbanista Joseph Antoine Bouvard; e em 1924, Carlos Noel convida o paisagista J.C.N. Forestier –, a estrutura básica do sistema monumental da capital já estava definida. Sem dúvida, esses dois profissionais deram significativas

contribuições, especialmente na visão global da cidade e nas propostas de sistemas viários que integrassem entre eles os bairros suburbanos. Forestier preocupou-se principalmente com a valorização do relacionamento de Buenos Aires com o Rio da Prata, estabelecendo passeios e áreas de lazer ao longo da costa norte, e propôs a salvaguarda do delta do rio Paraná – o Tigre –, como região verde na escala metropolitana. Interessou-se também pela criação de praças e jardins nos bairros modestos, em particular na zona sul, como nos casos de Barracas e Avellaneda (FORESTIER, 1997, p. 332). Mas a presença dos prestigiosos franceses foi criticada pelos técnicos locais, já que eles consideravam ter habilitação suficiente para desenvolver projetos semelhantes. O arquiteto Victor Jaeschke (1864-1938), formado na Alemanha e influenciado por Camillo Sitte, questionava a rigidez do sistema de avenidas de Bouvard, tendo, por sua vez, proposto, em 1912, um plano de diagonais no centro da cidade para descongestionar a circulação veicular (GUTIÉRREZ, 2002). Um paisagista pouco conhecido, Benito Javier Carrasco (1877-1958), que foi diretor do departamento de jardins e passeios públicos de Buenos Aires (1914-1918) e autor do passeio na beira do Rio da Prata – a Costanera Sur –, elaborou, em 1914, um detalhado projeto paisagístico para a cidade, influenciado pelo modelo norte-americano da *City Beautiful*, desde o limite da Capital Federal até o Tigre, valorizando os principais núcleos residenciais que se consolidaram até hoje (TELLA, 2004). Foi demitido do cargo por problemas políticos – era notória a sua postura progressista – e, sem dúvida, Forestier se inspirou no seu projeto da Costanera Sur para desenvolver a Costanera Norte. Infelizmente, as propostas formuladas para a costa, além da Capital Federal, não foram concretizadas e a beira do rio ficou ocupada pela propriedade privada e pela especulação imobiliária.

Na arquitetura e no urbanismo, até os anos trinta, predominou totalmente o modelo acadêmico. Houve dois momentos de clímax construtivo: o primeiro, em 1910, com a Exposição do Centenário da Independência, em que se consolida a imagem parisiense da cidade e se concretizam os principais prédios públicos – o Congresso, o Correio, a

Alfândega, o Palácio dos Tribunais, entre outros; e o segundo, em 1925, com o Prefeito Carlos Noel, que elabora o *Proyecto orgânico para la urbanización del município*, que privilegiava os princípios de "estética edilícia". Nele, havia como propostas principais: o resgate da costa e sucessivos projetos para estruturar a centralidade, bem como o desejo de criar uma nova Praça de Maio, com a derrubada da Casa Rosada e do Cabildo, abrindo o espaço para o rio e para o Porto Madero; a criação das duas Diagonais – Norte e Sul; e o interesse inicial pelo controle urbanístico das áreas periféricas. Grande parte das obras e projetos paralisa-se com a Crise Mundial de 1929, que se soma ao golpe militar do general Uriburu, em 1930, e o início de um período de governos conservadores, que se mantém na Argentina até início dos anos quarenta, denominada a "década infame".
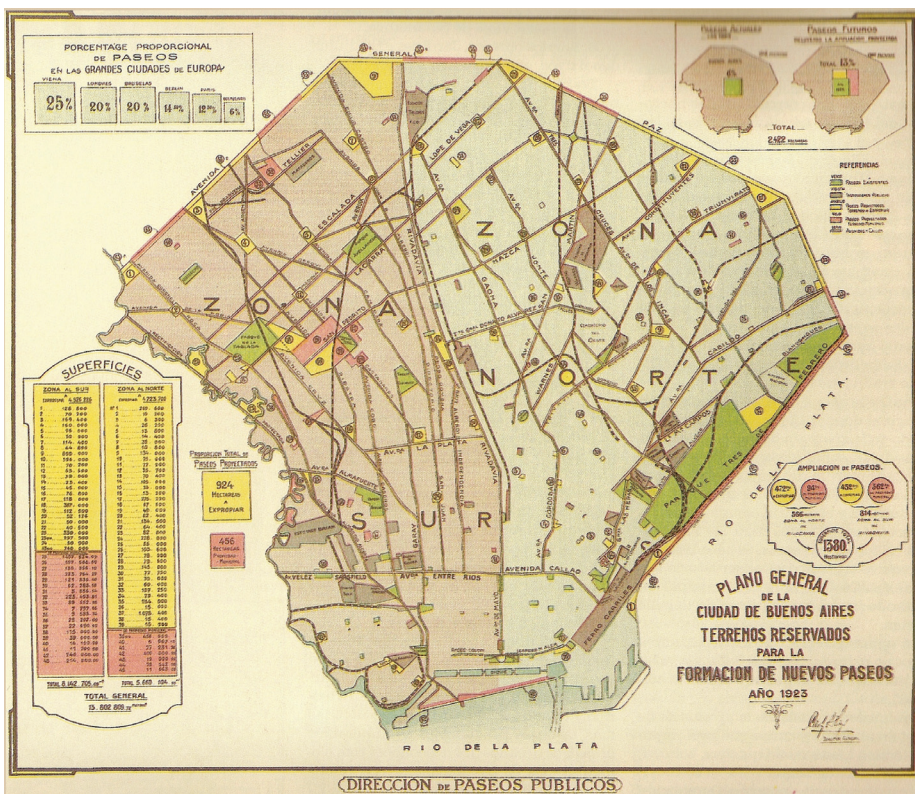
Figura 1 – Plano Noel.

Fonte: Molina Y Vedia, 1999.

Mas aqui acontece outro momento de forte dinamismo urbanístico, pela iniciativa do Prefeito Mariano de Vedia y Mitre, que desenvolve diversas obras públicas entre os anos 1932 e 1936, coincidindo com a comemoração dos 400 anos da fundação de Buenos Aires. Como símbolo desta data, construiu-se o Obelisco, projetado pelo arquiteto modernista Alberto Prebisch (1899-1970); alargou-se a Rua Corrientes, eixo da vida boemia portenha; e iniciaram-se os trabalhos de abertura da Avenida Nove de Julho (Norte-Sul). Mas com uma população de 2,5 milhões de habitantes espalhados fora dos limites da Capital Federal, o debate sobre o relacionamento entre centro e subúrbio assume uma significação particular. Já nesse período, existe uma superposição entre as tradições acadêmicas e as propostas do Movimento Moderno. Estas ainda não atingem o desenho urbano no centro – por enquanto limitado aos altos prédios de escritórios de "facão" racionalista –, que mantém os princípios de composição clássicos, inclusive aplicados em projetos de arquitetos identificados com as novas tendências. É o caso de Fermin Bereterbide (1899-1979) e Ernesto Vautier (1899-1989), que elaboram, em 1932, uma alternativa para a Avenida Nove de Julho, com um centro cívico formado por duas torres simétricas, mas desenhadas com os códigos formais do Movimento Moderno (MOLINA Y VEDIA; SCHERE, 1997, p. 96).

A herança de Le Corbusier

A visita de Le Corbusier a Buenos Aires constitui uma linha divisória entre a herança acadêmica e as ideias de vanguarda. Segundo Ramón Gutiérrez, a Argentina moderna começa em 1930 (ORTIZ; GUTIÉRREZ, 1972), já que o modelo agroexportador será substituído pelo desenvolvimento industrial, com a consequente localização dos operários na cidade, estabelecendo a presença das massas como protagonistas da vida urbana (ROMERO, 1976, p. 319). Apesar de não ter tido contatos importantes com as autoridades locais e de sua prédica emanada das dez palestras ministradas na Faculdade de Ciências Exatas

– contidas no importante livro *Précisions* – ter atingido um número restrito de estudantes e jovens arquitetos, cabe reconhecer que teve o valor de mobilizar um grupo de discípulos locais, que tentou aplicar as suas ideias urbanísticas (BALIERO; KATZENSTEIN, 1980). Entre eles, citemos Wladimiro Acosta e Antonio Bonet – respectivamente emigrados da Rússia e da Espanha – e Jorge Ferrari Hardoy e Juan Kurchan, que trabalharam com Le Corbusier em 1938, no Plano Diretor de Buenos Aires. Mas, em termos práticos, foi maior a influência de Werner Hegemann, que ficou quatro meses entre Rosário, Mar del Plata, Montevidéu e Buenos Aires, em 1930, colaborando com os técnicos da Prefeitura, sem formular alternativas de desenho urbano e focalizando as regulamentações que definiam tipologias residenciais e densidades populacionais.

Na linha de pensamento de Hegemann, o urbanista argentino Carlos Maria della Paolera (1890-1960) foi o representante da modernidade "prática". Formado no Institut d'Urbanisme de Paris, sob a tutela de Marcel Poëte, não se identificou com a escola "formalista" francesa, e sim com as novas teorias do urbanismo científico sustentadas por Patrick Geddes, mais relacionadas com as experiências desenvolvidas na Inglaterra e nos Estados Unidos. Chefe do Departamento de Urbanismo da Prefeitura de Buenos Aires (1932-1939), teve o mérito de assumir os problemas reais da cidade, gerados pelo incremento da população suburbana fora dos limites da Capital Federal, bem como a clara percepção da necessária integração regional, que definiu como a nova categoria espacial da Grande Buenos Aires. Assim, o Plano Regulador proposto em 1932 se diferencia radicalmente do anterior, de 1925, ainda referido à "estética edilícia", e procura resolver os desafios gerados pela escala metropolitana de Buenos Aires. Com o arquiteto Ernesto Vautier e o engenheiro Pascual Palazzo, Paolera realizou a primeira *parkway* da América Latina – a Avenida General Paz –, que define os limites físicos da Capital Federal. Ele também propôs a edificação de conjuntos habitacionais e áreas verdes públicas para os habitantes de baixa renda e promoveu a construção da Avenida Nove de Julho. Seu entusiasmo pela "ciência urbana" o levou

a criar o primeiro curso de pós-graduação em urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Buenos Aires (1948), assim como o Dia Mundial do Urbanismo e a sua logomarca, que tiveram uma difusão internacional (NOVICK; PAOLERA, 2004). Mas a sua importante contribuição na Prefeitura de Buenos Aires foi obscurecida pela influência de Le Corbusier.
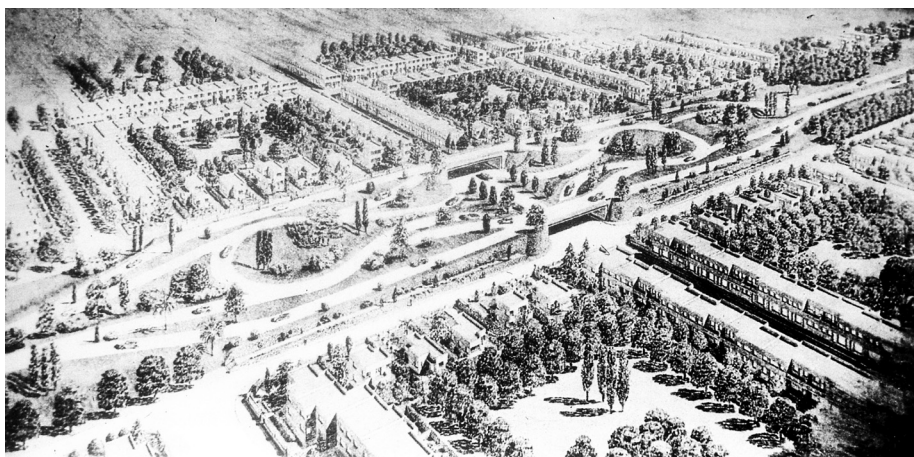
Figura 2 – Carlos Maria Della Paolera - Avenida General Paz 1939.

Nesse período, e até a década dos anos cinquenta, produz-se uma dissociação entre o urbanismo "prático" e o "teórico". De uma parte, a cidade cresce continuamente e aumenta a população das áreas industriais, especialmente durante o governo de Perón (1945-1955). Também se expandem os assentamentos espontâneos – as *villas miseria* – no espaço suburbano da Grande Buenos Aires, e se desenvolvem planos habitacionais e de infraestrutura – escolas, hospitais, centros de lazer – sem um planejamento territorial definido. Paralelamente, tenta-se aplicar as ideias de Le Corbusier que se concretizaram no Plano Diretor de Buenos Aires, elaborado em Paris no ano 1938, no escritório da Rue de Sévres, com a participação de Jorge Ferrari Hardoy (1914 - 1976) e Juan Kurchan (1913 - 1972), enviados pela Prefeitura da capital. Publicado em 1947

(LE CORBUSIER, 1947), esse plano não saiu do papel e pouco do seu conteúdo foi utilizado. Nem os novos centros cívicos e esportivos, nem os quarteirões da Ville Verte, nem o sistema em funil das rodovias de tráfego rápido que culminavam no velho centro, nem o elevado na Avenida Nove de Julho foram construídos. A proposta que mais se aproximou dos projetos realizados nas últimas décadas foi a concentração de escritórios à beira do Rio da Prata. Na sua visão metafórica da importância dos "capitães da indústria" no desenvolvimento econômico do país, ele criava uma ilha artificial para localizar os arranha-céus cartesianos, que hoje coincidem com os prédios altos de Catalinas Norte e de Porto Madero.

LE CORBUSIER
PLAN DIRECTOR
PARA
BUENOS AIRES
LA ARQUITECTURA DE HOY
VERSION CASTELLANA DE
L'ARCHITECTURE D'AUJOURD'HUI
4

Figura 3 – Plano Diretor para Buenos Aires -
Número monográfico da revista "La Arquitectura de Hoy".

Contraditoriamente, tentou-se aplicar as ideias urbanísticas do CIAM tanto no início do governo de Perón quanto depois de sua destituição pelos militares, em 1955, como identificação da perspectiva futura da cidade, no período dos governos democráticos neoliberais. No ano de 1948, a Prefeitura cria o Departamento do Plano Regulador de Buenos Aires, cuja equipe, formada por Jorge Ferrari Hardoy, Juan Kurchan, Manuel Roca, Jorge Vivando e Antonio Bonet, elabora um detalhado estudo sobre a situação real da cidade e sobre suas perspectivas. Com um grupo maior de jovens profissionais, com o qual colaborou também o prestigioso arquiteto italiano Ernesto Rogers, desenvolvem o projeto de um conjunto habitacional de 50 mil habitantes, no Bajo Belgrano, chamado "a cidade na frente do rio" (MOLINA Y VEDIA, 1999, p. 167). Constituía uma intervenção em macroescala, com um sistema de 20 blocos paralelos de apartamentos, com 2.500 habitantes, e eixos perpendiculares com as funções sociais, praças e generosos espaços verdes com equipamentos de lazer, escolas e centros de saúde. Por último, os anos cinquenta finalizaram com o último projeto utópico do Movimento Moderno argentino: a destruição do tradicional bairro de San Telmo, na zona sul da cidade, transformado em um fragmento da Ville Radieuse de Le Corbusier. O arquiteto espanhol Antonio Bonet (1913-1989), com uma equipe interdisciplinar de colaboradores, propôs intervir em uma superfície de dois milhões de metros quadrados sobre 110 quarteirões, para abrigar uma população de meio milhão de habitantes e criar assim a "nova" Buenos Aires (ORTIZ; BALDELLOU, 1978, p. 35). Surpreende a rigidez formal e espacial do projeto, no momento em que novas ideias já estavam amadurecendo no interior do CIAM, especialmente depois do Congresso de 1951 (CIAM 8), em Hoddesdon, dedicado ao tema *The heart of the city* e ao relacionamento entre a cidade tradicional e as novas intervenções, questionando a concepção da "tabula rasa" (MUMFORD, 2000, p. 201). Afortunadamente, esta fantasia urbanística não se concretizou e hoje o tradicional San Telmo, restauradas suas velhas edificações, é um dos bairros mais vitais e concorridos da vida social portenha.

Havana

Paris nas Antilhas

A história de Havana é simétrica à de Buenos Aires, mas com sinal contrário. Uma primeira diferença consiste na contraposição da estrutura planimétrica básica. Buenos Aires tem o plano canônico estabelecido pelas Leis das Índias, com a malha regular e uma Praça Maior, centro permanente da vida social e política urbana ao longo dos séculos, que definem a sua configuração monocêntrica. Ao contrário, Havana, surgida antes da promulgação das Leis, tem um traçado semiregular; e pela presença do Castelo da Força onde devia ser a Praça Maior, perdeu a sua significação de centro simbólico dos poderes político, econômico e religioso, funções que se espalharam por diferentes núcleos da cidade, conformando a sua estrutura policêntrica (SEGRE, 1995, p. 9). No século XIX, Buenos Aires se manteve quase estática até a década de setenta – conservando a imagem provinciana da "Grande Aldeia" –, quando começa o processo migratório da Europa, que muda totalmente a sua escala: de 50 mil habitantes, no início do século XIX, chega a um milhão no final dele. Ao contrário, na primeira metade do século, Havana tinha o dobro da população de Buenos Aires – quase 200 mil, em 1850 – e constituía uma das principais cidades do Hemisfério, vitrine de Espanha na América, depois da perda dos territórios coloniais. Mas com as guerras da Independência, que se iniciam nos anos sessenta e acabam em 1898, com a intervenção dos Estados Unidos, freia-se o seu desenvolvimento até a República, que começa no início do século XX.

Entre 1830 e 1860, ano em que são derrubadas as muralhas que contornavam o núcleo colonial original, a cidade se expande sobre o território, com os novos assentamentos habitacionais, em particular das classes abastadas. Estabelece-se um sistema de avenidas – as *calzadas* – internas e externas, com arcadas contínuas ao longo da sua extensão, caracterizadas pelas elegantes colunatas neoclássicas, que levou o es-

critor Alejo Carpentier a definir Havana como a “cidade das colunas” (CARPENTIER, 1996). O governador Miguel Tacón (1834-1838) construiu no centro da cidade significativos e monumentais prédios governamentais, assim como espaços públicos verdes, na chamada área “extramuros” (SEGRE, 2002). Enquanto em Buenos Aires existiu constantemente uma centralidade única e um espaço público utilizado pela totalidade da sociedade – onde confluía o encontro entre a zona sul dos pobres e a zona norte dos ricos –, em Havana, com as contradições sociais criadas pela guerra de liberação dos crioulos contra a Espanha, se produz uma diferenciação ideológica dos espaços urbanos: na malha colonial e no sistema simbólico de praças e monumentos, se situam os espanhóis; nas novas edificações e espaços públicos “extramuros”, localizam-se os crioulos. Este antagonismo social, político e espacial vai definir o desenvolvimento futuro da cidade no século XX (SEGRE, 2008a).

Com o início da República, em 1902, a burguesia que assume o poder político rejeita a herança espanhola, identificada particularmente com os palácios e monumentos localizados no centro histórico tradicional, que simbolizavam a dependência colonial. Assim, se decide configurar o novo sistema icônico do estado cubano no contexto que continha a presença dos crioulos revolucionários; e nas primeiras duas décadas do século XX se constroem, no espaço deixado livre pelas antigas muralhas – na área “extramuros” –, o Capitólio e o Palácio Presidencial e alguns edifícios públicos. Entre os dois monumentos acadêmicos, ao longo do Paseo del Prado se situaram algumas mansões da rica burguesia cubana e os primeiros hotéis de luxo, visitados pelos turistas norte-americanos. Mas aconteceu que a maioria dos membros da burguesia rica localizou-se no novo bairro de El Vedado, expandido em direção oeste ao longo da costa do Mar do Caribe, onde surgiram elegantes mansões, em uma espécie de cidade jardim, que misturava a malha cartesiana espanhola com a densidade aberta dos modelos habitacionais norte-americanos (LECHUGA, 2007, p. 33). Ou seja, não acontece uma situação semelhante à existente em Paris ou Buenos Aires, onde a classe média morava nos apartamentos da

área central, nas vizinhanças dos prédios públicos e ao longo das avenidas. Em Havana, a estrutura monumental do estado foi construída em um espaço livre, delimitada pelos bairros dos operários das fábricas de charutos que surgiram na segunda metade do século XIX. E não existiam condições de derrubar as moradias pobres nesses bairros, devido à sua alta densidade de população.

A consciência desta grave contradição levou alguns jovens arquitetos e urbanistas cubanos a imaginar soluções que permitissem relacionar a expansão da cidade com a localização de um novo centro cívico. Em 1905, o engenheiro Raúl Otero apresentou uma tese de graduação na Universidade, onde propunha a localização do Capitólio fora do centro, na Loma de los Catalanes, grande espaço vazio, equidistante do centro e do Vedado (SEGRE, 1974, p. 57). Essa tese também foi sustentada pelo urbanista Camilo Garcia de Castro em 1916. Neste sítio, vão se concentrar as sucessivas propostas do novo Centro Cívico de Havana. A primeira foi elaborada pelo engenheiro Enrique J. Montoulieu y de la Torre (1879-1951), que, em 1923, em sua tese para ser aceito como Membro da Academia de Ciências de Havana, elaborou um projeto viário que localizava o Centro Cívico na Loma de los Catalanes (Cf. DE LA TORRE, 1995). Mas o personagem que dominou este meio século de evolução da cidade de Havana foi o arquiteto Pedro Martinez Inclán (1883-1957). Formado na Faculdade de Arquitetura de Havana em 1911, no final da Primeira Guerra Mundial viaja a Paris e se relaciona com o Instituto de Altos Estudos Urbanos e com alguns dos seus principais membros docentes: Marcel Poëte, Eugène Henárd, Léon Jaussely, entre outros. Com a experiência europeia e com o conhecimento das propostas desenvolvidas nos Estados Unidos, decide escrever um livro sobre os problemas de Havana e suas perspectivas futuras: *La Habana actual: estudio de la capital de Cuba desde el punto de vista de la arquitectura de ciudades* (1925), único texto publicado na ilha, nesta primeira metade do século.

Martinez Inclán tinha uma cultura ampla e diversificada, que o permitia integrar as manifestações artísticas, a arquitetura, o urbanismo e o

paisagismo em uma visão abrangente da cidade. Ele assumia a importância estratégica de Havana, tanto do ponto de vista comercial – pela qualidade da sua baía e a significação do porto, que a identificava como a "Canárias" da América –, quanto pelo incremento da movimentação turística proveniente dos Estados Unidos, que a converteria na "Nice" da América. Também era consciente da particularidade de uma capital "tropical", onde a necessidade de espaços verdes era fundamental devido ao clima quente de Havana. Tinha preocupações sociais e recomendava a construção de bairros operários, posicionando-se contra a especulação edilícia que predominava em Havana, com a construção de cortiços e prédios de apartamentos para moradores de baixa renda – já nos anos vinte, possuía uma população de 100 mil habitantes morando em condições ruins –, com a consequente precariedade construtiva e estética. Seu livro apresenta também um detalhado plano viário com a localização do Centro Cívico, na Loma de los Catalanes (Cf. SEGRE, 2003a).

Em 1925, chega ao poder o general Gerardo Machado, que vai transformar o seu governo em uma ditadura, até a sua derrubada em 1933. Com o apoio econômico dos Estados Unidos, propôs modernizar a ilha – construiu a Carretera Central, eixo que interconecta todas as províncias do país –, e embelezar a cidade de Havana. Para desenvolver esta ambição, o Ministro de Obras Públicas, Carlos Miguel de Céspedes, convida o paisagista J.C.N. Forestier para desenvolver um Plano Diretor. Em 1927, este viaja a Havana com uma equipe de arquitetos e urbanistas franceses – Eugène E. Beaudoin, Jean Labatut, Louis Heitzler, Theo Levau e M. Sorugue – e, na capital, integra um grupo de profissionais cubanos: Raúl Otero, Emilio Vasconcellos, Raúl Hermida, J.I. del Álamo e os artistas Hanuel Veja e Diego Guevara (Cf. SEGRE, 1990). É de supor que por problemas políticos não foi incluído Pedro Martinez Inclán, que teve contatos com Forestier e entregou a ele um exemplar do seu livro. Não tem dúvida que Forestier assumiu as propostas dos urbanistas cubanos em seu projeto, assim como aconteceu em Buenos Aires, com os desenhos de Benito Carrasco. Mas isso não significou que ele "copiou" as ideias que já existiam sobre o desenvolvimento dessas cidades, mas demonstra a sua

sensibilidade em assimilar as particularidades da realidade local, que não se propunha modificar radicalmente.

Os projetos cubanos que precederam o Plano Diretor de Forestier nunca tiveram um detalhamento em termos de desenho urbano, além do sistema viário e considerações gerais sobre as tipologias arquitetônicas dos bairros. O que significa que o paisagista francês contribuiu para a definição formal de espaços concretos da cidade, tanto com a presença do sistema verde quanto com o detalhamento do mobiliário urbano. Ele configurou as praças que acompanham os principais monumentos do centro, como o Capitólio e o Palácio Presidencial, e reformou o Passeio do Prado, que é ainda hoje um dos mais belos "salões" urbanos da cidade (LEJEUNE, 1996). Também desenhou as avenidas principais do bairro do Vedado – Paseo e Avenida de los Presidentes –, assim como o desenvolvimento do Malecón na costa do Mar do Caribe. Para ele, a cidade tropical devia criar grandes espaços em sombra para proteger o passeio dos pedestres, que, com o calor dominante, não era apressado, mas próximo ao *flâneur* de Baudelaire (DUVERGER, 1990). O carro ainda não tinha assumido a importância que teve na década dos anos cinquenta. O plano geral era ambicioso e imaginava a possibilidade de criar as estruturas monumentais e cenográficas, identificando a existência de Paris nas Antilhas e definindo o marco de vida, mais para os turistas norte-americanos que para as necessidades da população local, que não se identificou com o Plano Diretor pelas hipotéticas expropriações da propriedade privada que significaria a criação do sistema de avenidas diagonais. Ele completou o projeto em 1930, pouco antes do seu falecimento, mas a Crise Mundial e o fim da ditadura não permitiram concretizar as suas ideias. Além, como em Buenos Aires, na década dos anos trinta, se insere na sociedade o ideário estético da modernidade, que fecha o ciclo da cultura acadêmica.

Teoria e prática da Carta de Atenas

A década de trinta, semelhante ao que se deu na Argentina, foi um período convulso em Cuba, de instabilidade política e econômica.

Os sucessivos governos não se envolveram com significativas intervenções urbanas, liberando o crescimento de Havana à iniciativa privada e à especulação imobiliária. Com a Segunda Guerra Mundial, melhorou a situação econômica pela venda do açúcar com preços altos aos Estados Unidos. E o governo de Ramón Grau San Martín (1944-1948) desenvolve múltiplas obras públicas na ilha: infraestruturas técnicas; sistema nacional de hospitais e escolas; e elaboração de planos diretores nas capitais das províncias. Em Havana, é abandonado o esquema de avenidas diagonais, que é substituído por um sistema moderno de estradas adequadas ao aumento acelerado do transporte individual e coletivo. Também neste período, diminuiu a influência cultural francesa, substituída pela presença dos ícones da modernidade norte-americana: os carros, as lojas departamentais, os restaurantes *fast-food*, os cinemas, os objetos técnicos nos escritórios e nas casas. Assim, são abandonados os estilos do passado e a arquitetura se desenvolveu entre o Art Déco e o Monumental Moderno, com uma progressiva influência do racionalismo europeu: esta aparece no maior bairro operário construído em Havana na primeira metade do século XX, em 1947 – o Barrio Obrero de Luyanó –, onde participam na equipe de projeto Martínez Inclán, associado aos arquitetos modernistas Antonio Quintana e Mario Romañach. Há a coincidência de que neste mesmo ano, na Faculdade de Arquitetura, são queimados, no pátio central, os livros do Vignola, que eram utilizados nos ateliê de projeto. É um símbolo do fim da academia e a consolidação do Movimento Moderno.

Aqui aconteceu a "conversão" de Martínez Inclán e a sua identificação com as novas ideias urbanísticas e arquitetônicas, provenientes tanto da Europa como dos Estados Unidos. E a principal mudança consistiu no abandono dos conceitos de "estética urbana" – que ele substitui pela integração arte-ciência –, e a mudança nos cursos que ele ministrava sobre "arquitetura das cidades", onde integrou a escala do planejamento urbano e rural, assumindo as ideias de Luigi Piccinato sobre a complexidade dos problemas territoriais e a necessidade do trabalho em equipe interdisciplinar. Uma demonstração da sua consciência sobre os novos tempos que estão se

vivia ocorre no VII Congresso Pan-americano de Arquitetos, acontecido em Havana em 1950: a apresentação de um trabalho com o título *Código de urbanismo*, baseado na leitura da *Carta de Atenas* (GIRADOUX, 1957), retificada para o uso dos latino-americanos e transformada na *Carta de La Habana* (INCLÁN, 1950). Assim, adapta cada uma das epígrafes da Carta às condições particulares de Cuba e da América Latina; e aos 95 pontos originais adicionou 89, que se distribuíram irregularmente ao longo do texto.

Código de Urbanismo

CARTA DE ATENAS
CARTA DE LA HABANA

(Una contribución a la promulgación de la Carta de América, tomando como base la de Atenas, del grupo del CIAM francés, la cual, constituye ya un cuerpo organizado de doctrina urbanística).

P. M. INCLAN
ARQUITECTO - ING. CIVIL
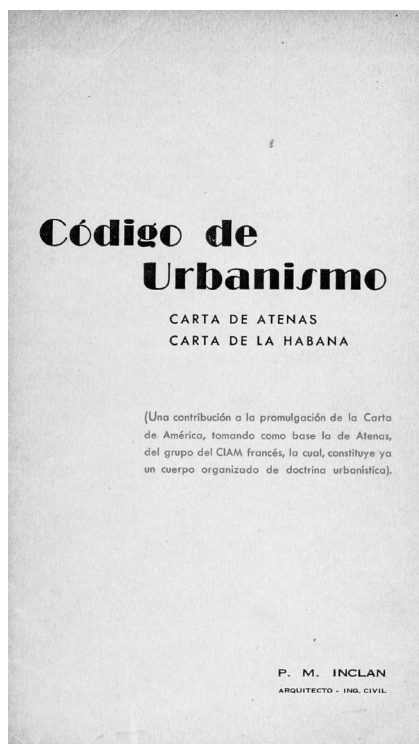
Figura 4 – Capa do livro do "Código de Urbanismo".

Os novos temas inseridos tratam das contradições políticas e econômicas que têm uma maior incidência nas cidades da região; tanto o uso privado de terrenos públicos localizados em sítios privilegiados quanto

a precariedade dos recursos dos estados para desenvolver os conjuntos habitacionais populares. Denuncia a derrubada de prédios históricos no centro pela pressão especulativa e propõe a criação de cidades satélites e de superquadras, com antecedência à sua aplicação em Brasília. Assume a importância da malha tradicional das Leis de Índias e critica o sistema acadêmico de focos, eixos e diagonais, que se tentou aplicar nas cidades do Hemisfério. E, finalmente, valoriza a importância do relacionamento da cidade com a paisagem natural e a necessidade de atingir uma estética "participativa", baseada nos desejos e aspirações dos habitantes urbanos. Sem dúvida, na década dos anos quarenta, Martínez Inclán foi um pioneiro do urbanismo moderno caribenho.

Nesta leitura paralela entre Buenos Aires e Havana – como as histórias de Plutarco –, no período compreendido entre as décadas dos anos vinte e sessenta, o ciclo do urbanismo preconizado pelo Movimento Moderno se fecha com a participação de dois arquitetos espanhóis, emigrados de Barcelona na América Latina e nos Estados Unidos, com o triunfo de Franco na Guerra Civil da Espanha: já falamos de Antonio Bonet, que elaborou o Plano do Bairro Sul em Buenos Aires. Também saiu da Espanha em 1939 – e passou por Cuba rumo aos Estados Unidos – José Luis Sert (1901-1983), autor, com Paul Lester Wiener e Paul Schulz, do Plano Diretor de Havana (1955-1958) (Ver: SEGRE, 2008b). A proposta elaborada pela equipe de Sert se diferencia da solução "dura" atingida por Bonet em Buenos Aires, pela sua maior flexibilidade e adaptação à cidade existente, com exceção da inacreditável intervenção "tábula rasa" no centro histórico. Isto, em parte, era baseado na experiência obtida por Sert nos precedentes projetos desenvolvidos na América Latina que o permitiram compreender as particularidades sociais e culturais da região: os planos da Cidade dos Motores no Brasil; Chimbote no Peru; Tumaco, Medellín e Bogotá na Colômbia, Ciudad Pilar na Venezuela (ROVIRA, 2000, p. 123).

LA HABANA - NUCLEOS CIVICOS

PLAN DE ENLACES

Figura 5 – TPA - projeto urbano para Havana.

Fonte: Bastlund, 1967.

Desde os anos trinta, com a paralisação da proposta de Forestier e as limitadas intervenções na cidade executadas pelo governo de Grau San Martín, Havana crescia caoticamente, sem diretrizes de planejamento territorial. E na década dos anos cinquenta, uma geração de jovens profissionais, desde a Faculdade de Arquitetura e do Colégio de Arquitetos de Havana, iniciou um movimento em prol de um Departamento de Planejamento Urbano no Ministério de Obras Públicas. Desafortunadamente, a iniciativa se concretizou – na criação da Junta Nacional de Planificación (1955) – no governo do general Fulgencio Batista, que tinha assumido o poder com um golpe militar, em 1952. Foi a ditadura que convidou o escritório de Sert para elaborar o Plano Diretor, com a aspiração de mudar a fisionomia caótica de Havana e aprontar as condições do desenvolvimento futuro, baseado nos investimentos norte-americanos e no incremento ao turismo internacional.

Assim, a proposta devia prever a perspectiva do crescimento urbano até três milhões de habitantes – nesse momento a população era de um milhão –, e criar a possibilidade de expansão ao longo da costa este, então facilitada pela construção do Túnel de Havana, que permitia atravessar rapidamente a baía e acessar os territórios vazios e as praias desertas, que seriam ocupadas pelas classes abastadas e a infraestrutura turística.

Este Plano Diretor foi o último elaborado pelo escritório de Sert, que fechou em 1959. Sem dúvida, é o melhor da sequência de projetos concretizados na América Latina; tanto pela sua adequação às condições reais da cidade, quanto pelo seu interesse no detalhamento dos componentes do desenho urbano e a sua definição arquitetônica. Não é casual que a melhor peça da proposta foi o desenho do Palácio Presidencial, com uma solução inovadora, adequada ao clima tropical e posteriormente utilizada para um tema semelhante em Bagdad. Constitui uma mudança de escala nas preocupações de Sert, que, desde a sua participação no ensino em Harvard, estava orientando-se para a definição do *urban design*, com uma maior atenção aos problemas concretos da cidade e aos seus moradores, afastando-se dos planos abstratos gerais, criticados pela geração jovem de arquitetos europeus do Team X que provocaram a crise do CIAM, em 1959 (MUMFORD, 2006). Mas, ao mesmo tempo, surpreende o fato que tenha cedido às pressões da ditadura e aos interesses da especulação imobiliária, tanto pela criação de uma impossível ilha artificial no Mar do Caribe – em lembrança à proposta de Le Corbusier em Buenos Aires –, para colocar hotéis e cassinos, quanto pela quase total derrubada do conjunto de edifícios que conformavam o centro histórico de Havana, declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1982 (Cf. SEGRE, 2003b).

Na década de sessenta, acabou definitivamente a utopia urbanística do Movimento Moderno. O sonho da cidade homogênea como expressão de um ideário estético associado a um equilíbrio social nunca se concretizou. Buenos Aires se desenvolveu sob a pressão dos interesses especulativos

associados às manifestações tecnocráticas apoiadas pelas ditaduras militares, ou o ilusório bem-estar prometido pelo neo-liberalismo, que criou ilhas de beleza e opulência – o exemplo de Porto Madero – em um contexto generalizado de miséria e precariedade. Por sua vez, a utopia socialista em Cuba não se identificou com o desenvolvimento urbano, privilegiando a valorização do espaço rural. Neste sentido, por quase meio século, Havana ficou detida no tempo e no espaço.

Notas

[1] O Parque de Palermo foi inaugurado por Sarmiento em 1874.

[2] Também era conhecido o seu manual, publicado em 1922 (Cf. HEGEMANN; PEETS, 1988).

Referências

BALIERO, Horacio; KATZENSTEIN, Ernesto. Le Corbusier en la ciudad sin esperanza. In: WAISMAN, Marina (Ed.). *Documentos para una historia de la arquitectura argentina.* Buenos Aires: SUMMA, 1980. p. 183-186.

BASTLUND, K. *José Luis Sert*: architecture, city planning, urban design. Zurique: Edições d'Architecture Zurich, 1967.

BERJMAN, Sonia (Comp.). *El tiempo de los parques*. Buenos Aires: Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas: UBA: FADU, 1992.

BRAUN, Clara; CACIATORE, Julio. El imaginário interior: el intendente Alvear y sus herederos: metamorfosis y modernidad urbana. In: RIAL, Horacio Vázquez (Org.). *Buenos Aires 1880-1930: la capital de un império imaginário*. Madri: Alianza, 1996. p. 31-71.

BRUNNER, Karl H. *Manual de urbanismo*. Bogotá: Ediciones del Consejo de Bogotá, 1939-1940. Volume I, Sintesis, Las viviendas urbanas, Saneamiento; Volumen II, Edificación, Urbanización, Vialidad urbana.

CARPENTIER, Alejo. *El amor a la ciudad:* la Habana de Alejo Carpentier. Madrid: Alfaguara, 1996. p. 101-119.

DE LA TORRE, Enrique J. Montoulieu y. El crecimiento de La Habana y su regularización. In: HERNÁNDEZ, Felipe J. Préstamo y (Ed.). *Cuba: arquitectura y urbanismo*. Miami: Universal, 1995. p. 237-255.

DUVERGER, Heriberto. El maestro francés del urbanismo criollo para La Habana. In: LECLERC, Bénedicte (Ed.). *Jean Claude Nicolas Forestier 1861-1930:* du jardin au paysage urbain. Paris: Picard, 1990. p. 221-240.

FORESTIER, Jean Claude Nicolas. *Grandes villes et systèmes de parcs:* suivi de deux mémoires sur les villes impériales du Maroc et sur Buenos Aires. Paris: Éditions Norma, 1997.

GIRAUDOUX, Jean. La carta de Atenas. In: CONGRESOS INTERNACIONALES DE ARQITECTURA MODERNA. EL URBANISMO DE LOS CIAM. *1957,* Buenos Aires. *[Anais…]* Buenos Aires: Contémpora, 1957.

GORELIK, Adrián. *La grilla y el parque:* espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1998. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

GUTIÉRREZ, Ramón. *Arquitectura y urbanismo em Iberoamérica*. Madrid: Cátedra, 1983.

______. Buenos Aires, a great european city. In : ALMANDOZ, Arturo (Ed.). *Planning Latin America´s Capital Cities 1850-1950*. Londres: Routledge, 2002. p. 45-73.

______. *Buenos Aires: evolución histórica.* Buenos Aires: Escala Argentina, 1992.

HEGEMANN, Werner; PEETS, Elbert. *The American Vitruvius:* an architect´s handbook of civic art. Nova York: Princeton Architectural, 1988.

HOFER, Andréas. *Karl Brunner y el urbanismo europeo en América Latina*. Bogotá: El Áncora: Corporación La Candelaria, 2003.

INCLÁN, Pedro Martínez. *Código de urbanismo:* carta de Atenas, carta de La Habana. Havana: P. Fernández y Cia., 1950.

KORN, Francis. *Buenos Aires: los huéspedes del 20*. Buenos Aires: Sudamericana, 1974. p. 154.

LECHUGA, Vivian (Ed.). *El Vedado: munícipio plaza de la revolución:* regulaciones urbanísticas: ciudad de La Habana. La Habana: Boloña: Unión, 2007.

LE CORBUSIER. Plan Director para Buenos Aires. *La Arquitectura de Hoy,* Buenos Aires, n. 4, abr. 1947.

LEJEUNE, Jean François. The city as landscape: Jean Claude Nicolas Forestier and the great urban works of Havana, 1925-1930. *The Journal of Decorative and Propaganda Arts*, Miami, n. 22, p. 151-185, 1996.

LIERNUR, Jorge Francisco. Werner Hegemann y Buenos Aires. In: SOLSONA, J.; SALAMA, H.; BORGHINI, S. *1930-1950: Arquitectura moderna em Buenos Aires*. Buenos Aires: CP67, FADU, 1987. p. 114-118.

______. SILVESTRI, Graciela. *El umbral de la metrópolis:* transformaciones técnicas y cultura en la modernización de Buenos Aires (1870-1930). Buenos Aires: Sudamericana, 1993.

MOLINA Y VEDIA, Juan; SCHERE, Rolando H. *Fermín Bereterbide*: la construcción de lo imposible. Buenos Aires: Calihue, 1997.

MOLINA Y VEDIA, Juan. *Mi Buenos Aires herido*. Buenos Aires: Calihue, 1999.

MUMFORD, Eric. *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*. Cambridge, MA: MIT, 2000.

______. The emergence of urban design in the breakup of CIAM. *Harvard Design Magazine*, Cambridge, MA, n. 24, p. 10-20, 2006.

NOVICK, Alicia. Técnicos locales y extranjeros en la gênesis del urbanismo argentino. Buenos Aires, 1880-1940. *Área,* Buenos Aires: FADU, n. 1, p. 29-50, dez. 1992. Agenda de reflexión em arquitectura, diseño y urbanismo.

______. PAOLERA, Carlos Maria della. In: LIERNUR, Jorge Francisco; ALIATA, Fernando. (Org.). *Diccionario de la Arquitectura en la Argentina*. Buenos Aires: Clarín Arquitectura, 2004, p. 192-193. Tomo c/d.

ORTIZ, Federico F.; BALDELLOU, Miguel Angel. *La obra de Antonio Bonet*. Buenos Aires: SUMMA, 1978.

ORTIZ, Federico F.; GUTIÉRREZ, Ramón. La arquitectura en la Argentina 1930/1970. *Hogar y Arquitectura*, Madrid, n. 103, p. 19, nov./ dez. 1972.

ROMERO, José Luis Romero. *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, 1976.

ROVIRA, Josep M. *José Luis Sert. 1901-1983*. Milão: Electa, 2000.

SEGRE, Roberto. Introduzione storica all´architettura di Buenos Aires. *Casabella,* Milão, n. 285, p. 6, mar. 1964.

______. Havana, from Tacón to Forestier. In: ALMANDOZ, Arturo (Ed.). *Planning Latin America´s capital cities; 1850-1950*. Londres: Routledge, 2002. p. 193-213.

______. Iconic voids and social identity in a polycentric city: Havana from the nineteenth to the twentieh century. In: IRAZÁBAL, Clara (Ed.). *Ordinary places, extraordinary events:* citienship, democracy and public space in Latin America. Londres: Routledge, 2008a. p. 198-220.

______. Un *ménage a trois* urbanístico: José Luis Sert en La Habana. *Miradas cruzadas, intercambios entre Latioamérica y España en la arquitectura española del siglo XX*. Pamplona: T6) Ediciones: Universidad de Navarra, 2008b. p. 9-26.

______. Pedro Martínez Inclán (1883-1957): primer urbanista cubano. *DANA,* Buenos Aires: CEDODAL, n. 41/42, p. 67-77, 2003a.

______. La perle des Antilles: ombres et utopies tropicales de La Havane. In: LEJEUNE, Jean François (Org.). *Cruauté e utopie: villes et paysages d´Amerique latine*. Bruxelas: CIVA, 2003b. p. 134-145.

______. *La plaza de armas de la Habana*: sinfonía urbana inconclusa. Havana: Arte y Literatura, 1995.

______. El sistema monumental en la ciudad de La Habana, 1900/1930. In: ______. *Lectura crítica del entorno cubano*. Havana: Letras Cubanas, 1990. p. 91-110.

______. (Org.). *Transformación urbana en Cuba: la Habana.* Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

SUDJIC, Deyan. *The edifice complex*: how the rich and powerful shape the world. Nova York: The Penguin, 2005.

TELLA, Guillermo. El camino de la costa. In: ARBIDE, Dardo et al. *Summa+ Historia*: documentos de Arquitectura Argentina. Buenos Aires: Donn S.A., 200. p. 46-53.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. *Jardim América:* o primeiro bairro-jardim de São Paulo e a sua arquitetura. São Paulo: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

Circulação de ideias e academicismo: os projetos urbanos para as capitais do Cone Sul, entre 1920 e 1940

Eloísa Petti Pinheiro

Introdução

Considera-se que a partir de 1929, com a visita de Le Corbusier à América do Sul, houve uma mudança nos paradigmas adotados por arquitetos e urbanistas dos países visitados – Brasil, Uruguai e Argentina – e alguns outros do continente sul-americano. Porém, nesse mesmo período, em 1927, o urbanista francês Alfred Agache chega ao Rio de Janeiro a convite do então Prefeito Antonio Prado Junior para realizar um plano de extensão, embelezamento e remodelação para o Rio de Janeiro, além de conferências sobre urbanismo. Herdeiro das tradições da Beaux-Arts e passando pelo Movimento City Beautiful, Agache elabora seu plano, que foi apresentado em 1930.

O que acontece no Rio de Janeiro, ou seja, o embate entre a visão academicista e os novos paradigmas modernistas dos anos 1920 até 1940, também se observa em outras capitais da América do Sul. Este momento de transição entre as formas de pensar a cidade e o urbanismo, quando ainda são encontrados resquícios da tradição Beaux-Arts e do academicismo nos projetos apresentados no continente, é o tema central deste artigo.

No período anterior, o francês Joseph Bouvard passa por Buenos Aires, em 1907, e por São Paulo, em 1911; o inglês Barry Parker se instala em

São Paulo no final da década de 1910; o italiano Augusto Guidini ganha o concurso, em 1911, para um plano de avenidas em Montevidéu; e o inglês Ernest Coxhead apresenta um plano para Santiago do Chile, em 1913 – deixando todos eles, sem dúvida, grandes influências nessas (e com reflexos em outras) cidades sul-americanas. E o pensamento academicista, através da presença de outros arquitetos e urbanistas estrangeiros já na década de 1920, e nas seguintes, continuas tendo uma forte referência nos projetos e propostas para as cidades sul-americanas.

Alfred Agache se instala no Rio de Janeiro de 1927 a 1930, depois retorna mais uma vez ao Brasil, em 1939, para trabalhar com Coimbra Bueno; Jean-Claude Forestier, em 1923, Léon Jaussely, em 1926, e Werner Hegemann, em 1931, passam por Buenos Aires; e Karl Brunner, em 1929, convidado para ir a Santiago do Chile, para onde retorna em 1934, também supervisiona o plano municipal de Bogotá no final da década de 1930. Outros estrangeiros também passam pela América do Sul, como os franceses Jacques Lambert e Maurice Rotival.

Para entender quais as influências formais tanto na teoria como na prática urbanística na América do Sul, é necessário entender que formas são essas e em que circunstâncias são apropriadas pelos arquitetos e urbanistas. Dessa forma, nas décadas de 1920 e 1930, a maioria dos projetos apresentados para as cidades sul-americanas ainda reflete as tradições Beaux-Arts, que a partir de agora denominaremos mais genericamente de academicismo[1].

Também se considera aqui a importância do Musée Social de Paris, criado em 1894, como entidade de direito privado, com a finalidade de procurar uma solução prática para as questões sociais. O Museu reúne profissionais liberais, políticos, universitários e representantes da alta burguesia industrial que buscam estabelecer uma ligação entre os vários grupos existentes na França que se organizam em torno da reforma social. Muitos dos arquitetos e urbanistas que passam pela América do Sul fazem parte do Musée Social[2]. Em Buenos Aires, nos mesmos moldes de Paris, foi criado o Museo Social Argentino, em 1911, do qual se encarrega a elite portenha. O Museo Social Argentino é fundado como resposta às necessidades surgidas

com a modernização do país e da elite local, que deseja alcançar o nível das principais cidades europeias (BRAGOS, 1996, p. 263).

Contextualizando

Procedência e formação dos estrangeiros

Incluímos, aqui, apenas os arquitetos e urbanistas que elaboram, ou influenciam – como no caso de Guidini em Montevidéu –, os planos que analisaremos a seguir. São eles: Alfred Agache, autor do plano para o Rio de Janeiro, em 1930; Forestier, assessor do Plan Noel para Buenos Aires, em 1925; Augusto Guidini, cujo plano para Montevidéu é retomado pelo engenheiro uruguaio Juan Fabini, em 1925, para a Rambla Sur, e, em 1926, no chamado Plan Fabini; e Karl Brunner, responsável pelo plano para Santiago do Chile, em 1929. Direta ou indiretamente, todos têm seu pensamento urbanístico relacionado com o academicismo e os fundamentos do Musée Social de Paris.

Donat Alfred Agache, francês, se diploma pela Ecole des Beaux-Arts de Paris, em 1905. Já em 1909, colabora com os trabalhos da recém criada Seção de Higiene Urbana e Rural do Musée Social de Paris e se engaja, em 1913, na criação da Société des Architectes Urbanistes (que em 1919 passa a chamar-se Société Française des Urbanistes – SFU), ao lado de Marcel Auburtin, André Bérard, Léon Jaussely, entre outros.

Esta sociedade, a SFU, tem como objetivo agrupar iniciativas e competências consagradas ao estudo específico do urbanismo. Uma das preocupações da Société Française des Urbanistes é promover e difundir, no cenário nacional e internacional, a Ecole Française d'Art Urbain, como foi denominada pelo engenheiro berlinense Joseph Stübben. Para ele, essa escola busca um compromisso entre uma concepção global ideal de cidade, uma tradição de urbanismo voltado para a gestão das vias de comunicação, a busca das racionalidades haussmannianas e a arte da

composição segundo efeitos múltiplos herdadas da Ecole des Beaux-Arts, considerando Agache seu melhor representante.

Jean Claude Nicolas Forestier, francês, formado em ciências políticas na Escola Florestal de Nancy, ocupa cargos políticos relacionadas com os trabalhos agrícolas e conservação florestal. Em 1911, toma contato com o urbanismo, prestando especial atenção ao desenho dos parques. Participa da fundação da Société Française des Urbanistes e, também, da maioria das organizações destinadas ao urbanismo que surgem na França no princípio do século XX. Publica o livro *Grandes villes et systèmes de parcs*, em 1908, cujo aporte para a ciência urbanística de princípios do século XX reside na difusão, na Europa, do conceito de sistema de parques, já propagado nos Estados Unidos por Olmsted.

Augusto Guidini, italiano, estuda na Escola de Desenho de Mendrisio, na Itália, onde obtém o diploma de agrimensor, em 1870. Fixa-se em Milão e trabalha no escritório do arquiteto Giuseppe Mengoni, colaborando na construção da Galeria Vittorio Emanuele II. Após participar, com seu próprio escritório, de inúmeros concursos públicos e realizar, entre 1880 e 1885, várias cidades na orla dos lagos Verbano e Lario, Guidini é nomeado arquiteto honorário. Compromete-se com a preservação de monumentos históricos e faz parte da Comissão de Belas Artes e Antiguidades da Lombardia e Ticino.

O austríaco Karl Brunner forma-se em arquitetura pela Universidade Técnica de Viena, em 1908. Em 1912, viaja por Alemanha, Itália e Paris, sendo membro da Associação Austríaca de Engenheiros e Arquitetos. Em 1925, após terminar seu doutorado, torna-se professor da Universidade Técnica de Viena e, em 1927, torna-se membro da Academia Alemã de Planejamento Urbano e Regional. O ecletismo de Brunner segue tanto a tradição europeia de Sitte e Hegemann como a norte-americana de Olmsted e Burnham. Em 1929, dá início à sua participação na América Latina, primeiro no Chile, com extensa atividade de planejamento em Santiago, Valdivia, Concepción e Tocopilla. Participa, em 1930, do Congresso Pan-Americano de Arquitetos, no Rio de Janeiro. Em 1933, vai para Bogotá, funda o Instituto de Desenho Urbano na Universidade Nacional da Colômbia e

trabalha, até 1948, como planejador urbano e consultor em diversas cidades daquele país e do Panamá. Sua prática de planejamento urbano na América Latina também inclui uma forte ênfase na habitação social, bem como a preparação da base legislativa para o desenvolvimento urbano.

A cidade sul-americana do século XIX e princípio do XX

Na América do Sul, no século XIX, a urbanização acontece vinculada a processos econômicos que não são, em sua maioria, resultantes da industrialização, pois as cidades sul-americanas nascem a serviço das relações internacionais com os países mais desenvolvidos, e isso faz com que seu processo de urbanização seja uma variável dependente, resultante de sua incorporação no mercado mundial (SANTOS, 1982). Acresce que, desde o seu descobrimento, a ocupação territorial da América Latina foi desigual e irregular, dependente da conjugação de causas físicas, estratégicas, políticas e econômicas.

O esquema de urbanização pouco muda depois da independência dos países sul-americanos, ao longo do século XIX, mantendo-se o mesmo que foi estabelecido durante o período colonial, inclusive com a hierarquia dos centros entre si. Ocorrem lutas internas depois da emancipação até a formação de uma burocracia nacional, através de uma organização lenta. Os núcleos afastados entre si ficam isolados, além de haver outras limitações de deslocamento, o que dificulta o intercâmbio. Para atenuar o problema, a política comercial incentiva a primazia das cidades principais, com concentração de atividades administrativas e comerciais num só ponto em cada país. São os primeiros passos para a formação das metrópoles latino-americanas. A organização e a ocupação do espaço, assentadas na centralização do desenvolvimento em torno da capital, tem sua base econômica na agricultura, na pecuária e na mineração, antes que na manufatura. O domínio econômico e político exercido pelas capitais sul-americanas sobre as demais áreas dos seus países faz com que haja uma supremacia total dessas capitais, o que leva à hipertrofia urbana e destaca

o fenômeno da macrocefalia, presente em quase todos os países (LOU; BENASAYAG, 1992, p. 170-171).

Não podemos generalizar quanto à estrutura interna das urbes latino-americanas, nem pensar na existência de um modelo típico de cidade sul-americana. Tampouco é possível a definição de tendências evolutivas desse modelo apenas pela presença de uma tipologia comum nos processos de estruturação urbana, representada pelo colapso da estrutura urbana colonial, por movimentos setoriais da elite, por localizações periféricas do tipo "villa miseria-callampa-barriada"[3] e por centrais como "cortiço-casa de cômodo". A diferença entre as cidades está nas distintas intensidades e no desenvolvimento temporal diferenciado com que se produzem esses processos.

Dentro do espaço da cidade, o século XIX enseja a formação de constelações de núcleos, a crescente descentralização e a despersonalização dos bairros, apagando a imagem integral da área urbana e as referências de identidade do homem com sua cidade. Muda a relação entre o centro e as novas urbanizações. Em muitas cidades, o centro tradicional perde a consistência de núcleo vital ou desaparece, deixando de ser residencial, ou se dilui.

Conforme Gorelik (2005b, p. 111), não se pode falar de uma cidade sul-americana, nem tentar definir a cidade sul-americana por meio de um ideal de representação de um conjunto de características a ela atribuídas. Mas podemos, sim, falar de processos que acontecem nas cidades sul-americanas em determinados períodos e que as aproximam.

Um desses processos é a implantação da cidade burguesa, com reflexos na mudança de sua estrutura social e de sua fisionomia, em consequência do crescimento urbano e demográfico, da diversificação da população, da multiplicação das atividades, da transformação da paisagem urbana e dos tradicionais costumes e maneiras de pensar dos diversos grupos sociais. As mudanças são mais perceptíveis nas grandes cidades, uma vez que a transformação da estrutura econômica tem repercussão visível nas capitais e nos portos, isto é, na parte que está voltada para o mercado mundial. O Brasil não fica fora de todo esse processo. A partir de meados do século

XIX, os bairros também se especializam, e as classes sociais distribuem-se na área urbana de forma segregada: a classe abastada para um lado e os menos favorecidos para o outro.

Durante todo o século XIX, a imagem das cidades se transforma, principalmente nas capitais dos países recém-independentes, onde é promovido um novo ordenamento, traduzido em resultados urbanísticos. Se a estruturação das cidades sul-americanas não se assemelha à das cidades europeias, pelo menos há a introdução de novos elementos de estrutura urbana, como as alamedas, os bulevares, os eixos internos e os novos edifícios representativos.

Porém, a imagem que buscamos entender aqui, assim como as propostas de mudança dessa imagem, se refere à cidade sul-americana, em específico do cone sul, de princípio do século XX até a década de 1940, quando buscam adequar-se à imagem das cidades europeias e, mais adiante, das cidades norte-americanas.

Desde a segunda metade do século XIX, o estilo de vida das maiores concentrações urbanas da América do Sul tende a aproximar-se do europeu. Pavimentam-se as ruas das cidades, implantam-se os serviços de infraestrutura e afirmam-se os extratos médios e ricos da população. Em princípios do século XX, se produz um ciclo de transformações em que se repetem, de alguma forma, os esquemas do academicismo. E essa influência do modelo francês e da Beaux-Arts segue durante o século XX, sendo esse o tema que desenvolveremos a seguir, com a análise de alguns projetos feitos por arquitetos e urbanistas estrangeiros para as cidades do Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevidéu e Santiago do Chile.

Os projetos

O projeto de Alfred Agache para o Rio de Janeiro

Em 1941, se realiza o Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo, mas, muito antes, já se discutia o urbanismo em revistas especializadas,

como, por exemplo, a *Revista Brasileira de Engenharia*. Em um artigo de 1927, Carlos Sampaio, sobre o Rio de Janeiro, afirma ser o urbanismo um problema complexo mesmo quando se trata de construir uma cidade sobre terreno onde se tem a liberdade de atender às diversas exigências de uma cidade moderna, sendo mais complexo ainda quando se trata da remodelação de uma capital.

Com a necessidade de finalizar o desmonte do Morro do Castelo, iniciado por Carlos Sampaio em 1922, e ocupar a área criada, em 1926, o Prefeito do Rio de Janeiro, Prado Junior, decide fazer um plano não só para a ocupação da área, mas também para reordenar a cidade. Abre-se uma discussão sobre quem deveria conduzir o processo, se arquiteto ou urbanista, se nacional ou estrangeiro.

Ao fim, decide-se por um estrangeiro que podia ser, a princípio, Joseph Stübben, Edward Bennett, Léon Jaussely ou Alfred Agache (SILVA, 1995, p. 229). Ganha a Arquitetura, ganha Agache, que é contratado, em 1927, para proferir, no Brasil, uma série de conferências sobre urbanismo e, também, fazer um estudo do plano de reordenação, expansão e embelezamento para a cidade do Rio de Janeiro. O pensamento urbanístico de Agache se apoia, principalmente, no academicismo.

Alfred Agache, um dos fundadores da Société Française des Urbanistes, fica no Brasil no período de 1927/30 e retorna em 1939, quando trabalha no escritório de Coimbra Bueno e realiza diversos planos de remodelação no Estado do Rio (Campos, Araruama, Cabo Frio, São João da Barra e Atafona), em Curitiba (1940-43), Vitória (1944) e Petrópolis (1940). Foi convidado de honra no I Congresso Brasileiro de Urbanismo. Sua prática urbanística, mais articulada com as necessidades políticas do Estado Novo, tornou-se dominante uma vez que seus aliados – José de Oliveira Reis e Armando Augusto Godoy – estavam no poder, e Coimbra Bueno, Corrêa Lima e Luis Catanhede Almeida, nas esferas de decisão (SILVA, 2003).

Agache começa seus estudos para a elaboração de um plano de transformação da urbe, pelo menos do Centro e da Zona Sul, numa cidade monumental, com o objetivo de ordená-la e embelezá-la, segundo

critérios funcionais e de estratificação social do espaço. Em seu plano, com a ideia de que urbanismo é uma atividade integrada às outras numa cidade, pretende orientar o crescimento normal, sistematizar sua expansão, metodizar sua vida coletiva e organizá-la para as futuras necessidades. Considera, pois, de forma global os problemas da cidade.
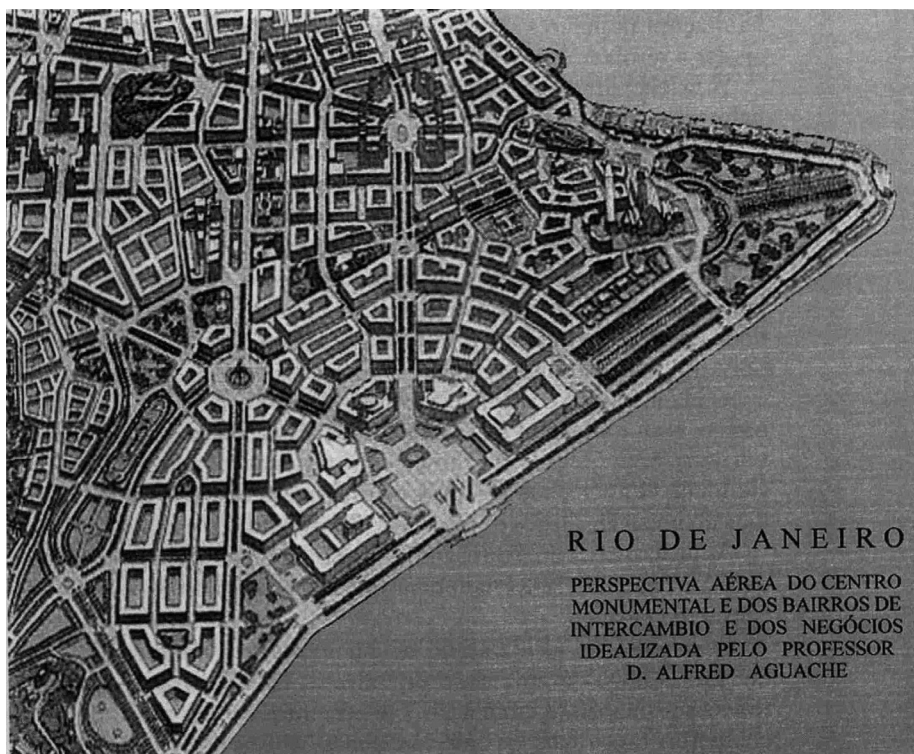
Figura 1 – Perspectiva aérea do centro monumental do Rio de Janeiro

Fonte: Agache (1930)

De uma forma geral, o plano de Agache analisa o Rio como a capital do País, uma cidade com funções político-administrativas, econômicas e portuárias, além de mercado comercial e industrial. Com base nessas funções, seu plano inclui um zoneamento, para assegurar a existência e a localização dos equipamentos funcionais. Traça uma rede de comunicação, para que haja uma conexão fácil entre esses equipamentos e o resto da

cidade. Propõe habitações confortáveis e agradáveis para as distintas classes sociais e estabelece regras para sua edificação. Também encontramos a preocupação com a higiene, a saúde da população e a ventilação. Há um cuidado especial com a estética e com os problemas construtivos. Podemos dizer, sobre seu projeto, que, como na Reforma Passos (1902-1906), as prioridades são a circulação, a higiene e a estética.

Para a Esplanada do Castelo, são projetadas largas avenidas alinhadas, com edifícios com galerias construídos em gradis, com 25, 60 e 90 metros de altura, destinados às grandes sedes de jornais, clubes importantes, grandes hotéis e comércio de luxo, entre outros. Aí se projeta o novo bairro de negócios. Da praça central, irradiam-se seis avenidas, para garantir uma boa e fácil comunicação com o resto da cidade. A Ponta do Calabouço abriga um conjunto de suntuosas avenidas e jardins que levam a um terraço, onde se encontra uma basílica ou um panteão consagrado às grandes glórias nacionais. É um local para passear, um parque para o lazer.

A Porta do Brasil ergue-se numa nova área aterrada, que alinha o Saco da Glória, transformando-se numa praça circundada por edifícios monumentais. Para esse espaço, é projetado um local de honra, o centro governamental federal, o centro cívico que falta à capital. Dessa praça, partem avenidas que cortam o antigo centro.

Figura 2 – Perspectiva da Porta do Brasil

Fonte: Agache (1930)

Também são projetados o bairro dos ministérios, o bairro das embaixadas, o centro de negócios e o centro bancário, todos em pontos do centro, onde é preciso que ocorram a desapropriação e a demolição de muitas edificações dos séculos anteriores, para a sua implantação.

O Plano Agache é um típico plano diretor que propõe transformações físicas para obter mudanças sociais, considerando que, para chegar à cidade ideal, basta seguir o plano e fazer as transformações propostas. Com uma clara orientação academicista, inclui elementos do movimento City Beautiful e do projeto de 1909 de Burnham e Bennett para Chicago, que também faz referência a Haussmann[4]. Por outro lado, sua busca da cidade ideal incorpora engenharia urbana, tráfego fluente e saneamento.

O que se pretende é transformar o centro do Rio num centro governamental monumental. Projeta a Porta do Brasil numa escala megalômana para um imaginário super-Estado, no sentido de construir-se um local de um nacionalismo disciplinado, destinado a desfiles militares e cerimônias.

O Plan Noel para Buenos Aires

O processo de construção da Buenos Aires moderna se dá em duas etapas: nos anos 1920 se define, dentro de um contexto de um denso debate cultural, o sentido ideológico e estético da identidade urbana; na década de 1930, políticas estatais consolidam a identidade urbana na "cidade branca" da arquitetura de vanguarda. No caso de Buenos Aires, não houve posições de modernismos radicais clássicos, nem aspirações jacobinas, nem buscas de síntese entre forma e vida e/ou ou visões apaixonadas de uma nova sociedade. Busca-se, na verdade, recuperar o rosto da identidade cultural perdida em função da grande migração ultramar (GORELIK, 2005a, p. 58).

Martín Noel, que se gradua em Paris, em 1913, funda, junto com Carlos Maria della Paolera, as primeiras cátedras de urbanismo nas escolas de arquitetura de Rosário e Buenos Aires. Em 1938, Noel apresenta seu

projeto de lei de urbanismo, anexando sua experiência francesa e seu próprio trabalho no Plan de Estética Edilícia, que desenvolve em Buenos Aires de 1923 a 1928.

Em 1923, Martín Noel faz parte da Comissão de Estética e Edilícia com a assessoria do urbanista francês Jean Claude Nicolas Forestier – a quem se encomenda a resolução dos espaços verdes e livres – e a participação do arquiteto francês René Karman, do italiano Conde de Morra, do engenheiro Victor Spotta e do engenheiro Sebastián Ghigliazza. O Proyecto Orgánico de Urbanización del Municipio, de 1925, compila iniciativas e recupera desenhos do francês Norbert Maillart e do italiano Gaetano Moretti. Propõe conciliar uma ampla gama de projetos, anteriores e novos, como uma etapa prévia para a realização de um verdadeiro plano regulador. É um primeiro documento que busca responder às óticas do urbanismo moderno, retomando seus temas, onde se projeta uma proposta moderna, racional e metódica para sua reforma e regularização. Tem intenções globais sobre a cidade e sua vida coletiva (NOVICK, 2000, p. 6).
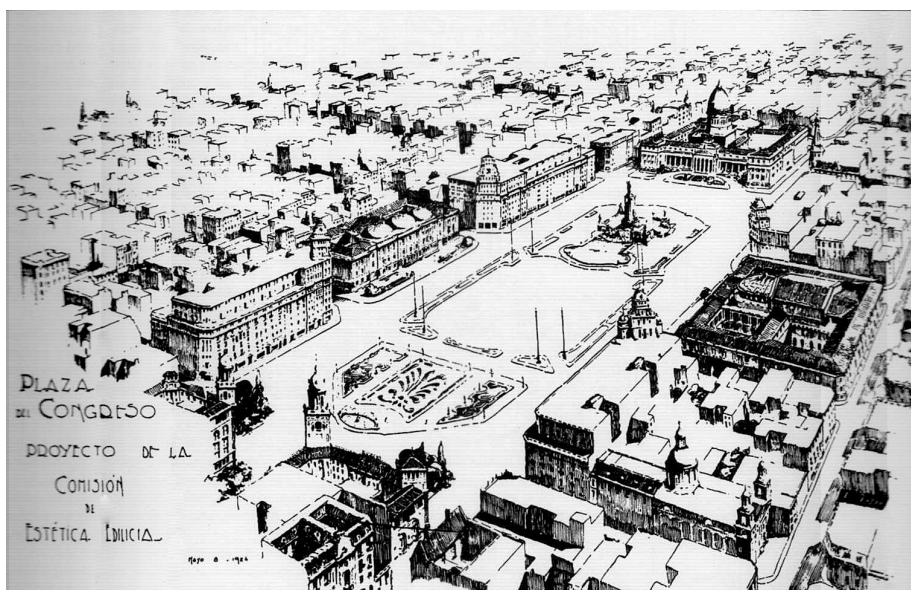
Figura 3 – Projeto para a Praça do Congresso

Fonte: Molina y Vedia (1999)

Assim, o Plan Noel coloca mais ênfase nos valores da arte urbana do que nas circunstâncias sociais e de carência de habitações, tendo uma ótica direcionada aos três grandes temas do academicismo. Apesar disso, se discute a existência de bairros operários suburbanos (GUTIÉRREZ, 2007, p. 11).

A estética da cidade de Buenos Aires não dá o salto para acompanhar as mudanças sociais e tecnológicas, mantendo ainda uma versão neoclássica e do século XIX com limites claros na rigidez e solenidade do acadêmico. Porém, por trás da obsessão da estética acadêmica, há um trabalho sério e sistemático onde se discutem os grandes temas, inclusive funcionais e de infraestrutura. O Plan Noel pode ser classificado como "tradicional", com o sistema de diagonais e grandes avenidas com pontos focais como palácios e obeliscos, à maneira de Paris.
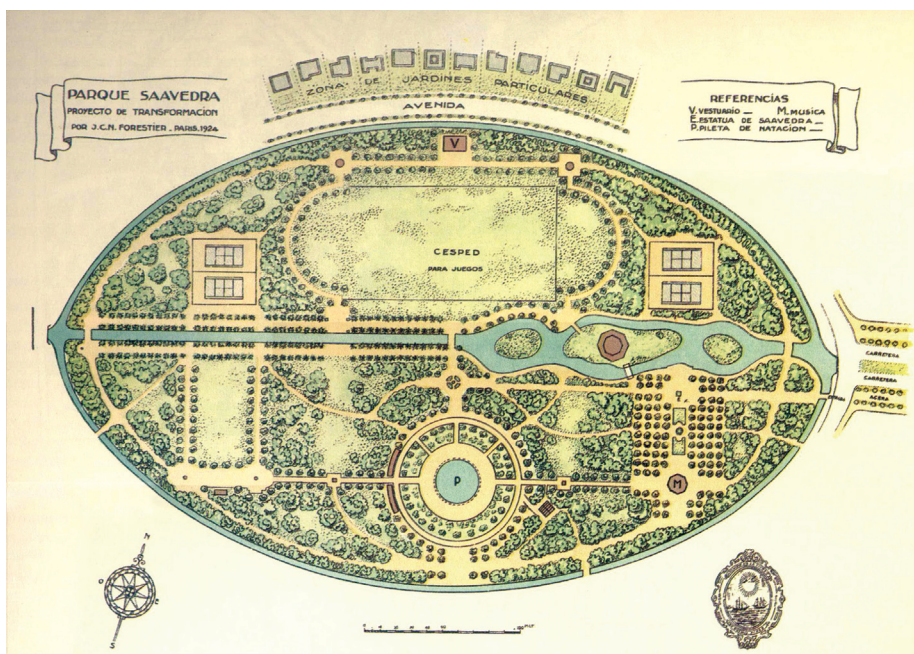
Figura 4 – Projeto para o Parque Saavedra

Fonte: Molina y Vedia (1999)

Os debates entre o embelezamento central versus o equipamento suburbano traz à discussão a necessidade de descentralizar a cidade, por meio de uma zonificação e de normas, de propostas de bairros operários, jardins e embelezamento suburbano, uma série de centros cívicos e um sistema de espaços verdes e livres de caráter metropolitano. Forestier analisa os projetos para construir a Avenida Costanera, a ampliação do balneário, o melhoramento das praças, áreas para exercícios físicos, colônias de férias e o sistema metropolitano de parques.

Há uma força nos espaços públicos que são usados como um sistema estruturante abarcando o conjunto da cidade. Muitas das ideias urbanas do final do século XIX estão incorporadas na proposta, com forte componente racional e reconhecimento da história das cidades, tanto na versão de Camillo Sitte como dos acadêmicos e neoclássicos.

Pode-se definir o projeto em cinco bases:

1. Respeito pela configuração histórica das cidades;
2. Maior unidade e eficácia das grandes rotas e caminhos estabelecidos pelas primeiras correntes de circulação;
3. Descongestionamento dos pontos de conflito dessas correntes provenientes das novas necessidades dos núcleos urbanos formados pelo moderno desenvolvimento das cidades;
4. Avenidas-passeio para isolar as novas e extensas zonas-jardim, dando a sensação, quando se afasta do centro, do caráter de cidade-jardim;
5. A partir das grandes artérias de mobilidade e avenidas-passeio, estabelecimento das praças e dos núcleos monumentais ou pitorescos, ao tempo que se põe o público em contato mais direto com o caráter diverso de suas funções.

O projeto apresenta uma conjunção do academicismo, do neocolonial, do renascimento barroco e do funcionalismo tecnocrático. Não comete o mesmo erro do projeto que Joseph Bouvard apresentou em 1911, onde

projeta 32 avenidas e 100 *rond-points* e morre por suas contradições faraônicas.

> O plano buscava consolidar e completar os principais setores centrais da cidade em torno das praças de Mayo, dos dois Congressos e do Retiro, e estabelecer pela primeira vez uma estratégia para o conjunto da cidade, ampliando sua área à totalidade do território determinado pela Lei de Capitalização. (LIERNUR, 2004, p. 43)

Por fim, o plano melhora as vias de comunicação existentes entre bairros, incentiva a criação de novos parques com residências operárias adjacentes e tem o propósito de completar a trama transversal ao esquema dominante anterior em leque. A nova trama pressupõe dar à metrópole uma nova linha de frente. Do projeto, se formam as avenidas Costaneras Norte e Sul, além da retificação do Riachuelo.

Os projetos de Juan P. Fabini para Montevidéu

Durante a presidência de J. Batlle y Ordoñez (1911-1915), a ótica nacionalista se vê favorecida e se incrementam o turismo e a indústria como formas de captação de recursos. As exportações crescem em decorrência à Primeira Guerra Mundial, o que coloca o país em situação privilegiada. Os recursos são aplicados na transformação da cidade tendo como caráter o "embelezamento urbano" (CARMONA, 1997, p. 75).

A cidade tem aspirações de crescimento e embelezamento com a perspectiva de modernizar sua imagem e de transformar-se numa cidade balneária e turística. Tem como sustento fundamental o contato permanente com as modalidades arquitetônicas do âmbito internacional, as disposições legais relativas à edificação e os novos materiais e técnicas construtivas. Com grande influência da Europa, os arquitetos que lá estudam voltam com novas formas geométricas e austeras das revistas estrangeiras que circulam.

As transformações urbanas propostas têm como objeto principal os meios de transporte terrestres, uma vez que o automóvel se incorpora à paisagem urbana e condiciona sua trama, induzindo modificações e hierarquizando o papel da rede viária na estrutura da cidade em crescimento. Esse crescimento rápido e desordenado leva a propostas urbanas que, até a década de 1930, têm como característica a cultura europeizada e o Estado intervencionista. São iniciativas com caráter hausmanniano, que também está presente no concurso de avenidas, de 1911, e no plano regulador, de 1912.

Vários projetos antecedem o de Fabini, sempre com o objetivo da higiene, do embelezamento e da regularização do setor sul da cidade, e se caracterizam pela finalidade especulativa baseada no ganho de terras ao rio. O principal deles é o plano do Concurso Internacional de Proyectos para el Trazado General de Avenidas y Ubicación de Edificios Públicos en la Ciudad de Montevideo, realizado em 1911, ganho pelo arquiteto Augusto Guidini, que tem como objetivo transformar Montevidéu numa cidade mais sã, cômoda e bela. Já na chamada do concurso, são estabelecidos os três objetivos concretos: melhorar e ampliar a rede viária urbana; unir por vias apropriadas os passeios públicos, praias e bairros; e destacar os principais edifícios públicos existentes, além da localização de outros.

Em 1925, se aprova o traçado para a Rambla Sur, e sua implantação começa em 1926. O projeto de Juan P. Fabini, para a abertura de uma rambla costeira, tem como objetivo concretizar a ideia reiterada desde o final do século XIX de contornar toda a área costeira da cidade de Montevidéu, abrindo a cidade para o espelho do rio, retomando, assim, as ideias apresentadas por Guidini em seu plano de avenidas.

As premissas que orientam a operação urbanística da Rambla Sur são as da desapropriação de prédios para dar lugar à "vivienda sana, higiénica y agradable" (CARMONA, 1997, p. 89) e da gentrificação da população do bairro. Apresenta uma visão higienista, paisagística e a busca pelo embelezamento, destruindo bairros pobres, com clara identificação com a urbanística de Haussmann. Também contém o conceito de cidade extrovertida, aberta aos seus arredores, e unitária, estruturada em base a uma série de artérias.

Esta operação urbanística visa conectar eficientemente a península com os bairros da orla; dar continuidade do centro até a costa; proporcionar à população da cidade antiga um passeio marítimo; outorgar à "cidade de turismo" um poderoso atrativo; e regularizar e embelezar o setor sul da cidade (CARMONA, 1997, p. 89).
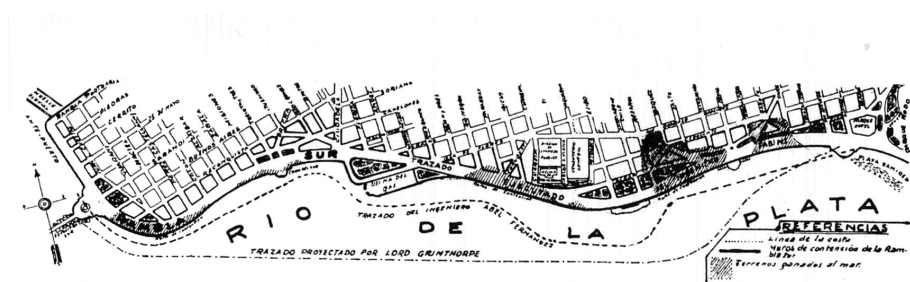
Figura 5 – Traçado da Rambla Sur proposto por Fabini

Fonte: Carmona e Gómez (1999)

O projeto inicial delineia somente a rede viária, sem definir o ordenamento e alinhamento dos edifícios. Assim, a rede viária e a edilícia não se afiliam nem cronológica nem ideologicamente à mesma corrente urbanística. A rede viária, com sua concepção higienista, se vincula ao academicismo. Na mesma direção, apontam os aspectos monumentais do projeto. Já os edifícios da frente costeira, devido ao tempo de implantação da proposta, são blocos isolados dispostos sobre o plano uniforme do solo, chegando próximo às ideias impulsionadas pelo urbanismo do Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM).

Em 1928, se aprova o Plan Fabini, plano apresentado pelo Engenheiro Juan P. Fabini, que ainda reflete, em sua proposta, os ideais da Beaux-Arts e, principalmente, retoma as ideias de Guidini em seu plano de avenidas. Este plano implicou uma nova intervenção do Estado em operações de melhorias da cidade, tanto referentes à sua funcionalidade quanto à sua imagem.

O objetivo principal é a intervenção direta dos poderes públicos na solução dos problemas urbanos, como melhorar a estrutura de circulação

do setor mais congestionado da cidade e hierarquizar valores urbanos potenciais, aplicando o critério da monumentalidade. Também se pode encontrar o propósito de materializar o modelo de cidade balneária e turística, impulsionado pelo poder público.
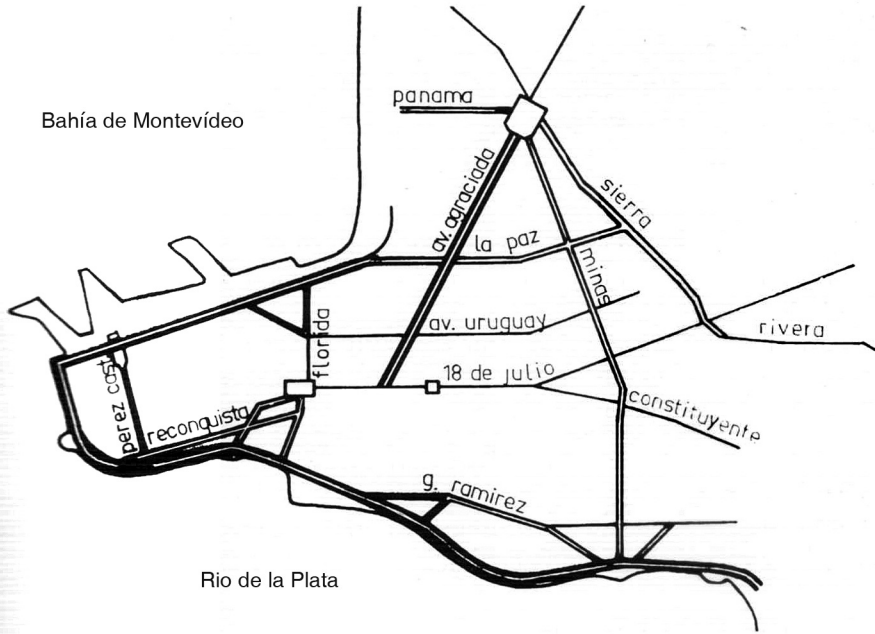
Figura 6 – Plan Fabini

Fonte: Carmona e Gómez (1999)

Sendo o modelo o urbanismo acadêmico, tem o sistema viário como estruturante e a abertura de visuais a edifícios e espaços relevantes como pontos focais. No projeto, retoma os alinhamentos operativos do francês Norbeto Maillart, que, em 1887, apresentou um projeto para Montevidéu.

Nesse plano, Fabini incorpora o projeto da Rambla Sur e da Avenida Agraciada, ambos de sua autoria, para colocar em evidência a concepção unitária do conjunto de vias hierárquicas do setor. O plano compreende a abertura de ruas e alargamento de outras e prioriza a execução do conector

físico e visual entre o eixo principal cívico e o emblemático Palácio Legislativo.

O plano de Karl Brunner para Santiago do Chile

As ideias de transformar o *grid* colonial da cidade de Santiago do Chile nunca foram colocadas em prática. Nos anos 1920, algumas pequenas e localizadas intervenções são realizadas. Nesse momento, não se pensa mais em monumentalidade associada com diagonais, mas sim nas ideias de Camillo Sitte. Por exemplo, os bairros Paris-Londres e Concha y Toro, nas fronteiras do Centro, resultam da subdivisão de grandes propriedades para a construção de casas para as classes média e alta, seguindo o modelo eclético do momento.

Em 1929, convida-se o austríaco Karl Brunner para ir ao Chile quando, no meio de uma crise econômica, novas ideias associadas com planejamento e desenho urbano modernos começam a influenciar o pensamento sobre a cidade. Brunner, a convite do Governo chileno, trabalha como consultor técnico, vinculado à seção de urbanismo do Departamento de Arquitetura do Ministério de Obras Públicas, e organiza, junto com a Universidad de Chile, o primeiro seminário de urbanismo da América Latina, inaugurando uma nova era de urbanismo profissional no país (OYARZUN; VERA, 2002, p. 128).

Suas ideias são publicadas no livro *Santiago de Chile: su estado actual y su futura formación.* Se, por um lado, Brunner se orienta por científicos e sistemáticos conhecimentos, por outro, apresenta uma argumentação pragmática e até conservadora ao interpretar o tecido urbano existente, e usa as ferramentas tradicionais, como eixos, fachadas contínuas e espaços públicos como praças e parques. A forma de planejar que Brunner adota no Chile lembra a de outros profissionais estrangeiros que passaram pelo continente durante o século XIX.

Também fica claro na proposta de Brunner seu conhecimento sobre os problemas habitacionais, pois faz referências aos *siedlungen* de Viena

e Hanover, fazendo o contraste com os distritos operários de Santiago. Percebe-se a influência dos projetos de habitação de Alexander Klein[5] nos esquemas de habitação de Brunner e sua vinculação com a parte pragmática do Movimento Moderno.

A proposta de abertura parcial de diagonais demonstra que Brunner continua engajado com este tipo de intervenção, tanto técnica como esteticamente. Apesar dos quarteirões de 120 por 120 metros dificultarem a ação, são considerados como a unidade urbana básica. Assim, Brunner sugere várias configurações, dividindo, modificando e enriquecendo o *grid* com formas e tamanhos variados para seu futuro desenvolvimento.
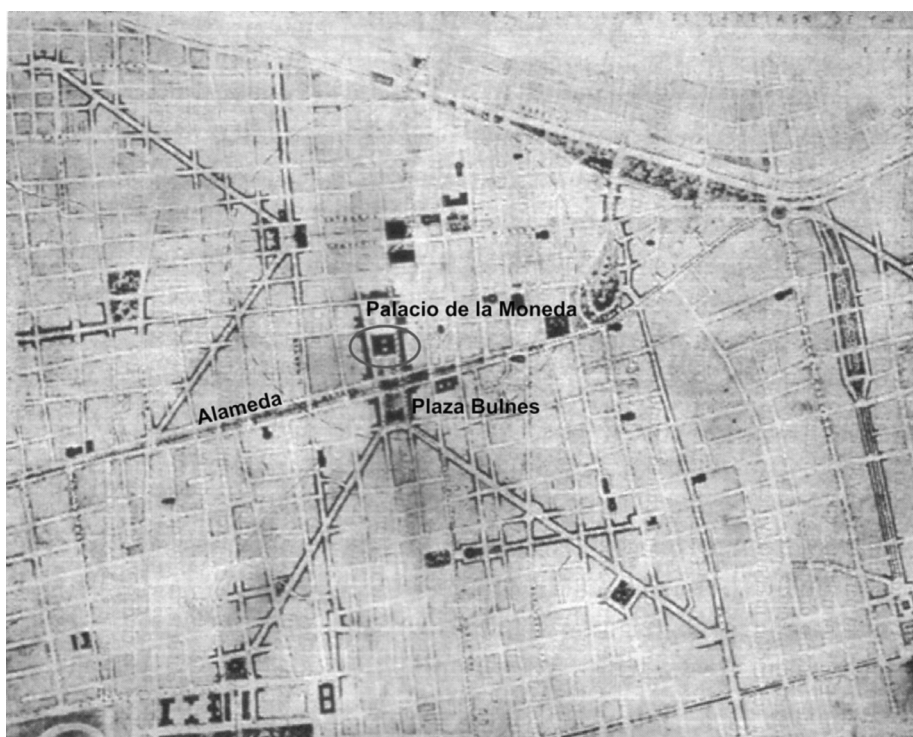
Figura 7 – Proposta de Brunner para a área central de Santiago

Fonte: Almandoz (2002)

Mas é na área central onde se pode notar a presença mais forte de Brunner, seja na definição do vetor de crescimento, seja na criação do Bairro

Cívico. Na área central, tem como foco o núcleo de negócios e serviços públicos e, na periferia, a área residencial e industrial. A proposta para o Centro representa tanto sua visão pragmática como sua visão positiva da herança histórica da cidade. Brunner tem consciência de que o grid está lá e não pode ser modificado, porém considera que é possível reorganizar a cidade sem correr os riscos de uma modernização indiscriminada. Para isso, propõe construções homogêneas, com 12 andares, perfuradas por um interessante *grid* de arcadas e galerias.

É no projeto para o Bairro Cívico onde se encontra a mais ambiciosa das operações urbanas de Brunner, que, para sua implantação, tem que superar uma série de dificuldades dos anos 1930: primeiro a crise econômica, depois o terremoto de 1939. Sua posição fora da tradicional Plaza de Armas traz à tona a discussão sobre a nova centralidade da cidade. O Palácio do Governo, La Moneda, muda sua fachada principal e passa a estar voltado para a Alameda; isto requer uma nova fachada, bem como a centralidade do palácio exige novos eixos monumentais que a destaquem; o distrito central, entretanto, se expande em direção sul.

Em 12 de julho de 1930, Brunner redige um informe para o Presidente da República, onde aconselha a regulamentação da altura dos edifícios que devem rodear as praças projetadas, com o objetivo de equilibrar a composição com a altura e estilo de La Moneda. Em maio de 1931, se aprova um decreto onde consta a *Ley y ordenanza general sobre construcciones y urbanización*, mas, em função da caída do governo ditatorial de Carlos Ibañez del Campo, só entrará em vigor em 1936, ficando o programa do Centro Cívico sem iniciar-se.

Ao regressar ao Chile, em 1934, Brunner recebe a tarefa de compor um novo e definitivo projeto para o Bairro Cívico, a avenida principal e a praça situada ao norte de La Moneda. Decide, então, suprimir as diagonais de 1931, enfatizar a escala de monumentalidade e aplicar conformações simétricas no desenho da avenida e no resto do conjunto, para sustentar a centralidade de La Moneda.

Seguindo o esquema da segunda proposta de Brunner, que foi desenvolvido por Carlos Vera, as diagonais propostas anteriormente são

abandonadas e são criadas duas praças dos dois lados da Alameda. Por fim, só o eixo em direção sul foi aberto – Avenida Bulnes. Os edifícios de fachadas neoclássicas destinados aos ministérios, em volta do palácio presidencial, e para comércio, escritórios e habitação, ao longo da Avenida Bulnes, refletem em suas fachadas o caráter das operações urbanas realizadas.

Figura 8 – Vista aérea da Alameda e do Palácio de La Moneda

Fonte: Almandoz (2002)

Coincidências e diferenças

Após a análise dos planos realizados para Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevidéu e Santiago do Chile, nos anos 1920 e 1930, todos de clara inspiração academicista, podemos identificar coincidências e diferenças entre eles.

Em todos eles, o caráter da monumentalidade está presente, seja através da abertura de diagonais, sempre com um ponto focal determinado, seja pelo alargamento de ruas e avenidas existentes, ambas ocupadas com fachadas contínuas. Importante item em todas as cidades é a definição

de um espaço específico – a Porta do Brasil, no Rio de Janeiro – ou a reorganização de espaço já existente para a instalação do Centro Cívico – a Praça do Palácio de La Moneda, em Santiago; a Plaza del Congreso, em Buenos Aires; e a praça do Legislativo, em Montevidéu.

Novos vetores de crescimento são definidos, em busca de áreas mais aprazíveis para as classes alta e média e na definição de novas áreas industriais. A descentralização das habitações e as preocupações com as questões de tráfego, com o aumento da circulação de automóveis, são pontos primordiais nos projetos. No caso de Buenos Aires, diferentemente das outras capitais, são projetadas avenidas-parque que direcionam as classes privilegiadas para os bairros jardins. Em Montevidéu, a Rambla Sur organiza a frente do rio e direciona a cidade nesse sentido. Apesar de ser uma clara intervenção haussmanniana, sua ocupação se dará já dentro dos princípios do Movimento Moderno.

Em Buenos Aires, a frente fluvial também define sentidos de crescimento com a implantação das avenidas Costaneras Norte e Sul. No caso do Rio de Janeiro, o aterro na Baía de Guanabara é o lugar escolhido por Agache para a construção do Centro Cívico da capital brasileira, além da ocupação da Ponta do Calabouço com o bairro das embaixadas, dos ministérios e um Panteão.

Tanto em Buenos Aires como em Santiago do Chile, nota-se a importância das praças e dos parques como estruturadores do espaço urbano. Também é nessas duas capitais que há a preocupação com a cidade existente, respeitando, sempre que possível, a quadrícula original espanhola – em Santiago, Brunner prevê variações do *grid* para o crescimento urbano e novas ocupações na cidade existente, respeitando a trama ortogonal original. Outra preocupação nessas cidades, que não se encontra de forma clara nos projetos do Rio e de Montevidéu, é com a habitação operária.

De específico, podemos mencionar que em Montevidéu há a clara intenção de transformar a cidade num balneário turístico, enquanto, no Rio, o plano de Agache caracteriza-se como um plano diretor, com uma preocupação global com a cidade, mesmo que a parte mais detalhada seja o Centro e a Zona Sul.

Diante dos projetos acima analisados, pode-se perceber que o academicismo segue tendo um papel primordial nos projetos urbanos nas décadas de 1920 e 1930. As influências do Movimento Moderno já começam a ser percebidas a partir da década de 1930, porém de forma gradual, mais na teoria do que na prática.

Além da viagem de Le Corbusier à América do Sul, em 1929, quando visita Rio, São Paulo, Montevidéu e Buenos Aires, outros arquitetos e urbanistas estrangeiros adeptos de uma nova forma urbana em contraposição à cidade tradicional, também visitam o continente, deixando suas marcas e influências. Frank Lloyd Wright vem ao Rio de Janeiro, em 1931; Le Corbusier participa de um plano diretor, em 1938, e Antoni Bonet apresenta um projeto urbano em escala geográfica, em 1948, para Buenos Aires. Também podemos destacar a influência dos modernistas em cidades como Montevidéu e Santiago do Chile, mesmo sem que algum arquiteto ou urbanista estrangeiro adepto de uma nova forma urbana tenha passado por lá.

Para o Rio, Le Corbusier apresenta um plano que não interfere na cidade existente, onde passado e presente se superponham como camadas da história. No total, elabora três planos: um, em 1929, depois de sobrevoar a cidade; um segundo, já em Paris, em 1930, como uma evolução do primeiro; e o terceiro, em 1936, em sua segunda visita ao Rio.

Nos três projetos, a base é uma autoestrada, localizada a 100 metros do solo, que atravessa a cidade, saltando obstáculos, contornando barreiras ou rompendo bloqueios. A grande autoestrada une os principais pontos da cidade, a Zona Norte à Zona Sul, o Centro a Niterói, do outro lado da baía. Nos três projetos, são resolvidos os problemas de circulação e também de habitação, com a criação de edifícios onde são projetadas habitações até 30 metros sobre o solo, sob a autoestrada.

É muito importante ressaltar a influência diversa desses dois arquitetos, Agache e Le Corbusier, sobre os arquitetos brasileiros. Enquanto os

longos estudos de Agache, detalhados e ambiciosos, não os empolgam, os croquis de Le Corbusier têm uma grande repercussão entre os arquitetos e urbanistas locais. Na opinião de Yves Bruand (1981, p. 336), mesmo com uma visão superada, Agache prepara os brasileiros para a nova disciplina, o que facilita a assimilação das ideias de Le Corbusier.

Em Buenos Aires, além do projeto que faz em sua visita, em 1929, Le Corbusier participa do plano de 1938 junto com Jorge Ferrari Hardoy e Juan Kurchan, que estagiaram em seu escritório em Paris. Nesse plano, há uma mutação na linguagem das formas urbanas e arquitetônicas, já sem os ornamentos pseudoclássicos do Plan Noel. Deixa para trás a imagem anterior da cidade com seus bondes e diagonais monumentais como recurso cenográfico do barroco.

Em 1948, Antoni Bonet, arquiteto-urbanista catalão que fez parte, junto com Josep Lluis Sert, do grupo GATCPAC[6], faz uma proposta para Buenos Aires. O objeto da proposta é um bairro para 50 mil habitantes, com 20 blocos de habitação para 2,5 mil habitantes cada. Aumenta a densidade e libera o solo segundo os ditames do CIAM. Também são previstas vias para pedestres com comércios e serviços essenciais.

Em 1930, a iniciativa privada financia um novo Plano Regulador do Centenário para Montevidéu, coordenado pelo arquiteto Mauricio Cravotto, que introduz o pensamento renovador do racionalismo internacional, com a criação de um grande centro localizado no centro de gravidade da massa urbana; torres para aumentar a densidade; e arquitetura monumental com amplos espaços. Nesse projeto, concebe a urbanização como um problema de arquitetura em grande escala.

A documentação gráfica e notas demonstram a formação acadêmica dos autores e a ideologia haussmanniana dentro de uma concepção urbanística que já continha os princípios fundamentais da Carta de Atenas. O plano possui a ideia de zonificação funcional, diferença viária, presença do verde e dinâmica.

Em Santiago, no que diz respeito às influências do Movimento Moderno, Le Corbusier tenta ir ao Chile, através de Roberto Dávila Carson, que

frequentou seu ateliê no princípio dos anos 1930, para realizar um plano para a cidade após o terremoto de 1939. Os discípulos de Brunner vetam de forma veemente essa visita, que acaba não acontecendo.

No início dos anos 1940, porém, uma nova geração de arquitetos da Universidad Católica e da Universidad de Chile passa a adotar os valores iconográficos da arquitetura moderna. As figuras de Le Corbusier e da Bauhaus passam a ser a mais importante referência para eles, assim como os arquitetos brasileiros.

Dessa forma, a convivência entre os novos ideais modernistas e as ideias acadêmicas pode ser detectada durante as décadas de 1920 e 1940, mostrando que as novas ideias não são assimiladas tão rapidamente nem são hegemônicas na América do Sul.

Por outro lado, percebe-se que os ditames do Movimento Moderno permanecem muito mais nas propostas teóricas, com algumas exceções, quando se trata de intervenções na cidade construída. A intervenção em tecidos urbanos consolidados mantém suas características acadêmicas, uma vez que a proposta de uma cidade do Movimento Moderno, para ser implantada, pressupõe uma tábula rasa, ou seja, o arrasamento da cidade construída para a implantação de um novo tecido urbano como, por exemplo, o Plan Voisin de Le Corbusier para Paris e o Plan Macià do GATCPAC para Barcelona, ou mesmo o projeto de Josep Lluís Sert para Havana.

Será nas décadas seguintes, principalmente no segundo pós-guerra, que os paradigmas do Movimento Moderno podem ser encontrados de forma mais precisa e tornados realidade. É principalmente quando são elaborados projetos para áreas vazias – cidades empresariais, conjuntos habitacionais, centros cívicos – que encontramos mais claramente as influências do Movimento Moderno ou de seus correlatos.

Notas

[1] Entende-se o academicismo, aqui, como o movimento que, no início do século XX, representa a escola de Beaux-Arts de Paris com reflexos nos principais países ocidentais. Assim, neste artigo, considera-se o academicismo como formado por um acervo de conhecimentos teóricos e práticos herdados do passado e que proporciona a base da formação de arquitetos (VALDIVIA, 2004, p. 17-18).

[2] Fundado em 1894 por um grupo de reformistas que acreditavam que o acúmulo de conhecimentos sobre a questão social ajudaria na formulação de políticas sociais. Organizado em seções, tinha na seção de Higiene Urbana e Rural o fórum de discussões mais especializadas sobre a questão urbana.

[3] Assim são chamados os bairros miseráveis na Argentina, no Chile e no Peru, equivalente ao que seria denominado, no Brasil, de "favelas".

[4] "O trabalho que Haussmann fez em Paris é o mesmo que devemos fazer em Chicago" (Cf. BURNHAM; BENNETT, 1909, p. 18 apud HALL, 1996, p. 190).

[5] Arquiteto e urbanista russo que também atuou na Alemanha e em Israel.

[6] Grup d'Arquitectes i Tècnics Catalans per al Progrés de l'Arquitectura Contemporànea – grupo formado em Barcelona em 1930 e que se dissolve antes da Guerra Civil Espanhola.

Referências

AGACHE, Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro, extensão, remodelação, embellezamento.* Paris: Foyer Brésilien, 1930.

ALMANDOZ, Arturo (Org.). *Planning Latin America's capital cities 1850-1950.* London: Routledge, 2002.

BRAGOS, Oscar. O Museo Social Argentino e a formação e difusão das idéias do urbanismo. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 259-283.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil.* São Paulo: Perspectiva, 1981.

BRUANT, Catherine. Donat Alfred Agache: urbanismo, uma sociologia aplicada. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.).

Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p.167-201.

BURNHAM, D.H.; BENNETT, E.H. *Plan de Chicago.* Chicago: Commercial Club, 1909.

CARMONA, Liliana. *Ciudad Vieja de Montevideo 1829-1991:* transformaciones y propuestas urbanas. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1997.

______; GÓMEZ, María Julia. *Montevideo: proceso planificador y crecimientos.* Montevideo: Universidad de la República, 1999.

EVENSON, Norma. *Two Brazilian capitals architecture and urbanism in Rio de Janeiro and Brasilia.* New Haven and London: Yale University, 1973.

GORELIK, Adrian. *Das vanguardas a Brasília:* cultura urbana e arquitetura na América Latina. Trad. Maria Antonieta Pereira. Belo Horizonte: UFMG, 2005 a.

______. A produção da "cidade latino-americana". *Tempo Social - Revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 1, p. 111-133, 2005 b.

GUTIÉRREZ, Ramón. Los inicios del urbanismo em la Argentina: parte 1 – el aporte francés. *Vitruvius, arquitextos,* v. 87, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq087/arq087_01.asp>. Acesso em: 27 maio 2009.

HALL, Peter. *Ciudades del mañana:* historia del urbanismo en el siglo XX. Traducción de Consol Freixa. Barcelona: Serbal, 1996. (Colección La Estrella Polar).

LEFEVRE, Henrique Neves. Preliminares da creação de Institutos de Urbanismo. *Revista Brasileira de Engenharia.* Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Engenheiros, v. 39, n. 9-10, p. 175-180, set./out. 1942.

LIERNUR, Jorge Francisco. Río de Janeiro y Buenos Aires 1880-1930. In:______. *Río de Janeiro – Buenos Aires – duas cidades modernas/ dos ciudades modernas.* Buenos Aires: La Stampa, 2004.

LOU, Maria Aunción Martín; BENASAYAG, Eduardo Múscar. *Proceso de urbanización en América del Sur:* modelos de ocupación del espacio. Madrid: Mapfre, 1992.

MOLINA Y VEDIA, Juan. *Mi Buenos Aires herido:* planes de desarrollo territorial y urbano (1535-2000). Buenos Aires: Colihue, 1999.

MOREIRA, Fernando Diniz. Alfred Agache, um arquiteto Beaux Arts na metrópole moderna. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., 2007, Belém. *Anais...* Belém: UFPA, 2007. CD Rom.

NOVICK, Alicia. Planes versus proyectos: algunos problemas constitutivos del Urbanismo Moderno. Buenos Aires (1910-1936). *Revista de Urbanismo,* Santiago de Chile: Universidad de Chile, n. 3, 2000. Disponével em: <revistaurbanismo.uchile.cl/n3/novick/novick.html>. Acesso em: 27 maio 2009.

OYARZUN, Fernando Pérez; VERA, José Rosas. Cities within the city: urban and architectural transfers in Santiago de Chile, 1840-1940. In: ALMANDOZ, Arturo (Org.). *Planning Latin America's capital cities 1850-1950.* London: Routledge, 2002. p. 109-138.

PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador).* Salvador: EDUFBA, 2002.

REZENDE, Vera. *Planejamento urbano e ideologia:* quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Retratos de Brasil, n. 159).

SAMPAIO, Carlos. Urbanismo. *Revista Brasileira de Engenharia.* Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Engenheiros, v. 14, n. 4, p. 131-132, out. 1927.

SANTOS, Milton. *Ensaios sobre a urbanização Latino-americana.* São Paulo: HUCITEC, 1982.

______. *A urbanização brasileira.* 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. (Estudos Urbanos, n. 5).

SCHORSKY, Carl E. *Pensando com a história:* indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Lúcia. *História do urbanismo no Rio de Janeiro. Administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 1920 à ditadura Vargas.* Rio de Janeiro: E-papers, 2003.

______. O Plano Agache nos diários cariocas: leituras da cidade. In: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR CIDADE E PRODUÇÃO DO COTIDIANO, 1995, Recife. *Anais...* Recife: UFPE; MDU., 1995. p. 221-235.

STUCKENBRUCK, Denise Cabral. *O Rio de Janeiro em questão: o Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20.* Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1996.

TOLEDO, Benedito Lima de. *Prestes Maia e as origens do urbanismo em São Paulo.* São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

VALDIVIA, Jose Luque (Ed.). *Constructores de la ciudad contemporánea:* aproximación disciplinar a través de los textos. Navarra: Dossat, 2004.

WEISMAN, Alberto Gurovich. La solitaria estrella: em torno a la realización del Barrio Cívico de Santiago de Chile, 1846-1946. *Revista de Urbanismo,* Santiago de Chile: Universidad de Chile, n. 7, 2003. Disponível em: <revistaurbanismo.uchile.cl/CDA/urb_completa/0,1313>. Acesso em: 27 maio 2009.

Diálogos modernistas com a paisagem: Sert e o Town Planning Associates na América do Sul, 1943-1951*

Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes
José Carlos Huapaya Espinoza

Introdução

A defesa das paisagens locais e das particularidades culturais constitui um dos elementos centrais da crítica ao urbanismo modernista[1], acusado de destruí-las na escala do mundo. Apesar da pertinência dessa crítica, sobretudo quando voltada para as realizações decorrentes do espraiamento do ideal da Cidade Funcional e, em particular, daquele defendido pelo *mainstream* dos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAM), ela pressupõe a compreensão deste último como um bloco monolítico, deixando de considerar as tensões que o atravessaram, particularmente no pós-guerra, bem como as diferentes visões de cidade e de urbanismo defendidas até mesmo pelos seus mais ardorosos partidários.

Recorrendo à história do urbanismo, este texto busca discutir um capítulo da configuração da paisagem urbana no século XX, ao explorar a experiência do escritório de arquitetura e urbanismo Town Planning Associates na América do Sul. Fundado em Nova York em 1941[2], sob a liderança de José Luis Sert e Paul Lester Wiener[3], o escritório foi responsável, entre 1945 e 1957, por uma dezena de projetos para cidades

no Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela e Cuba, tendo, entretanto, pouco se concretizado dessa vasta produção projetual[4].

Convém ressaltar que estamos entendendo aqui a paisagem urbana não apenas nos seus aspectos físicos, construtivos e morfológicos, mas também nos conteúdos culturais que lhe dão sentido. Elementos centrais na produção crítica sobre a arquitetura e o urbanismo nas últimas décadas, os estudos sobre a paisagem têm enfatizado os aspectos relacionados à subjetividade da experiência do observador – que é, ao mesmo tempo, parte integrante da paisagem que o envolve. Nessa perspectiva, a paisagem só existiria enquanto espaço vivido, percebido. Este texto, porém, caminha em outra direção – a nosso ver igualmente pertinente, na medida em que, em certo sentido, projetar é também construir paisagens. A idealização de paisagens e de "cenários urbanos" pode até mesmo ser considerada elemento central, quando não condição, para utopistas, reformadores sociais, arquitetos e planejadores urbanos expressarem, desde o Renascimento, o seu ideal de *cidade virtuosa*[5]. Ainda que ressaltando que paisagem "é aquilo que se dá ao nosso sensorial", Milton Santos (1996, p. 37-38) lembra que o paisagista "é o especialista que é suscetível, junto com o urbanista, de oferecer um projeto de quadro material de vida". É nessa perspectiva, pois, que gostaríamos de inserir a reflexão que segue, ao analisarmos um capítulo pouco estudado da história do urbanismo na América do Sul.

Embora mantendo, globalmente, fidelidade ao ideal da Cidade Funcional, alguns dos projetos que Sert e Wiener realizaram para a América do Sul distanciavam-se dos modelos abstratos da primeira fase do urbanismo modernista, embasavam-se em uma reflexão teórica antecipadora de novos temas para o urbanismo e propunham uma paisagem urbana nascida do encontro entre pressupostos gerais, condições locais e sensibilidade às diferenças culturais. Não trataremos aqui do conjunto desses projetos, mas tão somente daqueles que expressam uma mudança na concepção de Sert e Wiener com relação à cidade e à paisagem urbana, como foram os casos dos projetos para a Cidade dos Motores, no Brasil; Chimbote, no

Peru; Tumaco e Medellín, na Colômbia; e Pomona e Puerto Ordaz, na Venezuela.

Em 1942, portanto pouco depois da formação do Town Planning Associates (TPA), Sert publica em Nova York o livro *Can our cities survive?: an ABC of urban problems, their analysis, their solutions*, no qual ele sistematizava (e reinterpretava) os resultados do IV e V CIAMs, ocorridos, respectivamente, em 1933 e 1937.

Chama atenção as mudanças no pensamento de Sert sobre o assunto, quando comparamos o conteúdo de *Can our cities survive?* com outros textos que logo lhe seguirão, como o manifesto *Nine points on monumentality* (escrito em 1943, mas só publicado em 1956), assinado por ele, Giedion e Léger, e o artigo *The human scale in city planning* (1944). Poucos anos depois, a esses textos virão juntar-se *Centros para la vida en comunidad* (1951) e *Can patios make cities?* (1953), estes dois últimos já então como expressão de uma estratégica discussão desenvolvida no CIAM como forma de responder às críticas (internas e externas) que se generalizam a partir do momento em que ele voltara a se reunir, após a interrupção de 10 anos causada pela guerra[6].

Os projetos do TPA para as cidades sul-americanas guardarão – uns mais outros menos – estreita relação com as ideias expostas nesses textos, num processo em que teoria e prática se retroalimentam. Através deles, delineam-se elementos de crítica ao ideal da Cidade Funcional, tal qual ele se desenvolvera desde a *Cidade para três milhões de habitantes* (1922), de Le Corbusier, sua aplicação no Plan Voisin (1925), sua sistematização no CIAM 4 (1933) e seus desenvolvimentos na Ville Radieuse (1935).

A busca de uma paisagem urbana onde confluem arquitetura e arte, estruturada segundo a escala humana e em diálogo com a realidade econômica, social, cultural e histórica na qual se insere, marca uma guinada no pensamento urbanístico modernista – e em especial no pensamento de Sert –, introduzindo uma visão mais sensível aos aspectos culturais do meio – e, neste sentido, mais regionalista –, voltada para o enfrentamento de problemas reais em cidades reais e não mais para cidades abstratas:

> Debemos trabajar para el mundo en que vivimos, con todos sus defectos, dudas y limitaciones, pero ello no debe impedirnos que imaginemos un mundo mejor y que procuremos orientar hacia él nuestra labor. (SERT, 1997, p. 129)

Sert, Wiener e o Town Planning Associates

Jovem, Sert trabalhara com Le Corbusier em Paris, entre 1929 e 1930. Pouco depois, ele foi um dos membros fundadores do Grup d'Arquitectes i Tècnics Catalans per al Progrés de l´Arquitectura Contemporània (GATCPAC), seção catalã do CIAM, que, juntamente com Le Corbusier e Pierre Jeanneret, trabalhou na elaboração do Plano Macià para Barcelona, entre 1931 e 1934. Em 1937 ele projetou, em parceria com Luis Lacasa, o Pavilhão Espanhol na Feira Internacional de Paris, o qual representou um "raro exemplo de integração" (FREIXA, 1979, p. 46) da arte de vanguarda daquela época. Nele, Sert teve a oportunidade de trabalhar em estreita colaboração com Calder, Miró e Picasso – foi justamente nesse pavilhão em que, pela primeira vez, a Guernica foi exposta.

Estabelecendo-se nos Estados Unidos em junho de 1939, após a queda da República espanhola, Sert foi responsável por tentativas frustradas de reorganização do CIAM em solo norte-americano, para onde emigrara boa parte dos arquitetos europeus de vanguarda, fugindo do clima de guerra e intolerância na Europa[7]. Como parte de sua estratégia de inserção no meio profissional e acadêmico americano[8], Sert publicou o já mencionado *Can our cities survive*?, embora a impressão que se tenha é que, àquela época, suas concepções de cidade, urbanismo e paisagem já estavam começando a mudar, muito provavelmente em função do impacto da nova realidade que estava vivenciando naquele país.

Uma vez inserido no meio profissional americano, Sert viria a ser responsável por uma prolífica produção de projetos de arquitetura. Quanto a sua produção urbanística, parte essencial dela concentrou-se na experiência latino-americana do TPA[9]. Quanto ao ensino da arquitetura

e do urbanismo, desde sua chegada em Nova York, Sert realizou uma série de conferências – muitas delas possibilitadas pela intermediação de membros do CIAM já estabelecidos no meio acadêmico local, como foi o caso de Walter Gropius. Anos mais tarde, ele viria a obter um posto em Harvard, onde chegou a ocupar o cargo de Decano da Graduate School of Design entre 1953 e 1969.

Com a retomada das atividades do CIAM, em 1946, Sert tornou-se seu presidente, cargo que exerceu até o último congresso, em 1956. A reflexão sobre urbanismo que ele começara a desenvolver desde o início dos anos 40, bem como sua aplicação prática nos projetos sul-americanos, entrará pouco depois, como veremos mais adiante, na pauta de discussões do CIAM, como estratégia de enfrentamento das críticas que acusavam o tipo de urbanismo que ele defendia de destruir os espaços de sociabilidade da cidade e as especificidades da cultura.

Wiener, alemão de origem, estabelecera-se nos EUA desde 1931. Em 1939, ele projetou o Pavilhão do Equador na Exposição Universal de Nova York, além de ter colaborado com Lucio Costa e Oscar Niemeyer no projeto do pavilhão brasileiro para a mesma feira. Um ano depois da formação do TPA, Wiener foi contratado como professor convidado da Universidade do Brasil (MUMFORD, 1997, p. 51), o que talvez tenha sido uma de suas primeiras aproximações com o meio profissional da América do Sul, onde ele pretendia encontrar encomendas para o recém-criado TPA.

A profusão de encomendas de projetos que esse escritório recebeu de cidades latino-americanas não pode ser dissociada de uma série de iniciativas relacionadas à "política de boa vizinhança" que os Estados Unidos desenvolviam com relação a seus "vizinhos do Sul", as quais receberam, quando não o apoio governamental explícito, ao menos uma espécie de chancela oficial. No âmbito cultural, essas iniciativas foram de natureza bem diversa: exposições para divulgar a arquitetura e o urbanismo, como *Brazil builds*, em 1943; *Two cities, planning in North and South America*, em 1947; e *Latin American architecture since 1945*, em 1955, todas realizadas no The Museum of Modern Art (MoMA) de Nova

York, e acompanhadas por publicações específicas; criação de símbolos da cultura latina destinados ao consumo de massas, como a carreira hollywoodiana de Carmem Miranda, ou os personagens de quadrinhos Zé Carioca, Panchito e o Gauchinho Voador, criados quando da viagem de Walt Disney à América do Sul, em 1941; ou ainda a tentativa frustrada de realização do filme *It's All True,* sob a direção de Orson Welles, sobre os jangadeiros cearenses. A essas ações e a tantas outras congêneres, somava-se o financiamento de um intenso intercâmbio envolvendo profissionais tanto norte-americanos quanto latino-americanos. Artistas, intelectuais e profissionais de reconhecida competência em missão oficial (ou para-oficial) a países da América Latina ganhavam uma espécie de status de "embaixadores" dos EUA, afiançando, de certa forma, os laços que se pretendia reforçar naquele momento em que o mundo se cindia em dois grandes blocos e os norte-americanos colocavam-se como liderança inquestionável da reconstrução mundial. Inseria-se nesse contexto uma nova visita de Wiener à América do Sul, em 1945, com o patrocínio do Departamento de Estado dos EUA, com a finalidade de proferir conferências na Colômbia, no Peru e no Brasil, bem como de contatar profissionais locais e de conhecer o contexto e os avanços da arquitetura e do urbanismo no continente. (TARCHÓPULOS, 2003)

Entre o pensamento e a prática urbanística: reconceituações da paisagem

Textos demarcadores

Ao que parece, a publicação de *Can our cities survive?* foi recebida com frieza no meio profissional americano. Lewis Mumford, convidado para escrever o prefácio, recusa-se, alegando, em carta a Sert, sua discordância com a redução das cidades às quatro funções – habitação, trabalho, lazer e circulação. E argumentava:

> The organs of political and cultural association are [...] the distinguishing marks of the city: without them, there is only an urban mass [...] I regard their omission as the chief defect of routine city planning; and their absence from the program of the CIAM I find almost inexplicable[10]. (MUMFORD, 2000, p. 13)

A produção teórica e projetual de Sert nos anos que se seguiram parecem demonstrar que essas críticas encontraram eco em seu espírito.

No ano seguinte ao lançamento desse livro, Sert publica, juntamente com Giedion e Léger, o manifesto *Nine points on monumentality*. Segundo narra Giedion (1957, p. 26), os três descobriram que haviam sido convidados para escrever, cada um, um artigo para uma publicação do grupo American Abstract Artists, tendo então decidido fazer juntos um texto único que expressasse uma convergência de perspectivas entre eles, escolhendo para isto a questão da "nova monumentalidade".

Este texto conciso, de 1943, porém só publicado em 1956, representa a retomada pelo Movimento Moderno da questão da monumentalidade, por ele identificada até então com uma preocupação acadêmica. O manifesto relativiza a importância do funcional e traz novos temas para o âmbito do Movimento Moderno, relacionados à cultura, à significação urbana e às próprias tradições da disciplina – temas "antecipadores", portanto, e que serão retomados, no pós-guerra, justamente pelos críticos do urbanismo "do CIAM". Os monumentos são vistos nesse manifesto como uma expressão de cultura e como símbolos coletivos, capazes de enraizar o homem no tempo. Ele critica os arquitetos modernos por terem se afastado dos monumentos, mas ressalta que eles sabem agora que "there are no frontiers between architecture and town planning"[11] e que, por isso, os monumentos podem tornar-se elementos poderosos de vastos projetos.

Na realidade, existe implícita nesse manifesto toda uma concepção de paisagem urbana. Ele considera que os monumentos devem inserir-se em um replanejamento em grande escala, que crie grandes espaços abertos nas zonas mais degradadas das cidades, de modo a tornar realidade novos centros urbanos. Isto seria trabalho conjunto de urbanistas, arquitetos,

pintores, escultores e paisagistas. O trabalho conjunto de arquitetos e artistas, explorando o uso da cor e do movimento, gerariam novos efeitos arquitetônicos, para os quais os elementos da natureza (árvores, plantas, água) também contribuiriam. Assim, as paisagens criadas pelo homem poderiam equiparar-se às paisagens naturais através de grandes extensões. Essa perspectiva representa um passo adiante no quadro do pensamento modernista: "A arquitetura monumental será mais do que estritamente funcional" (SERT; GIEDION; LEGER, 1997, p.17) e "nesses traçados monumentais, a arquitetura e o urbanismo alcançarão uma nova liberdade e desenvolverão novas possibilidades criativas". (SERT; GIEDION; LEGER, 1997, p.17)

No texto *The human scale in city planning*, Sert faz uma crítica explícita às "cidades abstratas", regidas pela máquina e características do urbanismo das primeiras especulações modernas, e esboça os contornos do que deveria ser uma nova paisagem urbana. Para ele, as cidades do futuro deveriam ser "cidades reais" e não mais "cidades abstratas". Impossível dissociar as colocações feitas nesse artigo do contexto que as viu nascer: de um lado, dez anos haviam se transcorrido desde as discussões no famoso cruzeiro em direção a Atenas; de outro, a guerra sacudira o mundo e estimulara a ideia de que, com o fim do conflito, viria uma nova era, desafio para o qual era necessário preparar-se. Com o advento da democracia que o pós-guerra fatalmente traria, Sert afirma:

> […] we should first plan for human values [...] (If) […] we are going to live in a better world after this war, our cities [...] will have to become something radically different from what they are today.[12] (SERT, 1944, p. 394)

Finalmente, deve-se lembrar que Sert já se encontrava nos Estados Unidos há quatro anos, onde se deparara com a vasta e importante experiência urbanística decorrente da política do *New Deal*.

Muitas das críticas feitas por Sert em *The human scale*... dão a impressão de que ele tinha em mente mais a realidade americana do que a europeia,

ao se referir a subúrbios sem fim e a um padrão de urbanização onde "suburbanism seems to prevail over urbanism"[13] e onde "man is lost in the vast extension of our metropolitan areas"[14], advertindo sobre os riscos desse padrão de urbanização e sobre a consequente destruição do campo pelos "neither-city-nor-country complex"[15], que cobriam e homogeneizavam regiões e paisagens inteiras com suas casas pré-fabricadas.

O tema da "humanização" das cidades – tanto das antigas quanto das novas – apresentava-se a Sert como um dos principais desafios aos urbanistas (SERT, 1944, p. 394). Ele critica a destruição da paisagem nas grandes cidades, onde elementos hostis à natureza humana substituíram aqueles que outrora caracterizaram o meio onde o homem vivia. Para ele, as cidades falharam no que deveria ser o seu principal objetivo: fomentar e facilitar os contatos humanos e elevar o nível cultural da população. Ele vê a massa construída, amorfa e indiferenciada como um dos obstáculos para uma organização mais eficiente da vida social. Seu contraexemplo são as cidades europeias do passado, claramente demarcadas do campo, com um ou mais centros cívicos (políticos, religiosos, culturais ou recreacionais) facilmente distinguíveis, e em cujo interior todas as distâncias podiam ser cobertas a pé. Ele critica a falta de limites físicos entre as partes da cidade e a insuficiência e falta de critérios na localização dos edifícios destinados às diferentes funções sociais.

Seu foco volta-se então para uma proposta de desenho urbano que possa recriar nas cidades as estruturas sociais necessárias, "transforming the actual inorganic shape of our cities into an organic and living body"[16] (SERT, 1944, p. 398). Isto só poderia ser alcançado substituindo o padrão de crescimento ilimitado das cidades por unidades bem definidas espacialmente, para isto contribuindo a definição de cinco escalas de planejamento, indo da unidade de vizinhança à região, onde "the life of each of these units should center around a social structure where community life takes shape and spreads"[17] (SERT, 1944, p. 398). A cada uma dessas escalas corresponderiam diferentes equipamentos sociais (educacionais, culturais, recreacionais etc.). Sua preocupação com a paisagem é aí bastante clara:

> The consideration of human psychology which revolts against the monotony and misery of cities as they are today, would find in the open city with its well differentiated zones both unity and variety, that would please our eyes and rest our spirit.[18] (SERT, 1944, p. 410)

No texto de 1951, *Centros para la vida de la comunidad*, publicado no livro *El corazón de la ciudad: por una vida más humana de la comunidad*, Sert realiza um aprofundamento dos dois textos anteriores, adaptando-os à realidade do pós-guerra. Sua importância maior, porém, vem do fato deste tema ter se tornado central nas discussões no CIAM, em especial em sua oitava edição, que teve justamente como título *The heart of the city*.

Este livro constitui-se na primeira publicação do CIAM no pós-guerra, fato que leva Sert, já como presidente desses congressos, a incluir em seu texto um histórico das reuniões anteriores e os temas nelas abordados. Ele aponta que o final da guerra revestia-se de grande importância para os rumos dos congressos, primeiro, pelo fato de que muitas cidades na Europa encontravam-se destruídas e exigiam sua pronta reconstrução e, depois, porque seus membros, espalhados por todo o mundo, enfrentavam situações até então desconhecidas por eles. Nesse contexto, os países na América do Sul, África e Ásia, ganham destaque.

A partir daí, o foco centra-se em três temas já conhecidos: a necessidade de um centro cívico (ou coração – *core* – da cidade, como proposto pelos membros ingleses do CIAM); o trabalho do arquiteto-urbanista; e a integração das artes no coração da cidade.

O contexto em que Sert escreve era marcado por mudanças políticas, econômicas e técnicas que, segundo ele, tornavam imprevisível o futuro; em contrapartida, afirmava que era preciso que arquitetos e urbanistas se deparassem com a "realidade concreta da vida". Nesse clima de "insegurança" e "incertezas", mas também de desejo de restabelecer o equilíbrio entre a esfera individual e a coletiva, Sert propõe a criação do "coração da cidade", introduzindo nele suas ideias sobre o espaço público e a organização da cidade.

Entendendo o “coração” como a expressão de fatores gerais da natureza humana e da “vida orgânica”, variáveis segundo as culturas ou localidades (ROGERS; SERT; TYRWHITT, 1955, p. 164), Sert demonstra preocupação pela paisagem urbana, ressaltando como o clima e os costumes deverão contribuir, em cada caso, para definir e dar forma ao “coração”. Essas ideias foram aplicadas em seus projetos para as cidades da América do Sul, notadamente nos casos dos “corações” de Chimbote e Medellín, ou ainda no da cidade de Bogotá, em projeto realizado com Le Corbusier, todos eles apresentados no CIAM 8.

Se, no artigo anterior, Sert preocupava-se em esboçar uma nova paisagem urbana através da nova monumentalidade, da escala humana e do centro cívico, agora preocupa-se em definir as características desses centros de reunião, como as atividades que ali se desenvolveriam, seu papel como lugar de comunicação, a separação das circulação de pedestres e veículos, a incorporação de árvores, plantas, água, e os efeitos do sol e sombra. Acrescenta ainda que as formas dos edifícios construídos, seus valores plásticos e suas cores devem harmonizar-se com os elementos da natureza, de modo que “el paisaje debe jugar su importantísimo papel”.

Mais uma vez Sert (1944) dá ênfase à colaboração entre arquitetos, artistas e escultores, ao considerar o “coração” como o “centro das artes” e como o símbolo do processo humanizador do nosso tempo, expressar uma síntese orgânica da técnica moderna e das artes plásticas como instrumento e expressão da sociedade (ROGERS; SERT; TYRWHITT, 1955, p. 166). Ele critica a falta de relação entre as artes e aponta a utilização de novas técnicas que permitem experimentar contínuas transformações dos “corações”, como os elementos móveis e a iluminação. Para Sert, esse trabalho conjunto poderia ser de três tipos: integral (o arquiteto assume o papel de escultor e pintor), aplicada (o arquiteto desenvolve o projeto, o caráter e o espaço destinados a escultores e pintores) ou conexa (onde arquitetura, pintura e escultura podem estar simplesmente relacionadas entre si, mantendo-se separadas).

Finalmente, o artigo *Can patios make cities?* constitui-se em uma espécie de balanço dos projetos realizados pelo TPA na América Latina a partir dos conceitos e ideias elaborados nos textos anteriores. Nele, podem ser notados dois pontos importantes: a ênfase na utilização de um sistema de pátios em distintas escalas como elemento organizador dos planos urbanos; e uma crítica ao urbanismo "descentralizador", com a incorporação, em suas propostas de aspectos do urbanismo norte-americano, como o crescimento orgânico.

A elaboração desse artigo pode ser entendida como parte da estratégia de Sert para aceitação de suas ideias sobre urbanismo no meio profissional norte-americano. Para isso, ele realiza comparações entre suas propostas e vários modelos aceitos por arquitetos e urbanistas norte-americanos, como aqueles utilizados em projetos elaborados por Skidmore, Owings e Merrill, Johnson etc., porém, sempre evidenciando preocupação pela incorporação de aspectos regionais nas suas propostas a partir do entendimento da paisagem natural local, de uma releitura de métodos construtivos tradicionais e da incorporação de materiais próprios a cada região.

Uma releitura modernista da paisagem cultural

O confronto com condições sociais, econômicas, naturais, culturais e climáticas novas para Sert e Wiener, propiciado pela realização dos projetos sul-americanos, permitiu-lhes não só testar conceitos como o de "centro cívico", mas, também, desenvolver a proposta do pátio como elemento estruturador do "tapete urbano", reforçando a entrada do Movimento Moderno em uma etapa "regional", na medida em que esses projetos introduziram valores de particularidade frente aos valores marcados pela rigidez de sua fase universalista (FREIXA, 1979, p. 55).

Essas propostas tinham como objetivo tanto a elaboração de projetos para cidades novas quanto a reformulação de cidades existentes. Ainda que referenciadas aos princípios da Cidade Funcional e às suas quatro funções básicas, elas evidenciavam, gradualmente, uma tentativa de:

> [...] resaltar o domesticar los excesos del paisaje de las distintas ciudades, resultado de su conocimiento preciso del lugar, del relieve de la topografia, de los trazos de su arquitectura. (VENTÓS, 1997, p. 77)

Essa "proximidade" com a paisagem local talvez possa ser explicada pelo fato de que os "estudos analíticos" desenvolvidos na primeira etapa dos projetos eram realizados por equipes de profissionais (arquitetos, planejadores, geógrafos, sociólogos, educadores, engenheiros etc.) e estudantes locais sob a direção de Wiener e Sert (1950-1951, p. 10; FREIXA, 1979, p. 56-57).

O primeiro trabalho do TPA na América do Sul foi a elaboração do Plano Diretor para a Cidade dos Motores, no Brasil, encomendado em 1943 pelo General Antônio Guedes Muniz, Presidente da Comissão de Fabricantes de Aviões do Brasil. O projeto para a nova cidade traduz de forma clara os postulados do CIAM, porém Sert teve aí uma primeira oportunidade de aplicar suas ideias sobre o "novo monumentalismo" e sobre a "escala humana". Buscou-se adaptar a proposta à paisagem natural, através do contraste da volumetria e dos espaços vazios, a diversidade de tipos de moradias em função de estudos do clima e a incorporação da vegetação local. O centro cívico constituía o elemento mais importante do projeto e traduzia a preocupação de Sert em criar um centro de referência e identidade para os habitantes. Esse grande espaço ao ar livre estava delimitado por edifícios que ajudavam na sua conformação, além de elementos que buscavam adequá-lo à escala humana.

O projeto urbano para Chimbote, no Peru, elaborado em 1948, representa um aprofundamento da tentativa de Sert em incorporar, de fato, aspectos relativos à paisagem natural, cultural e tradicional nas suas propostas. O TPA, contratado pela Corporación Peruana de Santa, elaborou, junto com a Oficina Nacional de Planeamiento Urbano del Perú, uma proposta bem diferente daquela elaborada para a Cidade dos Motores. Talvez alguns dos fatores que influíram nesse aspecto possam ser explicados pelas condições climáticas diversas: enquanto na Cidade dos Motores o clima era tropical, Chimbote encontrava-se em uma zona

árida, desértica e com pouca chuva; além disso, enquanto o projeto para a Cidade dos Motores era elaborado para abrigar uma população operária não residente, Chimbote visava a organização da população nativa caracterizada pelo baixo nível de renda.
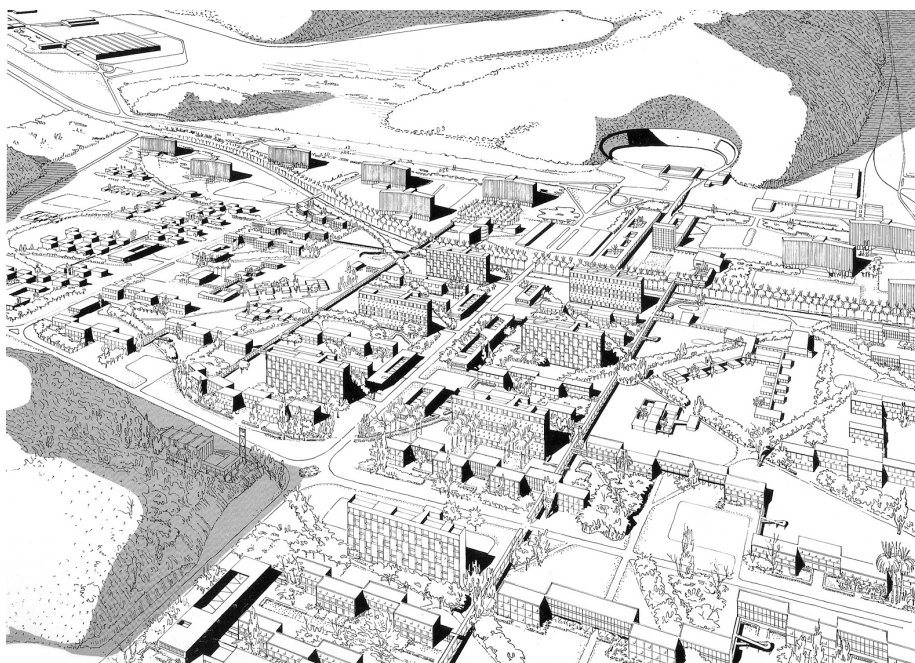
Figura 1 – Perspectiva do projeto para a Cidade dos Motores (setor residencial), Brasil.

Fonte: Bastlund (1967)

A paisagem natural em Chimbote não permitia a incorporação de grandes áreas verdes, como no caso da Cidade dos Motores, já que a manutenção delas significaria uma despesa para os residentes, motivo pelo qual tentou-se criar um "paisagismo econômico", susceptível de receber tratamento (FREIXA, 1979, p. 55). Alguns elementos da paisagem existente foram incorporados e revitalizados, como canais de irrigação utilizados desde o tempo dos Incas, ao redor dos quais foram criadas áreas verdes. Em referência à utilização destes, Sert afirma que "este es un elemento esencial para una ciudad sin lluvia, ya que disponer de agua

es transformar el desierto en un oásis". (ROGERS; SERT; TYRWHITT, 1955, p. 130)
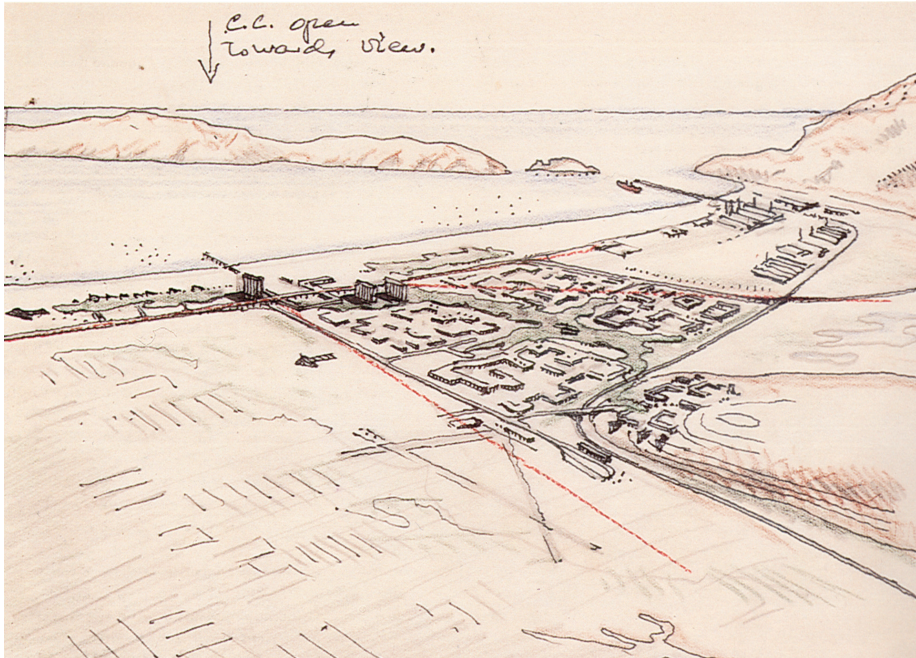
Figura 2 – Perspectiva da proposta para Chimbote, Peru.

Fonte: Costa e Hartroy (1997)

A proposta para as moradias também recebeu uma solução diferente. Como a baixa pluviosidade de Chimbote não permitia a criação e manutenção de grandes áreas verdes comuns, buscou-se incorporar essas áreas livres às próprias moradias. A incorporação desses espaços livres (ou pátios) às moradias justificava-se ainda pelo fato de que os moradores nativos criavam animais e neles poderiam continuar a fazê-lo. O agrupamento dessas moradias com pátios significou a introdução de um novo tecido urbano: o "tapete urbano". Outra característica importante do plano de Chimbote diz respeito à preocupação com a manutenção de técnicas construtivas autóctones e com a implementação de um sistema construtivo econômico. O centro cívico da cidade foi pensando como

uma versão "moderna" da antiga tradição da Plaza de Armas colonial, existente nas cidades hispano-americanas. Para Sert, o uso sistemático do pátio era de grande importância, na medida em que sua utilização em diversas escalas (o pátio da casa, da unidade de vizinhança, da cidade etc.) dotava suas propostas de uma ordem lógica, além de permitir a gradação de espaços livres intermédios, do mais privado ao mais público.

No mesmo ano da elaboração do projeto para Chimbote, o TPA recebeu também o encargo para elaborar o plano piloto para a cidade nova de Tumaco, na Colômbia, em colaboração com os Servicios Técnicos del Ministério de Trabajos Públicos. A cidade de Tumaco, localizada em uma ilha no Oceano Pacífico, tinha sido semidestruída por um incêndio. A proposta para essa nova cidade guardava estreita relação com aquela para Chimbote, porém com grande ênfase na questão da moradia. A população de Tumaco também era caracterizada pela baixa renda, razão pela qual as moradias, igualmente organizadas segundo o "tapete urbano", foram classificadas em tipos, de acordo com a composição familiar, atividades e renda básica dos moradores. Analisando o habitat e a paisagem local, foi elaborada uma série de protótipos de moradias de dois andares; a solução arquitetônica destas foi baseada nos princípios das casas nativas, bem como nos fatores climáticos (temperatura, chuva, ventos dominantes) (CASTELLANOS, 2003), optando-se pelo sistema de autoconstrução e pela utilização de materiais locais (como adobe, palha e madeira) (VENTÓS, 1997, p. 80). Sert acreditava que a adaptação à construção moderna dos materiais e dos sistemas de construção local facilitaria o desenvolvimento de uma concepção arquitetônica específica, apropriada aos meios da população local (WIENER; SERT, 1951, p. 6). O centro cívico foi criado agrupando interesses culturais, comerciais e recreativos em um conjunto arquitetônico adaptado à escala humana através da utilização de diferentes pavimentos, variedade de níveis, e a incorporação de áreas verdes. (WIENER; SERT, 1953, p. 137)
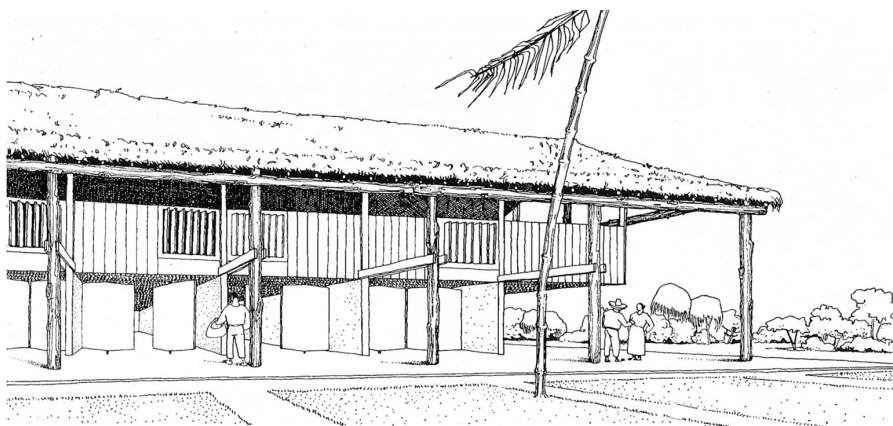
Figura 3 – Acima, proposta; e abaixo, moradias existentes em Tumaco, Colômbia.

Fonte: Bastlund (1967).

Já a proposta para a cidade de Medellín – na época, a maior cidade industrial da Colômbia –, também elaborada em 1948, constitui-se em uma tentativa de inseri-la em ma escalamais "regional". Elaborado com a colaboração da Oficina del Plan Regulador, considerou-se que o antigo centro encontrava-se "demasiado congestionado" (ROGERS; SERT; TYRWHITT, 1955, p. 149) e insuficiente para responder às crescentes

necessidades da cidade (ROGERS; SERT; TYRWHITT, 1955, p. 130), razão pela qual optou-se por ocupar uma área próxima à mesma (onde encontravam-se o Mercado Central e a estação ferroviária) como sua zona de expansão (WIENER, 1955, p. 85). A paisagem natural existente e a presença do rio Medellín definiram o eixo principal da estrutura viária, assim como as ramificações secundárias que serviriam como referência para o crescimento da cidade. Em conformidade com a topografia do lugar, foram criados diversos tipos de unidades de habitação, distribuídos entre as áreas planas da cidade e as colinas próximas ao vale (WIENER; SERT, 1951, p. 12)
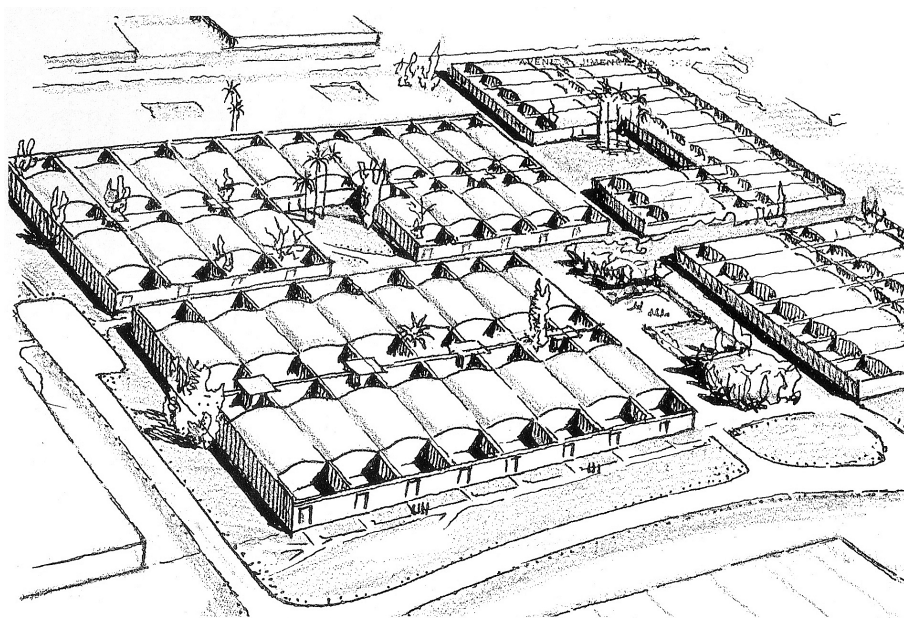
Figura 4 – Tapete urbano para Medellín, Colômbia.

Fonte: Freixa (1979)

No ano seguinte, o TPA recebeu a encomenda para elaborar os planos diretores para as cidades novas de Pomona (1950) e Puerto Ordaz (1951), na região mineira da Venezuela. Ambos significaram para Sert uma retomada das ideias contidas nos seus projetos urbanos iniciais e a elaboração de novas

propostas baseadas na ideia do "tapete urbano". Para Pomona, localizada na zona petrolífera de Maracaíbo, foram projetadas 300 unidades de habitação com serviços básicos (creche, escola, centro comercial etc.). Como no caso de Chimbote, levou-se em conta a incorporação da paisagem natural e a elaboração de sistemas autoconstrutivos para as moradias, bem como sistemas de controle natural térmico e de incidência solar. O projeto para Puerto Ordaz foi encomendado pela US Steel Company e localizava-se no delta do Orinoco. A proposta foi organizada a partir de eixos que articulavam dois setores diferentes; na intersecção deles encontrava-se o centro cívico. Também neste caso, o projeto foi elaborado a partir da utilização dos pátios como elementos organizadores da vida e da paisagem urbanas.

Figura 5 – Centro Cívico para Puerto Ordaz, Venezuela.

Fonte: Costa e Hartray (1997)

Conclusões

A análise da ação do Town Planning Associates na América do Sul – experiência que, talvez por ter tido restrito grau de concretização, tem sido muito pouco estudada no âmbito continental – suscita um questionamento geral de ordem metodológica e leva a algumas conclusões e a outras tantas interrogações.

A primeira questão que aflora aponta para a necessidade de um aprofundamento sobre o estatuto do estudo da paisagem no bojo dos estudos históricos sobre o urbanismo. Ou ainda: em que pode a história do urbanismo contribuir para os estudos sobre a paisagem? Em nossa opinião, pelo menos de duas maneiras: a primeira, resgatando o estudo de paisagens de cidades do passado, cuja experiência dos que as vivenciaram pode ser resgatada através de registros como a literatura, as artes em geral, a fotografia, além de documentos diversos, como memórias, correspondência pessoal etc. A segunda, através do estudo de "paisagens idealizadas", não concretizadas – paisagens que poderiam ter sido, mas que não foram. Esta vertente, que foi a que trilhamos neste texto, aponta principalmente para propostas urbanísticas que, por razões diversas, não passaram do estágio da simples formulação, mas que, nem por isso, são menos ricas em ensinamentos.

O exame das propostas do Town Planning Associates para a América do Sul lança luz sobre um momento particularmente interessante da história do urbanismo: aquele em que as propostas de cidades "abstratas", "ideais", características do entreguerras, defrontam-se com a realidade de um mundo em rápido processo de mudança, confrontam-se com outras formas de encaminhar os mesmos problemas – ou problemas muito próximos –, como foi o caso do "embate" entre as propostas do CIAM e a experiência urbanística americana; percebem as suas limitações; buscam repensar suas bases de referência; descobrem o "outro", com sua diversidade de condições, exigências, necessidades. A proposta de uma paisagem urbana unificadora e homogeneizadora mostra aí todos os seus limites.

Os projetos que examinamos neste texto reforçam a percepção da diversidade interna de propostas do Movimento Moderno para a cidade e para a paisagem urbana e complexificam nosso conhecimento sobre a dinâmica de transformações por que passou a discussão sobre o urbanismo no âmbito do CIAM. A preocupação com o centro enquanto espaço de sociabilidade, a busca das alternativas que as unidades habitacionais de baixa altura e alta densidade ofereciam às espaçadas torres de habitação, a utilização de técnicas e materiais autóctones de construção, a sensibilidade ao meio geográfico e cultural parecem exemplos significativos do esforço de transformar a noção de "cidade funcional" e a conceituação de paisagem, abrindo um vasto leque de questões para os pesquisadores. Ainda que grande parte dessas propostas não tenha se concretizado, a ampla divulgação que elas tiveram na imprensa especializada internacional e a participação (ao que parece) constante de profissionais locais nesses projetos, sugere-nos um questionamento sobre os eventuais desdobramentos posteriores que elas possam ter tido no contexto continental. Isto nos permitiria discutir sobre até que ponto foi possível conjugar internacionalismo com regionalismo na experiência urbanística sul-americana, na sequência a projetos que, de uma forma ainda embrionária, mas clara, buscaram um diálogo com as realidades locais, em um momento situado entre, de um lado, as tentativas de reinvenção do moderno e, de outro, um "pós-modernismo" ainda incipiente.

Questões como estas permanecem à espera de aprofundamento. Sua simples formulação representa a perspectiva de novos horizontes de pesquisa.

Notas

* Este trabalho foi originalmente apresentado como uma comunicação no 3º Seminário de Paisagismo Sul-Americano, que teve lugar no Rio de Janeiro, entre os dias 28 e 30 de maio de 2008.

[1] A expressão “urbanismo modernista” é, sem dúvida, ambígua. Apesar disto, preferimos utilizá-la aqui por uma questão de comodidade, para diferenciá-la da realidade bem mais ampla e multifacetada do “urbanismo moderno”, que pode encobrir referências a experiências bem distintas, do Renascimento – ou do Iluminismo – ao século XX. Por “urbanismo modernista”, estamos entendendo o ideal da “Cidade Funcional” defendido pelas vanguardas do entreguerras e, em particular, pelo mainstream dos Congrès Internationaux d’Architecture Moderne (CIAM).

[2] Existem divergências sobre a data exata da formação do Town Planning Associates. Utilizamos aqui a indicada por Knud Bastlund (1967, p. 6).

[3] Posteriormente, a eles juntar-se-ia Paul Schulz.

[4] Os projetos urbanos elaborados pelo TPA foram no Brasil: Cidade dos Motores (1945-1947); no Peru: Lima e Chimbote (1947-1948); na Colômbia: Tumaco, Medellín, Cali, Barranquilla e Bogotá (1947-1953); na Venezuela: Pomona, Puerto Ordaz e Ciudad Piar (1951); e em Cuba: Havana (1955-1957).

[5] Entre muitas referências possíveis, ressaltam-se os excelentes exemplos propiciados pelos trabalhos de Ruth Eaton (2001), Virgilio Vercelloni (1996) e Jean-Louis Cohen (1995).

[6] O último congresso antes da guerra foi o de Paris (CIAM 5), em 1937, e o primeiro no pós-guerra foi o de Bridgwater (CIAM 6), em 1947.

[7] Após o congresso de 1937, sucedem-se as emigrações. Para os Estados Unidos, dirigiram-se Gropius, Mies, Breuer, Hilberseimer, Mendelsohn, Sert, Giedion, Chermayeff, dentre outros.

[8] A opinião é de Eric Mumford (Cf. MUMFORD, 2000, p. 132).

[9] Outros projetos urbanísticos de Sert são: Roosevelt Island, no East River, à altura de Midtown, Nova York, em 1974; e um setor piloto na cidade de Isfahan, Irã, em 1975.

[10] Os órgãos de associação política e cultural são [...] as marcas distintivas da cidade: sem eles, só existe uma massa urbana [...] Considero sua omissão como o principal defeito do planejamento urbano rotineiro e sua ausência no programa do CIAM quase inexplicável (tradução nossa).

[11] Não há fronteiras entre arquitetura e urbanismo (tradução nossa).

[12] [...] devemos planejar em primeiro lugar para os valores humanos [...] (Se) nós vamos viver num mundo melhor depois desta guerra, as nossas cidades [...] terão que se tornar algo radicalmente diferente do que elas são hoje (tradução nossa).

[13] O suburbanismo parece prevalecer sobre o urbanismo (tradução nossa).

[14] O homem está perdido na vasta extensão de nossas áreas metropolitanas (tradução nossa).

[15] Complexos nem-cidade-nem-campo (tradução nossa).

[16] Transformando a atual forma inorgânica de nossas cidades em um corpo orgânico e vivo (tradução nossa).

[17] A vida de cada uma dessas unidades deverá ser polarizada por uma estrutura social onde a vida da comunidade tome forma e se desenvolva (tradução nossa).

[18] A preocupação com a psicologia, que se revolta contra a monotonia e miséria de nossas cidades como elas são hoje, encontraria na cidade aberta, com suas zonas bem diferenciadas, tanto a unidade quanto a variedade, que agradariam aos nossos olhos e repousariam o nosso espírito (tradução nossa).

Referências

BALLENT, Anahí. *El diálogo de los antípodas: los CIAM y América Latina. Refundación de lo moderno y nuevo internacionalismo en la posguerra.* Buenos Aires: Secretaría de Investigaciones en Ciencia y Técnica: FADU, 1995

BASTLUND, Knud. *José Luis Sert:* a*rchitecture, city planning, urban design.* Zurique: d'Architecture Zurich, 1967.

BÉGUIN, François. *Le paysage*. França: Dominós Flammarion, 1995.

BLEY, Lineu. Morretes: um estudo de paisagem valorizada. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Lívia de (Org.). *Percepção ambiental: a experiência brasileira.* São Paulo: Studio Nobel, 1996.

CASTELLANOS, Patrícia Schnitter. José Luis Sert y Colômbia: de la Carta de Atenas a una Carta del Hábitat. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales,* Barcelona, v. 7, n. 415, 10 dez. 2002.

_______. Sert y Wiener en Colombia: la vivienda social en la aplicación del urbanismo moderno. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales,* Barcelona, v. 7, n. 146, p. 35, 1 ago. 2003.

CHOAY, Françoise; MERLIN, Pierre (Org.). *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement.* Paris: PUF, 1996.

COHEN, Jean-Louis. *Scenes of the world to come*. Paris: Flammarion/C anadian Centre for Architecture, 1995.

COSTA, Xavier; HARTRAY, Guido (Org.). *Sert arquitecto en Nueva York.* Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona, 1997.

DEL RIO, Vicente. Desenho da paisagem: arte, simulação, humanismo, cibernética. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, 2., 1996, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Unimarco: FAUUSP, 1996.

EATON, Ruth. *Cites idéales, l´utopisme et l´environnement (non) bâti*. Anvers: Fonds Mercator, 2001.

FREIXA, Jaume. *Josep Ll. Sert*. Barcelona: Gustavo Gili, 1979.

GALVÃO, Anna Beatriz Ayrosa. *A monumentalidade em Lucio Costa: projeto de arquitetura e cidade moderna.* São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2006.

GIEDION, Sigfried. *Arquitectura y comunidad*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1957.

______. *A decade of new architecture*. Zurique: Girsberger, 1951.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; ESPINOZA, José Carlos Huapaya. The functional city ideal in South America, between the 1930' and the 1960': a comparative perspective. In: INTERNATIONAL SEMINAR ON URBAN FORM, 14., 2007, Ouro Preto, *Anais...* Belo Horizonte: EAUFMG, 2007.

LIERNUR, Jorge Francisco. South American way. El "milagro" brasileño, los Estados Unidos y la Segunda Guerra Mundial (1939-1943). *Block,* Buenos Aires, n. 4, p. 23-41, dez. 1999.

MUMFORD, Eric. *The CIAM discurse on urbanism, 1928-1960*. Cambridge, M.A; Londres: MIT, 2000.

______. Los CIAM y Latinoamerica. In: COSTA, Xavier; HARTRAY, Guido (Org.). *Sert arquitecto en Nueva York*. Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona, 1997. p. 48-75.

OCKMAN, Joan. *Architecture culture, 1943-1968*. Nova York: Columbia Books of Architecture / Rizzoli, 2005.

ROGERS, Ernesto; SERT, José Luis; TYRWHITT, Jacqueline. (Org.). *El corazón de la ciudad:* por una vida más humana de la comunidad. Barcelona: Hoepli, 1955.

SANTOS, Milton. Da paisagem ao espaço: uma discussão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE

ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, 2.,1996, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FAUUSP: Unimarco, 1996.

SERT, José Luis. *Can our cities survives? An ABC of urban problems, their analysis, their solutions.* Cambridge: Harvard University, 1942.

______. Centros para la vida colectiva. 1952. In: COSTA, Xavier; HARTRAY, Guido (Org.). *Sert arquitecto en Nueva York*. Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona, 1997. p. 126-145.

______. The changing philosophy of architecture. *Architectural Record,* Londres, v.116, n.1-2, p. 181, ago. 1954.

______. The human scale in city planning. In: ZUCKER, Paul. *New architecture and city planning*. Nova York: Philosophical, 1944.

______. Les plans régulareurs de Medellin et Bogota. *L'Architecture d'Aujourd'Hui,* Paris, v. 29, n. 80, p. 73-79, out./nov. 1958.

SERT, José Luis; LEGER, Fernand; GIEDION, Sigfried. Nine points on monumentality. In: COSTA, Xavier; HARTRAY, Guido (Org.). *Sert arquitecto en Nueva York.* Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona, 1997.

TARCHÓPULOS, Doris. Las huellas para el plan de Bogotá de Le Corbusier, Sert y Wiener. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales,* Barcelona, v. 10, n. 218, p. 86, 1 ago. 2003.

VENTÓS, Maria Rupert de. Ciudades en América Latina: el trabajo de Town Planning Associates 1943-1956. In: COSTA, X.; HARTRAY, G. (Org.). *Sert arquitecto en Nueva York.* Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona, 1997. p. 76-101.

VERCELLONI, Virgilio. *La cite idéale en Occident*. Paris: Du Félin, 1996.

WIENER, Paul Lester. Nuevas tendencias influenciarán la idea del Corazón. In: ROGERS, Ernesto; SERT, José Luis; TYRWHITT, Jacqueline. (Org.). *El corazón de la ciudad:* por una vida más humana de la comunidad. Barcelona: Hoepli, 1955. p.81-86.

WIENER, Paul Lester; SERT, José Luis. Brazil builds a new city. *Progressive Architecture,* Nova York, v. 27, n. 9, p. 52-73, set. 1946.

______. Conditions générales de l'urbanisme en Amérique Latine. *L'Architecture d'Aujourd'Hui,* Paris, v. 21, n. 33, p. 4-78, dez. 1950/jan. 1951.

______. Can patios make cities?. *Architectural Fórum,* Nova York, v. 99, n. 2, p. 124-131, ago.1953.

Fronteiras intercambiáveis: o urbanismo que veio do Uruguai

Celia Ferraz de Souza
Maria Soares de Almeida

Introdução

O estudo das ideias sobre a cidade e o urbanismo e suas ressonâncias no contexto da América Latina, no período de 1930 a 1950, requer a revisão do conhecimento técnico urbanístico, em circulação no mundo ocidental, e a atuação dos especialistas na região. Retoma-se a gênese do urbanismo moderno, após Haussmann, pois foi a partir do final do século XIX, posteriormente às profundas transformações por que passaram as cidades, que se iniciou a sistematização das ideias em nova fase, especialmente dentro da cultura francesa, com a revisão das teorias e práticas e a organização do ensino, avançando-se de forma intensa nos primeiros anos do século XX.

Uma vez reformulado o pensamento sobre a organização da cidade, foram sendo exportados, a partir de Paris para o mundo, novas ideias, conceitos e metodologias. Por outro lado, técnicos franceses, engenheiros e arquitetos, especialistas no assunto, viajaram alcançando novas fronteiras urbanas para realizarem os planos e colocar em prática o novo pensamento urbanístico.

A compreensão desse processo contribuirá para o entendimento dos procedimentos adotados, não só na Europa ou Estados Unidos,

mas também na América do Sul, onde países como o Brasil, o Uruguai e a Argentina tiveram, nos seus urbanistas, profissionais que pareciam provenientes de uma única escola.

O urbanismo praticado no sul do Brasil, inserido nesse contexto, ficou marcado pela participação de dois destacados urbanistas. De um lado, o famoso arquiteto e urbanista francês Alfred-Donat Agache (1875-1959), autor de muitos planos em várias regiões do ocidente. Fazia parte do Museu Social e era um dos fundadores e vice-presidente da Sociedade Francesa de Urbanistas, quando foi convidado a vir ao Brasil, em 1927, para realizar um novo plano para a cidade do Rio de Janeiro, obtendo uma enorme repercussão de suas ideias por todo o país. De outro lado, o arquiteto Maurício Cravotto (1893 -1962), uruguaio, nascido em Montevidéu, formado nos Estados Unidos, Inglaterra e França. A qualidade de seus conhecimentos e a sua capacidade de liderança o transformaram em um marco cultural da arquitetura e do urbanismo no continente sul-americano, no início do século XX, especialmente no Uruguai, na Argentina e, no caso do Brasil, no Rio Grande do Sul. Seus alunos brasileiros, entre eles o engenheiro Edvaldo Pereira Paiva, foram os difusores de suas teorias e as aplicaram na elaboração de planos para várias cidades do Rio Grande do Sul, em especial Porto Alegre, divulgando-o ainda mais através de suas atividades acadêmicas, a partir dos anos 1940.

No contexto deste trabalho, foca-se, principalmente, a destacada figura do arquiteto Mauricio Cravotto, pois sua formação se encontra no centro desse movimento urbanístico europeu, nos anos 20, período de seu franco desenvolvimento na França, onde recebeu, diretamente da fonte, as principais ideias em circulação na época.

A importância do urbanista Alfred Agache no sul do Brasil se fará sentir, indiretamente, por sua presença no país, através da repercussão de seus planos e projetos para cidades como Rio de Janeiro, cujas análises e propostas foram publicadas na França e no Brasil, servindo como um verdadeiro referencial para os planejadores do país. Os engenheiros Edvaldo Paiva e Ubatuba de Farias assimilaram suas ideias, expressas com nitidez

na obra *Uma contribuição à urbanização de Porto Alegre* (PAIVA; FARIAS, 1938, ROVATI, 2001), realizada em 1938. A estrutura do mesmo contém subtítulos semelhantes ao trabalho de Agache. O urbanista francês fez suas breves passagens por Porto Alegre, elaborando o projeto do Parque Farroupilha, então implantado. As suas ideias repercutiram muito na capital sul rio-grandense, especialmente pela participação de um de seus colaboradores, o arquiteto-urbanista Arnaldo Gladosch, na elaboração de planos para Porto Alegre, em fins da década de 1930 e início da década de 1940. Gladosch participou intensamente das discussões sobre o futuro da cidade, tendo suas manifestações sido registradas nas atas do Conselho do Plano Diretor no período da administração do prefeito José Loureiro da Silva (1943).

O urbanista uruguaio

Mauricio Cravotto foi um dos principais representantes da geração de arquitetos formados no Uruguai que incorporaram os avanços do pensamento europeu e norte-americano, a partir dos anos de 1920, dentro do que se denomina modernidade, expressando aqui a consciência do novo e das mudanças estéticas e tecnológicas em curso no mundo desenvolvido. A arquitetura e o urbanismo produzidos por Cravotto surgiram como uma produção renovadora, inserida nos avanços do modernismo, frente a uma nova geração de arquitetos dos quais foi líder e mestre.

A experiência de Cravotto se consolidou após seu contato com o mundo europeu e norte-americano, em viagem de estudos empreendida após o término de sua formação no Uruguai. Em 1918, através de uma bolsa de estudos denominada “Bolsa Diplomática”, Cravotto viajou por três anos completos pelos Estados Unidos e Europa. Iniciou por Nova Orleans e Nova York, onde permaneceu por mais de três meses, viajando, em seguida, para Califórnia. De lá, rumou para a Inglaterra e, após, Espanha, Itália e França. Neste último país, ficou entre 1919 e 1921,

onde trabalhou e tomou conhecimento das novas propostas da renovação urbanística, reformulando e adaptando-se às suas metodologias.

Figura 1 - Maurício Cravotto.

Fonte: Maurício Cravotto: 1893-1962. Montevideo: Dos Puntos, 1995. Monografias Elarqa.

Paris, nas duas primeiras décadas do século XX, representava um cadinho em ebulição do pensar e discutir a cidade, com a presença de uma massa crítica não só de franceses, mas de representantes de várias escolas, como a inglesa e a alemã. Eram mestres e discípulos ali presentes, em atividades acadêmicas, em elaboração de planos e projetos, em debates ou exposições. Foi nesta época que o jovem arquiteto uruguaio Cravotto entrou em contato com as novas propostas da renovação urbanística, tendo assistido a cursos na Sorbonne, dos professores Shneider, Poëte, Pirro e Jaussely, que o levaram a repensar a cidade e a previsão de suas transformações e crescimento.

Aproximou-se, especialmente, de Léon Jaussely (1875-1932), colega de Agache e também um dos fundadores da Sociedade Francesa de Urbanistas, através do curso teórico que o urbanista francês ministrava. Seu grande interesse pelo tema fica claro pelas anotações que foram registradas por Cravotto em seus cadernos de estudos. Sua admiração por Jaussely se reforça ao ingressar no seu atelier, realizando projetos e participando de concursos. Também esteve próximo de Marcel Poëte (1866-1950), arquivista e historiador, grande referência nessa época, por seus estudos sobre a história das cidades. Assistiu às suas conferências ministradas na Sorbonne, passando a valorizar muito as suas ideias.

Cravotto, nesse momento, tomava conhecimento da existência do Museu Social, instituição que havia sido criada em 1895, a quem, segundo Dubois (1985), se deve a criação do urbanismo na França. Sob a égide do pensamento reformista de Fréderic Le Play, do social cristianismo, procurava-se aproximar dois fatores fundamentais da sociedade capitalista, o capital e o operário. Buscavam-se, assim, meios para melhorar as condições de trabalho junto às classes patronais, instituições e empresas de seguro mútuo, ou no círculo social do cristianismo, além de incentivar a iniciativa dos próprios trabalhadores. Le Play aproximou sua associação, a Société d'Economie Sociale, da Société d'Habitations à Bon Marché, do engenheiro Jules Siegfrid. Criou a cadeira de Economia Social na Escola Livre de Ciências Políticas e organizou ainda um curso de Economia Social, na Faculdade de Direito de Paris.

Contando com o apoio de Marcel Poëte, o Museu abrigava um grupo de economistas, engenheiros e arquitetos que acabaram por criar, em 1913, a palavra "urbanismo" e, em decorrência, a Société Française des Architectes-Urbanistes, ou somente, Société Française des Urbanistes, cuja sigla é conhecida por SFU. Tratava-se, desde então, de um grupo interdisciplinar, cujo objetivo Dubois (1985, p. 41) explicita:

> [...] agrupar iniciativas e competências que se consagravam a esta ciência nova, que se chama Urbanismo e que trata da organização dos espaços urbanos, das reformas, sistematização e extensões a se introduzir nas cidades.

Ela reunia, sob os altos auspícios do Museu Social, quase todos os técnicos franceses que trabalhavam sobre a questão: Agache, Auburtin, Jaussely, Forestier, Bérard, Parenty, Prost, Redont, Hébrard, Risler, Gréber e Eugénè Hénard, este o primeiro presidente desta sociedade. A partir de então, passava a existir uma entidade que se pretendia internacional e, talvez, pela primeira vez, calcada no binômio arquiteto-urbanista (CALABI, 1997, p. 50). Apesar de algum formalismo dos traçados urbanos, esses urbanistas já introduziriam a ideia de zoneamento de usos para a elaboração de planos.

O Museu Social nasceu de um modesto projeto inicial, com a preocupação de não perder a grande quantidade de documentos referentes às experiências sociais bem sucedidas, organizados e armazenados durante a Exposição Universal, de 1889, no Pavilhão de Economia Social[1], quando Paris comemorava os 100 anos da Revolução Francesa. Alguns anos mais tarde, seus trabalhos resultaram na elaboração da primeira lei referente aos planos de extensão e ordenação das cidades, elaborada em 1912, aprovada como Lei Cornudet, em 1919, e reformada em 1924[2].

Dubois (1985) afirma que quatro são os paradigmas indiciários que mostram como a cultura urbanística francesa foi de fato muito relevante. O primeiro seria exatamente a questão do surgimento da palavra "urbanismo" e o aparecimento da Lei Cornudet; o segundo resulta da presença de Patrick Geddes (1854-1932) em Paris, preconizando a necessidade de um *civic survey,* com o qual concordavam Poëte e os urbanistas do Museu. Geddes propunha um vasto levantamento urbano, como base para a compreensão da complexidade dos fatores necessários a um projeto de criação ou de recriação urbana. Ele entendia a *civics* como uma ciência nova, reguladora e educadora para o planejamento urbano:

> Compreender os fatores geográficos e históricos da vida de nossas cidades é o primeiro estado da compreensão do presente: é uma etapa indispensável para toda tentativa de previsão científica do futuro, para que ela evite os perigos do utopismo [...] O conjunto dos materiais reunidos a partir da enquête preparatória deve permitir organizar uma

> exposição cívica, dando uma imagem do passado e do presente da cidade [...] Tal exposição informaria à Municipalidade e ao público das grandes linhas da enquête preliminar e de sua necessidade; ela contribuiria de forma útil à educação e à formação do público como seus representantes [...] Após a exposição e seus debates e discussões públicas, jornalísticas, práticas e técnicas, as municipalidades e seus representantes como o público, estariam muito melhor informados e por mais tempo no que concerne a situação, em relação ao futuro da sua cidade [...]. (GEDDES apud DUBOIS, 1984, p. 43-44)

A participação de Geddes na Exposição da Cidade Reconstituída, em Paris, em 1916, promovida pela Associação Geral dos Higienistas e Técnicos Municipais, revestiu-se de uma grande importância e lhe rendeu medalha de prata. A mostra de seus levantamentos, a valorização da história urbana e outros passos o aproximaram ainda mais de Marcel Poëte, nessa ocasião. O relatório dessa exposição foi publicado em 1917 e sintetizava seus principais aspectos:

> A exposição do Prof. Geddes reuniu nas várias salas especiais a Exposição da Cidade Reconstituída. Ela compreendia quantidade de documentos: gráficos, aquarelas, perspectivas, fotografias, que diziam respeito à construção das cidades. Geddes quis ainda apresentar várias conferências que agradaram muito ao público. Sua contribuição à Exposição da Cidade Reconstruída teve muita importância; sua exposição era uma verdadeira escola e foi das mais visitadas.[3] (DUBOIS, 1984, p. 44)

Dessas experiências, começou a ser integrada ao planejamento a ideia do *civic survey*, onde a história da cidade e a evolução urbana assumem um papel muito destacado. Até então era Marcel Poëte quem mais discutia essas questões, e agora o método de Geddes vinha reforçar sua posição.

Geddes, de acordo com Calabi (1997, p. 73), é um personagem que, pelo trato que dá à historiografia da urbanística, muitas vezes é comparado a Poëte, partindo da hipótese que as batalhas apaixonadas que eles conduziram, de parte a parte, dos dois lados do Canal da Mancha, apresentavam algo em comum. O que eles destacaram, particularmente, foi a ideia de que o organismo urbano tem em si uma essência social: a

cidade é, antes de tudo, a comunidade que a habita, uma entidade que compreende estruturas e funções materiais e imateriais. Para a autora, aquilo que Poëte chamou de *ciência da cidade*, que se tornou altamente representativo na França, Geddes (1994) chamou de *civics*, como pioneiro do assunto em nível internacional. A importância de Le Play e seus alunos nos anos de aprendizagem do escocês foram importantes elementos para se estabelecer essa ponte (CALABI, 1997, p. 73), que os aproximou no plano conceitual. As ideias de Geddes e Poëte marcaram definitivamente Cravotto, com a sua metodologia baseada no que ele chamou de "expediente urbano".

O terceiro paradigma da cultura francesa, segundo Dubois (1985), se refere ao urbanismo aplicado, representado pela realização dos inúmeros planos de extensão e organização das cidades. A concepção do plano de ordenamento estava reservada ao urbanista e o trabalho preparatório, acrescido daquele de implantação, necessitavam de vários auxiliares técnicos. Fora do plano e do memorial descritivo, seria necessário juntar um relatório que compreendesse o programa da regulamentação do sistema viário e da regulamentação sanitária, com a chancela da *mairie*. O projeto era em seguida submetido à enquete pública após adoção pelo Conselho Municipal, e logo depois passava pela comissão governamental de organização, para depois chegar ao Ministério do Interior e à Comissão Superior de organização e extensão das cidades e vilas.

O quarto paradigma representava o entendimento do embelezamento das cidades de "águas", que passou a representar então o triunfo da Escola de Belas Artes[4] e dos arquitetos da SFU. Essa valorização da escola aparece nas palavras de Jacques Gréber, em 1920:

> [...] "o enorme sucesso de nossa Ecole des Beaux-Arts, junto aos estudantes americanos cuja educação vem unicamente de Paris". A arquitetura nos Estados Unidos, é a prova da força da expansão da cultura arquitetônica e urbanística francesa, feliz associação de qualidades admiravelmente complementares. (DUBOIS, 1985, p. 48, grifo do autor)

Dubois (1985) cita ainda que Thomas Mawson compartilhava dessa opinião, com relação à boa recepção do urbanismo francês pelos arquitetos ingleses. E que Adshead já sublinhava, em 1910, no prospecto do departamento de Civic Design, de Liverpool, que este estava intimamente ligado à Escola de Arquitetura, e que os estudantes das duas escolas trabalhavam em conjunto, nos mesmos ateliês. O sistema de ensino se baseava, então, naquele da Ecole des Beaux-Arts, de Paris.

A escola alemã, representada por Joseph Stübben, em Berlim, também se envolveu com o Museu Social[5], defendendo suas ideias nos Estados Unidos, no mesmo ano. Mas Stübben questionava como ficaria a responsabilidade por aqueles planos estabelecidos tão cuidadosamente: "quem responde às exigências múltiplas do urbanismo?" Para esta questão, Agache, em 1916, tinha uma resposta, afirmando que, de fato, o urbanismo era uma palavra nova, mas, em todos os tempos, as cidades já tinham sofrido transformações e mesmo, em certos momentos, reorganizaram partes de seu conjunto. Porém, jamais se tinha tido conhecimento da preocupação de procurar se atender com um método a um grande número de necessidades coletivas e, em seguida, extrair as leis que deveriam regulamentar a aglomeração urbana. Para ele, o engenheiro forneceria as soluções lógicas e os arquitetos saberiam ornar a cidade com construções nobres ou pitorescas, mas estaria reservado ao urbanista coordenar todos estes valores dentro de uma concepção de conjunto ou, em outras palavras, fazer um belo plano (Cf. DUBOIS, 1985, p. 48).

Apesar de Gaston Bardet, autor do livro *O urbanismo*, afirmar que o sucesso da Lei Cornudet tivesse sido relativamente pequeno, inúmeras cidades balneárias, climáticas, termais ou turísticas tiveram seus planos de extensão executados em decorrência desta lei, tornando-se assim representantes desse período de entreguerras.

Maxime Leroy, em 1927, afirmava que um novo direito aparecia agora diante dos olhos de todos, em torno dos projetos das fontes termais, dos picos e das montanhas, aqui e lá na mais curiosa variedade, e, segundo Dubois (1985, p. 48), na:

> [...] pujança das cidades da moda, em meio a ilustres paisagens, como Aix, Evian, Vitel e outras, onde as receitas chegavam a 100 mil, 200 mil, 500 mil francos. Que experiência imprevista de municipalismo profissional se desenvolve nas comunas erigidas em centros de beleza e saúde!

Era a fase da difusão do urbanismo, graças à Lei Cornudet, principalmente nas cidades de estação de águas, tão procuradas nesse período.

Torna-se fácil, hoje, reconhecer as origens do pensamento urbanístico a partir do conhecimento dos modelos ingleses mais difundidos, como Bournville e Port-Sunlight, onde as fábricas estavam no lugar dos estabelecimentos termais, e nas teorias de Otto Wagner, expressas em *Die Grozstadt*, a grande cidade para uma pequena cidade termal.

Levantamentos, relatórios, zoneamentos faziam parte dos planos. Além disso, os urbanistas franceses começavam a se deslocar. Entre outros, Forestier e Agache, de 1924 a 1930, vieram para a América Latina: o primeiro para fazer os planos de Buenos Aires e Havana, e Agache para fazer o plano do Rio de Janeiro.

A experiência – Montevidéu e Mendoza, nos anos de 1930 e 1940

O país que Cravotto encontrou no seu retorno ao Uruguai apresentava um cenário de incipiente recuperação, após um período de estagnação econômica. Nas primeiras décadas do século XX, o excedente acumulado nos últimos anos do século XIX até 1913 decrescera, devido à crise financeira internacional e à concomitante diminuição da demanda por produtos primários nos mercados europeus. O volume das exportações, pilar do modelo agroexportador, estancou durante os anos da Primeira Guerra Mundial. Acompanhou essa queda o desenvolvimento industrial uruguaio, uma vez que estava atrelado ao capital primário. Foi somente a partir de 1925 que o setor pecuário pôde recuperar, em parte, os níveis de ganhos financeiros comparáveis aos anos anteriores à crise. Essa recupe-

ração, no entanto, foi breve, já que logo depois sofreu novo estancamento com a crise internacional de 1929. Esse momento foi acompanhado de uma grave crise política, que conduziu à ditadura de Gabriel Terra, entre 1933 e 1938.

O período seguinte, especialmente entre 1945 e 1955, após o término da Segunda Guerra Mundial, caracterizou-se pela recuperação econômica e política. Foram obtidas altas taxas de crescimento na economia, no que se refere à substituição de importações, alcançando seus mais altos valores no século XX, acompanhada pela volta do sistema democrático, em 1942. Durante o governo seguinte, de Luis Batller, aprofundaram-se as práticas democráticas com a implementação de políticas intervencionistas na economia e programas de cunho social. A nova Constituição de 1952 implantou uma estrutura colegiada de nove membros para o Poder Executivo[6].

Foi nesse cenário político e econômico que trabalhou Mauricio Cravotto a partir de seu regresso ao Uruguai. Enfrentou os dissabores do golpe político de Terra com a paralisação de trabalhos contratados, mas também viveu dias melhores com o período seguinte de recuperação democrática, que acompanharam sua maior produção intelectual[7].

Obras arquitetônicas importantes foram erguidas com base em seus projetos, como o Palácio Municipal de Montevidéu, que começou a ser construído em 1936, sendo reconhecido hoje como uma referência urbana[8]. Mas são as suas ideias sobre as técnicas e metodologias sobre planejamento urbano e urbanismo que vão influenciar toda a região e repercutir para além de suas fronteiras.

Em 1921, o arquiteto ingressou na carreira docente, sendo professor adjunto de Joseph Carré (1870-1941), francês, encarregado do curso de Traçados de Cidades e Arquitetura Paisagista e titular do Atelier Livre de projetos de arquitetura paisagista.

A formação de Cravotto o encaminhou para um distanciamento cada vez maior dos ensinamentos do mestre Carré. Este, formado pela Ecole des Beaux-Arts de Paris, foi professor em Montevidéu de 1907 a 1940 e, com sua arquitetura de estilo neoclássico e/ou eclético, foi presença

destacada na formação de gerações de arquitetos uruguaios. Contudo, o I Congresso Pan-Americano de Arquitetos, de 1920, já testemunharia a presença em Montevidéu de dois modelos. Um representado pelo atelier de arquitetura de Monsieur Carré, cujos programas propostos ligavam-se a temáticas exóticas, em contraste a outro grupo de delegados uruguaios que propunham temáticas voltadas à realidade local de cada país. Cravotto, ao retornar, veio reforçar, liderar e consolidar esse processo de renovação, e sua obra pode ser situada no contexto do modernismo, como demonstram suas formulações teóricas. Divulgador das teorias aprendidas com os mestres europeus e norte-americanos, era considerado um anarquista aristocrático e sensível. O Instituto de Urbanismo de Montevidéu, organizado e dirigido por Cravotto, junto à Faculdade de Arquitetura, tornou-se um centro divulgador das ideias das vanguardas modernistas. Compunham o conjunto de referências divulgadas em seus trabalhos urbanísticos e em seus cursos, que projetaram no exterior o prestígio da instituição. Assim, o movimento renovador que já se esboçava na tradicional Escola de Arquitetura Uruguaia, dos anos 20, teve na figura de Cravotto um de seus principais protagonistas[9].

A trajetória profissional do urbanista uruguaio incluía importantes realizações que marcaram suas propostas no campo do urbanismo e do planejamento urbano. Entre elas, cita-se o anteprojeto do Plano Regulador de Montevidéu (1930). Os vastos conhecimentos adquiridos em sua formação europeia permitiram a introdução de uma nova visão do planejamento urbano e de ações de operações de renovação, que marcaram o início de um novo olhar sobre a cidade e a valorização das condições essenciais da vida urbana. Aplicavam-se novas metodologias, conceitos diferenciados de cidade e urbanismo. Em 1930, o novo plano para a capital do país previa uma nova cidade de três milhões de habitantes. A iniciativa de elaboração do anteprojeto partiu de um grupo privado relacionado com a indústria, com o setor bancário e o comércio, bem como com o meio político. Os festejos do centenário de 1930 ensejaram a iniciativa. É Schelotto (1995, p. 31) quem afirma:

> O anteprojeto se situa em um território intermediário entre a proposta ideal e a prefiguração de uma operação urbanística concreta. É neste sentido que opta por uma difícil posição intermediária. Nem olímpico, nem dionisíaco. Nem tributário de uma visão vanguardista e dogmática do racionalismo (que alguém logo chamará de Movimento Moderno), nem adepto da um “pintoresquismo” característico das diversas alternativas que a arquitetura e o urbanismo do entre guerras apresentavam naqueles anos.

O anteprojeto tinha como ponto de partida as condições concretas de uma realidade do momento, isto é, da Montevidéu de 1930, incluindo uma detalhada análise da estrutura urbana e territorial existente e a projeção de suas tendências futuras. O Plano Regulador tornou-se referência para o planejamento da capital por décadas. Em 1956, foi aprovado o primeiro Plano Diretor para a cidade, de acordo com as ideias sugeridas no plano de 1930. A ampliação parcial de sua ideologia e de seus conceitos (o plano nunca será aplicado como pensamento totalizador) modificará para sempre as qualidades da cidade existente.
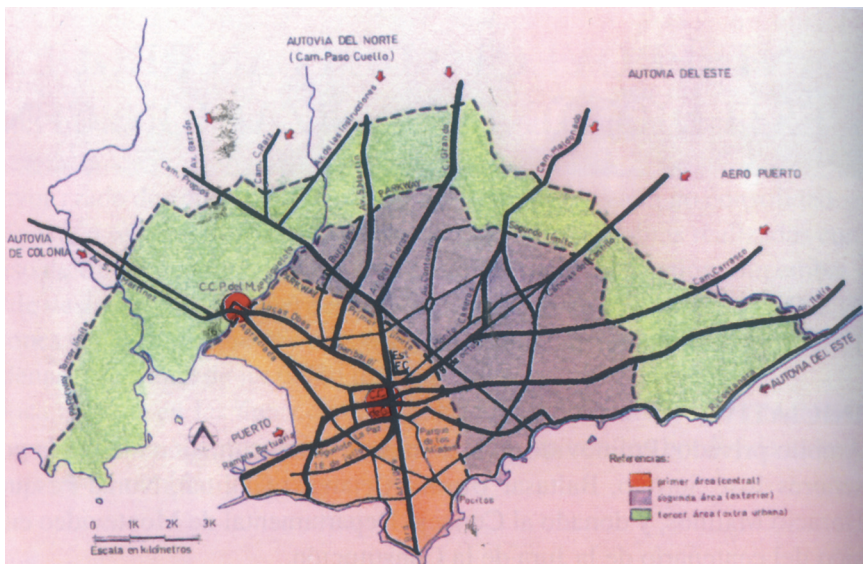
Figura 2 - Anteprojeto de Plano Regulador de Montevideo. Áreas centrais e vias de conexão. Equipe técnica: arquiteto Maurício Cravotto e outros.

Fonte: CARMONA e GÓMEZ (1999. p. 74)

Assim, utilizava-se Cravotto de instrumentos amplamente difundidos em seu tempo de vivência no exterior, como o zoneamento e a unidade de vizinhança, colocados sempre como referidos ao contexto social para o qual se destinassem. Os valores humanísticos que prevaleciam em suas ideias foram sempre ressaltados pelos autores que analisaram sua obra. Essa atitude crítica em torno dos princípios do moderno urbanismo que havia apreendido em sua experiência estrangeira parecia transparecer em suas próprias afirmativas quando dizia, definindo suas posições: "Me apoio em uma parte de ciência que faço funcionar como arte. A planificação é uma tática, é uma técnica, não é ainda uma ciência"[10].

Preconizava, assim, um urbanismo onde os valores culturais e humanísticos predominavam sobre a técnica. A bibliografia de apoio do Curso de Urbanismo que dirigiu, de 1923 a 1952, revela o âmbito de suas ideias sobre a cidade e o urbanismo. Constavam dela autores como Ebenezer Howard, Unwin, Jaussely, Tony Garnier e Mumford, incluindo ainda autores da sociologia, como Simmel, e da geografia humana, como Krebs.

Sua atuação se estendeu a outros países, como a elaboração de um plano para a cidade argentina de Mendoza, realizado em parceria com uma equipe de arquitetos argentinos liderada por Fermín Bereterbide. Fruto de um concurso convocado em 1940, sua formulação deveria abranger um plano regulador, reformador e de extensão que encaminhasse soluções para a expansão da cidade e para o problema gerado pela presença de sistema ferroviário na área central. A elaboração de um pré-plano incorporava-se à metodologia adotada, da qual faziam parte extensos estudos sobre os mais variados aspectos da realidade urbana local, desde estudos sobre a base econômica da província, aspectos financeiros, habitacionais, físico-territoriais, de paisagem e infraestrutura urbana. Potencialidades futuras, como centro de negócios e turismo, avançadas preocupações de ordem política e regional, faziam parte também dos estudos oferecidos à comunidade pelo pré-plano elaborado. Sobre essa etapa, diz Gutiérrez (1995, p. 20):

> A preocupação pela paisagem, a identificação das fontes de riqueza e as potencialidades de Mendoza como capital administrativa e de governo,

como centro turístico, como centro da indústria vitivinícola e como área residencial, se explicitavam em um Pré-Plano que, por sua vez, atacava os aspectos deficitários em matéria de abastecimento de água potável e de irrigação, de saneamento, edilícios e de habitação social. Neste contexto se abordava a proposta para a cidade futura[11].
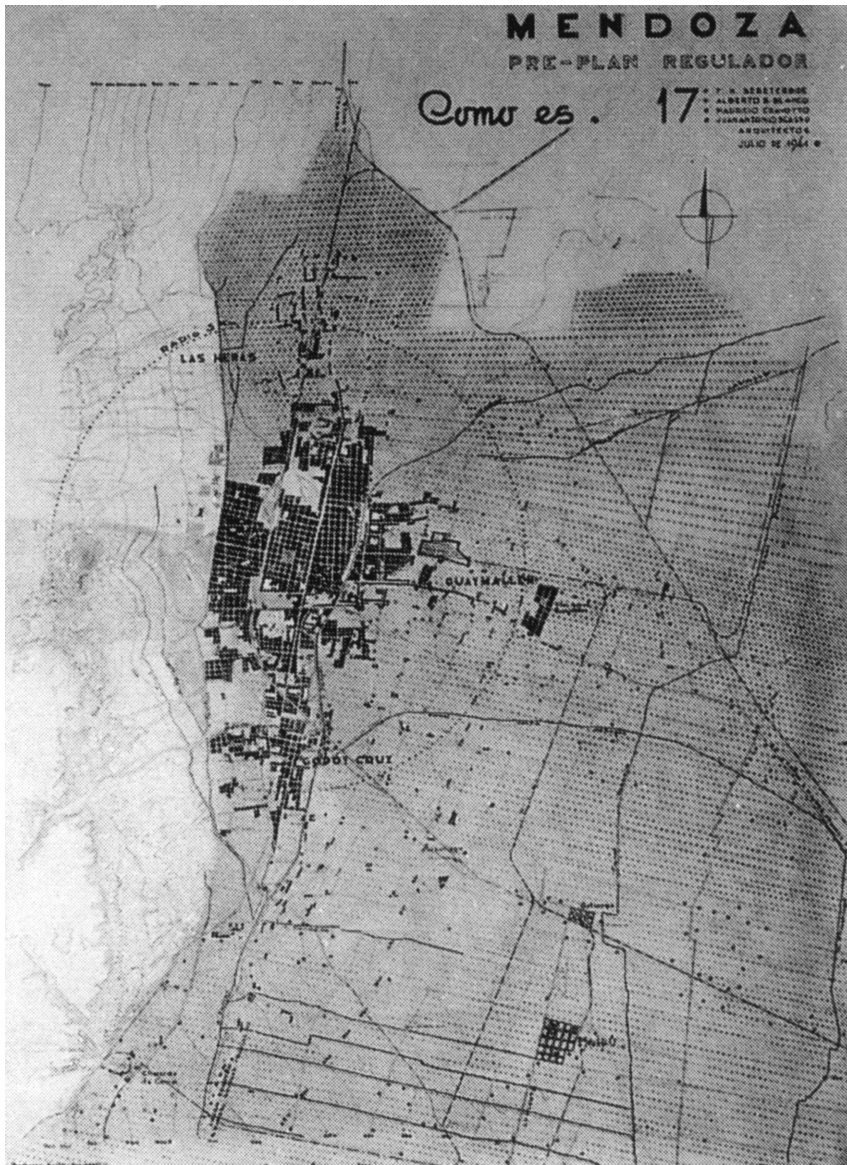
Figura 3 - Plano de Mendoza na situação anterior ao Plano Regulador, 1941.

Fonte: Maurício Cravotto: 1893-1962. Montevideo: Dos Puntos, 1995. Monografias Elarqa. Tomo 2. p. 21
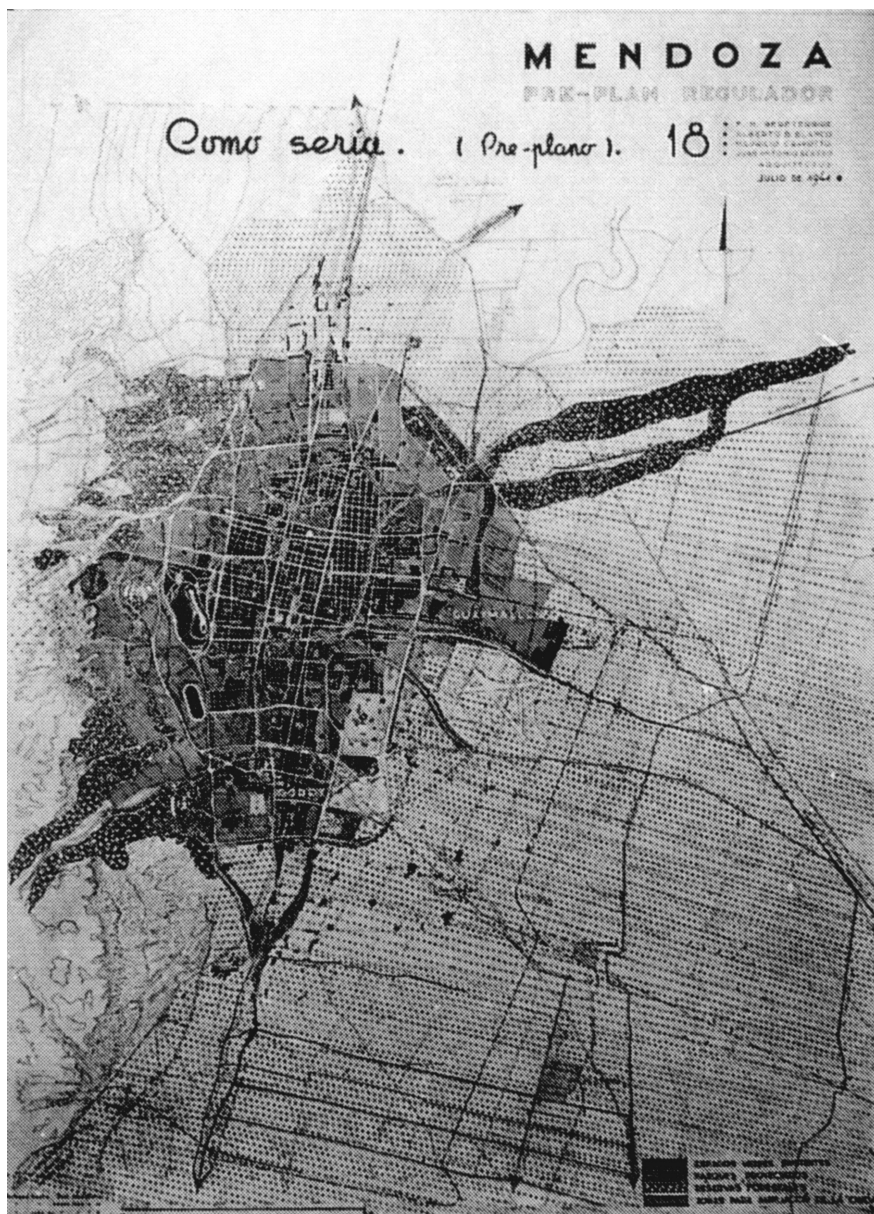
Figura 4 - Situação futura seguindo o Plano Regulador, 1941.

Fonte: Maurício Cravotto: 1893-1962. Montevideo: Dos Puntos, 1995. Monografias Elarqa. Tomo 2. p. 21

A par desta etapa, a equipe dedicou tempo à realização do expediente urbano, que consistia na elaboração detalhada de um conjunto extenso

de informações sobre a realidade local em suas dimensões urbano-territoriais, geográficas, econômicas e políticas. Essa peça fazia parte da estratégia preparatória para a realização do Plano Regulador, que consistia na elaboração final do conjunto de ordenamentos e metas de longo prazo direcionadores do futuro desenvolvimento da cidade. A divulgação e debate público dessas propostas estavam na pauta dos urbanistas que fizeram realizar, em 1942, uma exposição com painéis e maquetes divulgando as propostas contidas no novo plano. E foi nessa oportunidade que Cravotto colocava suas ideias doutrinárias e humanísticas ao explicar o seu trabalho:

> O problema urbanístico é, pois, um problema fundamental de conserto arquitetônico e espacial que não deve esquecer jamais que o primeiro componente é o ser humano, a quem se deve estruturar uma habitação coletiva e um equipamento perfeito para seu trabalho e descanso, seu lazer físico e mental, tão adequados e belos que fomentem a superação de sua razão e de sua sensibilidade[12].

O plano, aprovado e entregue em 15 de novembro de 1942 ao intendente San Martín, não teve sua integral implementação, pelos acontecimentos políticos que se seguiram. Em 1943, com a revolução militar e a ascensão do peronismo ao poder, Bereterbide foi afastado da coordenação do Plano e os contatos entre as equipes argentinas e uruguaias foram interrompidos.

Ultrapassando outras fronteiras

A importância de Cravotto para o urbanismo do sul do continente se evidencia pelas referências encontradas em autores como o norte-americano Francis Violich (1911-2005), professor emérito das disciplinas *City and Regional Planning* e *Landscape Architecture,* na Universidade de Berkeley.

Em 1944, o autor do primeiro livro sobre cidades latino-americanas escreveu sobre a importância dos conhecimentos e da qualidade de estudos

realizados por Cravotto no Uruguai, destacando o papel do Instituto de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, que apresentava trabalho de pesquisa sobre centros urbanos. Sobre o urbanista, dizia o autor:

> Por causa do pouco grau de especialização na América Latina um técnico se dedica freqüentemente a diversos tipos de trabalhos. O planejamento e a arquitetura são assim profissões muito próximas e relacionadas na América Latina, e são praticadas frequentemente pelo mesmo profissional. Os arquitetos e os planejadores formam um grupo cooperativo, visando o benefício mútuo de ambas as profissões. Por exemplo, eu fiquei impressionado com a escala de versatilidade de Mauricio Cravotto, um dos principais planejadores de Montevidéu, Uruguai, que tinha completado as plantas detalhadas para o novo edifício da Prefeitura da cidade, agora em construção, o qual tinha obtido o primeiro lugar no concurso para o projeto. Ao mesmo tempo, Cravotto estava trabalhando como um dos quatro consultores no planejamento da cidade argentina de Mendoza, um estudo muito grande que se compõe de todas as fases – dos aspectos econômicos como do planejamento físico – daquela cidade ocidental de crescimento rápido. No Uruguai, a menor república do continente sul, há proporcionalmente o maior número de tais arquitetos planejadores. O grupo de Montevidéu tem uma compreensão invejável do relacionamento entre arquitetura, planejamento e arquitetura da paisagem. Esses homens empreendem o planejamento e a arquitetura com a mesma competência. (VIOLICH, 1944, p. 159).

A importância que o Instituto de Urbanismo e o curso de arquitetura uruguaio tiveram nesse período foi consequência do trabalho de Cravotto, que projetou no exterior o prestígio da instituição. Estudantes do Paraguai, Argentina, Chile, Brasil, Equador e Filipinas vinham estudar em Montevidéu e, particularmente, aprofundar os estudos urbanos com Mauricio Cravotto, que ministrava cursos em Buenos Aires, Rosário e Porto Alegre e conferências no Rio de Janeiro, sobre urbanismo.

O urbanismo praticado em Porto Alegre na década de 1940 esteve impregnado das ideias do mestre uruguaio. Os engenheiros Edvaldo Pereira Paiva e Ubatuba de Faria foram os elos mais imediatos. No início dos anos 1940, o urbanista Gladosch, que deixava a prefeitura, sugeriu

ao prefeito Loureiro da Silva que enviasse seus técnicos ao exterior para aprimoramento. Mantiveram contato com o Instituto de Urbanismo de Montevidéu e com a Faculdade de Arquitetura da Universidade da República do Uruguai. Em todo o período das décadas de 1940 e 1950, a influência de Cravotto se fez sentir nos planos elaborados para a capital e cidades do Rio Grande do Sul.

Quando Paiva iniciou seus estudos em Montevidéu, o Instituto de Urbanismo e o nome de Cravotto já eram reconhecidos como situados na vanguarda latino-americana. Nesse sentido, o arquiteto argentino Fermín Bereterbide assim se referia ao Instituto, em 1935: "Não pude menos que comparar a obra de vocês com a nossa aqui. Convenci-me de que padecemos com um atraso de dez anos em comparação com vocês, difícil de reparar" (BENETERBIDE, 1995).

Figura 5 - Edvaldo Pereira Paiva, 1956.

Fonte: acervo particular Carlos Maximiliano Fayet

Paiva, ao retornar de Montevidéu, no ano de 1942[13], trazia "uma enorme carga de anotações, apontamentos e conhecimentos" (PAIVA, 1945, p. 101) e um plano de trabalho a ser seguido, logo aprovado pelo prefeito e por seu secretário de obras. Esse plano de trabalho, na verdade, consistia em um procedimento metodológico constituído de cinco partes que previam: a elaboração de um levantamento completo da cidade, que incluía a população, as atividades, os serviços públicos existentes, características do sistema viário, etc.; treinamento de pessoal para a elaboração do plano; preparação do esquema do futuro plano e de sua filosofia; estudo da legislação necessária; e estudo de um novo código de obras.
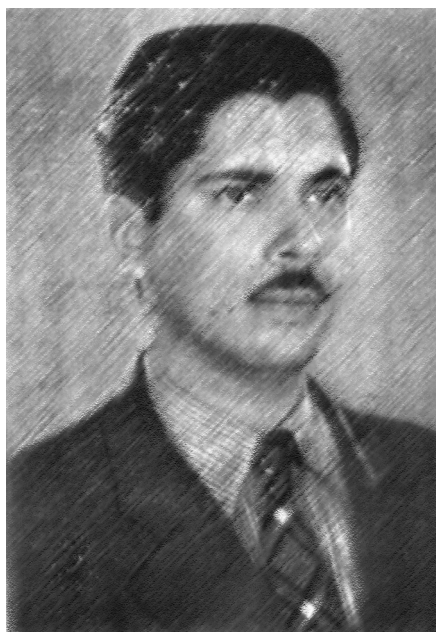
Figura 6 - Luiz Artur Ubatuba de Faria, 1940.

Fonte: Couto, Silva e Schidrowitz. ([19-?], p. 624)

Reconhecia a metodologia preconizada pelo mestre Cravotto como aquela que deveria ser adotada na elaboração do plano para a capital rio-grandense. O pré-plano, o Expediente Urbano e o Plano Regulador constituíram-se nas etapas adotadas na elaboração do plano para Porto Alegre.

A divulgação das propostas, os organismos colegiados, a participação de amplos setores da sociedade no debate e no processo de tomada de decisões também tinham sido colocadas como etapas necessárias na elaboração dos planos urbanísticos. Pelo Decreto nº 279, de 25 de abril de 1942, foram estabelecidas as normas para a execução do Expediente Urbano da cidade, "considerando a necessidade de organizar um serviço de informações que deveria abranger todos os aspectos da vida da cidade".
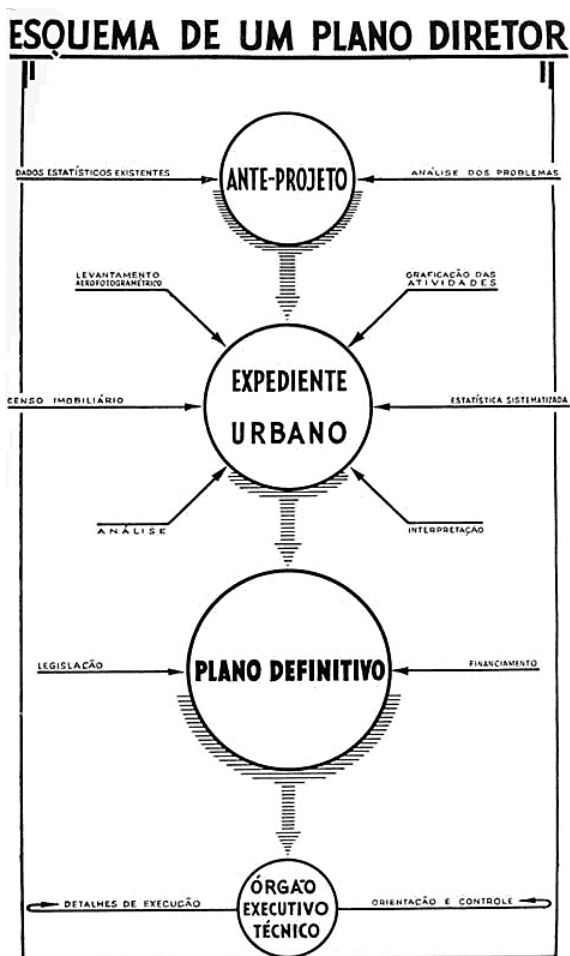
Figura 7 - Esquema de um Plano Diretor: Proposta Metodológica. 1940.

Fonte: SILVA (1943)

Em anexo ao decreto, estavam especificadas todas as peças que necessitariam constar do trabalho, desde o levantamento de dados históricos, físicos, demográficos, infraestruturais das atividades e de sua concentração no espaço até o zoneamento de atividades e altura das construções. O levantamento completo de Porto Alegre foi elaborado sob a denominação de Expediente Urbano de Porto Alegre. Realizado em oito meses, segundo Paiva, com a colaboração de Ivo Jardim, contador e estatístico, "reunindo toda a documentação necessária à elaboração de um livro" (PAIVA, 1942, p. 2). Foi publicado em 1943 e assinado por Edvaldo Paiva, que demonstrava amplo domínio dessa metodologia e de sua aplicação, inclusive destacando ele próprio, na conclusão, ter adotado, com pequenas variantes, o programa preconizado pelo "nosso insigne professor e urbanista Maurício Cravotto" (PAIVA, 1942, p. 3). Foram produzidas 107 figuras, entre mapas e gráficos, e um texto analítico dos dados levantados (PAIVA, 1943).

Assim, a iniciativa do prefeito de ampliar a formação dos técnicos locais no exterior trouxe a Porto Alegre novas luzes à metodologia a ser adotada para a elaboração do futuro plano e permitiram que se institucionalizasse, pela primeira vez, um fórum específico de debates sobre os planos e projetos urbanísticos. Um órgão voltado especificamente à elaboração do Plano Diretor viria a ser organizado, pela primeira vez, dentro da estrutura administrativa municipal, através do Decreto nº 310, de 31 de dezembro de 1943, quando a sessão de cadastro foi transformada em Departamento Municipal de Urbanismo, subordinado diretamente ao prefeito.

A cidade teve de esperar mais 16 anos para ver seu plano diretor ser aprovado. A partir dessa data, cada vez mais se consolidou a ideia de criação de um órgão específico para tratar das questões de elaboração de um plano diretor e a consolidação de estudos urbanísticos. Verifica-se assim que, na década de 1940, o debate girava em torno do urbanismo e do plano como "organizador" do crescimento e da expansão territorial da cidade, sem, entretanto, prescindir da incorporação de amplos estudos socioeconômicos, demográficos e físico-espaciais contidos no Expediente Urbano. O plano deveria incorporar desde a indicação de um programa

de obras de curto prazo até as metas a serem atingidas para a organização do futuro crescimento urbano, como ensinara o mestre Cravotto.

Conclusão

Cravotto foi um nome singular na história da arquitetura e do urbanismo no continente sul-americano, a partir da segunda década do século XX. A construção de uma consciência latino-americana, que começou a se formar a partir da decadência do modelo civilizatório europeu, pós-Primeira Guerra Mundial, tem em Cravotto um nome que representa essa renovação, identificada através de sua obra arquitetônica, mas especialmente de sua contribuição para o desenvolvimento do conhecimento sobre a cidade e o urbanismo. Contatos com nomes como os franceses Léon Jaussely e Marcel Poëte e com as propostas dos urbanistas alemães permitiram que Cravotto se aliasse a um movimento renovador que já se esboçava, em contraponto com a tradicional Escola de Arquitetura Uruguaia, que ainda tinha no modelo Beaux-Arts do século XIX a sua fonte de inspiração e em Joseph Carré, a sua figura principal.

Quando, no início da década de 1940, Paiva chegou ao Uruguai, já era grande a repercussão do nome de Cravotto e do Instituto de Urbanismo nos meios profissionais brasileiros. Nessa data, lá se encontrava estudando outro brasileiro, Demétrio Ribeiro, que obteve seu título de arquiteto nessa ocasião e que, posteriormente, radicado em Porto Alegre, tornou-se referência para toda uma geração pioneira na construção do pensamento da moderna arquitetura e do urbanismo no Rio Grande do Sul. Era Ribeiro quem afirmava, recordando a passagem de Edvaldo Paiva pela Faculdade de Arquitetura de Montevidéu, que "aquele não era meramente um centro de distribuição do saber senão da produção do saber" (GUTIÉRREZ, 1995, p. 17)[14].

Utilizava-se Cravotto de instrumentos amplamente difundidos em seu tempo de vivência no exterior, como o zoneamento do urbanismo francês e a unidade de vizinhança, do urbanismo americano, colocados sempre

como referidos ao contexto social para o qual se destinassem. Os valores humanísticos que prevaleciam em suas ideias foram sempre ressaltados pelos autores analíticos de sua obra. Essa atitude crítica entre os princípios do moderno urbanismo que havia apreendido em sua experiência estrangeira parecia transparecer em suas próprias afirmativas quando dizia, definindo suas posições, que valorizava o fato da planificação não ser exatamente uma ciência, para assim poder tratá-la como arte. Preconizava um urbanismo onde os valores culturais e humanísticos predominavam sobre a técnica.

A divulgação das ideias, os organismos colegiados, a participação de amplos setores da sociedade no debate e no processo de tomada de decisões também tinham sido colocados como etapas necessárias na elaboração de planos urbanísticos. Essas diretrizes foram sendo adotadas na elaboração dos planos que tiveram a orientação reconhecida de Cravotto.

Vale destacar ainda que o urbanismo sul-americano, neste período anterior a Le Corbusier, reflete fortemente as ideias do urbanismo francês. Se, de um lado, foram oportunizados contatos diretos com os urbanistas europeus, como Agache que veio ao Brasil ou Forestier à Argentina e Cuba, muitos foram os urbanistas latino-americanos que viajaram para a Europa, para estudarem ou estagiarem. Assim, se a marca do urbanismo francês emanava diretamente do trabalho de seus urbanistas no exterior, por outro lado, ela foi absorvida pelo contato direto de especialistas com a fonte. Este foi o caso de Cravotto. Ainda assim a originalidade do urbanista uruguaio se faz sentir. Se Agache preconizava, como todos urbanistas da Société Française des Urbanistes, um amplo levantamento e análise das cidades, a proposta do expediente urbano de Cravotto apresentava algumas diferenças de aprofundamento, talvez mais próximas da proposta de Patrick Geddes.

Também cabe dizer que, se na fase de trabalho inicial dos urbanistas gaúchos, Agache, Hénard, Prestes Maia, tiveram sobre eles forte influência, é possível constatar o quanto, nos anos 1942-50, o urbanismo de Cravotto vai marcar de perto o urbanismo do Rio Grande do Sul, tanto pela sua

forma quanto pela sua metodologia. O urbanismo funcionalista de Le Corbusier e sua Carta de Atenas só vão marcar o urbanismo no sul do Brasil a partir dos anos 1950.

Muito da obra do mestre uruguaio, do seu pensamento e dos seus escritos ainda esperam por um desvendamento para se estabelecer a sua real dimensão e importância no cenário latino-americano. É de se apoiar a afirmativa de Gutiérrez a respeito de que a organização da biblioteca e do arquivo de Mauricio Cravotto é uma das tarefas pendentes de maior importância. Este material de notável variedade contém desde desenhos e projetos até uma biblioteca e hemeroteca com as primeiras edições dos pioneiros do Movimento Moderno e dos arquitetos racionalistas. A casa-escritório de Cravotto foi declarada Monumento Histórico Nacional do Uruguai, incluindo seu acervo documental, mas está à espera de uma ajuda decisiva para classificação e informatização para poder, por fim, abrir-se à consulta pública pelos pesquisadores.

Notas

1 Disponível em: <http://www.cedias.org/>. Acesso em: 16 abr. 2009

2 Em 1911, o papel dos técnicos reunidos na citada Societé Française des Urbanistes (SFU) foi decisivo na preparação da primeira lei urbanística sobre l'aménagement, l´embellissement et l´extension des villes, que fora sancionada em 1919 e reformada parcialmente em 1924 (Lei Cornudet). Esta legislação propunha a obrigatoriedade aos municípios de mais de 10 mil habitantes de possuir um Plano Regulador.

3 Ela abrigava as seguintes sessões: 1. Elementos fundamentais da cidade; 2. As cidades na antiguidade; 3. As cidades da Idade Média e da Renascença; 4. A revolução industrial; 5. As grandes capitais; 6. Cidades Jardim; 7. As cidades e as aldeias da Índia; 8. O estudo sistemático de uma cidade; 9. Conclusões baseadas no estudo sobre as cidades – urgência e utilidade prática dos estudos de urbanismo no momento atual; 10. A sociologia municipal, história do urbanismo, a poligrafia e a politologia; 11. Os males da cidade: sua origem, seus remédios – necessidade de coordenar em uma instância superior todos os esforços dos especialistas.

4 A Ecole des Beaux-Arts foi fundada em 1819 como Escola Real e sua seção de Arquitetura provinha da antiga Academia Real (1671-1793), abolida pela

Revolução Francesa. Entre 1795 e 1799, funcionou como Escola Especial de Arquitetura, depois como Escola Imperial de Napoleão (1807-1814). Em 1870, modificou-se para Escola Nacional Superior de Belas Artes. Seus textos básicos (Guadet, Barberot, Cloquet, Gromort, Gutton), marcados pela evolução do academicismo classicista ao ecletismo, impuseram um repertório formal que transformou a paisagem urbana de muitas cidades (Ver GUTIERREZ, 2007).

5 Anais do Museu Social, nº 14, de 1914.

6 Desse período progressista, seguiu-se um período de estancamento econômico. Os partidos políticos tradicionais se dividiram, enquanto a esquerda organizada se uniu na Frente Ampla. O movimento social de esquerda denominado Tupamaros foi fortemente reprimido, culminando com o golpe de Estado que as Forças Armadas protagonizaram em 1971. Disponível em: <HTTP://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/uruguai/historia-do-uruguai-3.php>. Acesso em: 18 maio 2009.

7 Os anos vividos por Cravotto (1893-1962) não anteciparam, certamente, a progressiva queda na economia e o crescente agravamento dos problemas sociais que hoje vive o país.

8 Fruto de um concurso nacional vencido por Cravotto em 1929, o Palácio Municipal se destaca como um importante marco na escala urbana, constituindo-se em um monumento de destaque na paisagem da cidade.

9 A Faculdade de Arquitetura da Universidade da República do Uruguai, depois de sua fundação em 1915, adotou o modelo da Ecole des Beaux-Arts de Paris com o eixo do ateliê de projetos arquitetônicos centrado em variados enfoques, desde a composição decorativa à grande composição paisagística, como âmbito privilegiado do processo de ensino – aprendizagem. O Plano de Estudos de 1952 introduziu o que se denominou de "ateliê vertical" de projetos de arquitetura. Esta prática tem suas raízes no âmbito nacional com a prematura contratação em 1907 pelo governo uruguaio de Joseph Pierre Carré, tendo o professor como a figura de referência fundamental na formação profissional.

10 Discurso de Maurício Cravotto em Buenos Aires, em 10 de novembro de 1942 (Monografias ELARQA, p. 22, 1995. p. 22).

11 GUTIÉRREZ, Ramón. In: Monografias ELARQA, 1995, p. 20.

12 Discurso de Maurício Cravotto em Buenos Aires em 10 de novembro de 1942. In: Monografias ELARQA, op. cit. p. 22 .

13 Em maio de 1941, Paiva frequentou os cursos teóricos do arquiteto e urbanista Mauricio Cravotto (Ver em ROVATTI, 2001, p. 61).

14 GUTIÉRREZ, Ramón. In: Monografías ELARQA, 1995, op. cit. p. 17.

Referências

BENETERBIDE, Fermín. Carta a Cravotto (18 de maio de 1937). *Monografias ELARQA*, Montevidéu: Editorial Dos Puntos, 1995.

CALABI, Donatella. *Marcel Poëte et le Paris des années vingt*: aux origines de l'histoire des villes. Paris: Harmattan, 1997.

CARMONA, Liliana; GÓMEZ, Maria Julia. *Montevideo: processo planificador y crescimientos.* Montevidéu: Faculdad de Arquitectura, 1999.

COUTO, Álvaro; SILVA, Morency de Couto e; SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo (Org.). *Porto Alegre, uma biografia de uma cidade.* Porto Alegre: Tipografia do Centro, [19-?].

DUBOIS, Philipe. Vingt ans d'urbanisme appliqué. In: GRENIER, Lise (Dir.). *Villes d'eaux en France*, Paris: IFA, 1985.

GEDDES, Patrick. *Cidades em evolução*. Campinas: Papirus,1994.

GUTIÉRREZ, Ramón. Los inicios del urbanismo em la Argentina: parte 1 – el aporte francés. *Vitruvius, arquitextos,* Buenos Aires, v. 87, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq087/arq087_01.asp>. Acesso em: 27 maio 2009.

PAIVA, Edvaldo Pereira. *Expediente urbano de Porto Alegre.* Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1942. Organizado e publicado quando prefeito José Loureiro da Silva, sendo diretor geral de Obras e Viação, Paulo de Aragão Bozano, Mimeo.

______.; FARIAS, A. Ubatuba de. *Uma contribuição à urbanização de Porto Alegre*. Porto Alegre: 1938. Mimeo.

_______. *Impressões de um curso de urbanismo.* In: Revista de Engenharia do RGS (2), setembro, 1945, p. 101-103.

ROVATI, João Farias. *La modernité et ailleurs:* Ordre et Progres dans l'urbanisme d'Edvaldo Pereira Paiva (1911-1981). 2001. Tese (Doutorado em Projeto Arquitetônico e Urbanístico) - Universidade de Paris VIII, França, 2001.

SCHELOTTO, Salvador. El anteprojeto del Plan Regulador de Montevidéo. Uma mirada desde los 90. *Monografias ELARQA*, Montevidéu: Editorial Dos Puntos, 1995.

SILVA, Loureiro da. *Um plano de urbanização*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1943.

VIOLICH, Francis. *Cities of Latin América*: housing and planning to the south. New York: Renhold Publishing Corporation, 1944.

A construção do Peru pelos peruanos[1]: a experiência urbanística em Lima, 1919-1963

José Carlos Huapaya Espinoza

Introdução

A gênese da expansão urbana da cidade de Lima, ao menos simbolicamente, pode ser datada de 1868, momento em que se dá início aos trabalhos de demolição das antigas muralhas que limitavam seu núcleo inicial. De fato, até então, a jovem república peruana tinha iniciado uma série de obras públicas[2] que se localizavam, na sua grande maioria, ainda na área intramuros[3]. Durante o mandato do presidente José Balta, o engenheiro francês Luis Sadá foi encarregado, em 1872, da elaboração do que pode ser considerado o primeiro plano regulador para a capital (BROMLEY; BARBAGELATA, 1945, p. 87). As recomendações presentes no plano apontavam o crescimento sul da cidade, a criação da Avenida Circunvalación (ocupando o espaço deixado livre pela derrubada das muralhas), o alargamento de ruas existentes, a abertura de novas vias, o deslocamento do centro governamental para uma área extramuros e alguns traçados para bairros novos. No mesmo ano, eram inaugurados, dentro dos limites dessa área de expansão, o Palacio e o Parque de la Exposición[4], obras de influência francesa, que, com um total de 184 mil

metros quadrados, constituíram-se no maior espaço público destinado ao lazer e à contemplação na cidade[5].

Na virada do século XIX, a população de Lima passa de 103.956 habitantes, em 1891[6], para 130.289 habitantes, em 1903[7]. Num clima de contínuo crescimento populacional, começam os trabalhos de construção da Compañia Urbana La Victoria, para o novo bairro La Victoria, concebido a partir de um traçado caracterizado por ruas largas, com uma quadrícula homogênea e serviços[8]. Barbagelata considera que, por causa da sua envergadura, esse bairro constitui-se como o primeiro avanço de magnitude considerável localizado em área próxima às antigas muralhas.

Começam então a serem ocupadas áreas "livres" em duas direções a partir do núcleo inicial: em direção aos balneários do sul (Chorrillos, Miraflores) e ao Puerto del Callao. Esse fato foi facilitado, inicialmente, pela presença do sistema férreo e, depois, pela abertura de novas vias, como a Avenida Leguia. A proposta da Avenida Circunvalación não foi concretizada; porém, no seu lugar, foram traçadas as Avenidas Grau e Alfonso Ugarte e, posteriormente, a Avenida Nueve de Diciembre, conectando as duas primeiras. As três vias foram projetadas como grandes alamedas arborizadas e, por causa de sua largura, partes de alguns prédios tiveram de ser demolidos. É possível que a influência de modelos urbanos franceses tenha atravessado o Atlântico com uma onda de especialistas europeus (engenheiros e arquitetos) contratados pelo Estado peruano que tinha como objetivo impulsionar as políticas viárias e de irrigação no país. Dentre esses profissionais, podemos destacar os casos do já mencionado Luis Sadá e de seus compatriotas Antonio Maria Dupard, Emilio Chevalier, Carlos Farragut e Claudio Sahud; dos poloneses Ernest Malinowski Farroquet, Eduardo de Habich e Ricardo de Jaxa Malachowski, entre outros[9]. Provavelmente, as ideias trazidas por eles influíram na sugestão do presidente Nicolás de Piérola quando da construção da sua Avenida Central (1899)[10], proposta que previa a demolição de vários quarteirões da cidade para criar uma via de ligação da área central com as novas vias de expansão que iam se criando[11]. Essa influência haussmaniana também

esteve presente na configuração do novo sistema de vias concebido a partir de avenidas retas com perspectivas monumentais que confluíam em uma praça circular onde foram inseridas, gradativamente, monumentos cívicos como os de heróis da independência peruana ou comemorativos do 1º Centenário da Independência, sendo exemplos disso as Praças Dós de Mayo (1874) e Bolognesi (1905).

A influência europeia em Lima, e em especial a francesa, estava presente também no meio acadêmico. Exemplo disso podia ser constatado no ensino do Colegio de Medicina (1808) e na então recém-criada Escuela de Ingenieros[12] (1876). Esta última teve como seu primeiro diretor Eduardo de Habich, que adotou o modelo de ensino da Ecole Nationale des Ponts et Chaussées de Paris, onde ele tinha se formado. Ainda em 1909, 95% da bibliografia utilizada era francesa, razão pela qual teve que ser implantado o curso de idioma francês no currículo escolar[13].

Com o início do novo século, tornaram-se evidentes vários problemas referentes à saúde pública. Em 1903, foi detectado o primeiro foco de peste bubônica e tudo apontava para o agravamento dos problemas de ordem sanitária. As primeiras experiências para a canalização do esgoto da cidade tiveram início em 1859, porém as obras foram executadas em ritmo lento. O então prefeito de Lima, Federico Elguera, contratou, em 1902, o engenheiro sanitarista David William Ross para elaborar um estudo de saneamento para a cidade[14], tendo sido criado, no ano seguinte, o Instituto de Higiene e, dois anos depois, o Desinfectorio Municipal de Tajamar.

Os problemas da saúde pública e da moradia tornaram-se cada vez mais graves. Alberto Alexander aponta que, ao final da década de 1920, a crise da falta de habitação tornou-se evidente[15]. Segundo ele, o início da Primeira Guerra Mundial possibilitou o aumento das exportações peruanas (fato que permitiu arcar com os custos das obras públicas), mas, por outro lado, isso fez com que os materiais de construção tivessem seu preço elevado, resultando, consequentemente, no aumento do valor da propriedade privada e, por fim, no aumento desproporcional da área construída

(habilitada para habitação) em relação à população (ALEXANDER, 1922, p. 26-27). Alexander aponta ainda que esse período foi marcado por uma imigração de peruanos vindos das cidades de Tacna, Arica e Tarapacá em decorrência da guerra com o Chile, assim como pela chegada na capital de pessoas oriundas de outras cidades e de estrangeiros devido à proximidade das festas do Centenario de la Independencia (ALEXANDER, 1922, p. 28). Isso deu origem à formação de tugúrios na área central da cidade e, com isso, a precariedade dos serviços nela instalados. Cabe ainda destacar que até então não existia nenhuma regulamentação que guiasse e exigisse dos urbanizadores a instalação de serviços básicos. Isso somente aconteceria com a *Ordenanza Municipal* de 21 de julho de 1915, que delegava aos urbanizadores a pavimentação das ruas, o fornecimento de água, esgoto, energia etc., para poder obter a autorização de venda dos terrenos urbanizados.

Se a habitação na área central e nas proximidades apresentava essa problemática, por outro lado, a área de expansão da cidade em torno da Avenida Leguia (1920), em direção ao sul, apresentava um novo parcelamento e uma nova tipologia na cidade, influenciada pelas teorias do movimento *Garden City*, e constituído por palacetes e *chalets* onde os temas de higiene, ornamentação, iluminação, arejamento e jardinagem tornaram-se centrais, como nos casos de Orrantia, Miraflores e San Isidro. Nesse momento, já tinham sido elaborados vários estudos sobre a qualidade da habitação popular e operária, como os de Pedro Paulet sobre os *Barrios obreros* (1912) e os já mencionados estudos de Alberto Alexander sobre a *Crisis de la habitación en Lima* (1922).

A incursão dos profissionais peruanos nos problemas urbanos

O período entre 1919 e 1930 é conhecido como o *Oncenio de Leguia*. Durante o mandato do presidente Augusto B. Leguia, tiveram lugar as

comemorações do centenário de independência do país. Estimava-se que o total da população da capital chegasse naquele momento a 173.007 habitantes, espalhados em uma área de 1.426 hectares[16]. A gestão de Leguia foi marcada pela aproximação com os EUA, que resultou em uma série de empréstimos bancários que esse país concedeu ao governo peruano. Isso também possibilitou a contratação e presença, em diversos setores, de profissionais, instituições e empresas norte-americanas no país, a exemplo da The Foundation Company, contratada para realizar trabalhos de pavimentação de ruas (1920) e obras de canalização e rede de esgotos (1923-1929) na capital peruana (Cf. BROMLEY; BARBAGELATA, 1945, p. 95); da abertura de uma agência do National City Bank, de Nova York (1920); e da criação da Northern Peru Mining and Smelting Co. pela American Smelting and Refining Co. (1921) (LECAROS, 1980, p. 64-66), juntando-se às já estabelecidas Cerro de Pasco Copper Corporation (1901), American Vandium Company (1907) e International Petroleum Company (1913).

Hector Velarde aponta a desordem que se estabeleceu na arquitetura peruana nos primeiros quinze anos do século passado – o que pode ser extensivo também ao urbanismo:

> [...] verdadero y fecundo desorden constructivo que llegó, por un lado, a las más absurdas interpretaciones y caprichos arquitectónicos y, por outro, a las raíces mismas de la arquitectura tradicional del pais. (VELARDE, 1946, p. 165-166)

Ainda segundo Velarde, a abertura do Canal do Panamá, em 1914, possibilitou a acumulação de novos elementos e possibilidades materiais e experiências estéticas, em especial a utilização do concreto armado. Após esse período, é possível verificar a prevalência de uma forte atuação de profissionais estrangeiros, tanto no campo da arquitetura quanto no do urbanismo, realizando obras importantes, especialmente na capital; embora também se notasse uma presença cada vez maior de estudos e propostas de profissionais peruanos, como as do engenheiro Alberto Alexander e dos

arquitetos Emilio Harth-Terré e Rafael Marquina y Bueno. Isto pode ser identificado nos diversos projetos que o presidente Leguia encomendou como parte das comemorações do centenário da independência, como uma série de intervenções de embelezamento em diversos espaços públicos; a inauguração de novas praças, como a San Martin (1921), projeto do arquiteto e escultor espanhol Piqueras Cotolí; o Parque de la Reserva (1926-1929), projeto do arquiteto francês Claudio Sahud; a abertura de novas vias, como a Avenida del Progreso (1924) e a Avenida Alfonso Ugarte (1928); a construção e/ou reconstrução de edifícios públicos como o Palacio de Gobierno (1924), do arquiteto Claudio Sahut; o Palacio Arzobispal (1924), do arquiteto Ricardo Malachowski; e o Puericultorio Pérez Araníbar (1929), do arquiteto Rafael Marquina[17], dentre outros.

Figura 1 – Plaza Mayor de Lima, em destaque o Palacio Arzobispal.

Fonte: Menchaca (1964)

No final da década de 1930, Alberto Alexander foi uma figura chave para o desenvolvimento da cidade de Lima. Em 1920, o governo de Leguia elabora a *Ley* nº 4126, que facultava ao poder executivo a contratação e execução de obras de saneamento em várias cidades peruanas. Alexander, que vinha trabalhando nesse setor, assume a diretoria da recém-criada Inspección Técnica de Urbanizaciones y Construcciones do Ministerio de Fomento, em 1924. No mesmo ano, sob sua direção, foi elaborado o Reglamento de Urbanizaciones e, três anos mais tarde, realizado o Catastro de la propriedad inmueble da cidade de Lima, instrumentos decisivos para os futuros estudos urbanos da capital (EL ARQUITECTO PERUANO, 1944a, 1944b). Isso lhe possibilitou atuação como conferencista e incursão no meio acadêmico como professor dos cursos de urbanismo na Escuela de Ingenieros, em 1937, e de engenharia sanitária na Facultad de Medicina e na Escuela Militar de Chorrillos, além da publicação de livros que circulavam no meio profissional[18].

A vasta obra bibliográfica de outro profissional peruano, o arquiteto Emilio Harth-Terré, também destaca-se nessas décadas. Harth-Terré tinha se formado em 1921, em engenharia civil, na Escuela de Ingenieros, e, em 1924, obteve o diploma de arquiteto, no mesmo ano em que foi nomeado chefe da Sección de Estética Urbana do Ministério de Fomento. Podemos destacar alguns de seus livros que tiveram grande importância no meio acadêmico: *Estética urbana: notas sobre su necesária utilización en Lima* (1927), *Definiciones y concepto de urbanismo* (1931), *Orientaciones urbanas* (1931) e *Proyecto de reforma y ampliación de la enseñanza de la arquitectura en la Escuela de Ingenieros*, publicado em 1930, justamente um ano antes de se produzir a greve dos estudantes desse centro de estudos, que durou até abril de 1933, na qual se reivindicava a reforma do ensino, alegando que aquilo que estava sendo ministrado nos cursos não guardava relação com o que vinha sendo ensinado no estrangeiro, em especial nos EUA. Após sua reabertura, a Escuela de Ingenieros, adotando o modelo norte-americano de ensino, teve seu estatuto, regulamentos e planos de estudos modificados, tornando-se obrigatório o curso de língua inglesa, já que a bibliografia básica era norte-americana (VALENCIA, 2000, p. 135).

O problema da habitação em Lima até as primeiras décadas do século XX havia sido resolvido fora do governo peruano sem maiores complicações (DORICH, 1997, p. 40). A crise mundial de 1929 afetou de forma crucial a indústria de construção no Peru. As críticas e estudos sobre a situação da moradia operária que vinha se agravando desde o início do século encontrariam, finalmente, eco e resposta efetiva pelo poder executivo, em 1936, com a *Ley* nº 8487, que criava o Servicio de Inspecciones de la Vivienda Obrera dentro da Dirección de Previsión Social do Ministerio de Salud Pública, Trabajo y Previsión Social, cuja função era a de inspecionar a situação das moradias onde residiam os operários e suas famílias. No mesmo ano, através do Ministerio de Fomento y Obras Públicas, iniciaram-se as construções dos primeiros bairros operários (*barrios obreros*) de La Victoria e Rimac, localizados nas áreas periféricas da cidade[19].

Figura 2 – 1° Barrio Obrero em Lima, projetado pelo arquiteto Alfredo Dammert.

Fonte: EL ARQUITECTO PERUANO, n.26, a.III, set. 1939b.

Ao iniciar-se a década de 1930, Lima contava com 332.118 habitantes – em uma década tinha quase que dobrado a sua população –, sendo evidente a necessidade da atuação de especialistas para solucionarem os problemas de ordem técnica daí decorrentes (DORICH, 1997, p. 65). Profissionais como Emilio Harth-Terré, Alberto Alexander, Augusto Benavides, Alberto Jochamovitz, Carlos Montero Bernales, entre outros, vinham trabalhando na temática urbana de forma pontual e/ou desenvolvendo propostas urbanísticas como solução dos problemas que iam se apresentando na capital. As teorias vindas dos EUA e da Europa sobre o urbanismo e, em especial, sua utilização como instrumento direcionador do crescimento das cidades, além da sua importância para o desenvolvimento econômico e social, despertavam cada vez mais atenção, tornando-se alvo de reflexão no país. Nesse sentido, papel importante de divulgação dessas experiências teve a revista *El Arquitecto Peruano*, criada por Fernando Belaúnde Terry[20].

Belaúnde Terry havia nascido no seio de uma tradicional família *limeña* vinculada à política. Ainda criança, sua família exilou-se na França, durante o governo de Augusto B. Leguia, e lá ele fez seus estudos primários. No final dos anos 1920, viajou aos EUA, onde concluiu o cursou de arquitetura na Universidade do Texas. Na época, seu pai desempenhava o cargo de Embaixador do Peru no México; assim, Belaúnde iniciou uma rápida atuação profissional naquele país, fato que lhe proporcionou um contato direto com as ideias ainda latentes da Revolução Mexicana. Em 1936, já arquiteto, Belaúnde chegou em Lima e deparou-se com uma realidade profissional que talvez ele não conhecesse. Existiam poucos arquitetos formados e estes tinham realizado estudos também no exterior, e o campo profissional estava predominantemente tomado pelos engenheiros civis ou pelos engenheiros-construtores. Frente a esse panorama e com espírito desafiador e ideias visionárias, Belaúnde decidiu iniciar uma série de ações: reunir e organizar esses arquitetos na futura Sociedad de Arquitectos del Peru, criada no mesmo ano da sua chegada ao país e da qual foi seu primeiro secretário; consolidar e instituir o curso de arquitetura na Escuela

de Ingenieros; e criar, em 1937, a revista *El Arquitecto Peruano*, que serviu como meio de divulgação do seu pensamento. Seu posterior envolvimento político o levaria a ocupar a presidência do Peru na década de 1960[21].

Os primeiros números de *El Arquitecto Peruano* caracterizam-se por um conteúdo ainda "híbrido", misturando artigos com temáticas historicistas e modernas; aos poucos, porém, as últimas passaram a ganhar maior destaque (CHIRINOS, 2000, p. 106-107). A revista serviu como veículo de divulgação das experiências em arquitetura e urbanismo local e nacional, mas também se constitui no principal meio de difusão no Peru das experiências internacionais em arquitetura, urbanismo e engenharia.

El Arquitecto Peruano surge em um momento de apogeu da indústria da construção por causa das novas urbanizações que iam se constituindo. Os primeiros números da revista vão tentar confirmar esse panorama através de artigos que corroboravam, baseados em estatísticas, como aumentava a venda de loteamentos e alertavam para a pouca quantidade de arquitetos existentes na capital. Aos poucos, começaram a ser publicados artigos que apontavam a preocupação em criar uma regulamentação da profissão do arquiteto diferente da dos engenheiros. As críticas à falta de um curso específico de arquitetura e o fato de os engenheiros civis terem o mesmo direito de assinarem projetos arquitetônicos foram constantes, bem como o tema da situação da moradia popular começou a ganhar destaque a partir de publicações sobre a construção dos bairros operários. A revista deu espaço a artigos de profissionais estrangeiros e nacionais e também publicou vários artigos extraídos de revistas internacionais norte-americanas, europeias e latino-americanas, em especial dos EUA, França, Argentina, Brasil e Chile. Esses artigos tinham a finalidade de criar paralelos com a discussão desenvolvida sobre o urbanismo, seus avanços, propostas, possibilidades e vantagens para as cidades. Além disso, mostrava um panorama sobre quem vinha atuando nesse sentido naqueles países, como, por exemplo, o artigo *El símbolo del urbanismo,* publicado em novembro de 1937[22], escrito pelo urbanista argentino Carlos M. della Paolera, no qual apresentava a base teórica do Plano de Urbanização de Buenos Aires.

As viagens que Belaúnde realizou por vários países da América do Sul afiançaram sua aproximação com profissionais que desempenhavam em seus países um papel importante em matéria urbana e planejamento, como o próprio Carlos M. Della Paolera e José M. F. Pastor. Os artigos publicados até o início da década de 1940 pelos profissionais peruanos em *El Arquitecto Peruano* mostram claramente como eles vinham acompanhando, em especial, as experiências urbanas latino-americanas.

Todo esse cenário urbano que vinha sendo criado através das páginas de *El Arquitecto Peruano* tinha como finalidade alertar e conscientizar os administradores da cidade sobre a necessidade de um plano regulador para a capital. O fruto desse debate aconteceu com a promulgação da *Ley* nº 8682 de 23 de junho de 1938, que criava o Consejo Nacional de Urbanismo del Perú (CNU), encarregado de zelar pela aplicação, em todas as cidades do país, dos preceitos "modernos de urbanismo" em três aspectos essenciais: circulação, higiene e estética (CERNA, 1953, p. 27), além de elaborar planos de melhoramentos e expansão urbana.

A situação internacional originada pela Segunda Guerra Mundial e a aproximação com os Aliados marcaram de forma decisiva o curso da concretização e pensamento sobre urbanismo e planejamento urbano no Peru; no entanto, outro fato de relativa importância aconteceu em 1941, quando o país entra em guerra limítrofe com o Equador[23]. Esse último evento surgiu devido a interesses relacionados ao apoio econômico que os EUA davam aos países latino-americanos, como consequência do contexto mundial e por uma redescoberta da região amazônica desses dois países sul-americanos como fonte de matéria prima.

Por outro lado, o terremoto no Chile, que devastou as cidades de Chillán e Concepción em 1939, noticiado em *El Arquitecto Peruano* (LAS ENSEÑANZAS..., 1939), alertava sobre a necessidade de elaboração de um *Código de construcción* para Lima e sobre seu plano piloto que ainda não havia sido elaborado pelo CNU. No ano seguinte, um sismo na capital peruana de magnitude considerável devastou algumas zonas da cidade e, em especial, El Callao e Chorrillos[24]. Imediatamente, foram

elaborados os planos pilotos respectivos pelo Ministerio de Fomento, através de sua Intendencia General de Urbanismo. Inicia-se então, efetivamente, a elaboração desse tipo de projeto para várias cidades do Peru, além de uma série de pesquisas que tinham como temas principais o problema da expansão da cidade, a situação da habitação em Lima – temas ainda recorrentes – e a retomada da necessidade do Plano Piloto para a capital[25].

Nesse mesmo ano, em 1940, em Montevidéu, no Uruguai, a capital peruana foi escolhida para sediar o VI Congresso Pan-Americano de Arquitetos que, por causa da conjuntura mundial, só aconteceria sete anos depois. A situação profissional pela qual passavam os arquitetos, à época, estava em sintonia com a ideologia desses congressos (Ver: GOMES; ESPINOZA, 2008). As matérias publicadas em *El Arquitecto Peruano* mostram ainda a preocupação com a regulamentação profissional e com a necessidade de dissociar a profissão de arquiteto da de engenheiro. Criticava-se a possibilidade destes últimos exercerem a profissão dos primeiros cursando unicamente mais um ano de estudos, bem como era posto em debate o fato de profissionais estrangeiros serem contratados pelo governo ou exercerem sua profissão no país sem nenhum tipo de controle.

Como consequência da Segunda Guerra, o Peru começou a perder paulatinamente o contato com os países europeus, em especial com a França e a Alemanha. Os EUA, dentro da sua "política da boa vizinhança", que tinha como fundo interesses bem conhecidos, valeram-se do estímulo ao progresso técnico dos países latino-americanos como um de seus principais instrumentos de ação (VALENCIA, 2000, p. 136). Assim, o governo norte-americano enviou profissionais e técnicos a vários países do continente e concedeu bolsas de estudo a estudantes recém-formados por instituições de ensino, ou mesmo outorgou viagens de tipo técnico a renomados profissionais. No caso peruano, podemos lembrar as aproximações de Paul Lester Wiener[26] com os profissionais locais e, também, o caso de Enrique Laroza, diretor da Escuela de Ingenieros, entre 1933 e 1942, convidado pelo governo norte-americano para visitar as principais universidades daquele

país (VALENCIA, 2000, p. 137). Podemos ainda mencionar os dois curtas-metragens[27] sobre Lima realizados pelo Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, produzidos por Julien Bryam, que mostravam, no primeiro, imagens e comentários sobre o progresso de Lima, destacando a construção de diversos edifícios públicos e administrativos, e, no segundo, questões culturais das famílias *limeñas*.

A institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano em Lima

Em setembro de 1944, a partir da iniciativa privada e organizado por Luis Dorich, Luis Ortiz de Zevallos, Carlos Morales Machiavello e Fernando Belaúnde Terry, foi criado o Instituto de Urbanismo del Perú (IUP). Essa instituição de ensino estava direcionada aos graduados em engenharia e arquitetura e tinha no seu corpo docente destacados profissionais, como Alberto Arca Parró, Luiz Ortiz de Zevallos, Julio C. Tello, Luis Dorich, Alberto Jochamowitz e Augusto Benavides, entre outros. O IUP organizou a visita de profissionais estrangeiros a Lima e possibilitou estudos de pós-graduação no exterior aos seus estudantes e aos seus próprios professores, em especial nos EUA. No ano seguinte à criação do Instituto, Richard Neutra visitou o país e Paul Lester Wiener aí realizou algumas conferências[28], fato que lhe possibilitou futuros trabalhos no país. Nesse mesmo ano, Fernando Belaúnde Terry tornou-se deputado por Lima.

Os profissionais que concluíam seus estudos no IUP, paulatinamente, iam assumindo cargos importantes na administração municipal e nacional e, com Belaúnde como representante no poder legislativo, foi possível a criação da Corporación Nacional de la Vivienda, através da Ley nº 10359 de 5 de outubro de 1946, com o caráter de entidade autônoma e com a finalidade de melhorar as condições da habitação no país, atendendo aspectos higiênicos, técnicos, econômicos e sociais. Sua obra mais emblemática foi a Unidad Vecinal N° 3 (UV3)[29], projetada no mesmo ano; e a formação do Consejo Nacional de Urbanismo, integrado por

representantes nacionais, em 26 de novembro de 1946, que deu origem à Ley nº 10723, que criava a Oficina Nacional de Planeamiento y Urbanismo (ONPU), encarregada da coordenação e direção dos trabalhos urbanísticos das repartições técnicas do governo e municípios. Pouco tempo depois, a ONPU, juntamente com a Corporación Peruana de Santa (CPS), encarregaram o escritório Town Planning Associates (TPA), liderado por José Luis Sert e Paul Lester Wiener, da elaboração do projeto urbano para Chimbote[30], cidade localizada ao norte do Peru. Sert concebeu essa proposta a partir dos princípios da cidade funcional; porém, a sua aproximação com a realidade econômica e social peruana, tão diferente da realidade norte-americana e europeia, fez com que ele incorporasse aspectos relativos à paisagem natural, cultural e tradicional do lugar, além da utilização de novos conceitos como o "pátio" e o "tapete urbano"[31]. Na ocasião, Sert e Wiener também elaboraram uma proposta urbana para Lima, que, de certa forma, serviu como base aos futuros delineamentos do Plano Piloto da capital, em especial, a proposta do Centro Cívico.

Figura 3 – Vista aérea da UV3, em Lima.

Fonte: Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento (1958)
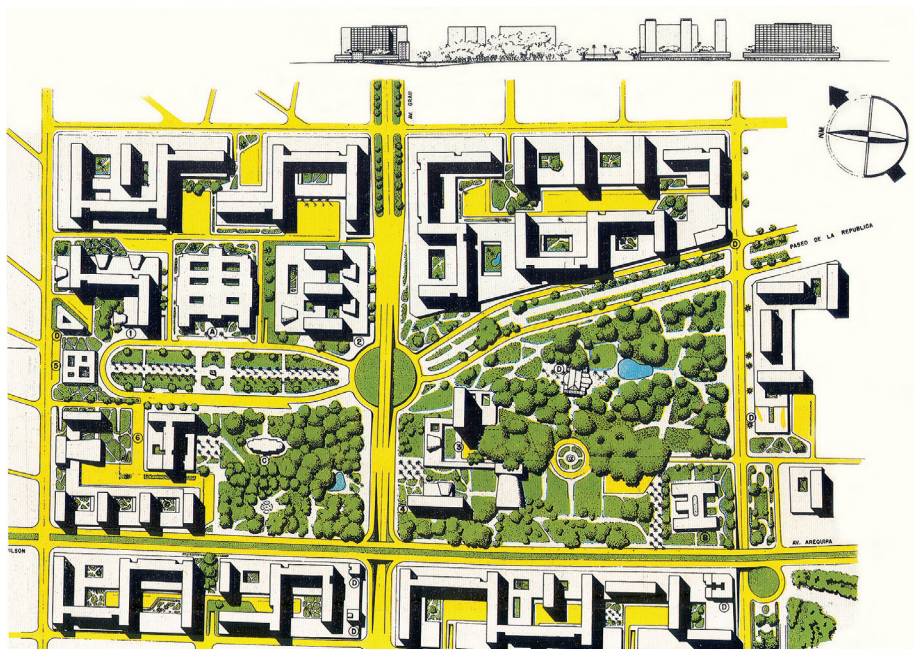
Figura 4 – Plano Regulador para Lima elaborado pelo Town Planning Associates.

Fonte: L'Architecture d'Aujourd'Hui, dez.1950/jan.1951.

Em 1947, aconteceram dois eventos importantes no meio profissional acadêmico do Peru. O primeiro foi a publicação, nas páginas do jornal nacional *El Comercio* e também em *El Arquitecto Peruano*, do manifesto da Agrupación Espacio[32], grupo formado por profissionais ligados exclusivamente às ideias modernas, como Luis Miró Quesada, Santiago Agurto, Eduardo Neyra, Fernando de Szyslo, entre outros. No manifesto, eles declararam-se seguidores das ideias dos arquitetos Le Corbusier, Frank Lloyd Wright, Walter Gropius e Oscar Niemeyer. O grupo publicou uma revista com o mesmo nome e chegou a publicar dez números, entre 1949 e 1951 (CHIRINOS, 2000, p. 114).

El Arquitecto Peruano vinha publicando, muito esporadicamente, no início da década de 1940, artigos sobre as ideias e propostas desenvolvidas por Le Corbusier, como a *Ville contemporaine pour trois millions*

d'habitants e *Propos d'urbanisme*. Mais escassas ainda são as referências aos Congrès Internationaux d´Architecture Moderne (CIAMs). A primeira destas foi publicada em novembro de 1943 e chama-se *Algunos principios de urbanismo* e não era mais do que a reprodução na íntegra da *Town-Planning Chart*, que aparece como anexo no livro de José Luis Sert, *Can our cities survive?*. Interessante notar que, no mês seguinte, o arquiteto Belaúnde publicou o artigo *Algunos aspectos generales sobre el problema urbano en Lima*, onde realizava um estudo da capital a partir das quatro funções urbanas expostas na *Carta de Atenas*: moradia, lazer, trabalho e circulação. Nesse sentido, pode ser ressaltada a preocupação maior dos profissionais peruanos pelos temas desenvolvidos nos congressos, eventos e seminários latino-americanos, como os Congresos Panamericanos de Arquitectos, Congresos Interamericanos de Municipios, Seminarios Regionales de Asuntos Sociales, Congresos Interamericanos de la Industria de la Construcción etc.

O outro evento foi justamente o VI Congresso Pan-Americano de Arquitetos, acontecido nas cidades de Lima e Cuzco entre 15 e 25 de outubro de 1947. O congresso reuniu profissionais de 21 países[33] e teve como presidente da Comissão Organizadora o arquiteto Alfredo Dammert Muelle e como presidente geral das exposições o arquiteto Fernando Belaúnde Terry. O número de participantes foi além do esperado, mais de 400, o maior até então nas seis edições realizadas. Esse congresso teve enorme importância para a imagem do Peru em matéria de urbanismo e planejamento urbano, na medida em que os olhos dos profissionais estrangeiros percebiam através de exemplos concretos avanços representativos no processo de modernização das cidades peruanas. Nesse momento, estava sendo concluída a UV3, que causou um grande impacto como paradigma da arquitetura e urbanismo modernos.
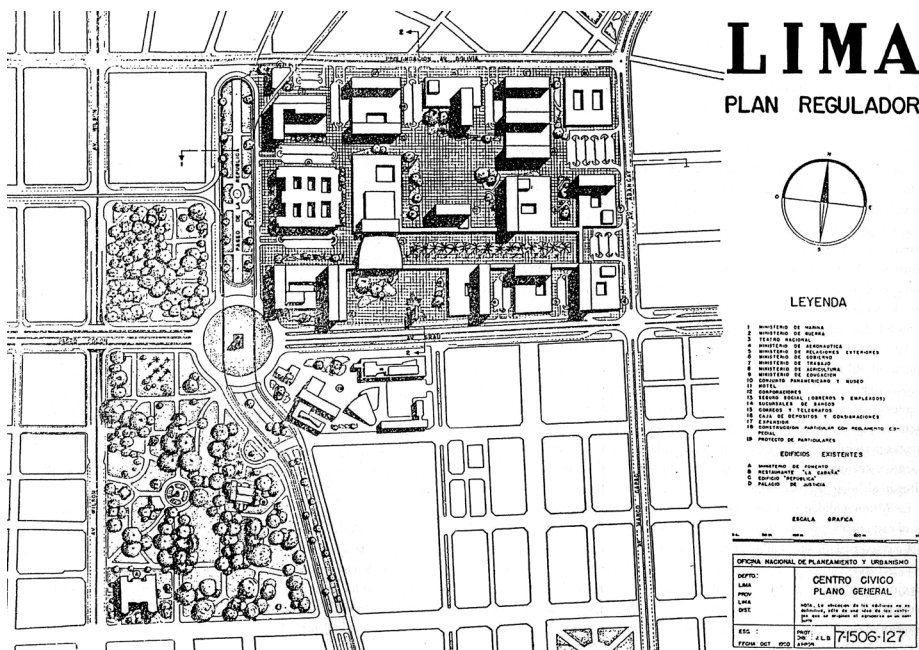
Figura 5 – Plano Regulador para Lima elaborado pela ONPU, detalhe do Centro Cívico.

Fonte: Dorich, L. (1997).

Em 1948, iniciaram-se os trabalhos de elaboração do Plano Piloto para a cidade de Lima[34]. O projeto foi coordenado pelo engenheiro Luis Dorich e contou com a participação dos técnicos da ONPU e de 103 urbanistas estrangeiros, entre os quais destacam-se José Luis Sert, Paul Lester Wiener (ambos contratados como assessores) e Ernesto Rogers (EL ARQUITECTO PERUANO, 1948). O estudo propôs uma solução para o sistema viário, critérios a serem considerados para a expansão urbana, aumento de densidade em zonas construídas, remodelação do Setor Central e estruturação do Centro Cívico (este último não chegou a ser realizado no lugar original). Após sua conclusão, no ano seguinte, foi apresentado ao Consejo Nacional de Urbanismo, em uma conferência no IUP, e foi aprovado através da Resolución Suprema nº 258, em 12 de setembro de 1949.

Em 1951, a Escuela de Ingenieros, através de seu Consejo Universitario, acolhe a parte docente do IUP em um programa acadêmico que tinha como finalidade a formação de planejadores urbanos (DORICH, 1997, p. 67). As aulas começaram a ser ministradas, inicialmente, no novo prédio da Escuela (Pabellón Central), localizado na periferia da cidade. No mesmo ano, inicia-se a construção do prédio do Departamento de Arquitectura[35] e do IUP, projetos elaborados pelos arquitetos Mario Bianco e Ortiz de Zevallos, respectivamente. Em 1953, Walter Gropius visita Lima a convite do Instituto, no mesmo ano em que era inaugurada a Unidad Vecinal de Matute, considerada como outro grande sucesso da Corporación Nacional de la Vivienda. No final desse mesmo ano, José Luis Sert visita novamente Lima para realizar, no IUP, uma conferência intitulada *Planificación en la Habana*, na qual abordava alguns aspectos do projeto realizado pelo TPA para aquela cidade. *El Arquitecto Peruano* já tinha divulgado alguns artigos sobre os projetos elaborados por esse escritório, a exemplo do projeto da igreja para Puerto Ordaz, na Venezuela, em setembro e outubro de 1953, que ganhou, inclusive, a capa da revista.

O processo pelo qual passava o país era acompanhado no estrangeiro e, em especial, nos países onde o Peru mantinha relações com profissionais da área. Artigos em diversas revistas especializadas publicavam matérias sobre o que vinha acontecendo no campo do urbanismo, planejamento urbano e arquitetura. Podemos mencionar o artigo publicado na revista *PROA*, em março de 1947, sobre os projetos das novas vias em Lima; na *The Architectural Forum*, em 1952, sobre a construção de hospitais na capital peruana; os projetos arquitetônicos presentes no livro *Latin American architecture since 1945*, de Henry-Russell Hitchcock[36], em 1955; ou ainda o artigo publicado, em 1956, na revista argentina *Nuestra Arquitectura*, assinado pelo arquiteto José M. F. Pastor, no qual fornecia um panorama arquitetônico e urbanístico de algumas cidades do Peru.
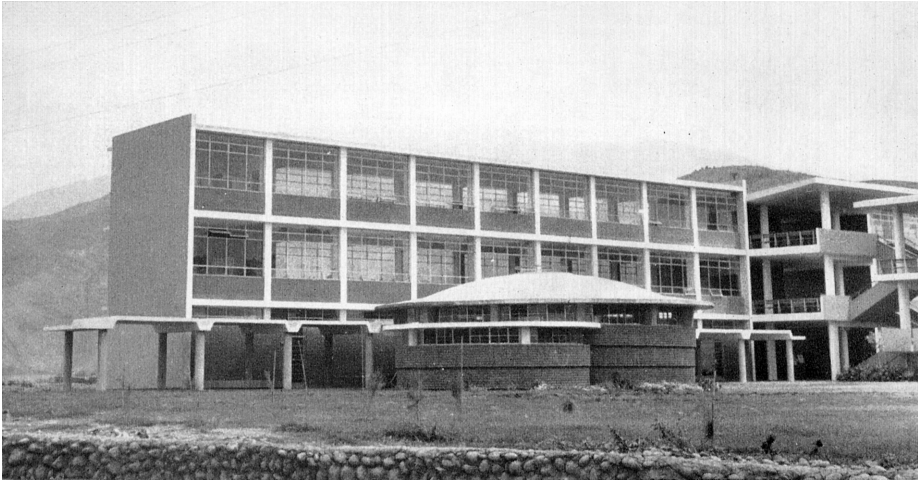
Figura 6 – Departamento de Arquitectura da Escuela de Ingenieros.

Fonte: Hitchcock, (1955).
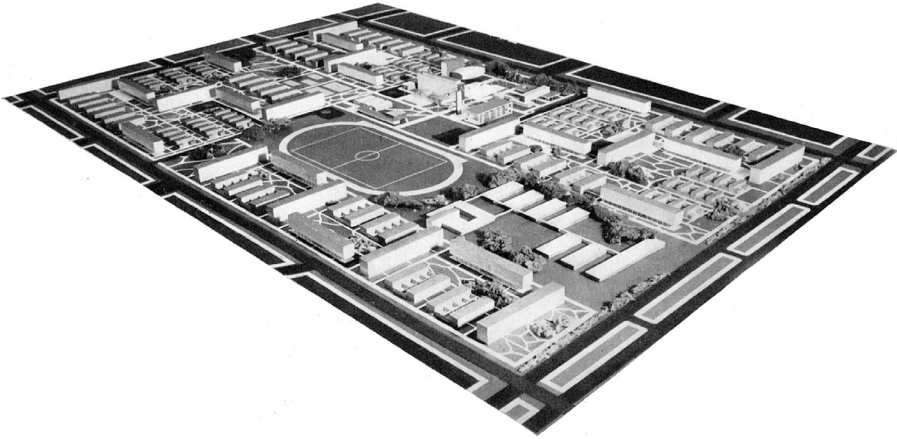
Figura 7 – Maquete da Unidade de Vizinhança Matute, em Lima.

Fonte: Hitchcock, (1955).

Entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, os problemas de Lima centraram-se, em especial, na presença das "barriadas" provocadas pelo aumento exorbitante da população, que passou de

661.508 habitantes, em 1940, para 1.901.927 habitantes, em 1961, ou seja, quase triplicou. Assim, os problemas originados pela falta de moradia tornaram-se ainda mais recorrentes. Nesse período, podemos destacar: os estudos do geógrafo John P. Cole sobre as relações entre cidades e estruturas morfológicas (1957); os esquemas tipológicos das "barriadas" de Lima, do sociólogo peruano José Matos Mar (1958); os estudos de classificação de tipos de bairros segundo as condições de moradia do arquiteto peruano Adolfo Córdova Valdívia (1958); e os trabalhos realizados pelo antropólogo William Mangin e pelo arquiteto inglês John Turner sobre as "barriadas".

Figura 8 – Conjunto residencial San Felipe.

Fonte: El Arquitecto Peruano, n. 340, maio 1966.

Nos primeiros anos da década de 1960, o arquiteto Belaúnde Terry tornou-se presidente do Peru e, em seu primeiro mandato, o tema da moradia popular ganhou centralidade . Em 1963, foi criada a Junta Nacional de Vivienda, que tinha como finalidade solucionar o problema de habitação originado pelo crescimento da cidade e pelo desenvolvimento das "barriadas". Nessa época, foram construídos os conjuntos habitacionais San Felipe, Santa Cruz, Rimac, Mirones, Santa Maria, Mariscal Gamarra etc.

A partir deste breve cenário apresentado e dentro do período de estudo aqui proposto, é possível identificar, no mínimo, três momentos na constituição da experiência urbanística no Peru. O primeiro inicia-se na década de 1920 e vai até meados da década de 1930. Este momento pode ser caracterizado por uma reflexão sobre temas urbanos por parte de profissionais peruanos, em especial, provocada pela problemática surgida a partir do crescimento da capital. É o momento em que o urbanismo como disciplina surge no meio acadêmico e apela-se à sua utilização para orientar as cidades peruanas. Nesse sentido, os estudos e propostas do engenheiro Alberto Alexander e do arquiteto Emilio Harth-Terré são fundamentais. Pioneiros da introdução do estudo das questões urbanas no Peru, Alexander vai tentar promover sua aplicação "prática" através de estudos onde se mostravam as vantagens dessa nova "especialização da engenharia" (ALEXANDER, 1927, p. 6); já Harth-Terré surge como uma figura mais "teórica" (fato que pode ser entendido, também, através da sua extensa produção bibliográfica), tendo sido responsável pela introdução, no meio acadêmico e profissional, de estudos de destacados urbanistas, como Patrick Geddes, Marcel Poëte e Le Corbusier, sempre com uma preocupação de adaptá-los ao meio local.

O segundo momento vai de 1937 até meados da década de 1950. Sem dúvida, aqui a obra e ação do arquiteto Fernando Belaúnde Terry torna-se central. Através das páginas de *El Arquiteto Peruano*, foi possível a consolidação da profissão do arquiteto; nelas eram continuamente divulgadas experiências urbanas realizadas em outros países, com maior ênfase naquelas relacionadas ao ideário modernista, porém sem que

este fosse a única referência. A criação do Instituto de Urbanismo foi fundamental para a institucionalização do urbanismo no Peru, pois este viabilizou a visita de profissionais estrangeiros que contribuíram para reforçar e consolidar o conteúdo que vinha sendo ministrado nesse curso. É o momento em que Belaúnde torna-se deputado por Lima e que, através de sua ação política, foi possível a penetração das preocupações urbanísticas no poder legislativo, o que resultou na criação de uma série de instituições que visavam a "solução" do problema da habitação e do planejamento das cidades peruanas.

Em conformidade com o que já havia sugerido a pesquisa sobre circulação de ideias e de experiências no meio profissional da arquitetura e urbanismo na América do Sul, trabalhada no texto *Olhares cruzados: visões do urbanismo moderno na América do Sul, 1930-1960*, presente neste livro, também podemos constatar que a troca de experiências que os profissionais peruanos tiveram com seus colegas latino-americanos em congressos e seminários, foi decisiva para a consolidação da disciplina no país. Nesse sentido, é notório que existiu uma preocupação maior em acompanhar os eventos que aconteciam a nível latino-americano pelo fato destes abordarem, de forma geral, uma temática mais próxima da realidade peruana, em especial os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. Por outro lado, eventos mundiais ou de grande repercussão internacional, como os Congresos de la Unión Internacional de Arquitectos (UIA), ou mesmo os CIAMs parecem não ter despertado muito a atenção dos profissionais peruanos, o que pode ser justificado, entre outros fatores, às limitações econômicas e de acesso aos mesmos. As matérias publicadas em *El Arquitecto Peruano*, em que eram constantes os artigos sobre eventos latino-americanos e/ou interamericanos, em detrimento, por exemplo, de conteúdos referentes a eventos europeus, são indícios reveladores dessa realidade. A revista reproduzia, também, cartas de convite dos organizadores aos arquitetos peruanos e vice-versa, além de matérias que informavam passagens do que acontecia nesses eventos, artigos sobre projetos apresentados etc.

O último momento, que vai do final da década de 1950 até o final da década de 1960, é caracterizado pelo enorme crescimento da cidade e pelo desenvolvimento das “barriadas”, que vão trazer à tona os problemas por que passavam as classes com menos recursos econômicos e que originariam uma série de pesquisas desenvolvidas tanto por profissionais locais quanto estrangeiros. Este momento coincide com a obra que Belaúnde Terry, agora eleito presidente da República do Peru, realizaria com sua política de habitação, construindo vários conjuntos habitacionais em diversas cidades peruanas.

No entanto, esse sonho tão almejado da “conquista do Peru pelos peruanos” encontrará obstáculos, entre outros fatores, na conturbada realidade sociopolítica do país e na falta de apoio ao governo, que finalmente, resultaram na sua deposição da presidência e na instauração do Gobierno Revolucionario de las Fuerzas Armadas, em outubro de 1968.

Notas

[1] O título deste artigo foi inspirado no livro que Fernando Belaúnde Terry publicou, em 1959, intitulado *La conquista del Perú por los peruanos*.

[2] Como o Mercado de Abastos (1849) e o Matadouro (1855), entre outros.

[3] Durante o segundo governo do Presidente Ramón Castilla (1855-1862), deu-se início à construção da Penitenciária, projeto do arquiteto do Estado Maximiliano Miney, localizada fora da cidade.

[4] As obras tinham sido iniciadas três anos antes, tendo com responsável da construção Manuel Atanásio Fuentes.

[5] Até então, a cidade de Lima só possuía como espaços públicos a Plaza Mayor e as pequenas praças das igrejas.

[6] Censo Municipal encarregado a Pedro de Osma.

[7] Censo elaborado por Victor M. Mártua; aos dados levantados, ele acrescentou uma percentagem de correção chegando à cifra indicada.

[8] Anos mais tarde, devido à falta de comprometimento dos urbanizadores, em especial aqueles referentes aos serviços de iluminação pública e esgoto, seria criada

a Ley de Saneamiento nº 4126, como veremos mais adiante (Ver: BROMLEY; BARBAGELATA, 1945, p. 89).

[9] A maioria de profissionais estrangeiros chegou a Lima em 1852, através de contratos realizados pelo então Presidente José Rufino Echenique.

[10] As ideias envolvidas nessa proposta se assemelham com o projeto da Avenida Central, construída durante o mandato do então Prefeito do Rio de Janeiro Francisco Pereira Passos e inaugurada em 1905.

[11] Do projeto proposto, somente um pequeno trecho foi construído.

[12] No mesmo ano, passaria a ser denominada Escuela de Construcciones Civiles y de Minas. Em 1909, seria criada a Sección de Arquitectos-Constructores.

[13] A esses casos poderíamos acrescentar, também, a Escuela de Artes y Oficios (1870) e a Escuela de Bellas Artes (1919), entre outras (Ver: ALVAREZ, 2000).

[14] O projeto só seria concluído quatorze anos depois, quando novos problemas tinham surgido (Ver: BROMLEY; BARBAGELATA, 1945, p. 94).

[15] O engenheiro Alberto Alexander tinha se formado, em 1918, em engenharia civil na Escuela de Ingenieros.

[16] O censo de 1920 foi dirigido por Oscar F. Arrús. Por outra parte, o Cuerpo de Ingenieros de Minas y Aguas del Estado tinha elaborado uma planta da cidade de Lima, onde a área urbana foi calculada em 1.020 hectares e sua área total em 1.426 hectares.

[17] Uma obra emblemática do arquiteto Rafael Marquina é o Hotel Bolivar (1923-1924), localizado no centro da cidade, na Plaza San Martin, em estilo "Neo Colonial Peruano".

[18] Entre os quais podemos mencionar o livro de Francis Violich, *Cities of Latin America* (1944), e os de José M.F. Pastor, *Urbanismo con planeamiento* (1947) e *Curso básico de planeamiento urbano y rural* (1950).

[19] No total, foram construídos quatro Barrios Obreros. O primeiro foi projetado pelo arquiteto Alfredo Dammert, com um total de 60 unidades habitacionais; o segundo foi projeto do arquiteto Roberto Haaker Fort, com um total de 45 unidades; o terceiro foi projetado, novamente, pelo arquiteto Dammert, com um total de 198 unidades; e, finalmente, o quarto, pelo arquiteto Haaker, com um total de 374 unidades habitacionais (Ver: EL ARQUITECTO PERUANO, 1939 b).

[20] A análise dessa "troca de olhares" através de eventos latino-americanos, como, congressos e revistas especializadas, foi desenvolvida no texto *Olhares cruzados: visões do urbanismo moderno na América do Sul, 1930-1960*, originalmente apresentado no X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, acontecido na cidade do Recife, em 2008.

[21] Belaúnde Terry foi eleito presidente em duas ocasiões. O primeiro mandato aconteceu de 1963 até 1968; o segundo, entre 1980 e 1985.

[22] Com fortes influências corbusianas, alertava para a necessidade de três elementos naturais e essenciais na cidade: ar, sol e vegetação.

[23] Os problemas entre os dois países só terminariam em janeiro de 1942, com o Tratado do Rio de Janeiro, apoiado pelos EUA, Chile, Argentina e Brasil. Esse episódio criaria uma maior aproximação com o país do norte.

[24] No ano seguinte, em 1941, o sismo na cidade de Cuzco produziria a elaboração do seu plano regulador.

[25] *El Arquitecto Peruano* divulgou diversas matérias sobre esses pontos, em especial a partir dos anos 40.

[26] As aproximações datam, segundo Josep M. Rovira, desde 1941 (Ver: ROVIRA, 2005, p.129).

[27] Ambos os filmes foram realizados em 1944. Um chamou-se *Lima* e o outro, *Lima family.*

[28] Foram quatro as conferências, intituladas: *Un plan regional; Una nueva ciudad como consecuencia del plan regional; El sanemiento de barriadas insalubres* e *El pensamiento creador en arquitectura y urbanismo.*

[29] A UV3 foi projetada por uma equipe de profissionais, dentre os quais podemos citar os arquitetos Dammert, Morales Macchiavello, Valega, Dorich, Montagne e Benites. Sua área é de aproximadamente 300 mil metros quadrados, sendo que, desta, 87% é área livre. Projetada para um total de 6 mil habitantes, o conjunto consta de 1.112 habitações organizadas em edificações de dois e quatro andares. Possui, ainda, seu centro comunitário composto de igreja, teatro, posto médico, lojas etc., além de escolas (Ver: CENTRO INTERAMERICANO DE VIVIENDA Y PLANEAMIENTO,1958, p.12).

[30] O projeto não foi realizado por razões políticas e econômicas (Ver: ROVIRA, 2005, p. 137).

[31] Esse tema foi desenvolvido com maior aprofundamento no artigo *Diálogos modernistas com a paisagem: Sert e o Town Planning Associates na América do Sul, 1943-1951* presente neste livro. Uma versão inicial foi apresentada no 3° Seminário de Paisagismo Sul-Americano, acontecido na cidade do Rio de Janeiro, em 2008.

[32] O episódio lembra a formação do grupo Austral, na Argentina, acontecido oito anos antes.

[33] Nas atas do VI Congresso Pan-Americano de Arquitetos, constam a presença de profissionais dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica,

Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, EUA, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

[34] Na verdade, os estudos que serviram como base para o Plano Piloto de Lima tinham sido iniciados com a elaboração do *Expediente urbano de Lima,* aprovado pelo Consejo Nacional de Urbanismo, em 1947. Esse documento tinha como finalidade proporcionar subsídios e informações sobre aspectos físicos, sociais e econômicos da capital (Ver: DORICH, 1997, p. 82).

[35] O Departamento de Arquitectura tornar-se-ia faculdade ainda em 1955, quando a Escuela de Ingenieros foi elevada a Universidad Nacional de Ingenieria.

[36] Como, por exemplo, o projeto do novo Departamento de Arquitectura da Escuela de Ingenieros (arquiteto Mario Bianco, 1952-54), a Unidad Vecinal de Matute (arquiteto Santiago Agurto Calvo, 1952), o Edifício Radio El Sol (arquiteto Luis Miro Quesada Garland, 1953-54) e o Edifício Nazarenas (arquiteto Enrique Seoane Ros, 1952-54).

Referências

ALEXANDER, A. *Estudio sobre la crisis de la habitación en Lima*. Lima: Torres Aguirre, 1922.

______. *Los problemas urbanos de Lima y su futuro*. Lima: La Prensa, 1927.

ALVAREZ, S. La formación profisional del arquitecto: antecedentes, inicios y revolución hasta 1930. In: CONGRESO DE HISTORIA DE LA INGENIERIA Y ARQUITECTURA. *Construyendo el Perú*: *Aportes de ingenieros y arquitectos*. Lima: Universidad Nacional de Ingenieria, 2000, Lima. Actas...

THE ARCHITECTURE FORUM, v.76, n.6, p.138-145, jul. 1952.

El ARQUITECTO PERUANO, v.3, n.26, set.1939.

El ARQUITECTO PERUANO, v.12, n.36, nov.1948.

El ARQUITECTO PERUANO, n.340, maio1966.

El ARQUITECTO PERUANO, v.8, n.89, out.1994a.

El ARQUITECTO PERUANO, v.8, n.89, out.1994b.

BROMLEY, J.; BARBAGELATA, J. *Evolución urbana de la ciudad de Lima*. Lima: Consejo Provincial de Lima, 1945.

CERNA, E. S. *Compilación de disposiciones legales y reglamentarias sobre urbanizaciones, 1900-1953*. Lima: Empresa Editorial Rimac, 1953.

CENTRO INTERAMERICANO DE VIVIENDA Y PLANEAMIENTO. *Unidad vecinal n°3*. Bogotá: Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento/ Servicio de Intercambio Científico y Documentación, 1958.

CHIRINOS, F. U. La " Agrupación Espacio" y el debate de la modernidad en la Arquitectura Peruana. In: CONGRESO DE HISTORIA DE LA INGENIERIA Y ARQUITECTURA. *Construyendo el Perú*: *Aportes de ingenieros y arquitectos*. Lima: Universidad Nacional de Ingenieria, 2000, Lima. Actas...

CONGRESO DE HISTORIA DE LA INGENIERIA Y ARQUITECTURA. *Construyendo el Perú*: *Aportes de ingenieros y arquitectos*. Lima: Universidad Nacional de Ingenieria, 2000, Lima. Actas...

CONGRESO PANAMERICANO DE ARQUITECTOS, 4.,1953, Lima. *Actas...* Lima: Impresiones Santa María, 1953.

DORICH, L. *Al rescate de Lima: la evolución de Lima y sus planes de desarrollo urbano*. Lima: Servicio de Artes Gráficas, 1997.

HITCHCOCK, H-R. *Latin American architecture since 1945*. New York: MoMA, 1955.

LAS ENSENANZAS de Chillás y Concepción. *El Arquitecto Peruano*, v.3, n.20, mar. 1939.

LECAROS, F. *Historia del Perú y del mundo s.XX*. Lima: Rikchay Perú, 1980.

MENCHACA, E. A. *La arquitectura peruana através de los siglos*. Lima: Publicaciones EMI, 1964.

ROVIRA, J. M. (Org.) *Sert 1928-1979*: *médio siglo de arquitectura, obra completa*. Barcelona: Fundación Joan Miró, 2005.

URQUIZO, W. L. *Ideas y arquitectura en el Perú del siglo XX*. Lima: Semsa, 1997.

VALENCIA, K. R. De la influencia francesa a la norteamericana: la formación técnica en el Perú. In: CONGRESO DE HISTORIA DE LA INGENIERIA Y ARQUITECTURA. *Construyendo el Perú*: *Aportes de ingenieros y arquitectos*. Lima: Universidad Nacional de Ingenieria, 2000, Lima. Actas...

VELARDE, H. *Arquitectura Peruana.* México: Fondo de Cultura Económica, 1946.

Coleções de periódicos consultados:

L'Architecture d'Aujourd'Hui

El Arquitecto Peruano

Nuestra Arquitectura

Proa

Mudanças políticas e institucionais para o planejamento latino-americano do segundo pós-guerra

Arturo Almandoz

Industrialização e urbanização, desenvolvimento e modernização[1]

Em meados dos anos 1950, mais da metade da população do Uruguai (78%), da Argentina (65,3%), do Chile (58,4%) e da Venezuela (53,2%) morava em centros urbanos. Enquanto a média de urbanização na América Latina era ainda de 41,6%, países como o Brasil e o México – respectivamente, com 36,5% e 42,6% – não eram demograficamente urbanizados devido à imensa magnitude das suas populações e territórios, possuindo, não obstante, algumas das maiores metrópoles do mundo (BEYHAUT, 1983, p. 211; BEYHAUT, 1985, p. 211; UNITED NATIONS CENTRE FOR HUMAN SETTLEMENTS, 1996, p. 47). A Cidade do México e o Rio de Janeiro estavam apenas um pouco abaixo ou um pouco acima dos 3 milhões de habitantes, respectivamente, enquanto São Paulo já tinha atingido os 2 milhões e meio. Este primeiro grupo de áreas metropolitanas latino-americanas estava liderado pela Grande Buenos Aires, com 4,7 milhões de pessoas (HARRIS, 1971, p. 167).

As economias latino-americanas tinham sido principalmente agrárias ou mineiras até o início da depressão de 1929, com percentuais de

participação industrial dentro do Produto Nacional Bruto (PNB) de 22,8 na Argentina, 14,2 no México, 11,7 no Brasil e 7,9 no Chile, para citar os casos mais elevados; porém, do final da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1960, as maiores economias mostraram relativa prosperidade, marcada por um significativo crescimento industrial devido à substituição de importações, em meio à já mencionada urbanização (Cf. POZO, 2002, p. 72, 118). Impulsionados por estes crescentes mercados urbanos a que dirigia a industrialização substitutiva, o México e o Brasil alcançaram um crescimento anual de 6%, o que fez Walt Whitman Rostow, o famoso teórico do desenvolvimento, qualificá-los como exemplos do *take-off* ou "decolagem" desde os anos 50 e 60, respectivamente (ROSTOW, 1990, p. 44, 127). Mesmo que os países do Cone Sul houvessem sido mais dinâmicos no período de entreguerras, ainda mantinham um crescimento de quatro pontos (CLICHEVSKY, 1990, p. 22-23). Enquanto isso, liderados pelos enormes rendimentos propiciados pela Venezuela petrolífera, o excedente produzido pela exportação de matérias-primas financiou uma segunda geração de substituição de importações que também incluía a Colômbia e o Peru, nos quais a participação industrial do PNB superava os 15% em 1955, ao tempo que a taxa de crescimento industrial dobrava a do setor primário (WILLIAMSON, 1992, p. 118).

Esse clima modernizador estava penetrado por um nacionalismo econômico compartilhado de forma heterodoxa por regimes estatistas e liberais, democráticos e ditatoriais. Aí podiam ser incluídos desde os governos populistas de Lázaro Cárdenas no México (1934-40), Juan Domingo Perón na Argentina (1946-55) e Getulio Vargas no Brasil (1934-45, 1950-54), até as ditaduras progressistas, mas brutais, de Fulgencio Batista em Cuba (1940-44, 1952-59) e Marcos Pérez Jiménez na Venezuela (1952-58). A agenda comum desenvolvimentista havia sido apoiada, desde 1948, pela criação de agências internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), patrocinadas pelas Nações Unidas e os crescentes interesses estadunidenses na exploração primária e industrial

da região. Com sede em Santiago do Chile e liderado por Raúl Prebisch – antigo diretor do Banco Central argentino –, a Cepal foi a pedra angular do desenvolvimentismo latino-americano de pós-guerra, baseado na substituição de importações e outras políticas econômicas que consolidaram o estado corporativo em países considerados em desenvolvimento até meados dos anos 60, quando se esgotara a chamada "fase fácil" da substituição de importações (FRANCO, 2007; WILLIAMSON, 1992, p. 338-339).

A revolução cubana de 1959, que tirou Batista do poder e instalou o regime marxista de Fidel Castro, caracterizou o clima político e econômico da América Latina pelo resto da Guerra Fria. Para prevenir outras revoluções de esquerda, a administração Kennedy decidiu, com a assessoria da Cepal, promover a chamada Aliança para o Progresso, programa voltado para consolidar a substituição de importações, acelerar a reforma agrária e reduzir as desigualdades sociais mediante a ajuda norte-americana a novas democracias da região. Entre os beneficiários estavam os governos de Rómulo Betancourt na Venezuela (1959-64), Arturo Frondizi na Argentina (1958-62), Fernando Belaúnde Terry no Peru (1963-68), Eduardo Frei no Chile (1964-70) e, especialmente, os de Alberto Lleras Camargo (1958-62) e Carlos Lleras Restrepo (1966-70) na Colômbia (DONGHI, 2005, p. 534-569).

Vistas então como exemplos promissores de *developing countries*, as sociedades latino-americanas em processo de industrialização eram também consideradas como expoentes da teoria clássica de modernização, como fora concebida pelo desenvolvimentismo econômico e pela sociologia funcionalista. Desde o início da década de 60, a conexão entre industrialização, urbanização e modernização foi formulada, seguindo uma derivação quase causal, por Philip Hauser, Leonard Reissman e Kingsley Davis, a partir da perspectiva da transição demográfica e a consequente mudança social, apoiando-se para isso nos exemplos de países do Atlântico Norte que se industrializaram no século XIX (Cf. DAVIS, 1982, p. 11-36; REISSMAN, 1970). Dessa literatura pode ser deduzido

que as nações latino-americanas em suposto desenvolvimento pareciam estar no caminho da industrialização e da urbanização, porém, de fato, padeciam de profundas distorções em comparação com as experiências exitosas de modernização na Europa, na América do Norte e em outras partes do mundo, como apontara Philip Hauser (1967).

De um lado, a frágil industrialização não havia precedido, mas, ao contrário, seguido a urbanização latino-americana, de maneira que a substituição de importações não podia ser vista como equivalente à "revolução industrial", com seus consequentes efeitos dinamizadores sobre o sistema econômico e a transição demográfica (DRAKAKIS-SMITH, 1990, p. 53-57; WILLIAMSON, 1992, p. 333). Da mesma forma como acontecera em outras partes do que começava a ser denominado Terceiro Mundo, em vez de ter "puxado" (*pulled*) em direção das cidades contingentes populacionais que pudessem ser de fato absorvidos pela indústria e outros setores produtivos, a maior parte da migração do campo para a cidade latino-americana havia sido "empurrada" (*pushed*) por um setor primário preterido por reformas agrárias demoradas ou inexistentes, bem como por políticas de ênfase urbana levadas adiante por estados corporativos (POTTER; LLOYD-EVANS, 1998, p. 12-13).

Por outro lado, os níveis de urbanização quase que dobravam a participação industrial nas economias argentina, chilena, venezuelana, colombiana e brasileira, segundo os censos dos anos 1950 (HARRIS, 1971, p. 85). Tais níveis não podiam ser absorvidos pelos respectivos sistemas produtivos, de maneira que ao final refletissem em "inflação urbana" ou "superurbanização", como aconteceria em outras regiões do Terceiro Mundo (POTTER; LLOYD-EVANS, 1998, p. 14-15). Nas décadas posteriores, boa parte desse excedente de população improdutiva morando nas cidades terminaria alojada em "barriadas" e dependendo da economia informal. Mas já era evidente, no final dos anos 60, que o desbalanceamento entre industrialização e urbanização não permitiria o desenvolvimento ao estilo Cepal, nem a modernização segundo a visão da sociologia funcionalista, nem tampouco a maturidade no sentido defendido por Rostow.

Do academicismo ao modernismo funcionalista[2]

Enquanto o desenvolvimento tornava-se elusivo em termos sociais e econômicos, algumas das metrópoles latino-americanas se esforçavam para exibir uma imagem modernista que, em vista do desbalanceamento entre industrialização e urbanização, resultava por conseguinte incompleta e distorcida. Mas deve ser reconhecido que o modernismo arquitetônico foi uma vitrine para exibir a súbita modernização procurada pelo desenvolvimentismo econômico, cujos ingredientes nacionalistas coloriram-no com formas genuínas e vernáculas em alguns países latino-americanos. Prolongando o pacto entre vanguarda e Estado que, como assinala Gorelik, se produziria desde os anos 1930, a peculiaridade desse "modernismo alternativo" alcançou seu apogeu, nas palavras de Fraser, onde ocorreu a "aliança entre governos modernizadores e arquitetos modernistas", como no México, no Brasil e na Venezuela, cujas cidades universitárias, conjuntos habitacionais e edifícios administrativos foram incluídos entre os melhores expoentes do movimento moderno internacional (FRASER, 2000, p. 15-18; GORELIK, 2005, p. 10). Nesse sentido, foi manifestado, desde cedo, o interesse estrangeiro, e especialmente estadunidense, em divulgar e explicar o modernismo latino-americano. Projetos de mestres regionais, como os do mexicano Juan O'Gorman, dos brasileiros Lucio Costa e Oscar Niemeyer e do venezuelano Carlos Raúl Villanueva, foram mostrados nas exposições *Brazil builds* e *Modern architecture in Latin America since 1945*, organizadas pelo Museum of Modern Art (MoMA) de Nova York, tendo, esta última, o famoso crítico Henry-Russell Hitchcock como curador (Cf. GOODWIN, 1943; HITCHCOCK, 1955).

No domínio do urbanismo, pode ser dito que as principais influências estrangeiras na América Latina do pós-guerra passaram do academicismo ao modernismo funcionalista, herdeiro dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), os quais serviram, com o desenvolvimentismo, aos objetivos progressistas de regimes latino-americanos, tanto

democráticos quanto ditatoriais. Ainda antes do eclipse do urbanismo academicista, o racionalismo de esquerda de Hannes Meyer dialogou com a realidade mexicana durante os dez anos em que permaneceu nesse país o antigo diretor da Bauhaus, depois de outra prolongada experiência na União Soviética de Stalin; e isso, apesar de o CIAM e Le Corbusier serem rechaçados pelo meio arquitetônico asteca durante a década dos 30. Tal como aponta Sánches Ruiz nesse caso, a incipiente, embora radical influência do CIAM, havia sido vista com reservas por pioneiros como Carlos Contreras, mais ligados aos International Housing and Town Planning Congresses (IHTPC), tendo o XVI desses congressos sido celebrado na Cidade do México, em 1938, defendendo "a desconcentração urbana e densidades mais baixas que nas propostas de Le Corbusier" (CONTRERAS apud RUIZ, 2008, p. 265-266)[3].

Os projetos de moradia de interesse social e instituições públicas de que Meyer participou ajudaram a mudança em direção a uma arquitetura mais vernácula e regionalista produzida durante o regime de Cárdenas, depois da agenda modernizadora que já estava em curso desde o "maximato" de Calles, com projetos educacionais e sanitários liderados por Juan O'Gorman, Juan Legarreta e Villagrán García. Convidado para o já mencionado Congreso Internacional de Planificación y Vivienda, a chegada de Meyer foi também vista como reconhecimento ao projeto, impulsionado por Cuevas e Enrique Yánez, de uma Escuela de Planificación Urbana dentro do IPN, fundado no ano anterior; sua experiência soviética estava chamada a contribuir para a articulação que o urbanismo mexicano buscava com as emergentes categorias de região e planejamento (GORELIK, 2005, p. 102-119, 121-122). A presença do arquiteto suíço também enriqueceu, mas não foi fundamental, para o progresso que desembocaria, no final da presidência progressista de Miguel Alemán (1946-1952), em projetos como o da Cidade Universitária (Figura 1), coordenado por Carlos Lazo, Mario Pani e Enrique del Moral, obra emblemática de um modernismo asteca que reinterpretou motivos nativos com uma nova ressonância internacional. Durante esse período, o muralismo continuou sendo fundamental para "mexicanizar" a arquitetura

moderna, mesmo que o grau de "integração das artes" obtido nessas obras tardias tenha sido menor do que nos primeiros edifícios promovidos por Vasconcelos[4].
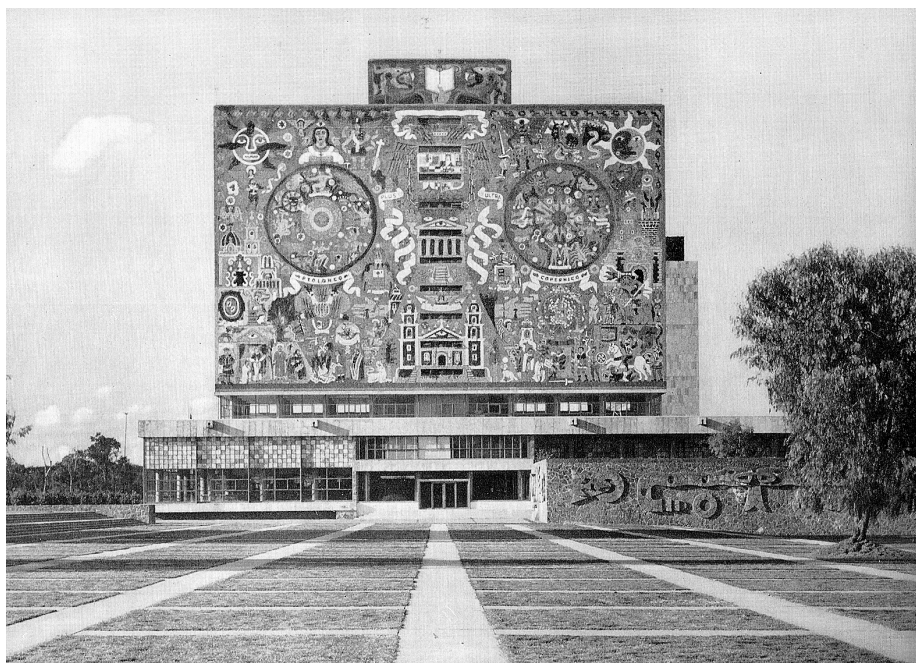
Figura 1 - Cidade Universitária do México.

Fonte: Hitchcock (1955).

O legado do CIAM em outras capitais latino-americanas acentuou-se durante os anos 1940, em especial através das visitas de alguns dos seus representantes como consultores ou conselheiros dos novos organismos de planejamento, alguns dos quais passaram a ter alcance nacional. Le Corbusier aprendeu a lição sobre a necessidade de contextualizar e respeitar o meio profissional local na sua segunda proposta para Buenos Aires, a qual foi elaborada em parceria com a firma dos arquitetos argentinos Kurchan e Ferrari desde 1939 e publicada em 1947. Seguindo os preceitos funcionalistas da *Carta de Atenas* e da *Ville Radieuse* – que agora substituía o modelo do Plano Voisin, da visita de 1929 –, a comparação com o corpo humano foi levada aos seus extremos, enquanto o sistema viário era estendido em analogia

ao "sistema cardíaco" (CARIDE, 2002-2004, p. 218). Juntamente com a construção do aeroporto Ezeiza, entre 1944 e 1949 – em consonância com os objetivos de comunicação do desenvolvimentismo e do funcionalismo –, esse plano diretor ficaria como uma das grandes operações do peronismo em Buenos Aires (BALLENT, 2005, p. 36).

Enquanto outras viagens de Le Corbusier a Bogotá se cristalizariam em um plano, em 1950, a presença teórica do CIAM seria consolidada com a edição em espanhol da *Charte d'Athènes* (1941) – manifesto do funcionalismo resultante do quarto CIAM – publicada na Argentina em 1954, assim como com a versão caribenha que Pedro Martínez Inclán havia apresentado em seu *Código de urbanismo,* durante a primeira Conferência Nacional de Arquitetura, celebrada em Cuba em 1948 (GUTIÉRREZ, 1996, p. 2-3). Promotor do Patronato Pró-Urbanismo desde 1942, Martínez Inclán impulsionou a mudança do academicismo ao modernismo funcionalista a partir de sua cátedra de planejamento urbano na Universidade de Havana, assim como com o apoio do Ministério de Obras Públicas desde 1945. Depois das visitas a essa capital de luminares modernistas, como Richard Neutra (1945), Walter Gropius (1945) e Joseph Albers (1952), o papel de paladino do CIAM entre as novas gerações de arquitetos cubanos correspondeu a José Luis Sert, assessor da Junta Nacional de Planificación, criada em 1955 pelo segundo governo ditatorial de Batista (1952-59). Exilado desde o início da Guerra Civil Espanhola, depois de ter trabalhado com Le Corbusier entre 1929 e 1932, Sert finalmente se estabeleceu como professor e decano de arquitetura em Harvard, enquanto seu exitoso escritório com Paul Lester Wiener, a Town Planning Associates (TPA), mantinha vultosos contratos com agências governamentais de planejamento em todo o mundo. No caso de Havana, o americanizado projeto do mestre catalão parece ter cedido demasiado às ambições turísticas e financeiras do regime de Batista, que buscavam converter a capital cubana naquilo que terminou sendo Miami depois da revolução de 1959 (SCARPACCI; SEGRE; COYULA, 2002, p. 73-88).

Chegado desde o final dos anos 1940 na Venezuela, mas sobretudo na progressista ditadura de Pérez Jiménez (1952-58), o emergente

planning foi preconizado pelo mesmo Sert e pelos planejadores norte-americanos Robert Moses e Francis Violich, assim como de novo por Rotival; eles assessoraram os projetos habitacionais do Banco Obrero (BO), emblematizados pelos superblocos do conjunto Dós de Diciembre (Figura 2) – depois chamados 23 de Enero – assim como a Comisión Nacional de Urbanismo (CNU), criada em 1946, a qual elaboraria "planos reguladores" para Caracas (1951) e para várias cidades venezuelanas[5]. Além da ênfase que Violich dera à utilidade do *zoning* como instrumento chave de setorização e controle urbanístico, uma nova e densificada versão da *neighbourhood unit* (unidade de vizinhança), que havia sido proposta pelo urbanista norte-americano Clarence Perry, foi levada às cidades venezuelanas por membros e consultores da CNU, especialmente por Sert (Cf. VILLORIA-SIEGERT; ALMANDOZ, 2002, p. 89-100).

Figura 2 - Conjunto Residencial 2 de Diciembre, Caracas.

Fonte: Villanueva e Pintó (2000)

Os especialistas deixaram testemunhos do auge da nova técnica do planejamento naqueles anos: o Rotival que vinha contratado pela segunda vez pelo governo venezuelano não queria mais ser considerado como *urbaniste*, mas como expoente do profissional mais compreensivo que era o *planificateur*, segundo uma diferença sobre a qual teorizaria anos mais tarde (ROTIVAL, 1964, p. 42-45). No caso de Violich, em sua *Cities of Latin America* (1944), o planejador californiano ofereceu uma das primeiras perspectivas comparadas da europeizada formação academicista em vários meios profissionais com que manteve contato ao longo da sua viagem. Mas vale a pena notar que, já naquele livro prematuro, Violich havia advertido também que "os jovens arquitetos e planejadores praticantes" da América Latina começavam a "ver em direção aos EUA em vez da Europa" (VIOLICH, 1944, p. 169-173). Posteriormente soube resumir, a propósito da sua experiência com a CNU venezuelana, a mudança do enfoque disciplinar que se produziu naquelas décadas, fato que pode ser extensivo a boa parte do continente:

> Um movimento moderno de *Beaux Arts* inspirou o final dos anos 1930, e uma orientação social a metade dos 1940, só para dar lugar em inícios dos anos 1950 a um enfoque funcional gerado nas técnicas norte-americanas. (VIOLICH, 1975, p. 285)

No caso do Brasil, além do russo Gregori Warchavchik, que introduz desde 1923 o modernismo internacional em São Paulo, a presença de figuras de destaque dos CIAMs, incluindo as propostas de Le Corbusier no Rio, apontaram o impulso funcionalista, o qual manteve sua fascinação pelo estrangeiro através das décadas de 30 e 40. Tal como já foi mencionado, Le Corbusier visitou novamente o Brasil em 1936, onde algumas das suas propostas foram mais contextualizadas; na então capital, o edifício do Ministério de Educação e Saúde (MES) (Figura 3) tornou-se um ícone dos princípios preconizados em *Vers une architecture* (1923), no qual encontramos os famosos cinco pontos da "nova arquitetura": pilotis, fachada e plantas livres, janela em fita e terraço-jardim (Cf. RODRIGUES et al., 1991, p. 42-49)[6].

Figura 3 - Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro.

Fonte: Hitchcock (1955).

Envolvido no industrialismo e desenvolvimentismo daquelas décadas, outra experiência que confirma a fascinação pelo funcionalismo do CIAM foi a Cidade dos Motores, estabelecimento de aproximadamente 25 mil habitantes que serviria de apoio a uma fábrica aeronáutica ao norte do Rio; o projeto foi entregue ao TPA de Sert, graças aos contatos de Wiener com o departamento de Estado norte-americano, interessado por sua vez em

fortalecer a indústria aeronáutica no país do qual precisavam como aliado na Segunda Guerra Mundial. Porém, se a intermediação de Washington pode ser compreendida em termos de necessidades geopolíticas, resulta inexplicável o recurso a técnicos estrangeiros, já que, "em 1942, os arquitetos brasileiros estavam bem informados sobre os assuntos de planejamento, de maneira que não necessitavam de liderança estrangeira" (FRASER, 2000, p. 207). Mesmo em projetos mais arquitetônicos do que urbanísticos, a participação nacional foi fomentada em obras para o centro de Salvador da Bahia, o aterro do Flamengo e a Barra da Tijuca, no Rio (GOMES, 2005, p. 24).

O impulso funcionalista seria confirmado na década seguinte, quando a emblemática Brasília (Figura 4), promovida pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), foi integralmente desenvolvida por uma equipe local, liderada por Lucio Costa e Oscar Niemeyer, evidenciando que, finalmente, a maturidade profissional da arquitetura e do planejamento brasileiros podia ecoar internacionalmente, sem necessidade de luminares estrangeiros. Tendo trabalhando com Kubitschek quando este fora prefeito de Belo Horizonte, Niemeyer foi responsável por muitos dos edifícios incluídos no plano elaborado por Costa, cuja forma de avião, fetiche do CIAM, recebeu diversas alusões que vão desde o impulso e ascensão industrial brasileiros, até a racionalidade do *castrum* romano. Os princípios funcionalistas de segregação e predominância viária expressa se evidenciam não só no eixo cívico-comercial, mas também nas superquadras dos setores residenciais; estas oferecem similaridades com as utilizadas por Sert e Wiener na Cidade dos Motores, além da presença de serviços comunitários, de acordo com os princípios das unidades de vizinhança (FRASER, 2000, p. 227, 235).

Ainda que retomasse a velha ideia de uma nova capital chamada Planaltina, a construção de Brasília terminou sendo a concretização de uma nova história de industrialização e desenvolvimento, para os quais o modernismo funcionalista parecia oferecer a roupagem adequada.

Neste sentido, como bem assinala Fraser, numa síntese que pode ser extensível a outros governantes e projetos latino-americanos do período, Kubitschek

> [...] viu Brasília como uma maneira de romper com as raízes do passado, de promover a industrialização, estimular o desenvolvimento econômico e fomentar o desenvolvimento regional. (FRASER, 2000, p. 216)[7]
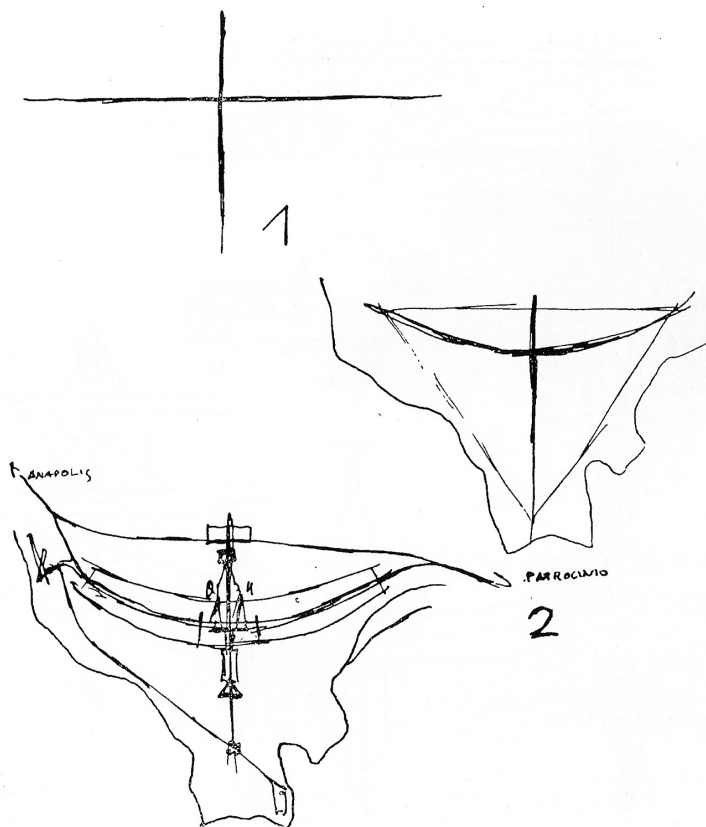
Figura 4 - Desenhos para o Plano Piloto de Brasília

Fonte: Buchmann (2002)

Entre urbanismo e planejamento, cidade e região

Não é casualidade que a utilização do termo "urbanismo" durante as primeiras décadas do século XX na América Latina fosse substituída no segundo pós-guerra por outros termos, como *planificación* ou *planeamento* em espanhol, assim como planejamento em português. Na medida que estes são frequentemente usados como sinônimos, pode pensar-se que esta aparente duplicidade é resultado de um vocabulário mais rico neste caso do que o inglês, onde *urbanism* tradicionalmente não teve uma conotação disciplinar alternativa ao *town planning* britânico ou ao *urban planning* norte-americano, fato que mudaria na era pós-moderna. Mas, no fundo, existem matizes conceituais e históricos associados a cada termo: tal como foi esboçado para contextos de industrialização avançada, a diferença do *urbanisme* francês, da *urbanistica* italiana ou do *Städtebau* germânico, o *town planning* anglo-saxão enfatizou valores sistêmicos, procedimentais e/ou políticos, apoiado para isso nas ciências sociais e seu aparato técnico em substituição do *design*, por resumir assim a sua orientação mais geral, internacional e evidente para meados do século XX (HEBBERT, 2004).

Na América Latina, que procurava o desenvolvimento e a modernização através da industrialização e urbanização, esse trânsito epistemológico foi também manifestação do relevo e deslocamento dos polos, da Europa aos EUA, de onde era importada a modernidade que trazia o novo aparato de instrumentos associados ao planejamento, assim como a renovação técnica, procedimental e institucional que propiciou, ao mesmo tempo em que se produzia, uma ampliação do âmbito da cidade à região[8].

Neste sentido, como antecedente teórico, é interessante assinalar que mesmo que o famoso *Manual de urbanismo* (1939-40) de Karl Brunner não enfatizara a região enquanto âmbito territorial, reconhecia sim o "planejamento regional" como nova técnica cujos antecedentes datavam do planejamento que Schmidt fez da bacia do Ruhr e dos "estudos cívicos" de Geddes para Edimburgo; mas os exemplos contemporâneos eram vinculados pelo mestre austríaco aos avanços da Regional Planning

Association of America (RPAA), em Nova York e na Califórnia (Cf. BRUNNER, 1939-1940, p. 189-190)[9]. Não era o "urbanista", e sim o "planejador", o profissional que, para Brunner, devia estar a cargo das metas econômicas da técnica regional, mesmo que alguns de seus instrumentos, como as cidades satélite e os *green belts* ou cinturões verdes, podiam ser trabalhados em conjunto pelo urbanismo tradicional (Cf. BRUNNER, 1939-1940, p. 138-177).

Caso ilustrativo deste raciocínio foi Maurice Rotival, que, desde o final dos anos 1940 esteve entre os assessores internacionais da CNU, mas aparecendo frente seus antigos aprendizes venezuelanos com ares norte-americanos. Trabalhando na época na Universidade de Yale, o planejador chegou com notória preocupação pela região, âmbito no qual o Rotival do Plano Monumental de Caracas parecia não ter prestado tanta atenção. O urbanista do pós-guerra também solicitava consideração aos aspectos financeiros dentro da metodologia de planificação; utilizando uma distinção que formularia com mais precisão anos depois, pode-se dizer que o antigo *urbaniste* agora desejava ser considerado como *planificateur*, a nova "mão direita" dos estadistas norte-americanos (ROTIVAL, 1956, p. 13; ROTIVAL, 1964, p. 42). Ainda que distinguisse entre o "urbanista do centro" e o urbanista "das unidades de vizinhanças", Rotival reduzia ambos ao âmbito da cidade, cuja incorporação integral dentro da região somente podia ser conseguida pelo planejador; este também era o único capaz de orquestrar o conceito geral resultante dos aportes fornecidos por diversos especialistas, incluindo arquitetos e urbanistas. A partir da sua experiência estadunidense, Rotival considerava que o chamado arquiteto-urbanista era um híbrido que podia ser até perigoso em termos de planejamento, "porque o urbanista se tem preocupado até agora com a composição arquitetônica, mas de fato tem ignorado o planejamento". É por essa razão que Rotival, o planejador, finalmente instava os urbanistas a que abandonassem suas simples preocupações arquiteturais e assumissem o desafio do planejamento para o que estavam facultados:

> Vocês não devem deixar o lugar vazio, porque se vocês não se preocupam, se vocês não se preucupam, se não pensam sua profissão com relação ao planejamento, este lugar será imediatamente ocupado, sem dúvida por homens notáveis, que terão talvez todos os títulos que conferem nossas grandes escolas, mas que logicamente não serão planejadores. E então o barco corre o risco de encalhar. (ROTIVAL, 1964, p. 45, tradução minha)[10]

Considerações regionais haviam sido incorporadas, é claro, nos estudos de campo e marcos teóricos que enquadraram muitos dos primeiros planos urbanos de capitais latino-americanas, como os de Contreras e Della Paolera para o México e Buenos Aires, até os de Agache e Rotival para o Rio e Caracas, respectivamente (ALMANDOZ, 2002, p. 31-39). A ampliação do âmbito urbano evidenciou-se ainda cedo no caso do Brasil, onde a influência de princípios de análise regional de Geddes, Burgess e Eugène Hénard nutriram a experiência do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (EPUCS), entre 1946 e 1952 (GOMES, 2005, p. 25). A transição do urbanismo ao planejamento foi acelerada pelas visitas do dominicano francês Padre Louis-Joseph Lebret a São Paulo e outras cidades brasileiras, onde advogou a incorporação de princípios e variáveis do planejamento econômico e regional como requisitos para planejar áreas metropolitanas em expansão, através da Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais – SAGMACS (Cf. LAMPARELLI, 1995; LEME, 1999)[11]. Com influências que iam do marxismo e do reformismo de Le Play, passando pela sociologia de Durkheim e Tönnies, até as teorias contemporâneas de polos de desenvolvimento de François Perroux, o movimento Economia e Humanismo e a SAGMACS foram pioneiros em promover uma melhora da qualidade de vida e espacialização do desenvolvimento tão em voga no pós-guerra, através de um *aménagement du territoire* de ampla base científico social (LAMPARELLI, 1998). A nova consciência sobre a necessidade de planejamento regional no meio brasileiro foi evidenciada nas críticas ao plano de Brasília, o qual, apesar de ter sido promovido pela agência Novacap, não havia incorporado suficientes economistas, ecólogos e planejadores. A resposta de Costa às críticas feitas

por Gilberto Freyre, voz líder das novas ciências sociais brasileiras, não foi somente inteligente, mas também indicativa do ponto de inflexão da disciplina: a nova capital não devia ser "o resultado, senão a causa de um plano regional" (COSTA apud FRASER, 2000, p. 203)[12].

Não só através da integração de equipes interdisciplinares para sua formulação, planos coetâneos para capitais latino-americanas foram mais decididos em assumirem princípios de planejamento econômico e regional. Para dar resposta a uma metrópole que havia passado de 17 a 35 municípios, Po plano Intercomunal de Santiago (1960), por exemplo, propunha vias estruturantes, reservas florestais, anéis perimetrais de circulação e reorganização da localização industrial ao longo de novos "cordões", em consonância com os objetivos propostos pela Corporación de Fomento de la Producción (CORFO), criada em 1939 (RÁMON, 2006, p. 215).

Ao chegarem assim, principalmente por via norte-americana – mesmo que seus representantes fossem mestres europeus, como Rotival ou Sert –, o *regional planning* e o funcionalismo do CIAM continuaram amalgamando diversas influências metodológicas, com variantes que iam desde o econômico e social, até o regional e sistêmico; essas *mainstreams* foram-se combinando de diferentes maneiras nos aparatos institucionais latino-americanos, os quais se ampliavam da escala local à nacional. Pareceria que neste continente concretizava-se a institucionalização que o CIAM havia experimentado depois da Segunda Guerra Mundial, a qual, segundo lembra Gomes (2005, p. 19), o fez passar de liderança da vanguarda a representante do *Establishment*.

Porém, cabe também uma interpretação em sentido inverso, por dizer assim, a qual pode ser ilustrada pelo significativo caso do México. Neste contexto foram manifestadas as já assinaladas diferenças iniciais entre o CIAM e os Interational Housing and Town Planning Congresses (IHTPC), que poderiam ser chamados de defensores iniciais do *urbanisme*, por um lado, e do planejamento urbano e regional, pelo outro; pode-se dizer que, ao final, prevaleceu a tendência integradora do segundo grupo, fortalecido pela coincidência de termos em torno do planejamento em

diferentes idiomas, além da inteligente presença de figuras como Raymond Unwin no primeiro CIAM, que, ao final, tornar-se-ia presidente dos IHTPC. Influenciada pela presença pioneira de Carlos Contreras e de sua revista *Planificación*, essa evolução de termos fica posteriormente ilustrada no meio asteca:

> […] en el caso de México, las diferencias por el uso de los vocablos planificación y urbanismo aparecieron al patentizarse ámbitos de acción, ya que urbanismo se empezó a circunscribir como lo aplicado a las ciudades, y planificación – que en Contreras abarcaba ciudades, regiones y país - con un manejo ya más político e ideológico entre quienes ejercían las ciencias sociales, sobre todo, a partir de las experiencias en la Unión Soviética, cuando empezó a ligarse el concepto de planificación con el manejo de la economía. (RUIZ, 2008, p. 267-268)

Ainda que talvez a evolução haja sido inversa em outros países menos ligados aos IHTPC e onde a influência do CIAM foi mais intensa, como se tentou apontar acima, o importante é que, no final, se produziu uma unificação terminológica, onde os matizes correspondem aos assinalados por Sánchez Ruiz para o caso mexicano. Sobretudo resulta interessante enfatizar que o planejamento passou a ser associado não só a novas técnicas e âmbitos, senão também definido pela sua relação com metas e objetivos políticos, econômicos e sociais[13].

Essas distinções e mudanças foram reconhecidas, em uma perspectiva epistemológica e também histórica, pelo peruano Emilio Harth-Terré e pelo argentino Patricio Randle, que participaram daquela metamorfose do jovem urbanismo continental e que a colocaram mais tarde em perspectiva. Em seu livro *Filosofía en el urbanismo* (1961), o primeiro se pronunciou abertamente por este termo que correspondia à "ciência da cidade", enquanto que a "sobrevalorização do vocábulo planejamento", consequência da crescente admiração pelo anglo-saxão nas universidades latino-americanas, teria levado à "deturpação do neologismo planejamento urbano", deslocando desnecessariamente o "puríssimo e expressivo" termo

que o idioma espanhol oferece através do termo *urbanismo* (HART-TERRÉ, 1961, p. 64).

Anos mais tarde, partindo da premissa de que, no idioma espanhol, ambos os termos, "urbanismo" e "planejamento", eram aceitáveis, na sua obra *Qué es el urbanismo* (1968), Randle não os considerava como sinônimos e atribuía a cada um deles um significado histórico e conceitual. Por serem sempre "destinatários de influências tão diversas", os latino-americanos teriam adotado "urbanismo" devido a que "foram francesas as correntes que regeram o despertar desta atividade"; o "planejamento urbano" teria prevalecido depois da Segunda Guerra Mundial através da "influência inglesa", com o que provavelmente queria referir-se o historiador ao influxo anglo-saxão que chegou à América Latina a partir dos EUA. Mas Randle foi além da mera sucessão de termos e decidiu-se a enfrentar a "distinção bizantina" que lhe intrigava, ousando fazer a seguinte diferenciação conceitual entre "urbanismo" e "planejamento urbano":

> [...] se trataría de dos conceptos diversos y sucesivos teniendo como punto de partida el urbanismo en su aceptación más próxima a la estética edilicia, a la obra pública edilicia y a la provisión de los servicios urbanos, conforme a los primeros tratados de fines del siglo anterior y comienzos de éste. Luego, en cambio, a la vez que se perfecciona la teoría y la práctica, surgiría como una nueva tarea la del *planeamiento urbano*, en la que el lado estético era sólo una consecuencia de otras preocupaciones más integrales y científicas tales como el uso del suelo y la circulación. (RANDLE, 1968, p. 22)

Pode-se dizer que essas obras de Randle e Harth-Terré conseguiram colocar numa perspectiva epistemológica e historiográfica uma aparente moda de substituir urbanismo por planejamento, o qual refletia mudanças mais estruturais da disciplina, no marco geopolítico do modernismo e do desenvolvimentismo na América Latina. Tal como enfatizara Harth-Terré, se a mudança terminológica tinha muito a ver com a ordem de difusão dos vocábulos em espanhol e em português, ela refletia, por sua vez, um deslocamento dos polos da modernidade técnica, da Europa aos

EUA, na América Latina do pós-guerra, no momento em que se havia produzido uma ampliação dos âmbitos epistemológicos disciplinares, da cidade à região.

Revisão histórica da cidade latino-americana

Se o desenvolvimentismo e a nova cena internacional das Américas ajudaram a mudar a prática do planejamento na região, também o fizeram com os estudos urbanos em processo de consolidação, entre os quais a historiografia pode ser tomada como uma amostra. Desde os anos 1940, o ensino da história somente foi diferenciado quando as escolas de arquitetura conseguiram superar a dicotomia do século XIX entre os preceitos artísticos da Ecole des Beaux-Arts, e aqueles voltados para as engenharias da Ecole Polytechnique, que se haviam reproduzido em algumas universidades latino-americanas desde as reformas borbónicas de finais da Colônia (TORRE, 2002). O desenvolvimento historiográfico foi quiçá estimulado pelo já mencionado interesse estrangeiro, especialmente estadunidense, por reportar e explicar o modernismo latino-americano; ao mesmo tempo no marco do incipiente ensino urbanístico, a transição para o planejamento parecia ir acompanhada pela institucionalização da história como componente específico chamado a alimentar a prática profissional, especialmente no meio mais amadurecido da Argentina. Nesse sentido, vale mencionar a visita de Marcel Poëte, convidado por seu discípulo Carlos della Paolera, para inaugurar o Curso Superior de Urbanismo da Universidade de Buenos Aires, inspirado na orientação evolucionista do parisiense Instituto de Urbanismo do qual Poëte procedia (RANDLE, 1972, p. 32-34). A essa etapa da história em direção ao prático correspondeu, no meio administrativo argentino, por exemplo, um novo formato mais setorial da "evolução da cidade", da qual deviam derivar insumos para os planos de alcance regional, segundo os delineamentos que naqueles anos teve a División de Información Urbana da Dirección

General de Obras Públicas y Planeamiento Urbano (DGOPU) (NOVICK, 2003, p. 12).

Pioneiro da agenda histórica da cidade latino-americana que estava por concretizar, Jorge Enrique Hardoy foi testemunha da já fora de foco abordagem daquele evolucionismo exausto, ainda associado ao urbanismo academicista que não parecia satisfazer aos requerimentos e expectativas do emergente planejamento. Segundo o testemunho que décadas depois daria Hardoy, o conteúdo daqueles primeiros cursos de urbanismo não facilitava nem a compreensão da cidade nem dos centros históricos de rápida expansão e congestionamento. Ocorria como com o urbanismo que se praticava na época: apesar de existirem algumas intervenções inspiradas no modernismo funcionalista, os planos de renovação permaneceram presos a uma aproximação parcial do tráfego, das áreas verdes ou do embelezamento, sem incorporar dimensões econômicas, sociais ou ambientais próprias do planejamento técnico (HARDOY, 1991, p. 143).

A ênfase evolucionista seria deslocada na década seguinte pela consolidação de uma cultura de planejamento e pela diferenciação da história como um de seus componentes; porém, com todas essas mudanças, parecia existir pouca historicidade no ensino do urbanismo latino-americano nos anos 50, o que Ramón Gutiérrez atribui à predominância da descontextualizada prospectiva do CIAM:

> La enseñanza del urbanismo en estos años estaba dominada por la aplicación del modelo del CIAM. Había poco espacio para discutir una visión histórica del problema, y en general los planes urbanos incorporaban aspectos de la evolución histórica como un simple barniz cultural que no tenía incidencia en propuestas de diseño o en la gestación de medidas urbanas. Era difícil entender la posibilidad de formular un futuro desde la propia historia; siempre pesaba más el modelo externo de lo que "se debía ser" antes de entender "lo que se era". (GUTIÉRRÉZ, 2008, p. 277)

Se a quase decorativa incorporação da história urbana no ensino e na prática do planejamento pode ser estendida a outros países até os

anos 50, os estudos urbanos latino-americanos começaram a analisar sistematicamente, na década seguinte, a relação histórica, econômica e sociológica entre industrialização, urbanização e modernização. Estes elementos determinariam uma sorte de "equação de época" que tentaria explicar a conversão da modernidade ocidental no sentido weberiano, em direção a uma modernização de corte habermasiano, formulada *ad hoc* para a região (GORELIK, 2004, p. 33). Aquela visão da cidade como catalisadora da mudança social pode-se dizer que está plasmada na interpretação de Philip M. Hauser como editor de *La urbanización en América Latina*, livro resultante de um seminário internacional que teve lugar em Santiago de Chile, em julho de 1959, sob o patrocínio da UNESCO e da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), entre outros organismos. Ainda que tenha oferecido uma escassa revisão histórica, a interpretação sociológica de corte funcionalista dessa publicação influenciaria não só as aproximações seguintes que a adotaram, incluindo o já mencionado *The growth of Latin American cities* (1971), de Walter Harris, mas também pela reação crítica que produziu em meios locais, liderada por Hardoy (NOVICK, 2003, p. 14).

Proveniente da arquitetura e com certa influência da arqueologia, o argentino Jorge Enrique Hardoy constituiu-se, desde inícios dos anos 1960, como uma figura pioneira de uma história urbana latino-americana mais focalizada, especialmente a partir da sua obra *Las ciudades precolombinas* (Cf. HARDOY, 1964). Juntamente com Richard P. Schaedel, da Universidade do Texas, e Richard Morse, de Yale, entre outros, desde meados dos anos 60 Hardoy organizou simpósios sobre a urbanização continental, especialmente no marco dos Congressos Internacionais de Americanistas (CIA): Mar del Plata (1966), Stuttgart (1968), Lima (1970), Roma (1972), Cidade do México (1974) e Paris (1976). Se bem que os dois primeiros fossem sobre o processo de urbanização da América Latina em geral e através dos diferentes períodos históricos, buscando, segundo Schaedel e Hardoy (1975, p. 16), "facilitar um amplo intercâmbio de

idéias entre arqueólogos, arquitetos, antropólogos, historiadores da arte, historiadores sociais e planejadores urbanos", a partir do simpósio de Lima tentou-se estabelecer um tema central, porém sempre conservando uma cobertura do período pré-colombiano ao contemporâneo.

Além da inclusão das versões resumidas das comunicações nas atas gerais, os textos completos dos simpósios deram lugar a várias publicações especializadas, as quais se converteriam em consulta obrigatória para uma emergente geração de pesquisadores nesse novo campo através do continente. Tal como aponta Ramón Gutiérrez, colaborador próximo de Hardoy, nessas publicações "a temática escolhida era analisada a partir da perspectiva dos tempos pré-hispânicos até o presente, em aportes que tendiam a criar uma visão integrada da história urbana americana" (GUTIÉRREZ, 1995, p. 7).

A revisão histórica da cidade latino-americana, categoria que foi construída e delimitada entre os anos 1950 e 1960, pode ser vista então como parte da agenda desenvolvimentista desdobrada pela CEPAL e pela UNESCO na região (ALMANDOZ, 2008b, p. 154-163, GORELIK, 2004, p. 33-34). Em consonância com uma disciplina que mudava sua defesa epistemológica do urbanismo para o planejamento, essa agenda foi escorada, em termos institucionais, pela constituição da Sociedad Interamericana de Planificación (SIAP) e pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), o qual incluía uma Comisión de Desarrollo Urbano y Regional. Patrocinadas ao mesmo tempo pelas fundações Ford e Rockfeller, SIAP e CLACSO publicaram várias das já referidas compilações que plasmaram, como *corpus* bibliográfico, a agenda histórica da cidade latino-americana requerida pelo desenvolvimentismo que se havia inaugurado com o segundo pós-guerra.

(Tradução de José Carlos Huapaya Espinoza; revisão da tradução de Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes)

Notas

[1] Passagens desta seção são tomadas do meu artigo (Cf. ALMANDOZ, 2008a, p. 61-76).

[2] Passagens desta seção são tomadas do artigo (CF. ALMANDOZ, 2007, p. 59-80).

[3] Carlos Contreras, citado en Ruiz (2008, p. 265-266). Em termos arquiteturais, a influência do CIAM tem sido vista especialmente em obras de Pani como o Multifamiliar Miguel Alemán (1947) (Ibid., p. 268).

[4] Sobre o modernismo mexicano, ver V. Fraser (2000, p. 51-74), onde a autora é algo crítica na que diz respeito à "integração das artes" alcançada na Cidade Universitária (Ibid., p. 76): "the campus remains supremely architectural, an most of the murals are incursions, even intrusions, rather than fully integrated with architecture".

[5] Uma caracterização destes Planos Reguladores – formulados para Caracas, Maracaíbo, Barquisimeto, San Cristóbal e Ciudad Bolívar – pode ser encontrada em Almandoz (1993, p. 62-67).

[6] No que diz respeito ao significado do edifício do MES, ver, por exemplo, Fraser (2000, p. 156).

[7] Tradução de: "[…] saw Brasilia as a way of breaking with the roots of the past, of promoting industrialization, stimulating economic growth and encouraging regional development".

[8] Tentei desenvolver este trânsito em Almandoz (2002, p. 31-39).

[9] Ver Brunner (1939-1940, p. 189-190). Lembremos que, além de ajudar a constituir as plataformas institucionais e profissionais do Chile e Colômbia, o urbanista austríaco chegou a produzir um livro no qual podemos encontrar certa referência à casuística latino-americana para ilustrar a emergente preceptiva urbanística. Baseado no curso que o autor ministrou na Faculdade de Arquitetura de Viena em 1924, recomendado depois no Congresso de Urbanismo de Heidelberg em 1928, o *Manual de urbanismo* (1939-1940) ofereceu, de maneira inovadora para o público do continente, uma revisão das soluções que o nascente planejamento, enquanto "sistema científico", dava aos problemas funcionais das metrópoles mundiais, com abundantes exemplos da cidade latino-americana em processo de transformação.

[10] Tradução de: "parce que l'urbaniste s'est jusqu'ici préoccupé de composition architecturale mais a, en fait, ignoré la planification [...] Vous ne devez pas laisser la place vide, car si vous ne vous en souciez pas, si vous ne pensez pas votre profession au regard de la planification, cette place sera immédiatement occupée, sans doute, par des hommes remarquables, qui auront peut-être tous les titres que confèrent

nos grandes écoles, mais qui ne seront logiquement pas des planificateurs. Et alors, le bâteau, risque d'échouer» (ROTIVAL, 1964, p. 45).

11 Outros planos da Sagmacs foram formulados para o Rio de Janeiro e Belo Horizonte em 1958.

12 A Novacap foi criada em 1956, com Costa como diretor de Arquitetura e Urbanismo.

13 Tal como foi estudado, para o eixo anglo-americano, Taylor (1998).

Referências

ALMANDOZ, Arturo. Despegues sin madurez: urbanización, industrialización y desarrollo en la Latinoamérica del siglo XX. *EURE - Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos y Regionales*, Santiago de Chile: Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales, Pontificia Universidad Católica de Chile, v. 34, n. 102, p. 61-76, ago. 2008a. Disponível em: <http://www.scielo.cl/eure.htm>.

______. *Entre libros de historia urbana:* para una historiografía de la ciudad y el urbanismo en América Latina. Caracas: Equinoccio: Universidad Simón Bolívar, 2008b.

______. Modernización urbanística en América Latina: luminarias extranjeras y cambios disciplinares, 1900-1960. *Iberoamericana,* Berlim: Instituto Ibero-Americano de Berlin, Instituto de Estudios Iberoamericanos de Hamburgo: Iberoamericana/Vervuert, v. 27, p. 59-80, set. 2007.

______. Notas conceptuales sobre la evolución del urbanismo en Venezuela. *Analys-art,* Caracas: IDEA, n. 5, p. 53-78, mar. 1993.

______. Urbanization in Latin America: from Haussmann to CIAM. In: ______. (Ed.). *Planning Latin America's capital cities, 1850-1950*. Londres; New York: Routledge, 2002. p. 13-44.

BALLENT, Anahí, *Las huellas de la política:* vivienda, ciudad, peronismo en Buenos Aires, 1943-1955. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.

BEYHAUT, Gustavo e Helène. *América Latina III: de la independencia a la segunda guerra mundial*. México: Siglo Veintiuno, 1983. (Historia universal siglo XXI, v. 23).

______. ______. *México*: Siglo Veintiuno, 1985. (Historia universal siglo XXI, v. 23).

BRUNNER, Karl K. *Manual de urbanismo*. Bogotá: Imprenta Municipal, 1939-1940. 2ts., t. 2, p. 189-190.

BUCHMANN, A. *Lúcio Costa: o inventor da cidade de Brasília.* Brasília: Thesaurus, 2002.

CARIDE, Horacio Eduardo. La ciudad representada: metáforas, analogías y figuraciones en el urbanismo de Buenos Aires. In: INSTITUTO DE ARTE AMERICANO E INVESTIGACIONES ESTÉTICAS "MARIO J. BUSCHIAZZO". 2002-2004. Buenos Aires. *Anales…* n. 37-38, Buenos Aires: Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, UBA, 2002-2004. p. 211-253.

CLICHEVSKY, Nora. *Construcción y administración de la ciudad latinoamericana*. Buenos Aires: Instituto Internacional de Medio Ambiente y Desarrollo (IIED-América Latina), Grupo Editor Latinoamericano (GEL), 1990.

DAVIS, Kingley. La urbanización de la población mundial. In: AA.VV., *La ciudad*. Madri: Scientific American: Alianza, 1982. p. 11-36.

DONGHI, Túlio Halperin. *Historia contemporánea de América Latina*. Madri; Buenos Aires: Alianza, 2005.

DRAKAKIS-SMITH, David. *The third world city* (1987). Londres: Routledge, 1990.

FRANCO, Rolando. *La Flacso clásica (1957-1963): vicisitudes de las ciencias sociales latinoamericanas*. Santiago de Chile: Catalonia, 2007.

FRASER, Valerie. *Building the new world: studies in modern architecture of Latin America 1930-1960*. Londres; New York: Verso, 2000.

GOMES, Marco A. de Filgueiras. Cultura urbanística e contribuição modernista: Brasil, anos 1930-1960. *Cadernos PPG-AU Faufba*, edição especial, v. 3, p. 11-29, 2005. Urbanismo modernista. Brasil 1930-1960.

GOODWIN, Philip. *Brazil builds: architecture old and new, 1652-1942*: construção brasileira: arquitetura moderna e antiga 1642-1942. Fotografias de G.E. Kidder Smith. New York: Museum of Modern Art, 1943.

GORELIK, Adrian. *Das vanguardas a Brasília:* cultura urbana e arquitetura na América Latina. Trad. Maria Antonieta Pereira. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

______. Richard Morse y la 'ciudad latinoamericana': apogeo y decadencia de un ciclo. *Relea - Revista Latinoamericana de Estudios Avanzados*, Caracas: CIPOST: Faces: UCV, n. 20, p. 25-54, jul./dez. 2004.

GUTIÉRREZ, Ramón. Jorge Enrique Hardoy: su aporte a la historia urbana de América Latina. *DANA - Documentos de Arquitectura Nacional y Americana,* n. 37/38, p. 6-11, 1995.

______. Modelos e imaginarios europeos en urbanismo americano 1900-1950. *Revista de Arquitectura,* Santiago: Universidad de Chile, n. 8, p. 2-3, 1996.

GUTIÉRREZ, Ramón. De la historia del arte, la arquitectura y el urbanismo en latinoamérica-entrevista. In: ALMANDOZ, Arturo. *Entre libros de historia urbana:* para una historiografía de la ciudad y el urbanismo en América Latina. Caracas: Equinoccio: Universidad Simón Bolívar, 2008.

HARDOY, Jorge E. *Las ciudades precolombinas*. Buenos Aires: Infinito, 1964.

______. La situazione delle città latino-americane: analisisi e soluzioni: la formassione di professionisti. In: PICCINATO, Giorgio (Ed.). *Città, territorio e politiche di piano in America Latina*. Milão: Franco Angeli, 1991. p. 137-156.

HARRIS, Walter D. Jr. *The growth of Latin American cities*. Atenas, Ohio: Ohio University, 1971.

HARTH-TERRÉ, Emilio. *Filosofía en el urbanismo*. Lima: Tierra y Arte, 1961.

HAUSER, Philp M. (Ed.). *La urbanización en América Latina*. Buenos Aires: Solar, Hachette, 1967.

HEBBERT, Michael. Town Planning versus Urbanismo. In: CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL PLANNING HISTORY SOCIETY, 11., 2004, Barcelona. *[Anales…]*. Barcelona: IPHS, 2004. p. 89-98. Planning Models and the Culture of Cities.

HITCHCOCK, Henry-Russell. *Modern architecture in Latin America since 1945*. New York: Museum of Modern Art, 1955.

LAMPARELLI, Celso Monteiro. O ideário do urbanismo em São Paulo em meados do século XX; o Padre Lebret: continuidades, rupturas e sobreposições. *DANA - Documentos de Arquitectura Nacional y Americana,* n. 37/38, p. 125-131, 1995.

______. Louis-Joseph Lebret e a pesquisa urbano regional no Brasil: crônicas tardias ou história prematura. In: PADILHA, Nino (Org.). *Cidade e urbanismo:* história, teorias e práticas. Salvador: FAUFBA, 1998. p. 281-298.

LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1865-1965. In: ______. (Org.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Fupam, Studio Nobel, 1999. p. 20-38.

NOVICK, Alicia. El urbanismo en las historias de la ciudad. *Registros*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 6-26, nov. 2003.

POTTER, Robert B.; LLOYD-EVANS, Sally. *The city in the developing world*. Londres: Longman, 1998.

POZO, José del. *Historia de América Latina y del Caribe. 1825-2001*. Santiago: LOM, 2002.

RAMÓN, Armando de. *Historia de Chile:* desde la invasión incaica hasta nuestros días (1500-2000). Santiago de Chile: Catalonia, 2006.

RANDLE, Patrício. *Evolución urbanística*. Buenos Aires: Eudeba, 1972.

______. *Qué es el urbanismo*. Buenos Aires: Columba, 1968.

REISSMAN, Leonard. *The urban process:* cities in industrial societies. New York: The Free, 1970.

RODRIGUES, Cecília et al. El viaje de 1936. In: OYARZUN, Fernando Pérez (Org.). *Le Corbusier y Sudamérica :* viajes y proyectos. Santiago de Chile: Escuela de Arquitectura, Pontificia Universidad Católica de Chile, 1991. p. 42–49.

ROSTOW, Walt Whitman. *The stages of economic growth: a non-communist manifesto*. New York: Cambridge University, 1990.

ROTIVAL, Maurice. La planificación: doctrina y método de trabajo. *Revista del Colegio de Ingenieros de Venezuela*, Caracas: CIV, n. 249, p. 13-21, dez. 1956.

______. Planification et urbanisme. *Urbanisme*, n. 82-83, p. 42-45, 1964.

RUIZ, Gerardo Sánchez. *Planeación moderna de ciudades*. México: Trillas, 2008.

SCARPACCI, Joseph; SEGRE, Roberto; COYULA, Mario, *Havana: two faces of the Antillean metropolis*. Chapel Hill; Londres: The University of North Carolina, 2002.

SCHAEDEL, Richard P.; HARDOY, Jorge E. (Org.). *Las ciudades de América Latina y sus áreas de influencia a través de la historia*. Buenos Aires: SIAP, 1975.

TAYLOR, Nigel. *Urban planning theory since 1945*. Londres: Sage, 1998.

TORRE, Susana. Teaching architectural history in Latin America: the elusive unifying architectural discourse. *Journal of the Society of Architectural Historians*, Chicago: SAH, v. 61, n. 4, , p. 549-556, dez. 2002.

UNITED NATIONS CENTRE FOR HUMAN SETTLEMENTS. *An urbanizing world:* global report on human settlements. Oxford: Oxford University, 1996.

VILLANUEVA, P. e PINTÓ, M. *Carlos Raúl Villanueva.* Madri: Tanais Ediciones, 2000.

VILLORIA-SIEGERT, Nelliana; ALMANDOZ, Arturo. Transferring the neighborhood unit to Caracas: examples of foreign influence in Venezuela. *Critical Planning*, v. 9, Los Angeles: UCLA, v. 9, p. 89-100, 2002.

VIOLICH, Francis. Caracas: focus of the new Venezuela. In: ELREDGE, H. Wentworth (Ed.). *World capitals:* toward guided urbanization. New York: Anchor: Doubleday, 1975. p. 246-292.

______. *Cities of Latin America: housing and planning to the South*. New York: Reinhold Publishing Corporation, 1944. p. 169-173.

WILLIAMSON, Edwin. *The Penguin history of Latin America*. Londres: Penguin Books, 1992.

Notas sobre a América do Sul na historiografia urbana brasileira

Ricardo Hernán Medrano

Introdução

Entre os anos 1920 e 1960, embora houvesse uma intensa circulação de ideias e de profissionais pelo continente, não foram produzidos no Brasil muitos trabalhos com visão de conjunto sobre o urbanismo na América do Sul. E, em geral, nestas construções predominam os enfoques sobre o período colonial, ganhando relevo as diferenças entre as formas de ocupação espanhola e portuguesa, na América.

Neste trabalho, optamos por construir um quadro de referência, com base na análise de alguns autores, como uma pequena contribuição a um tema que exige um estudo muito mais abrangente. Um amplo quadro de referência é necessário para enfrentar dois desafios: um é a recuperação histórica de diversos autores que têm sido esquecidos pela literatura, cuja contribuição é essencial para lidar com os estudos sobre a América do Sul na atualidade. Outro é eliminar a fronteira entre o Brasil e outros países, já que autores não-brasileiros que construíram visões sobre a América do Sul ou América Latina são pouco conhecidos no Brasil, e a historiografia urbana brasileira é razoavelmente desconhecida fora de nossas fronteiras.

Diante deste quadro, e das limitações apontadas, inicialmente optamos por trabalhar sobre duas obras que representam, a nosso juízo, dois paradigmas sobre as questões assinaladas acima e que usaremos para balizar

uma discussão sobre o urbanismo na América do Sul até aproximadamente a década de 1960. Trata-se de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, surgido em 1936, e de *Evolução urbana do Brasil: 1500-1720*, de Nestor Goulart Reis Filho, publicado em 1968. O nexo que une ambas as obras é que a segunda contesta algumas das conclusões da primeira e é o resultado de uma tese da qual o próprio S. B. de Holanda foi membro da banca. Embora enfoquem o período colonial, têm validade para nós pelo fato de que se trata, para ambos, apenas de um recorte para discutir o presente em que as obras foram escritas, os anos 1930 e 1960.

Depois, apontamos para um diálogo com alguns pesquisadores não-brasileiros, José Luis Romero, Angel Rama e Jorge Enrique Hardoy, que produziram obras onde uma visão abrangente da cidade latino-americana é central, e também para algumas questões que emergem desta temática, em confronto com a produção brasileira[1].

Um panorama geral

As primeiras décadas do século XX no Brasil são marcadas, no campo da arquitetura e do urbanismo, pela coexistência e mudança de paradigmas, refletindo em algumas situações o debate internacional, em outras as circunstâncias internas que evidenciam a complexidade dos processos em pauta. Por um lado, a herança do século XIX é continuada através de arquitetos ou experiências, como na cidade de Goiânia (1933) ou no plano Agache para o Rio de Janeiro (1930). Outras vozes buscam incorporar a dimensão cultural e física local nos projetos, o que produz vertentes diversas, como a arquitetura neocolonial, adotada por nomes como Ricardo Severo, José Marianno Filho e Lucio Costa, este no início da carreira. Há ainda a consolidação e fortalecimento da corrente modernista, que, por um lado, irá recolher as ideias e experiências internacionais, mas também, e isto é particularmente próprio do caso brasileiro, propor uma continuidade com os tempos coloniais. Neste debate, há um constante

diálogo entre os domínios internacional e local, que se resolvem em diversos graus de articulação dessas instâncias[2].

Na América do Sul, em diferentes épocas, circularam conceitos diversos e profissionais estrangeiros, como Joseph Bouvard, Jean Nicolas Forestier, Alfred Agache, Le Corbusier, Vladimiro Acosta, Ernesto Rogers, Enrico Tedeschi, Barry Parker, Giulio Carlo Argan, Charles Thays, Victor Dubugras, Josep Lluis Sert, Werner Hegemann, Karl Brunner, Antonio Bonet, Gastón Bardet, entre muitos outros[3]. Isto permitiu a construção de uma frutífera linha de pesquisas sobre a atividade destes arquitetos e o impacto ou não que suas obras e princípios tiveram.

Ao mesmo tempo, no Brasil ou na América do Sul, não é possível desvincular este campo de ideias das transformações sociais, em especial as que ocorrem a partir de fins do século XIX. Neste contexto, para ajudar a entendê-las, assumem papel importante os chamados "intérpretes do Brasil", ou seja, aqueles que buscaram entender desde pontos de vista e abordagens diversas o que é este país e como transformá-lo[4]. Entram neste universo, entre outros, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Raymundo Faoro, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda.

No Brasil, em particular a partir da década de 1930, o debate em torno da cultura brasileira se intensificou, produzindo um rico ambiente que reuniu intelectuais de diversas formações. Muitos dos arquitetos que defenderam e praticaram a arquitetura moderna no Brasil são os mesmos responsáveis pela criação dos órgãos de defesa do patrimônio. O SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – (atualmente IPHAN) foi criado oficialmente em 1937. Entre os personagens que participaram de sua criação, citamos Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade (que realizou o anteprojeto para criação do SPHAN, em 1936), Paulo Duarte, Lucio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Gustavo Capanema, Alceu Amoroso Lima, Pedro Nava, Manuel Bandeira, entre tantos outros.

Nesse período, surgem também algumas das obras paradigmáticas de interpretação do Brasil: nos referimos a *Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freyre, publicado no ano de 1936, *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr., de 1942[5], e *Raízes do Brasil*, de Sergio Buarque de Holanda, de 1936 (edição prefaciada por Gilberto Freyre), obras em que a ocupação do território e a dimensão urbana têm papel importante.

Podemos afirmar que a obra de S. B. de Holanda é também resultado dessas circunstâncias. Manteve intenso contato com diversos protagonistas destes tempos, em particular com Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Gilberto Freyre e Di Cavalcanti, e foi amigo pessoal de Rodrigo Melo Franco de Andrade, um dos responsáveis pela criação do SPHAN e seu diretor de 1937 a 1968. S. B. de Holanda também fez parte da Comissão de Teatro do Ministério da Educação, a convite de Gustavo Capanema. Sua atuação ocorreu principalmente no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1946, quando retornou a São Paulo, depois de 25 anos, para assumir a direção do Museu Paulista.

Com *Raízes do Brasil*, S. B. de Holanda nos oferece, além de uma interpretação do país, por sinal ainda extremamente atual, apesar de transcorridos mais de setenta anos, um capítulo que nos interessa mais especificamente, intitulado "o semeador e o ladrilhador"[6]. Impressiona o impacto que este capítulo teve e continua tendo na historiografia urbana, citado até hoje sempre que as cidades espanholas e portuguesas na América entram em pauta, em especial em trabalhos publicados fora do Brasil. Nesse texto, Buarque de Holanda contrapõe as cidades brasileiras, que teriam sido construídas como produto do acaso, às espanholas, que, ao contrário, obedeceriam a um plano.

Quase três décadas depois, surge, em 1968, o livro *Evolução urbana do Brasil: 1500-1720*, de Nestor Goulart Reis[7], resultado de uma tese de livre-docência defendida em 1964 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e da qual participa, como já foi dito, o próprio S. B. de Holanda como membro da banca. A visão é outra, como veremos adiante.

Na obra *Raízes do Brasil*, S. B. de Holanda tenta entender não só os principais elementos formadores do Brasil, como sua herança no Brasil dos anos 1930, em um momento potencial de mudanças, com "uma população em vias de organizar-se politicamente" (HOLANDA, 2006, p. 55), e pensar como superar esse legado na direção da modernização. Imbuído de um ferramental teórico oriundo de diferentes correntes, nesta tarefa procura caracterizar as raízes mentais daqueles que colonizaram estas terras, que teria sido obra de "aventureiros", em busca da "riqueza que custa ousadia, não trabalho" (HOLANDA, 2006, p. 40), os únicos capazes de empreender a tarefa, em contraposição aos "trabalhadores".

Ao mesmo tempo em que isto viabiliza a conquista e ocupação do território, irá caracterizar um perfil que S. B. de Holanda julga necessário superar. Não se trata apenas de uma característica do português, mas uma matriz própria dos povos ibéricos, que, ao contrário dos seus vizinhos europeus, buscam uma vida baseada na "invencível repulsa que sempre lhes inspirou toda moral fundada no culto ao trabalho" (HOLANDA, 2006, p. 27), própria da herança ibérica.[8]

Uma de suas principais referências teóricas é Max Weber, cuja leitura aprofunda após estadia em Berlim, entre 1929 e fins de 1930. Em contraste com o estado weberiano[9], critica o culto à personalidade dos ibéricos, já que "o Estado não é uma ampliação do círculo familiar" (HOLANDA, 2006, p. 153). O "homem cordial", expressão cunhada por Ribeiro Couto, sintetiza este perfil, do sujeito que prioriza seu círculo imediato em detrimento do geral:

> O que principalmente os distingue é, isto sim, certa incapacidade, que se diria congênita, de fazer prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal, como o são as que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade. (HOLANDA, 2006, p. 148)

Uma terceira questão está na primazia da vida rural. Aponta para um fato essencial: no Brasil, as cidades tinham vida intermitente, eram "cidades de domingo". A vida nos primeiros séculos se passava nos engenhos, enquanto as vilas e cidades eram usadas nas festas ou para as atividades de comércio na época das safras. Ao contrário de outros lugares, a prosperidade dos centros de produção agrícola se fez às custas dos meios urbanos.

Além disso, há duas questões no livro de S. B. de Holanda que merecem ser destacadas: a primeira é que sua análise centra-se primordialmente em um aspecto físico, o traçado, o que é menos usual entre os historiadores, singularidade que permite ao autor combinar ao mesmo tempo uma interpretação do Brasil com a análise de um aspecto formal do urbanismo. Aqui está um dos paradoxos do livro: uma matriz ibérica, se não idêntica, muito parecida, produz resultados completamente distintos – o "múltiplo no seio do uno" (HOLANDA, 2006, p. 240), segundo palavras de Antonio Candido. Os espanhóis criam um sistema de ocupação do território onde o papel principal cabe à cidade. Desde esta entidade, a coroa espanhola procede de forma centralizada à ocupação do território. Estas cidades, que em sua maioria eram traçadas em quadrícula, deviam obedecer a uma legislação específica e detalhada (consolidada desde cedo nas *Ordenanzas de descobrimiento y población*, de 1573), e configuram um modelo plenamente identificável. No caso dos portugueses, para S. B. de Holanda, as cidades foram feitas ao capricho do terreno, sem plano, sem ordem, com um certo "desleixo", que, por outro lado, mostra também o reconhecimento de uma capacidade de adaptação às circunstâncias que os espanhóis não tiveram. Citamos duas frases desta obra:

> Em nosso próprio continente a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa: por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados. (HOLANDA, 2006, p. 98)
> [...]

> Essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono. Dir-se-ia mesmo que se fez apesar de seus autores. E o reconhecimento desse fato não constitui menoscabo à grandeza do esforço português. (HOLANDA, 2006, p. 33)

Em definitivo, o estudo das cidades e do urbanismo no Brasil era até a época da publicação desta obra praticamente desconhecido. As evidências estavam nas cidades, que guardavam sua história. S. B. de Holanda não foi apenas um pioneiro do estudo conjunto da cidade espanhola e portuguesa na América, mas também da cidade brasileira.

COLEÇÃO DOCUMENTOS BRASILEIROS
DIRIGIDA POR GILBERTO FREYRE
1
SERGIO BUARQUE DE HOLLANDA
RAIZES DO BRASIL
LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA
RUA DO OUVIDOR, 110 e RUA 1.º DE MARÇO, 13
RIO — 1936
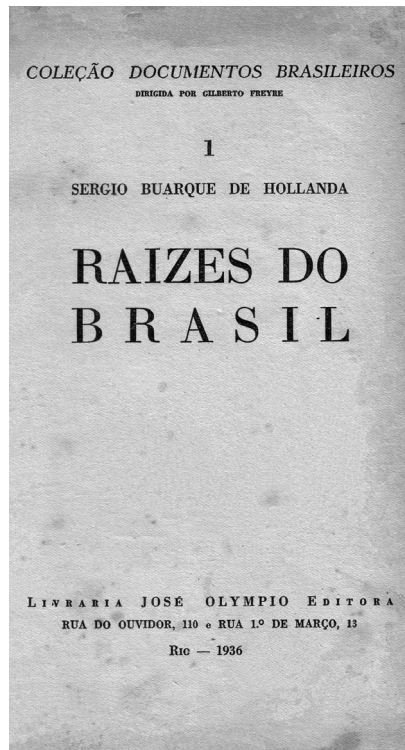
Figura 1 – Capa da primeira edição de Raízes do Brasil, de S. B. de Holanda.

Outras fontes: urbanismo no Brasil[10]

Os estudos sobre o urbanismo no Brasil tomaram efetivo impulso há poucas décadas. Mas existem alguns estudos pioneiros que devem ser citados. No século XIX, estão os trabalhos de Manuel Aires do Casal, *Corografia brasílica*, de 1817, ou o *Diccionario geographico historico e descriptivo do imperio do Brazil, contendo a origem e historia de cada provincia, cidade, villa e aldeia*, de Milliet Saint-Adolphe, de 1845.

Podemos citar também dois estrangeiros que vieram para o Brasil quando da criação da Universidade de São Paulo, com contribuições essenciais: Pierre Monbeig, que em 1949 escreveu *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, um trabalho de geografia sobre a ocupação do estado de São Paulo, e Pierre Deffontaines, que publicou, em 1944, *Como se constituiu no Brasil a rede de cidades.* Foram dos primeiros a estudar a rede urbana, e não apenas as cidades.

Podemos citar ainda como antecedentes os trabalhos de Teodoro Sampaio sobre Salvador e São Paulo (publicados depois de sua morte, em 1937); de Paulo Thedim Barreto, um dos primeiros a identificar diretrizes urbanas oficiais nos seus estudos sobre o Piauí (1938); de Joaquim Cardoso, sobre o Recife (1940); de Plínio Salgado, com seu *Como nasceram as cidades do Brasil* (1946); de Sylvio de Vasconcelos sobre as vilas mineiras (1956); e de Manoel Rodrigues Ferreira (1959), autor de um minucioso estudo sobre o urbanismo em todo o Brasil.

Um ponto de inflexão é o texto essencial produzido por Aroldo de Azevedo em 1956, *Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva* (AZEVEDO, 1956). Este texto, que serviu como fonte para as datas de fundação de cidades utilizadas por N. G. Reis, é um extenso estudo de geografia urbana enfatizando a rede urbana brasileira. Sobre o traçado, faz sintéticos comentários, reconhecendo a existência de alguma regularidade, mas concordando em essência com a visão de S. B. de Holanda.

Com relação à iconografia, uma obra importante é *Ensaio de iconografia das cidades portuguesas de ultramar*, de Luis Silveira, provavelmente a primeira grande sistematização sobre as cidades portuguesas. São quatro volumes, um deles dedicado ao Brasil.

Após a defesa da tese, N. G. Reis publica o livro correspondente em 1968, ao qual voltaremos mais adiante. No mesmo ano, Paulo Santos apresenta, no V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, o texto *Formação de cidades no Brasil colonial* (SANTOS, 2001). Trata-se de um trabalho amplo, já que examina as características de cidades nas quais podem ser encontradas as origens da cidade brasileira. Chamou-as de a "cidade informal", a "cidade muçulmana da Idade Média", a "cidade cristã da Idade Média" e a "cidade do Renascimento". Da mesma forma que S. B. de Holanda, também estuda as cidades de colonização hispânica. No caso da cidade brasileira, realiza um estudo sobre a legislação e o traçado das cidades, classificando-as (para o período colonial) em: "cidade de afirmação de posse e defesa da costa e cidades do litoral em geral", "cidades de conquista do interior" e "cidades de penetração rumo às fronteiras oeste e sul". Quanto aos traçados, haveria: traçados inteiramente irregulares; traçados de relativa regularidade; traçados que inicialmente foram irregulares e depois, refeitos, adquirindo perfeita regularidade; e traçados perfeitamente regulares.

Em essência, o trabalho de Paulo Santos pode ser considerado um detalhamento daquele realizado por S. B. de Holanda, já que prevalece a mesma posição sobre as diferenças entre portugueses e espanhóis, e estas diferenças estão plasmadas principalmente na legislação e no traçado. Além disso, o foco é a cidade e não a rede urbana[11].

Urbanismo na América do Sul

Sobre aspectos parciais do urbanismo na América do Sul, há muitas referências, principalmente em revistas, o que denota a circulação de

ideias e experiências no continente. Mas, no Brasil, a historiografia com visão de conjunto sobre o urbanismo na América Latina ou América do Sul é escassa no período em questão.

Mas há alguns exemplos: entre 1959 e 1961, João Boltshauser produziu uma obra singular: *Noções de evolução urbana nas Américas* (BOLTSHAUSER, 1959-1961), no qual trata não apenas do que chamamos América Latina como também das ocupações francesas, holandesas, suecas e inglesas na América do Norte. Tem o mérito principal de buscar uma interpretação de conjunto para a "evolução urbana" em toda a América. Suas conclusões apontam para três fases de "implantação de núcleos habitados":

1. Tipo de urbanização irregular
2. Tipo de organização regular
3. Tipo de urbanização racional e complexa.

A urbanização brasileira estaria situada no primeiro caso e somente no século XIX é que apareceriam soluções do segundo tipo. O terceiro tipo apareceria somente no século XX, como consequência da introdução dos princípios da cidade-jardim. Ao lado do mérito de buscar uma explicação de conjunto, suas limitações estão na profundidade e abordagens adotadas: por exemplo, a análise das cidades por funções (militar, administrativa, extração e exploração, comercial ou de transporte, industrial), a abordagem da cidade como um organismo vivo ou uma visão evolutiva de derivação biológica ("o urbanista é o médico das cidades"). Há ainda alguns equívocos, como a afirmação de somente existirem traçados regulares no Brasil a partir do século XIX, desconsiderando cidades como São Luís, no Maranhão, e Belém, no Pará, do século XVII, e as inúmeras cidades fundadas no século XVIII.

Há ainda olhares de conjunto sobre o continente realizados por estrangeiros. Fernando Devoto e Boris Fausto consideram que a vantagem destes é que, por olharem o continente de fora, conseguem uma visão mais geral (FAUSTO; DEVOTO, 2004). Entre estes autores, encontramos Robert Smith e Richard Morse.

A visão do primeiro, na mesma linha de S. B. de Holanda, é a de que os portugueses não conheciam a ordem. Transcrevemos alguns trechos:

> Os portugueses estabeleceram no Brasil, quase intacto, o mundo que haviam criado na Europa.
>
> [...]
>
> A ordem era ignorada pelos portugueses como assinalavam deliciados os viajantes [...] Nada inventaram os portugueses no planejamento de cidades em países novos. Ao contrário dos espanhóis, que eram instruídos por lei a executar um gradeado regular de ruas que se entrecruzam em torno de uma praça central, os portugueses não mantinham regras, exceto a antiga, da defesa através da altura.
>
> [...]
>
> Esta é a clássica *mise-en-scène* luso brasileira, o fundo dramático da arquitetura primitiva. Encontra-se também em Olinda, no Rio de Janeiro e nas cidades posteriores de Minas Gerais, porém somente na Bahia o padrão foi tão plenamente desenvolvido. (SMITH, 1955, p. 11,12,13)

Mas Robert Smith (1955), em trabalho posterior, reconhece também a existência de alguns núcleos com características de traçado regular: a Recife holandesa, Mariana (seria o primeiro núcleo português a usar a grelha no Brasil), que, segundo ele:

> [...] certamente antecipa a aparência formal em Portugal na reconstrução de Lisboa depois do terremoto de 1755 e a edificação da comunidade modelar de Vila Real de Sto. Antônio no Rio Guadiana em 1774 [...] (SMITH, 1955, p. 10, tradução nossa)

São Luís (1614), Belém (1616) e as inúmeras cidades fundadas através do território no século XVIII não são citadas. Como conclusão, evidencia a diferença: as cidades espanholas seguem a forma rígida da grelha e são muito parecidas entre si, e as portuguesas, ao contrário, caracterizadas por assentamentos em áreas de topografia irregular, sem planos e ruas estreitas que dificultavam qualquer comunicação, onde os "[...] planos resultantes

são todos diferentes entre si, desordenados mas pitorescos" (SMITH, 1955, p. 11, tradução nossa). Uma, sobrevivente de procedimentos medievais, a outra, produto do Renascimento. Conclui: "seria difícil imaginar dois tipos de urbanismo mais distintos do que os empregados na América portuguesa e espanhola" (SMITH, 1955, p. 11, tradução nossa).

Já Richard Morse tem um papel fundamental nos estudos sobre a urbanização latino-americana. Chegou a São Paulo em setembro de 1947, onde esteve até dezembro de 1948. Nesse período, escreveu um dos trabalhos mais importantes sobre a cidade: *De comunidade a metrópole: biografia de São Paulo*, que foi publicado em português em 1954 por ocasião das comemorações do IV Centenário da cidade (MORSE, 1954). Nesta obra, atem-se essencialmente à cidade de São Paulo, com um viés fortemente cultural, trazendo, como jovem pesquisador, a referência da Escola de Chicago (como indica o próprio título do livro), que serve de baliza para as análises, embora questione sua validade em diversos pontos.

Esta obra é novamente publicada em 1970 e, nessa ocasião, o autor inclui uma introdução onde já está incorporada a discussão sobre a cidade latino-americana (MORSE, 1970). É importante lembrar que Richard Morse trabalhou com diversos pesquisadores latino-americanos, como Jorge E. Hardoy e Richard Schaedel, na promoção de congressos e reuniões, em especial os simpósios realizados desde 1966 nos Congressos Internacionais de Americanistas.

Na referida introdução, Morse procura situar as cidades realizadas por espanhóis e portugueses dentro de um quadro geral da história urbana, e destaca a diferença entre ambas: a espanhola obedece a "fôrças e circunstâncias análogas às da Reconquista peninsular" (MORSE, 1970, p. 9) que forneceram o modelo. Entretanto, tomando como referência a cidade contemporânea, afirma que é possível identificar cinco traços comuns na história urbana da América Latina, no período colonial, mesmo considerando as diferenças entre a tradição espanhola e portuguesa, em uma das raras visões de conjunto sobre ambas:

1. A colonização foi em grande parte um empreendimento urbano, levado a cabo por pessoas de mentalidade urbana. O núcleo municipal foi o ponto de partida para a ocupação da terra, ao contrário da cidade da Europa ocidental, que correspondeu a um movimento de energias econômicas abandonando a agricultura rumo à transformação e à distribuição.
2. Apesar de certas regulamentações, a escolha dos sítios urbanos foi freqüentemente arbitrária, mal orientada ou ditada por considerações passageiras. Foi geral em todo o período colonial o abandono ou transferência de cidades.
3. A emigração da Europa tendia a recrutar gente em camadas sociais deslocadas ou marginais. Os primeiros a chegar à América tomaram posse das terras à volta das novas cidades e reservaram direitos especiais para os seus descendentes. Assim, um primeiro momento de democracia social foi seguido pela consolidação de uma oligarquia baseada na posse da terra e na prioridade da data de chegada.
4. A continuidade das instituições e dos processos municipais foi ameaçada pelo deslocamento do patriciado urbano para os seus domínios rurais. Tendo irradiado as próprias energias de modo centrífugo no sentido da terra, as cidades tenderam a tornar-se apêndices do campo, com exceção dos grandes centros privilegiados da burocracia e do comércio [...] A substituição dos grupos de parentesco pelos grupos de localidade, que Weber considera tão característica das cidades européias medievais, foi muito menos pronunciada na América Latina [...] Isso quer dizer que a cidade não se diferençou politicamente do campo; não era uma "comuna" tentando expandir a sua jurisdição sobre uma área rural. Uma municipalidade incluía de fato áreas rurais, não havendo interstícios entre as jurisdições municipais. Mais típico do que a luta entre grupos burgueses e feudais foi o conflito entre as oligarquias locais, urbano-rurais (em termos romanos, a classe "curial"), e os agentes da burocracia régia.
5. As redes urbanas desenvolveram-se debilmente. Com freqüência, eram formidáveis as barreiras geográficas opostas às comunicações regionais, enquanto a política mercantilista da coroa pouco fez para estimular os centros da produção econômica complementar. As cidades do Novo Mundo tenderam a ligar-se individualmente às metrópoles ultramarinas e a isolar-se umas das outras. (MORSE, 1970, p. 11)

É importante ainda citar o nome de Murillo Marx, que, a partir dos anos 1980, produzirá diversos trabalhos sobre a cidade brasileira com referências à cidade hispano-americana.

Finalizando, uma rápida leitura das principais histórias da cidade ou do urbanismo fazem pouca menção ao urbanismo no Brasil ou em Portugal (eventualmente a praça do Comércio, em Lisboa), ao passo que o urbanismo hispano-americano geralmente se faz presente. Aldo Rossi (2001), na introdução de *A arquitetura da cidade*, menciona as possibilidades advindas do confronto entre a colonização espanhola e a portuguesa, neste caso apoiadas em Gilberto Freyre, para entender a formação da cidade da América do Sul. Um caso curioso é o de Lavedan, que aborda as cidades hispano-americanas, mas não as luso-americanas, e destaca, no século XX, a construção da cidade de Goiânia (LAVEDAN, 1941, 1952).

Evolução urbana do Brasil

O outro pólo em que nos apoiamos para fazer esta análise é a obra *Evolução urbana do Brasil*. Nesta tese, N. G. Reis mostra que os portugueses tinham plena consciência dos procedimentos que adotaram aqui, condizentes com as possibilidades e potencialidades do Brasil nos séculos XVI e XVII, e com o que encontraram em terras brasileiras. Ou seja, não eram resultado do desconhecimento da ordem nem de desleixo. Depois, já no século XVIII (período não abordado no trabalho citado), a história seria outra, com a descoberta do ouro.

Mas suas preocupações transcendiam o problema do traçado; sua contribuição, na época, estava em estudar a urbanização, entendida como processo social. Isto implicava em incorporar o entendimento da dinâmica dos fenômenos urbanos em um cenário de intensa urbanização na América Latina. A escolha do recorte colonial servia para guardar

distância no tempo, "uma época suficientemente afastada para permitir a manipulação de um menor número de variáveis e em consequência, uma comprovação mais segura para o arcabouço conceitual de que nos íamos valer" (REIS FILHO, 1968, p. 25).

A outra contribuição importante foi a de considerar a rede urbana em suas diversas escalas, da local à internacional. Isto permitiu explicar a configuração urbana brasileira, onde as vilas e cidades tinham vida intermitente, como uma retaguarda rural do mundo urbano europeu.

Por último, propõe esquemas teóricos condizentes com o universo empírico observado, que exigiam o questionamento dos modelos referentes a outras realidades sociais e históricas. Mais adiante, analisaremos alguns outros aspectos relevantes desta obra[12].
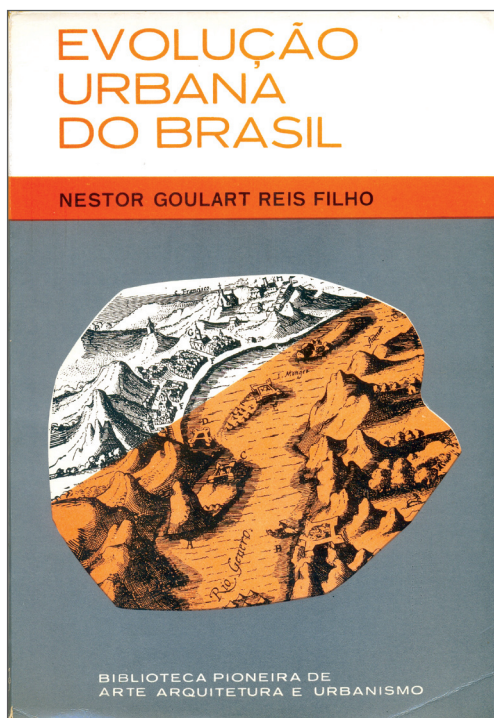
Figura 2 – Capa da primeira edição de Evolução urbana do Brasil, publicada em 1968.

As anotações de Sérgio Buarque de Holanda

A banca de defesa da tese de N. G. Reis foi formada pelos professores Paulo F. Santos, Aroldo de Azevedo, Dirceu Lino de Mattos, Eurípedes Simões de Paula e o próprio Sérgio Buarque de Holanda. Há na literatura diversas menções a esta tese como o momento em que a visão de S. B. de Holanda sobre o urbanismo no Brasil é contestada. Para dirimir dúvidas quanto à interpretação que S. B. de Holanda fez da tese de N. G. Reis, utilizamos aqui as anotações feitas pelo primeiro da leitura da tese, e levadas no dia da defesa, documentos que localizamos há algum tempo atrás[13]. A primeira constatação que é possível fazer é que claramente sua análise baseou-se nos aspectos históricos da tese, e não faz referência alguma à questão do traçado nem à ideia de que os portugueses planejaram essas ações. Façamos um breve resumo das principais questões levantadas por S. B. de Holanda:

1. A primeira observação refere-se às datas propostas: 1500 e 1720. Para ele, 1500 é apenas a data de descobrimento, neste caso questiona se não seria melhor começar em 1549, com a chegada de Tomé de Sousa ou do mestre de obras Luiz Dias. Questiona também o argumento de que 1720 corresponde ao fim da década na qual ocorreu o primeiro conflito social no Brasil, a Guerra dos Mascates. Esta começou em 1710 e finalizou no ano seguinte. Neste caso, por que não uma destas datas? Embora questionado pela banca, na edição do livro N. G. Reis manteve essas datas, argumentando a "vantagem em discutir suas características a partir dos primeiros contatos", e por 1720 ser o primeiro conflito com participação de uma camada urbana e por ter se completado a implantação de uma política de centralização da Colônia. Em trabalhos posteriores, Nestor Goulart irá utilizar como referência as datas de 1532, ano da criação das capitanias hereditárias, e 1693,

ano oficial da descoberta de ouro nas Minas Gerais, lembrando que em 1720 já havia um intenso processo de urbanização nessa área.

2. Max Weber é uma referência importante para S. B. de Holanda. Neste sentido, questiona o uso da interpretação daquele autor para a situação brasileira, já que seria necessário criar um "tipo diferente das cidades de principado, de consumidores, de produtores, de comerciantes, e que M. Weber não previra, ocupado com as condições da Europa e do Oriente" (Manuscrito – Arquivo Central da Unicamp – Ver figura 3). Não está claro se é um comentário ou mais provavelmente uma crítica, que neste caso não teria compreendido bem a proposta formulada por Nestor, de trabalhar com a realidade brasileira dos anos 1960, questionando a validade dos modelos teóricos referentes a outros quadros sociais e históricos. Por um lado, N. G. Reis partilha da visão de M. Weber pela sua amplitude e coerência, mas faz alterações: entre outras, as que se referem à passagem da escala da Cidade-Estado para outros níveis, onde a complexidade é maior.
3. Para S. B. de Holanda, a "identificação de Portugal com os interesses financeiros holandeses" é uma "explicação sugestiva" (Manuscrito – Arquivo Central da Unicamp) de Celso Furtado que precisava ser revista. É uma questão importante, já que N. G. Reis estuda a rede urbana internacional (ao contrário de S. B. de Holanda que foca a cidade), na qual esses fluxos e circuitos comerciais são fundamentais.
4. Não existiriam as "camadas urbanas" à época, somente mais tarde. A ideia deriva de Gilberto Freyre.
5. Algo caro à historiografia: a compreensão de que, nas mesmas condições, os holandeses fizeram o mesmo que os portugueses. Para S. B. de Holanda, as condições não eram as mesmas, embora suas anotações não sejam muito elucidativas neste sentido.
6. As datas de fundação das cidades estão corrigidas, item ao qual S. B. de Holanda deu bastante importância no dia da defesa.

1.

Limites do tema (1500-1720). 1500 data do descobrimento. Neste caso
seria melhor 1549 (chegada de Tomé de Spuza ou do mestre de obras
Luiz Dias ?). 1720 escolhido como termo por ser o fim da década "na
qual ocorreu a guerra dos Mascates", o primeiro conflito social br.
(Não seria conflito nativista como a dos Emboabas ? Antes a Rev. cha-
mada dos Alfaiates), e ainda a época em que se implantou uma políti-
ca centralizadora (tudo isto à
- pág. 17.- Completou-se (?) em 1808 ou em 22. Palavras de Feijó
nas Côrtes. A Guerra dos Mascates cessou em 1711. Porque não 1710
quando ela principía. Ou então 1714, quando o governador-geral, ins-
talado na Bahia recebe definitivamente o título de vice-rei, mas con-
tinúa de fato, salvo pequenas prerrogativas, governador-geral da Bahia.
1720 não quer dizer nada a não ser, talvez, a nomeação do conde de Sa-
bugosa para Vice-Rei.

pag. 10 - 11.- Inadequadas para a situação brasileira a interpretação
de Max Weber (Economia e Sociedade- obra póstuma). Sua [illegible] defini-
ção, reformulada por Sombart e que se tornou clássica: "cidade é um
centro cujos moradores não se conhecem". Para definir as aglomerações
urbanas no Brasil, até 1720, todas, mesmo a Bahia, autenticas "cidades
de domingo" (procissões, desobriga da Quqresma), seria mister criar um
tipo diferente das cidades de <u>principado</u>, de <u>consumidores</u>, de <u>produto-
res</u>, de <u>comerciantes</u> e que M. Weber não previra, ocupado com as condi-
ções da Europa e do Oriente. Tipos ideais. <u>Não se limita</u> à cidade-
Estado que, à rigor só existe na Antiguidade clássica e em certas cida-
des marítimas da Idade Media.

Figura 3 – Trecho das anotações realizadas por Sergio Buarque de Holanda, quando de sua participação na banca da tese de concurso de livre-docência de Nestor Goulart Reis Filho. Notar suas observações com relação à periodização, como também ao problema da adequação das interpretações de Max Weber para a realidade brasileira

Fonte: Acervo Arquivo Central da Unicamp

Discussão e inversão

A análise destes documentos mostra, em primeiro lugar, que S. B. de Holanda se ateve exclusivamente aos aspectos históricos contidos na tese, sem qualquer menção a toda a segunda parte, que trata dos núcleos urbanos e da organização espacial destes. A tese de N. G. Reis,

de que o que os portugueses fizeram aqui não é resultado de "desleixo", mas consequência consciente de um projeto, não encontra menção nas anotações. Apesar do significado que o capítulo *O semeador e o ladrilhador* tem para os estudiosos do urbanismo, a questão tratada não parece ter maior importância para S. B. de Holanda. A diferença entre o universo espanhol e português não é tão essencial nesse livro quanto a mentalidade ibérica frente às de seus vizinhos europeus. Essencialmente, o que explica a todos nós é a herança ibérica, apesar das diferenças. De fato, o único capítulo onde esta oposição é tão evidente é este. Nos demais, é matizada. Em outras obras, particularmente em *Visão do paraíso*, S. B. de Holanda irá explorar as diferenças entre espanhóis e portugueses, mas não na questão do traçado das cidades.

A visão de S. B. de Holanda deve ser entendida dentro de sua proposta. Sua importância está principalmente no pioneirismo e na sua quase singularidade, como um dos poucos estudos com essa abrangência. Sua força está em que até hoje é referência obrigatória nos estudos sobre a cidade colonial latino-americana. Suas limitações não podem ser consideradas defeitos; S. B. de Holanda não estava interessado na questão do traçado das cidades e nem realizou uma pesquisa sistemática sobre isso. Trabalhando com oposições, buscou os elementos necessários para demonstrar sua tese e trabalhar as perspectivas de superação. Além disso, o material disponível à época era escasso, como constatou R. Smith ao visitar os arquivos lisboetas em 1940 (SMITH, 1940, p. 215 apud REIS, 1999), uma limitação para um pesquisador muito atento à documentação primária.

Já a abordagem de N. G. Reis volta-se também para uma análise detalhada dos aspectos físicos e apoia-se numa grande pesquisa iconográfica e cartográfica, iniciada nos anos 1950, e que resultou depois no essencial *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial* (REIS, 2001). Questiona a associação direta entre regularidade do traçado e planejamento[14]. Também incorpora as contribuições teóricas que vinham sendo desenvolvidas no campo internacional, o que resultou no convite para a participação de pesquisadores de outras áreas. Citamos em particular Rebeca Scherer, socióloga de formação, que trabalhou na pesquisa que resultou em

Evolução urbana e teve importante papel posterior, incorporando a dimensão política nos estudos da urbanização[15].

É importante também frisar que, embora ambas as obras abordem o período colonial, trata-se apenas de um recorte para entender o momento presente em que foram escritos: S. B. de Holanda visando estudar a modernização do país em um período de mudanças (vide a Revolução de 1930), N. G. Reis diante da intensidade do processo de urbanização brasileira, à qual era necessário responder. De fato, nenhum dos dois estava apenas interessado no período colonial.

Finalizando, arriscamos afirmar que, enquanto S. B. de Holanda, ao olhar para a América Latina, estava de fato preocupado com o Brasil, N. G. Reis, ao contrário, ao olhar para o Brasil, estava preocupado com fenômenos que exigiam construções teóricas que serviam também para lidar com fenômenos que caracterizavam a urbanização de toda a América Latina.

Outros diálogos

A cidade portuguesa no Brasil é um desafio para as construções teóricas sobre a cidade latino-americana, como podemos ver, por exemplo, nas obras de José Luis Romero, *América Latina: as cidades e as idéias*, publicado em 1976 (ROMERO, 2004), e de Angel Rama, *A cidade das letras*, de 1984 (RAMA, 1985), as duas mais conhecidas obras de conjunto sobre as cidades latino-americanas.[16]

Na primeira, J. L. Romero procura responder à questão: qual o papel desempenhado pelas cidades no processo histórico latino-americano? Inicia assim um longo percurso que principia com a expansão europeia, pelo ciclo das fundações, cidades *criollas*, cidades patrícias, cidades burguesas e até as cidades massificadas. No início, segundo o autor, o sistema foi controlado com mão firme a partir da Europa. Aos poucos, estas cidades ganham consciência de sua história, confrontando sua realidade com a visão abstrata inicial. Em fins do século XVIII, diante da ofensiva mercantilista, há nova inflexão – algumas continuam no esquema

tradicional, outras tornam-se decisivamente burguesas. No século XIX, diante do mundo industrial, buscam independência, e no início do século XX, novas mudanças provocam o aparecimento da cidade das massas (*Raízes do Brasil* surge neste contexto). Na construção de Romero, há um jogo permanente entre desenvolvimento heterônomo e autônomo, entre mundo rural e mundo urbano, entre ideologias e estruturas reais. Mas a cidade brasileira dos dois primeiros séculos, com suas "cidades de domingo" (que tinham vida sazonal, enquanto nas unidades agrícolas se desenrolava a vida na colônia), é certamente um problema para Romero, já que ele tenta explicar o processo histórico do continente latino-americano tendo como base o papel das cidades. A tese de S. B. de Holanda contrasta fortemente com isto, já que o Brasil seria uma "civilização de raízes rurais" (HOLANDA, 2006, p. 69). Somente no século XVIII, esta tensão se desfaz e a explicação encontra unidade.

A. Rama também busca uma explicação de conjunto para as cidades latino-americanas, a partir das figuras da cidade física e da cidade letrada[17]. Esta última percorre a história latino-americana como construção simbólica que se superpõe à materialidade. Como no caso de Romero, aqui novamente a cidade brasileira colonial é um "ponto fora da curva". De fato, para Angel Rama, a cidade física nesse período, resultado *del sueño de un orden*, é a própria cidade hispano-americana. O encontro entre ambas somente se daria a partir de fins do século XIX, na chamada *cidade modernizada*. Antes desta, há *a cidade ordenada*, *a cidade letrada* e *a cidade escrituraria*. Depois, *a polis se politiza* e *a cidade revolucionada*.

Outro autor importante que deve ser lembrado é Jorge Enrique Hardoy. Pouco antes de N. G. Reis, publica *Ciudades Precolombinas*, resultado de pesquisas realizadas nos Estados Unidos. Há diversos pontos em comum nestes dois autores: o primeiro é a formação em arquitetura e urbanismo e o fato de que ambos irão buscar fora desta área as bases para fundamentar seus estudos. O segundo é que, embora estudem o passado, estão de fato interessados nas questões presentes e usam o recorte temporal para testar a validade de seus modelos explicativos. N. G. Reis estava interessando em encontrar modelos que permitissem dar conta dos

processos de mudança; J. E. Hardoy na persistência de sistemas sociais e espaciais pré-colombianos. Isto remete a um terceiro ponto, que é a busca de bases conceituais que dessem conta da realidade encontrada, para a qual os modelos externos não eram adequados. A cidade de Weber não servia a N. G. Reis porque era estática. J. E. Hardoy testa dez critérios propostos por Gordon Childe para caracterizar uma civilização, os quais não são plenamente atendidos nas cidades pré-colombianas, embora tenham atingido a etapa da civilização, propondo a redefinição destes. Isso lhe permite, consequentemente, redefinir o conceito de cidade:

> El concepto de ciudad es esencialmente dinámico y evoluciona con el tiempo y el lugar, estando condicionado por el medio ambiente, la estructura socio-económica y el nivel tecnológico de la sociedad a la cual pertenece el observador. (HARDOY, 1964, p. 19)

Jorge E. Hardoy

CIUDADES
PRECOLOMBINAS

Ediciones Infinito Buenos Aires
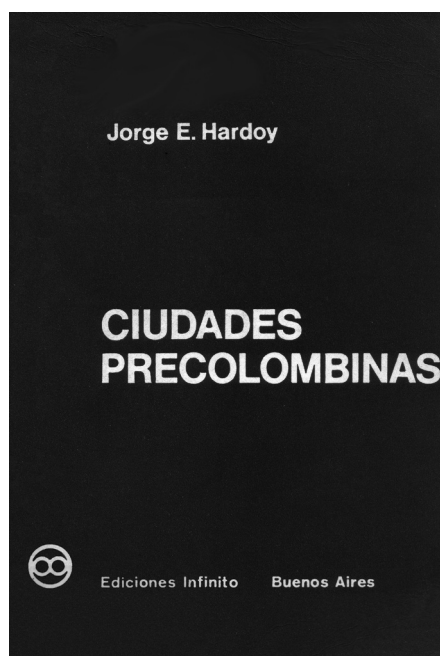
Figura 4 – Capa da primeira edição de "Ciudades Precolombinas", de Jorge Enrique Hardoy, publicada em 1964.

Embora tenham trilhado caminhos paralelos, ambos pesquisadores de fato somente se conheceram no início dos anos 1970, iniciando um frutífero intercâmbio. Mas J. E. Hardoy incursionou algumas vezes pela urbanização e urbanismo brasileiros, ao passo que N. G. Reis raramente fez o caminho oposto.

Autor de uma vasta obra, versando sobre diversos assuntos, citamos, a modo de exemplo, três trabalhos relacionados à temática que vimos J. E. Hardoy desenvolvendo. Em 1969, escreveu um texto que é uma rara tentativa de construir uma visão de conjunto da urbanização na América Latina, abarcando não apenas os tempos pós-conquista, mas também o passado pré-hispânico. Trata-se de uma visão de dois mil anos (HARDOY, 1969)[18]. Assim como fizeram autores como Karl Marx, Max Weber e Paul Bairoch, trata-se de uma obra com perspectiva de longo prazo. Mas, ao contrário dos dois primeiros, a América Latina está incluída nesse universo.

Os dois milênios são divididos em cinco etapas, mas detalhados até parte do século XIX. A partir daí, o conteúdo é sucinto. A cidade brasileira é tratada em item separado, já que, para o autor, está claro que seu desenvolvimento se deu de forma independente do da colonização espanhola.

Outro trabalho notável deste pesquisador é a *Cartografia urbana colonial de América Latina y el Caribe*, um extenso trabalho de pesquisa realizado em arquivos e que reúne amplo material sobre as cidades na América, incluindo o Brasil (HARDOY, 1991).

Por último, o artigo *Plazas coloniales*, onde J. E. Hardoy concilia os aspectos gerais da urbanização com a análise do desenho, ou do projeto. Aqui, novamente utiliza um conjunto de exemplos que incluem também o caso brasileiro, concluindo que "La Plaza fué el principal elemento urbano de las ciudades fundadas por los españoles y los portugueses en América" (HARDOY, 1983, p. 115).

Entre as contribuições mais recentes, destacamos uma proposta de Adrián Gorelik que, diante do problema de enquadrar na mesma categoria realidades tão diferentes entre si, propõe que a cidade latino-americana

deva ser buscada como ideia, como problema cultural, e essa construção se dá precisamente no período entre os anos 1950 e 1970 (Ver GORELIK, 2002, 2005):

> A "cidade latino-americana" não pode ser tomada, então, como uma realidade natural, como uma categoria explicativa da diversidade de cidades realmente existentes na América Latina. Assim, devemos constatar, ao mesmo tempo e de modo inverso, que a "cidade latino-americana" existe, mas de outra forma: não como uma ontologia, mas como uma construção cultural. Durante períodos específicos da história, a idéia de "cidade latino-americana" funcionou como uma categoria do pensamento social, como uma figura do imaginário intelectual e político em vastas regiões do continente e, como tal, pôde ser estudada e puderam ser reconstruídos seus itinerários conceituais e ideológicos, suas funções políticas e institucionais, em cada uma das conjunturas específicas da região. (GORELIK, 2005, p. 112)

Este "ovo de Colombo" é uma engenhosa saída para caracterizar um objeto de estudo tão complexo.

Considerações finais

Como já afirmamos, no período compreendido entre 1920 e 1960, há escassos trabalhos de conjunto sobre o urbanismo na América do Sul. Os anos 1960 e parte dos anos 1970 são particularmente interessantes porque naquele momento a América Latina ganha protagonismo internacional, e pesquisadores de várias origens se voltam à procura de soluções para os desafios decorrentes da urbanização acelerada, como migrações, pobreza, desenvolvimento, em um quadro político e ideológico diversificado. Em geral, os estudos preocupavam-se mais com os aspectos sociais da urbanização, enquanto a questão do desenho, como projeto, ficava relegada a um segundo plano. Neste caso, os arquitetos, em particular, puderam contribuir para as análises em que essas duas esferas se faziam presentes. Além disso, considerava-se que as semelhanças eram

muito maiores que as diferenças, o que justificava a busca de soluções comuns para todo o continente (ao contrário do período colonial, onde predominam as diferenças).

Após esse período, as pesquisas sofrem fragmentação, e perdem-se as visões de conjunto em detrimento das particulares[19], em um marco no qual também as correntes da história voltam-se para a micro-história. Em nossa área de estudo, mais do que visões nacionais, predominam as histórias de cidades (com ênfase nas consideradas mais importantes), os estudos sobre os planos para as cidades e as biografias de arquitetos[20]. Mais recentemente, os estudos sobre a globalização tenderam novamente a homogeneizar as especificidades, relegando muitas vezes a arquitetura e o urbanismo a um segundo plano.

Com base em alguns trabalhos de historiografia sobre a América Latina em geral, e sobre urbanização e urbanismo em particular, é possível apontar algumas questões que exigem novas contribuições. Em nossa área, citamos trabalhos de Arturo Almandoz (2004), Adrián Gorelik (2004) e Diego Armus e John Lear (1998)[21]. Na questão da história, há um espectro muito amplo de discussões a esse respeito que podem nos ajudar a superar as dificuldades que temos, em nosso âmbito de estudos[22]. Em particular, os estudos comparados, por sua própria exigência interna, deixam mais nítidas algumas perspectivas de avanço (Ver MÖRNER; VIÑUELA; FRENCH, 1982). Em síntese, apontamos em breves palavras três problemas[23]:

Um são as construções nacionais, ou seja, predominam as histórias que usam as fronteiras nacionais, que são limites arbitrários, para lidar com fenômenos que, por natureza, são supranacionais. Um exemplo é o notável trabalho de Patrício Randle (1981), *Atlas del desarrollo de la Argentina*, onde diversos aspectos sociais e físicos da Argentina são sistematizados desde tempos pré-hispânicos. Entretanto, os limites utilizados só passam a existir em fins do século XIX, portanto seu uso para períodos anteriores não permite a análise de outras relações existentes.

Outra questão refere-se à tendência eurocêntrica ou etnocêntrica da bibliografia, que tende a relacionar os fenômenos latino-americanos com

aqueles ocorridos nos países mais desenvolvidos. O uso da desgastada palavra “influência” muitas vezes denota esta relação de uma só mão.

Por último, até hoje a visão do continente está segmentada entre o Brasil e os países de ocupação espanhola, apesar das inúmeras iniciativas e intercâmbios realizados[24]. A historiografia urbana brasileira é pouco conhecida fora das fronteiras brasileiras, exceto talvez a do período moderno. O mesmo vale aqui; certamente, no Brasil, autores como J. E. Hardoy, A. Rama, J. L. Romero e R. Morse ainda são hoje pouco conhecidos[25].

Por esta razão, procuramos neste texto organizar um quadro, ainda que sucinto, de algumas questões e autores referenciais de ambos os lados dessa linha divisória, buscando um equilíbrio na informação, para que possa ser lido por públicos com diferentes níveis de familiaridade com os temas tratados.

Cremos que a persistência da discussão sobre um aspecto particular, o traçado, para o estudo da formação de nossas cidades e território, ofuscou a busca de perspectivas mais gerais. Para isso, também contribuiu o pouco conhecimento que se tinha sobre a cidade portuguesa na América até poucas décadas atrás. O mesmo pode ser dito sobre a construção de uma visão de ocupação do território sul-americano[26]. Mesmo no Brasil, por exemplo, menciona-se pouco o fato de que o atual território brasileiro esteve dividido em dois estados independentes entre 1621 e a chegada da Corte no início do século XIX.

Também é importante esclarecer que, neste texto, tratamos a América do Sul e a América Latina sem muita distinção. Não é proposital, mas resultado da bibliografia disponível que, em geral, tem um recorte latino-americano. Entendemos, entretanto, que neste caso a especificidade é sumamente necessária, e deve ser continuamente refinada, sob o risco de se perder espessura de análise. Apontamos duas situações: em um primeiro caso, não é possível estudar o século XVIII sem levar em conta que havia uma disputa territorial entre Espanha e Portugal, que implicou na criação de redes de cidades para ocupação do território, disputa cujo palco era essencialmente sul-americano. Por outro lado, o atual processo

de integração interna do continente sul-americano, que vem acontecendo há algumas décadas e que se manifesta claramente nas regiões de fronteiras, exige uma visão de conjunto dos processos e do território para seu enfrentamento.

Finalizando, certamente um problema que deve ser resolvido é a questão do ensino do urbanismo nas escolas de arquitetura. No Brasil, a formação nesta área, com perspectiva de cinco séculos, é raramente encontrada, o que faz com que os jovens arquitetos realizem projetos de intervenção sem saberem bem em que chão estão pisando[27]. E sobre a América do Sul, praticamente não têm referência alguma.

Notas

[1] Agradecemos ao Professor Dr. Nestor Goulart Reis, ao Professor Dr. Antonio Carlos Cabral Carpintero, à Professora Dra. Lilia Ines Zanotti de Medrano e à Professora Renata Maria de Almeida Martins pela revisão do texto e pelas correções e sugestões apontadas.

[2] No plano continental, estes debates tiveram como um palco privilegiado os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. Ver o trabalho de Fernando Atique nesta publicação, e o livro de Gutierrez, Tartarini e Stagno (2007).

[3] Existe já uma extensa bibliografia sobre estes percursos, mas não uma visão de conjunto, daí a importância desta publicação. Ver os trabalhos de Eloísa Petti Pinheiro, Arturo Almandoz e Roberto Segre nesta publicação.

[4] Sugerimos a leitura de trabalhos de Carlos Guilherme Mota, como *Viagem incompleta*, e os dois volumes de *Introdução ao Brasil*: um banquete no trópico, organizado por Lourenço Dantas Mota.

[5] Nesse ínterim, Gilberto Freyre havia publicado *Casagrande e senzala* em 1933 e Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil*, no mesmo ano.

[6] Na primeira edição, ainda não existia este capítulo, que é resultado da divisão, na segunda edição (1947), do capítulo *O passado agrário*, que resultou no capitulo *O semeador e o ladrilhador* e em outro chamado *Herança rural*.

[7] Há algum tempo, o autor deixou de utilizar a denominação “Filho” no sobrenome. Para não haver imprecisão, no texto usaremos sempre Nestor Goulart Reis, ao passo que nas citações bibliográficas utilizaremos a grafia completa.

[8] Diz: "É compreensível, assim, que jamais se tenha naturalizado entre gente hispânica a moderna religião do trabalho e o apreço à atividade utilitária. Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação. E assim, enquanto povos protestantes preconizam e exaltam o esforço manual, as nações ibéricas colocam-se ainda largamente no ponto de vista da Antigüidade clássica. O que entre elas predomina é a concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor" (HOLANDA, 2006. p. 28).

[9] A respeito dos paradigmas baseados em Marx, Weber e Durkheim, em relação aos estudos do urbanismo e da urbanização, ver Scherer (1995).

[10] Sobre esta discussão, ver: Fridman (2004) e Reis (1999).

[11] Curiosamente, Paulo Santos não cita a tese de N. G. Reis, embora tenha participado da banca de defesa.

[12] Para um detalhamento dos pressupostos teóricos desta obra, ver Reis (1994, 1999). Ver também os comentários acrescidos à 2a edição: Reis (2000).

[13] Na Biblioteca Sergio Buarque de Holanda, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

[14] Um autor que trabalha nesta linha é A. E. J. Morris, que associa traçados regulares com cidades planejadas, em oposição aos traçados espontâneos. Ver Morris (1979).

[15] Ver o capítulo intitulado *Recuperação sucinta da história da reflexão sobre a urbanização e o planejamento no Brasil e América Hispânica*, em Scherer (1994). Neste trabalho, a autora constrói um quadro geral sobre o assunto e atualiza o debate teórico.

[16] Embora tenhamos escolhido estes textos pelo seu caráter de interpretação, devemos destacar a contribuição de Ramón Gutierrez, que produziu uma extensa e abrangente obra, pautada também pelo rigor com as fontes utilizadas. Para uma visão geral, ver Gutierrez (1983).

[17] Como muitas contribuições na área, este trabalho nasceu a partir de um convite de Richard Morse para participar do 41o Congresso Internacional de Americanistas, realizado em 1982.

[18] O texto foi produzido para apresentação no Congresso Internacional de Americanistas de 1966.

[19] Citamos novamente o capítulo intitulado Recuperação sucinta da história da reflexão sobre a urbanização e o planejamento no Brasil e América Hispânica, em Scherer (1994).

[20] Sobre a qual há uma bibliografia bastante extensa e de excelente qualidade. Um problema é que muitas vezes as publicações latino-americanas não têm boa distribuição.

[21] Para uma bibliografia, ver Gutierrez e Méndez (1996).

[22] Para uma revisão recente, ver Martins e Brignoli (2006).

[23] Fizemos uma análise mais detalhada destas questões no trabalho *Comparisons required: the case of two Latin American cities*, apresentado no evento "Ambiguous Territories: Articulating New Geographies in Latin American Modern Architecture and Urbanism", realizado na Columbia University, em março de 2009.

[24] Como os Seminários de Arquitetura Latinoamericana, realizados desde 1985, ou os Seminários de História da Cidade e do Urbanismo, desde 1990. A este respeito, ver Pinheiro e Gomes (2004). Citamos também o evento Ciudades Americanas, realizado em 2006, em Buenos Aires, organizado por Alicia Novick e Horacio Caride.

[25] Um pequeno exemplo evidencia isto. Existe na Universidade de São Paulo um único exemplar do livro *Las ciudades latinoamericanas*, de Richard Morse, uma de suas obras mais relevantes. Faz parte da biblioteca do Museu Paulista e foi doado pelo próprio autor em 1974. Ao consultá-lo no inicio de 2009, verificamos que em 35 anos nunca havia sido antes retirado.

[26] Destacamos os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos por Antonio Carlos Cabral Carpintero, da Universidade de Brasília, que tem procurado estudar Brasília do ponto de vista do território sul-americano.

[27] Produzimos um material para esse fim, a partir das aulas do Professor Nestor Goulart Reis (Medrano, 1997).

Referências

ALMANDOZ, Arturo. Revisão da historiografia urbana na América Hispânica, 1960-2000. In: PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). *A cidade como história:* os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 117-150.

ARMUS, Diego; LEAR, John. The trajectory of Latin American urban history. *Journal of Urban History,* v.24, n. 3, p. 291-301, mar. 1998.

AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil Colonial:* ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1956.

BOLTSHAUSER, João. *Noções de evolução urbana nas Américas*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, 1959-1961.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 14. ed. São Paulo: Global, 2003.

FRIDMAN, Fania. Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. In: PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). *A cidade como história*: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 43-72.

GORELIK, Adrián. La 'ciudad latinoamericana' como idea. *Revista Punto de Vista*, Buenos Aires, v. 73, n. 25, ago. 2002.

______. A produção da cidade latino-americana. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n.1, p. 111-133, jun. 2005.

______. Historiografia urbana - verbete. In: LIERNUR, Jorge Francisco; ALIATA, Fernando. *Diccionario de Arquitectura en la Argentina.* Buenos Aires: Agea, 2004. 6v.

GUTIERREZ, Ramón. *Arquitectura y urbanismo en Iberoamérica.* Madri: Cátedra, 1983.

______. La historiografía de la arquitectura americana: entre el desconcierto y la dependencia cultural. 1870-1985. *Revista Summa*, Buenos Aires, n. 215-216, ago. 1985.

______.; MENDEZ, Patrícia. *Bibliografía de arquitectura y urbanismo en Iberoamérica:* libros editados entre 1980-1993. Buenos Aires: Cedodal: Instituto Español de Arquitectura: Universidad de Alcalá: Universidad de Valladolid, 1996.

GUTIERREZ, Ramón; TARTARINI, Jorge; STAGNO, Rubens. *Congresos Panamericanos de Arquitectos 1920-2000:* apuntes para su historia. Buenos Aires: Cedodal: Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos, 2007.

HARDOY, Jorge Enrique. *Cartografía urbana colonial de América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: IIED: Grupo Editor Latinoamericano, 1991.

______. *Ciudades Precolombinas*. Buenos Aires: Infinito, 1964.

______. Dos mil años de urbanización en América Latina. In: HARDOY, Jorge Enrique; TOBAR, C. (Org.). *La urbanización en América Latina*. Buenos Aires: Editorial del Instituto, 1969. p. 23-64.

______. Plazas coloniales. *Revista DANA*, n. 15, p. 93-118, Resistencia, 1983.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

______. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LAVEDAN, Pierre. *Histoire de l' urbanisme:* époque contemporaine. Paris: Henri Lavrens, 1952.

______. *Histoire de l' urbanisme:* renaissance et temps modernes. Paris: Henri Lavrens, 1941.

LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel / FAUUSP / Fupam, 1999.

MARTINS, Estevão de Rezende; BRIGNOLI, Héctor Pérez (Org.). *Teoría y metodología en la historia de América Latina*. Paris: UNESCO: Trotta, 2006.

MEDRANO, Ricardo Hernán. *Resumos das aulas do Prof. Nestor Goulart Reis Filho na disciplina AUH 237 Urbanização e Urbanismo no Brasil I.* São Paulo: FAUUSP, 1997. (Cadernos do LAP, 19).

______. *São Paulo e Buenos Aires: urbanismo e arquitetura (1870-1915).* 2003. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2003.

MÖRNER, Magnus; VIÑUELA, Julia Fawaz de; FRENCH, John. Comparative approaches to Latin American history. *Latin American Research Review*, v. 17, n. 3, p. 55-89, 1982.

MORRIS, A. E. J. *Historia de la forma urbana*. Barcelona: Gustavo Gili, 1979

MORSE, Richard. *De comunidade a metrópole*: biografia de São Paulo. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

______. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira:* formação: histórias. São Paulo: SENAC, 2000a.

______. *Viagem incompleta: a experiência brasileira:* a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000b.

MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil:* um banquete no trópico. *2. ed.* São Paulo: Senac, 2002. 2v.

NOVICK, Alicia. El urbanismo en las historias de la ciudad. *Revista Registros*, Mar del Plata, p. 5-26, nov. 2003.

PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Retraçando percursos: o papel dos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo na constrituição de um campo de estudos. In: ______. (Org.). *A cidade como história:* os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA, 2004. p.19-42.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RANDLE, Patricio H. *Atlas del desarrollo de la Argentina*. Buenos Aires: OIKOS, 1981.

RAMA, Angel. *A cidade das letras.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

REIS, Nestor Goulart. Algumas raízes: origens dos trabalhos regulares de pesquisa sobre História da Arquitetura, da Urbanização e do Urbanismo no Brasil. *O Estudo da História na Formação do Arquiteto. Revista da Pós-Graduação da FAUUSP*, São Paulo, número especial, 1994.

______. *Evolução urbana do Brasil 1500/1720.* 2. ed. São Paulo: Pini, 2000.

______. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

______. *Notas sobre a evolução dos estudos de história da urbanização e do urbanismo no Brasil*. São Paulo: FAUUSP, jan./ jun. 1999. (Cadernos do LAP 29).

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720).* São Paulo: Pioneira, 1968.

______. *Urbanização e teoria.* São Paulo: [s.n], 1967.

ROMERO, José Luis. *América Latina, as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

______. *La ciudad Occidental: culturas urbanas en Europa y América*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

______. *Latinoamérica: las ciudades y las ideas.* 4. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1986.

ROSSA, Walter et al. *Bibliografía Ibero-Americana de historia del urbanismo y de la urbanística 1415-1822*. Buenos Aires: Cedodal: CNDP, 2001.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Paulo F. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SCHERER, Rebeca. *Notas sobre planejamento e método.* São Paulo: FAUUSP, nov./dez. 1995. (Cadernos do LAP, 10)

______. *Sistematização crítica do conjunto dos trabalhos:* contribuição para a abordagem interdisciplinar na área de planejamento territorial e urbano. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1994.

SMITH, Robert. Alguns desenhos de arquitetura existentes no arquivo histórico colonial português. *Revista do SPHAN,* n. 4, p. 215, 1940.

______. *Arquitetura colonial*. Salvador: Progresso, 1955.

______. Colonial towns of Spanish and Portuguese América. *Journal of the Society of Architectural Historians,* Charlottesville, v. 14, n. 4, p. 3-10, dez. 1955.

Sobre os autores

Arturo Almandoz

Professor Titular do Departamento de *Planificación Urbana da Universidad Simón Bolívar*, em Caracas, Venezuela. Autor ou organizador de 10 livros, dentre eles *Entre libros de historia urbana (2008)*; *Urbanismo europeo en Caracas: 1870-1940* (1997; 2006); *La ciudad en el imaginario venezolano*, I (2002; 2008) e II (2004); e *Planning Latin America's Capital Cities: 1850-1950* (2002).

Célia Ferraz de Souza

Professor Adjunto IV da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Autora, organizadora ou co-organizadora, dentre outros, dos livros *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano* (2008, 1997); *O Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade* (2008); e *Porto Alegre e sua evolução urbana* (2007, 1997).

Eloísa Petti Pinheiro

Professora Titular da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Autora do livro *Europa, França e Bahia; difusão e adaptação de modelos urbanos: Paris, Rio e Salvador* (2002) e co-organizadora dos livros *Arte e cidades: imagens, discursos e representações* (2008) e *A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo* (2005).

Fernando Atique

Professor e pesquisador da Universidade São Francisco, campus Itatiba, SP. Autor do livro *Memória moderna: a trajetória do Edifício Esther (2004)*, premiado na VI edição do Concurso Jovens Arquitetos, promovido pelo IAB e Museu da Casa Brasileira.

José Carlos Huapaya Espinoza

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Possui trabalhos publicados em anais de eventos científicos nacionais e internacionais, na área de História do Urbanismo.

Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes (Organizador)

Professor Titular da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. É organizador (ou co-organizador) dos livros *A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade* (2005); *Pelo Pelô: história, cultura e cidade* (1995); e *Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX* (1992).

Maria Soares de Almeida

Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui diversos trabalhos sobre história da cidade e do Urbanismo publicados em anais de eventos científicos, bem como capítulos de livros.

Ricardo Hernán Medrano

Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie. Autor de diversos artigos e trabalhos científicos, publicados no Brasil e no exterior, em especial nas áreas de Estudos da Urbanização e História do Urbanismo.

Roberto Segre

Professor Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Publicou mais de 30 livros, sendo os mais recentes: *Rio de Janeiro: Guia de Arquitectura* (2008); *Oscar Niemeyer, 100 anos, 100 obras* (2007); *Casas Brasileiras* (2006); *Guia da arquitetura contemporânea no Rio de Janeiro* (2005); e *Brasil: Jovens Arquitetos* (2004). Recebeu vários prêmios internacionais.

Colofão

Formato	17x 24 cm
Tipografia	Adobe Gararmond (texto) Castle T (Títulos e legendas)
Papel	Alcalino 75g/m² (miolo) Cartão Supremo 250 g/m² (capa)
Impressão	Reprografia da UFBA
Capa e Acabamento	Bigraf
Tiragem	500